



avigador

SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA MARÍTIMA DO BRASIL

V.8 - N.15 - junho de 2012





SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA MARÍTIMA DO BRASIL

A revista NAVIGATOR é dirigida a professores, pesquisadores e alunos de História e tem como propósito promover e incentivar o debate e a pesquisa sobre temas de História Marítima no meio acadêmico.

As opiniões emitidas em matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

COMANDO DA MARINHA

Almirante de Esquadra Julio Soares de Moura Neto

SECRETARIA-GERAL DA MARINHA

Almirante de Esquadra Eduardo Monteiro Lopes

DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA

Vice-Almirante (Ref^o-EN) Armando de Senna Bittencourt

Departamento de História

Capitão de Corveta (T) Carlos André Lopes da Silva

Departamento de Publicações e Divulgação

Capitão de Fragata (T) Fábio Bittencourt Quirino

REVISTA NAVIGATOR

www.revistanavigator.com.br

Editora Serviço de Documentação da Marinha

Departamento de Publicações e Divulgação

Ilha das Cobras s/n^o – Centro

20091-000 – Rio de Janeiro – RJ

Tels.: (21) 2104-6852 / 2104-5492

Tiragem: 1.500 exemplares

CONSELHO EDITORIAL

VA (Ref^o-EN) Armando de Senna Bittencourt
CC (T) Carlos André Lopes da Silva
CT (T) Ricardo dos Santos Guimarães
CT (IM) Marcello José Gomes Loureiro
1T (T) Daniel Martins Gusmão
1T (RM2-T) Renato Jorge Paranhos Restier Junior
1T (RM2-T) Fabíola Maria da Silva Chagas

CONSELHO CONSULTIVO

VA (Ref^o-EN) Armando de Senna Bittencourt (IHGB/IGHMB)
Prof. Dr. Arno Wehling (IHGB/UGF)
Prof. Dr. Cláudio de Carvalho Silveira (UERJ)
CMG (RM1-T) Edina Laura C. Nogueira da Gama (IGHMB)
Prof. Dr. Francisco Carlos Teixeira da Silva (UFRJ)
CMG (RM1) Francisco Eduardo Alves de Almeida (IGHMB)
Prof. Dr. Gilson Rambelli (UFS)
Prof. Guilherme de Andrea Frota (IHGB/IGHMB)
VA (Ref^o) Helio Leoncio Martins (IHGB/IGHMB)
Gen. (Ref^o) Jonas de M. Correia Neto (IHGB/IGHMB)
Prof. Dr. José Miguel Arias Neto (UEL)
Prof. Dr. Marcos Guimarães Sanches (UNIRIO)
Prof.^a Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia (USP)
Prof. Dr. Paulo André Leira Parente (UNIRIO/UGF)
Cel. (Cav-R) Paulo Dartanham M. de Amorim (IGHMB)
Dr. Petrônio Raimundo G. Muniz (FUNCEB)
CA (RM1) Reginaldo Gomes Garcia dos Reis (EGN)
Prof. Dr. Ronaldo Rogério de Freitas Mourão (IHGB)

INDEXADA POR / INDEXED BY

Sumários de Revistas Brasileiras
www.sumarios.org

EQUIPE EDITORIAL

Diretor

CMG (Ref^o) Milton Sergio Silva Corrêa

Editor

Capitão-Tenente (IM) Marcello José Gomes Loureiro

Identidade Visual

Edna Costa

Editoração Eletrônica

Felipe dos Santos Motta

Capa

Neir Mourão Rosa

Revisão

Denise Koracakis
Donato Barbosa do Amaral
Manuel Carlos Corgo Ferreira
Mauro da Silva

Revisão em inglês

Capitão-Tenente (T) Adriana de Matos Peixoto Rogerio

Web Designer

Célia Gutierrez

Navigator: Subsídios para a história marítima do Brasil.

– n.1 (jun. 1970) – n.20 (jun.1985) – n.15 (jun. 2012)

Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, 2011-
v.7: il.; 27cm.

Semestral

ISSN 0100-1248

Reedição do periódico de mesmo nome, editado pelo Serviço de Documentação da Marinha em 20 v.

1. Brasil – História Marítima – Periódicos

2. Brasil. Marinha – Periódicos. I. Brasil. Marinha. Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha

II. Título: Subsídios para a história marítima do Brasil

CDD 359.00981

Sumário

- 5 **APRESENTAÇÃO**
- DOSSIÊ TERRITÓRIO, DEFESA E ATUAÇÃO MILITAR NA AMÉRICA PORTUGUESA**
- 9 **Apontamentos sobre a defesa do litoral, questões militares, governo-geral do Estado do Brasil e carreira militar, séculos XVI e XVII**
Francisco Carlos Cosentino
- 26 **Brasil Lindeiro: o Sul (1479-1750)**
Luiz Edmundo Tavares
- 37 **Cosmologia e experiência em Portugal no século XVI**
Pedro Campos Franke
- 45 **A tomada do Rio de Janeiro pelos franceses em 1711**
René Chartrand
- 54 **O poder de mando dos cobradores dos quintos na capitania de Minas Gerais: atuação militar, delimitação do território e controle da população**
Simone Cristina de Faria
- 62 **As frotas de socorro para a Colônia do Sacramento, 1736-1737**
Paulo César Possamai
Rodrigo Salaberry dos Santos
- 75 **Os mapas do Brasil na engenharia militar portuguesa (1750-1822)**
André Ferrand de Almeida
João Carlos Garcia
- ARTIGOS**
- 85 **A guerra submarina na costa sergipana (1942-1945)**
Luiz Antônio Pinto Cruz
Lina Maria Brandão de Aras
- 101 **Para o “desenvolvimento physico do pessoal da Armada”, institucionaliza-se o esporte: análises sobre as primeiras aproximações da Marinha do Brasil com as práticas esportivas e o processo de fundação da Liga de Sports da Marinha**
Karina Barbosa Cancelli
Leonardo José Mataruna dos Santos

115 **COMUNICAÇÃO**

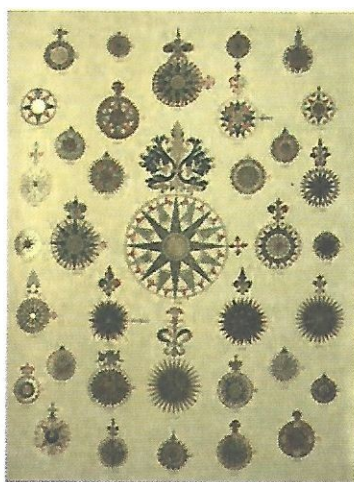
As frustrações do pastor Jodocus

Uma malograda empresa mineira dos holandeses no sertão paraibano

Benjamin Nicolaas Teensma

125 **DOCUMENTO**

Sitio y empresa d la ciudad dl Salvador en la Baya de Todos Santos



Capa - Rosas dos ventos de mapas dos séculos XV-XVIII

Composição com diversas rosas dos ventos, extraídas de mapas dos séculos XV-XVIII. Figura circular, associada normalmente ao uso da agulha magnética, e na qual estão gravados 32 raios correspondentes à direção dos ventos, a rosa dos ventos significou a substituição, muito lenta, do Leste ou Oriente, frequentemente simbolizado pela Cruz, que indicava a Terra Santa, pelo Norte, assinalado pela flor-de-lis. Assim, os pilotos deixaram, ao longo dos séculos, de se "orientar" pelas linhas de costa, "northeastando" a derrota do navio pela agulha magnética.



Apresentação

O Dossiê Território, Defesa e Atuação Militar na América Portuguesa reúne um conjunto de trabalhos que versa sobre temáticas de fundamental importância para compreensão da dinâmica do Brasil no contexto do Império Marítimo Português. Desvelando a organização e jurisdição da defesa, a formação das fronteiras e, ainda, analisando acontecimentos militares, o dossiê sugere linhas gerais para o estudo da história militar e naval no período colonial.

Refinando as concepções historiográficas sobre a atuação dos agentes régios, Francisco Carlos Cosentino inaugura o Dossiê com artigo sobre as competências militares dos governadores-gerais nos séculos XVI e XVII, suas trajetórias e a organização da defesa no Estado do Brasil. Na sequência, Luiz Edmundo Tavares, tecendo amplo panorama, percorre e discute os intrincados caminhos da diplomacia lusa para definir com os espanhóis os limites de jurisdição na região da baía do Prata. Retomando as reflexões aristotélicas no Portugal medieval e renascentista, Pedro Campos Franke explica o advento da "navegação astronômica" na época moderna. O historiador francês René Chartrand disserta sobre a invasão de Duguai-Troin no Rio de Janeiro, tratando das diversas facetas da tomada da cidade em 1711. Em seguida, Simone Cristina de Faria se detém na expressiva ação militar dos que se diziam "principais" nas Minas Gerais do século XVIII. Depois, Paulo César Possamai e Rodrigo Salaberry dos Santos se debruçam sobre os aspectos que condicionaram o envio da frota de socorro à Colônia do Sacramento em 1735-1737. Encerrando o Dossiê de modo notável, os historiadores portugueses André Ferrand de Almeida e João Carlos Garcia analisam mapas sobre o Brasil que podem ser encontrados nos arquivos portugueses, instigando assim novas pesquisas acerca do assunto.


Na seção Artigos, história militar e história social se entrelaçam na abordagem que Luiz Antônio Pinto Cruz e Lina Maria Brandão de Aras fazem da guerra submarina e do esforço de guerra na costa de Sergipe durante a Segunda Guerra Mundial. O segundo artigo, de Karina Barbosa Cancelli e Leonardo José Mataruna dos Santos, aborda tema original ao tratar da história do esporte nas Forças Armadas, caracterizando o processo de formação da Liga dos Sports, em 1915.

O texto que consta na seção Comunicações é a conferência que o pesquisador holandês Benjamin Nicolaas Teensma apresentou no I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, realizado em Paraty, em maio de 2011. Teensma investiga tema pouco estudado e conhecido no Brasil: os projetos holandeses destinados a explorar minas de prata no sertão do Nordeste, durante sua ocupação entre 1630-1654.

Finalizando esta edição, publica-se uma pintura histórica realizada no século XVII por Juan de La Corte, cuja cópia pode ser vista na exposição de longa duração do Museu Naval, no Rio de Janeiro.

Privilegiando temas vinculados às recentes discussões em torno da história da América portuguesa, mas também abordando a época da Segunda Guerra e, ainda, o desenvolvimento da prática esportiva na Marinha, esta edição da *Navigator*, composta por pesquisadores brasileiros e estrangeiros, circula pela história militar-naval, política, social e dos costumes. Boa leitura!

CONSELHO EDITORIAL



Dossiê Território, defesa e atuação militar na América Portuguesa

Francisco Carlos Cosentino

Luiz Edmundo Tavares

Pedro Campos Franke

René Chartrand

Simone Cristina de Faria

Paulo César Possamai

Rodrigo Salaberry dos Santos

André Ferrand de Almeida

João Carlos Garcia

Apontamentos sobre a defesa do litoral, questões militares, governo-geral do Estado do Brasil e carreira militar, séculos XVI e XVII

Francisco Carlos Cosentino

É doutor em História pela Universidade Federal Fluminense e possui pós-doutorado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor Adjunto de História da América da Universidade Federal de Viçosa. É autor de diversos trabalhos, dos quais se destaca o livro Governadores Gerais do Estado do Brasil (séculos XVI-XVII: ofício, regimentos, governação e trajetórias, editado pela Annablume, com financiamento da FAPEMIG.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é destacar alguns aspectos a respeito das medidas adotadas e das instruções dadas pela monarquia portuguesa aos que foram por ela enviados à América portuguesa durante os séculos XVI e XVII, assim como reconstruir a carreira militar dos governadores-gerais enviados ao Estado do Brasil entre 1640 e 1702. Assim sendo, o nosso objetivo com este artigo é tratar das primeiras medidas voltadas para a defesa do litoral da América portuguesa nos séculos XVI e XVII, analisar comparativamente as tarefas de defesa e organização militar desempenhadas pelo governo-geral e contribuir para a compreensão da organização e de parte da alta hierarquia militar portuguesa após a Restauração.

PALAVRAS-CHAVE: Estado do Brasil, governo-geral, organização militar e defesa

ABSTRACT

The objective of this paper is highlight some aspects about measures and instructions given by the Portuguese monarchy that were sent by Brazil State during the XVI and XVII centuries and rebuilding the military career covered by the governor general of Brazil State between 1640 and 1702. Therefore, this paper analyzes the first measures aimed at protecting the coast of Portuguese America, to comparatively analyze the tasks of defense and military organization performed by general government. Finally contributes to the understanding of the organization and the military hierarchy after the Portuguese Restoration.

KEYWORDS: State of Brazil, the general government, military organization and defense

A questão da defesa das terras encontradas na América e a legitimação da sua posse estiveram presentes nas preocupações da monarquia portuguesa logo após a expedição de Pedro Álvares Cabral. Por isso, provavelmente em 1501/1502, foi enviada uma expedição à chamada Ilha de Vera Cruz que nomeou os pontos do litoral, do Cabo de Santo Agostinho até São Vicente. Depois dessa incursão, o monarca português, seguindo uma prática usada na África, arrendou à exploração do litoral condicionada ao conhecimento e defesa das novas terras para Fernando de

Noronha¹, que enviou em 1503 uma expedição comandada por Gonçalo Coelho, que teve a participação de Américo Vespúcio. Essa expedição percorreu o litoral e montou uma feitoria em Porto Seguro, onde ficaram 24 homens. Outras viagens ocorreram como a que foi organizada por Fernando de Noronha e seus sócios, Bartolomeu Marchione, Benedito Morelli e Francisco Martins, da chamada *Nau Bretoa*, em 1509, comandada por Cristóvão Pires. Nesse período foram construídas feitorias para realização do comércio do pau-brasil em pontos do litoral, tem-se notícia de Pernambuco, Porto Seguro e Cabo Frio. As feitorias eram construções rudimentares, administradas por um feitor nomeado pela monarquia portuguesa e, muitas vezes, ocupadas por degredados² enviados a terra para cumprirem suas penas. Essas feitorias não eram mais do que postos de resgate³, cercas (caixaras) construídas apenas para guardar as mercadorias, localizadas em ilhas próximas à costa para facilitar a defesa que duravam enquanto os seus ocupantes nela permanecessem⁴.

O conhecimento do litoral das terras do Brasil pelos portugueses abriu espaço para a vinda de franceses e espanhóis. Os france-

ses negociavam o pau-brasil⁵ e os castelhanos, na ausência de demarcação da linha de Tordesilhas, transitavam a caminho do Rio da Prata. A presença de estrangeiros impôs aos portugueses ações de defesa do litoral das terras do Brasil e preservação do Atlântico Sul, estratégicas para manutenção da carreira da Índia. Por isso, em 1516 foi enviada uma “capitania do mar”⁶ sob o comando de Cristóvão Jacques⁷. As chamadas “guardacostas” foram enviadas, em três oportunidades, 1516-1519, 1521-1522, e 1526-1528, e o seu objetivo era proteger o litoral, as feitorias existentes e realizar o comércio.

Os direitos de Portugal sobre as terras do Brasil e o seu Império ultramarino, em última instância, estavam condicionados pela ocupação efetiva das regiões e a sua capacidade de, ao longo dos tempos, manter essa ocupação⁸. A conquista da América desencadeou na Europa disputas pelas terras, além de debates e questionamentos com os mais diversos fundamentos. Frei Vicente Salvador, mais de um século depois, disse “Grandes dúvidas e diferenças se começavam a mover sobre as conquistadas das terras do Novo Mundo, e houveram de crescer cada dia mais (...)”⁹. Juristas, teólo-

¹ Fernando de Noronha muitas vezes é tratado por Loronha, sobrenome do seu pai. Para Pedro Calmon, Loronha, corruptela de La Coruña, a portuguesa em Noronha. Sua família tinha inserção na corte e Fernando era cavaleiro da Casa Real. Apontado como cristão-novo não tem essa situação confirmada. Ver SILVA, Maria Fernanda Espinosa Gomes da. NORONHA, Fernão ou Fernando. In: Joel Serrão. *Dicionário de História de Portugal*, vol.IV. Porto: Livraria Figueirinhas, 1992, p.400-401.

² Com a expansão os “indesejáveis do Reino podiam doravante ser banidos para as novas terras do além-mar” (PIERONE, Geraldo. *Os excluídos do Reino*. Brasília: Editora UnB, São Paulo: Imprensa Oficial, 2000, p. 30). Desde a expedição cabralina que degredados eram deixados no litoral e alguns se tornaram figuras emblemáticas da colonização como João Ramalho (São Vicente), Duarte Peres (“Bacharel de Cananeia”) e Diogo Álvares (o Caramuru, Bahia).

³ Segundo Bluteau, “Resgatar mercadorias. Comprallas a quem he injusto possuidor dellas, ou a quem já as tem comprado a outrem, & ai sim dizem Resgatar ouro dos Mouros, & Resgatar Malagueta, (...), & c. ou porque os Mouros comprão os ditos generos no sertão, & no los vendem a nós nos portos onde vão os nossos navios; ou por ventura, porque os julgamos injustos possuidores destes, & outros thesouros da natureza. Resgatar ouro dos negros (...)” (BLUTEAU, D. Raphael. *Vocabulário Portuguez e Latino*, vol.VII. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, s/d, p. 179).

⁴ MAGALHÃES, Joaquim Romeiro. O Reconhecimento do Brasil. In: BETHENCOURT, Francisco & CHAUDHURI, Kirti. *História da Expansão Portuguesa*, vol.1. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, p. 199.

⁵ Os primeiros franceses provavelmente vieram no navio *Espoir*, entre 1503-1504. No seu rastro, comerciantes franceses negociavam no litoral entre o Cabo de Santo Agostinho e o Rio Real. Ver HOLANDA, Sérgio Buarque de. As primeiras expedições. In: *História Geral da Civilização Brasileira. A Época Colonial. Do Descobrimento à Expansão Territorial. Tomo I, 1ª volume*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960, p. 92.

⁶ Como aquelas que eram enviadas às Índias nessa mesma época (Joaquim Romeiro Magalhães. *O Reconhecimento do Brasil...*, p. 200; e, CORTESÃO, Jaime. *História da expansão portuguesa. Obras Completas 4*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993, p.325).

⁷ Cristóvão Jacques era fidalgo da casa do rei e na sua primeira viagem fundou uma feitoria em Pernambuco e depois de passar por Santa Catarina, se dirigiu até o Rio da Prata (VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História Geral do Brasil. Tomo Primeiro*. 9ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1975, p. 108 e 117-119).

⁸ Por isso, a demarcação rigorosa da América portuguesa baseada nos princípios definidos por “Tordesilhas, tornava-se irrealizável pela impossibilidade de medir longitudes”, sem ignorar que aos portugueses e espanhóis interessava “os grandes estuários, os do Prata e o do Amazonas, divisórias seguras e por onde se penetrava no interior do continente” (Joaquim Romeiro Magalhães. *O Reconhecimento do Brasil...*, p. 203).

⁹ SALVADOR, Frei Vicente. *História do Brasil*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1975, p.58-59.

gos e letrados elaboraram argumentos contrários ou favoráveis aos direitos dos europeus às terras do Novo Mundo. Além disso, os interesses dos diversos países originaram disputas, em vários campos, pelas terras americanas.

Por trás das disputas e dos debates existiam interesses diversos: a busca de prestígio das dinastias governantes, objetivos estratégicos dos governos, interesses econômicos, ambições religiosas e outros. Ao lado disso, a dificuldade de comunicação, entendimento e referenciais comuns entre povos quanto aos fundamentos utilizados por cada país para legitimar os seus direitos sobre as terras americanas. A dificuldade de negociação entre portugueses e ingleses, decorrente da compreensão sobre o que criava direitos de domínio sobre uma região, é um exemplo dessa situação. Para os portugueses, a descoberta¹⁰ criava o direito de posse, ao passo que, para os ingleses, apenas a construção de casas, cercas e o plantio¹¹ eram as fontes criadoras dos direitos.

Diante desse quadro, os portugueses utilizaram um conjunto de argumentos para afirmar o seu direito de posse sobre as suas conquistas: a prioridade das suas navegações e, em decorrência, os direitos de posse e uso oriundos desse pioneirismo; as doações papais; e os direitos de ocupação obtidos pela conquista (guerra justa)¹². Na prática, o que garantiu a posse portuguesa das terras do Brasil foram suas ações povoadoras e, no final dos anos 20, três pontos da costa possuíam pequenos núcleos de população portuguesa e mameluca: o Cabo de Santo Agostinho, a Baía de Todos os Santos e São

Vicente¹³ onde, em torno de 1527, existia uma povoação de dez ou 12 casas de pedra com uma torre para defesa, cujo povoamento foi sendo feito por degredados, naufragos portugueses e espanhóis, fugitivos e outros.

Entretanto, o “perigo era eminente. Urgia por meios novos e mais adequados, tomar posse das terras brasileiras e defendê-las das ambições estranhas”, afirmou Cortesão¹⁴. Diversas sugestões foram apresentadas a D. João III, rei de Portugal¹⁵ e a opção inicial da monarquia foi o alargamento das atribuições da capitania do mar¹⁶ na expedição de Martim Afonso de Sousa, incorporando a ela a coleta de notícias sobre as riquezas minerais, identificar e fixar os limites Norte e Sul das terras portuguesas na América¹⁷ e implantar os fundamentos de uma colonização efetiva.

COLONIZAÇÃO E DEFESA DAS TERRAS DO BRASIL

Os portugueses organizaram o seu Império ultramarino adaptando-se às diversas realidades encontradas em suas conquistas espalhadas por uma vasta e descontínua extensão territorial e construíram o seu domínio controlando os espaços oceânicos e as rotas que cruzavam o Atlântico, o Índico e o Pacífico¹⁸. Priorizaram o domínio e a segurança das rotas marítimas desenvolvendo a ciência náutica e utilizando novas tecnologias de defesa e ataque.

A magnitude dos espaços, a dinâmica e a variedade de situações exigiram dos portugueses a adoção de vários modelos adminis-

¹⁰ A “descoberta constituía a essência de suas reivindicações de autoridade além-mar” (SEED, Patricia. *Cerimônias de posse na conquista europeia do Novo Mundo (1492-1640)*. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p. 144), por isso, embora “não se considere que calcular latitudes seja um ritual” (Idem, p. 145) essa era a conduta cerimonial adotada pelos portugueses para dar legitimidade as suas conquistas.

¹¹ Patricia Seed. *Cerimônias de posse na conquista europeia do Novo Mundo...*, p. 29-61.

¹² SANTOS, Maria Catarina, HESPANHA, Antônio Manuel. Os Poderes num Império Oceânico. In: HESPANHA, António Manuel (coord.). *História de Portugal*. Vol. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 352-353.

¹³ Jaime Cortesão. *História da expansão portuguesa...*, p. 329.

¹⁴ Jaime Cortesão. *História da expansão portuguesa...*, p. 329.

¹⁵ “O remédio para tal situação estava em povoar a terra do Brasil(...) A essas propostas extremadas preferiu D. João contemporar, adotando uma solução mais modesta” (Sérgio B. de Holanda. *As primeiras expedições...*, p. 93).

¹⁶ A *Carta de Grandes Poderes ao capitão-mor Martim Afonso de Sousa*(...) dizia: “mando (...) que hajam ao dito Martim Afonso de Sousa por capitão-mor da dita armada e terras e lhes obedçam em todo e por todo o que lhes mandar e cumpram e guardem seus mandados assim e tão inteiramente como se por mim em pessoa fosse mandado” (TAPAJÓS, Vicente. *A política administrativa de D. João III*. Brasília: Editora da UnB, 1983, p. 137).

¹⁷ D. João julgava-se com direitos sobre o Rio da Prata e vizinhanças e delegou poderes a Martim Afonso para ocupá-lo, pois era grande a expectativa da Corte portuguesa em encontrar na região metais preciosos (Jaime Cortesão, *História da expansão portuguesa...*, p. 331).

¹⁸ Maria Catarina Santos, Antônio Manuel Hespánha. *Os Poderes num Império Oceânico...*, p. 351-364.

trativos, adaptados às diversas realidades, de acordo com as intenções e oportunidades de ocupação que se colocavam e o resultado foi uma arquitetura política imperial adequada a um centro que dominava um conjunto vasto e disperso de territórios interligados por longas e perigosas viagens, capaz de atender aos diversos interesses sociais, econômicos, políticos e religiosos que motivaram, participaram e usufruíram da organização e manutenção dessas conquistas ultramarinas.

Nas terras do Brasil, o início da colonização significou o começo da organização de uma ordem política afinada com o ordenamento da monarquia lusitana adotando soluções governativas próprias do Antigo Regime português. Assim, começou o povoamento sistemático por meio das donatarias, instituições senhoriais utilizadas na gestão do espaço português continental e de suas conquistas atlânticas e a dinamização da colonização aconteceu com a criação do governo-geral.

Três foram as motivações para a criação das capitânicas hereditárias nas terras do Brasil em 1534: “a recompensa do mérito próprio ou herdado do súbdito beneficiado, a prossecução de estratégias oficiais de ordem política e econômica, e a satisfação de obrigações à defesa e progresso da Fé”.¹⁹ As capitânicas tinham uma natureza senhorial e a sua configuração como “senhorios eminentemente jurisdicionais”²⁰ deu ao donatário a autoridade que,

para além de funções de mera administração da propriedade particular, a arrecadação das rendas, a nomeação ou confirmação – quando concedida – de funcionários concelhios, o servir de elo máximo de contato com o monarca, e, num pe-

ríodo primário, específicas funções de comando militar. No somatório destas atribuições tem também um inegável peso a faculdade de distribuir terras em ‘sesmarias’.²¹

A carta de doação e o foral regulamentavam as capitânicas definindo o seu funcionamento e os direitos e obrigações do donatário. Muitas eram as suas funções, direitos e deveres, mas as preocupações com o povoamento se avultam na instrução da criação de povoações indicando que “se chamarão vilas e terão termo e jurisdição, liberdades e insígnias de vilas, segundo foro e costume de meus Reinos”.²² Aos donatários cabia “criar e prover por suas cartas os tabeliães do público e judicial” necessários as povoações e a nomeação dos alcaides-mores da capitania e das suas vilas²³. Quanto à defesa, os moradores estavam “obrigados em tempo de guerra a servir nela com o capitão se lhe necessário for”. Os mantimentos, as armas e as munições utilizados na defesa podiam ser transportados e vendidos pelo “capitão e moradores dela ou quaisquer outras pessoas, assim naturais como estrangeiros”, desde que cristãos, sem o pagamento de qualquer direito.

Varnhagen identificou as “capitânicas, cuja colonização vingou”²⁴ e as “capitânicas cuja primitiva colonização se malogrou”²⁵ retratando o desenvolvimento inicial da colonização onde, apesar de muitos donatários terem tentado sua colonização, apenas seis obtiveram sucesso. Em torno de 1576, de acordo com Gandavo, o desenvolvimento do povoamento e das capitânicas das terras do Brasil apresentava “na linha Equinocial para o Sul, oito Capitânicas povoadas de Portuguezes”²⁶ incluindo, além

¹⁹ SALDANHA, António Vasconcelos de. *As capitânicas do Brasil. Antecedentes, desenvolvimento e extinção de um fenómeno atlântico*. Lisboa: CNCDP, 2001, p. 96.

²⁰ António Vasconcelos de Saldanha. *As capitânicas do Brasil.....*, p. 49.

²¹ António Vasconcelos de Saldanha. *As capitânicas do Brasil.....*, p. 49-50.

²² *Doações e Forais das Capitânicas do Brasil, 1534-1536*. Maria José Mexia Bigotte Chorão (org.). Lisboa: INTT/Torre do Tombo, 1999.

²³ Segundo Cândido Mendes de Almeida, “O Alcaide mor era Oficial militar encarregado do governo e defesa de alguma Praça ou Castello. (...) percebião, os que occupavão, certos emolumentos(...)” (Ordenações Filipinas, Livro I, Título LXXIV, p. 168). Esses emolumentos recaiam sobre força, penas pecuniárias sobre barregueiros, jogos proibidos, etc.

²⁴ Francisco Adolfo Varnhagen. *História Geral do Brasil. Tomo Primeiro...* p. 165-181. Eram elas Itamaracá, Pernambuco, Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo, São Vicente.

²⁵ Francisco Adolfo Varnhagen. *História Geral do Brasil. Tomo Primeiro...* p. 192-204. Foram elas o Maranhão, a Bahia, Paraíba, Rio de Janeiro.

²⁶ GANDAVO, Pero de Magalhães. *História da Província de Sãcta Cruz*. Lisboa: Oficina de Antonio Gonsalves, 1576.

das seis que identificamos, a Bahia e o Rio de Janeiro, povoadas por iniciativa do governo-geral.

A criação do governo-geral em 1549 retrata a preocupação com a colonização e a defesa como transparece no regimento de Tomé de Sousa enviado para “conservar e enobrecer as capitanias e povoações que tenho nas minhas terras do Brasil” e para “dar favor e ajuda has outras povoações e se ministrar justiça e prover nas cousas que cumprem a meu serviço e aos negócios de minha fazenda e a bem das partes”²⁷. Pretendia a monarquia portuguesa dinamizar a colonização e, para isso, era necessário também tomar medidas voltadas para a defesa do território como um todo. Nesse ordenamento político, era o governador-geral a cabeça que geria, nos seus diversos aspectos, o poder na conquista, supervisionando as questões da administração, da fazenda, da justiça e da defesa. Os regimentos utilizados por esse governo-geral ordenavam as diversas atividades de gestão do poder estabelecendo seus alcances e limites²⁸. Não vamos analisá-los em detalhes neste trabalho, mas discutir os aspectos vinculados às atividades militares e de defesa.

OS REGIMENTOS DO GOVERNO-GERAL E AS INSTRUÇÕES MILITARES E DE DEFESA

Os regimentos²⁹ indicavam aos governadores-gerais quais eram as suas tarefas quanto à gestão dos assuntos militares e que eram, fundamentalmente, as relacionados à administração, organização e manutenção da defesa, particularmente, os vinculados aos recursos, ao pessoal e a defesa e proteção de Salvador, sede do governo até meados do século XVIII.

Uma das primeiras instruções disponíveis nos regimentos desde o de Francisco Giraldes era a de que os governadores-gerais após tomarem posse deveriam reunir informações sobre o estado das fortalezas, dos armamentos, das embarcações e dos homens de guerra, enfim, das condições de momento da defesa do Estado do Brasil.

A criação do governo-geral estava voltada para dinamizar a colonização portuguesa e a defesa da conquista americana, assim sendo, o primeiro regimento, o que foi dado a Tomé de Sousa, tinha várias orientações voltadas para a defesa do Estado do Brasil e a sua nomeação foi justificada dessa maneira. Na sua carta patente, esta preocupação foi exposta,

vendo eu quanto cumpre a serviço de Deus e meu conservar e enobrecer as capitanias e povoações que tenho nas minhas terras do Brasil ordeney ora mandar fazer huma fortaleza e povoação grande e forte na Baya de Todos os Santos por ser pêra yso o mais conveniente lugar que há nas ditas terras do Brasil pêra dahy se dar favor e ajuda hás outras povoações e se ministrar justiça e prover nas cousas que cumprem a meu serviço e aos negócios de minha fazenda e a bem das partes (...).³⁰

Essa justificativa se repete com o mesmo conteúdo no regimento de Tomé de Sousa, onde foram instruídas medidas voltadas para o estabelecimento de um sistema de defesa da capital e do restante da América portuguesa. Ele recebeu várias orientações sobre esse assunto, tais como: a construção de uma fortaleza para proteção da Bahia; medidas para sufocar levantes indígenas,

²⁷ ANTT- Chancelaria de D. João III – Livro 55 fol. 120-120 v.

²⁸ Trouxeram regimento: Tomé de Sousa (1549), Francisco Giraldes (1688), Gaspar de Sousa (1612), Diogo de Mendonça Furtado (1621) e Roque da Costa Barreto (1677). Os governadores seguiam o regimento do seu antecessor até que a monarquia o altera-se. Ver COSENTINO, Francisco Carlos. *Governadores gerais do Estado do Brasil (séculos XVI-XVII)*: ofício, regimentos, governação e trajetórias. São Paulo: Annablume Editora/FAPEMIG, 2009.

²⁹ O regimento estabelecia um “Certo modo de proceder, instituído por aquelles, que tem authority para esta instituição” (D. Raphael Bluteau. *Vocabulario Portuguez e Latino*, vol.VII, p.199) e eram elaborados “para este, ou aquelle effeyto” (D. Raphael Bluteau. *Vocabulario Portuguez e Latino*, vol.VII, p.199). Implicavam em obrigação: “Cumprir o regimento de seu officio” (D. Raphael Bluteau. *Vocabulario Portuguez e Latino*, vol.VII, p.200). O regimento do governador-geral do Estado do Brasil definia os procedimentos próprios desse ofício instituídos pelo rei, aquele que tinha autoridade para estabelecer as obrigações concernentes a essa atividade.

³⁰ ANTT - Chancelaria de D. João III. Livro 55, p. 120-120v.

incluindo-se providências contra aqueles portugueses que, com seus atos de hostilidade e violência, acabavam por estimular esses levantes; visitar as capitânicas povoadas e orientar sobre a organização da sua defesa como também dos seus engenhos; fiscalizar a posse de armamentos dos donatários e demais moradores das capitânicas³¹; e combater os corsários que circulavam pelo litoral. Essas instruções foram repetidas nos outros regimentos. Em caso de fragilidade, deficiência ou carência dos armamentos seria feita uma notificação e dado o prazo máximo de um ano para solução do problema, com acompanhamento do provedor-mor. No regimento de Gaspar de Sousa havia uma orientação de venda, quando possível, de armas no armazém da Capitania da Bahia aos interessados.

Roque da Costa Barreto recebeu instruções mais específicas quanto à visita das capitânicas para verificar suas condições de defesa, conforme estabelecia as cartas de doação de seus capitães donatários e, em caso de necessidade, a comunicação ao rei para as providências necessárias. Ele trouxe instruções para socorrer militarmente, quando necessário, as diversas capitânicas, comunicando ao rei. Poderia ainda verificar nas localidades se oficiais e guarnição poderiam ser providos com os habitantes da própria terra para a sua defesa, sendo concedidos aos que servissem favores e privilégios, sujeitos a confirmação régia.

Sempre teve grande destaque as instruções voltadas para a defesa da Bahia e de Salvador. Esse tipo de instrução constou do regimento e da carta patente de Tomé de Sousa que tratou da construção e defesa da cidade de Salvador, sede do governo-geral e capital das terras do Brasil. A preocupação

da monarquia portuguesa com a criação de uma cabeça para a conquista americana vinculava-se à compreensão da importância das cidades "como lugar de centralidade e de concentração de poderes"³² e a percepção de que a cidade era uma "organizadora dos homens e dos espaços"³³. Fazendo um paralelo e um desdobramento da colocação de Catarina Madeira Santos, afirmamos que, sendo "A cabeça de um Reino (...) a cidade onde se encontra o rei, cabeça do corpo político"³⁴, é a cabeça de um Estado, o lugar em que se encontra o seu governo. No caso da Índia, conforme a autora, a cabeça foi a cidade de Goa, "chave de toda a Índia", no Brasil, foi a cidade de Salvador.

Frei Vicente Salvador complementa a ideia de cabeça do Estado ao constatar as qualidades da Bahia para ser povoada, e por "estar no meio das outras capitânicas, determinou povoá-la e fazer nela uma cidade, que fosse como coração no meio do corpo, donde todas se socorressem e fossem governadas"³⁵. A centralidade ou o papel de cabeça das terras do Brasil, desempenhada pela cidade de Salvador, era uma expectativa indicada no regimento de Tomé de Sousa:

E portanto vos encomendo e mando (...), o lugar que será mais aparelhado para se fazer a dita fortaleza forte, e que se possa defender, e que tenha a disposição e qualidades para aí, por o tempo em diante, se ir fazendo uma povoação grande; e tal convém que seja, para dela se proverem as outras capitânicas como (...) espero que esta seja, e deve de ser em sítio sadio e de bons ares, e que tenha abastança de água e porto em que bem possam amarrar os navios e

³¹ "Cada Capitão em sua Capitania será obrigado a ter ao menos dous falcões e seis berços, e seis meios berços, e vinte arcabuzes ou espingardas, e pólvora para isso necessária; e vinte bestas, e vinte lanças ou chuças, e quarenta espadas e quarenta corpos d'armas d'algodão das que na dita terra do Brasil se costumam. E os senhorios dos engenhos e fazendas que por este Regimento hão de ter tórres ou casas fortes, terão ao menos quatro berços e dez espingardas, com a pólvora necessária; e dez bestas e vinte espadas, e dez lanças ou chuças e vinte corpos d'armas d'algodão; e todo morador das ditas terras do Brasil que nelas tiver casas, terras ou águas ou navio, terá ao menos, besta, espingarda, espada, lança ou chuça" (MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Raízes da Formação Administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro: IHGB/Conselho Federal de Cultura, 1972, p. 46-47).

³² GAMA, António. As capitais no discurso geográfico. In: *Penélope*. Lisboa, nº 13, 1994, p.9.

³³ António Gama. *As capitais no discurso geográfico...*, p. 10.

³⁴ SANTOS, Catarina Madeira. "Goa é a chave de toda a Índia". *Perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570)*. Lisboa: CNCDP, 1999, p. 30.

³⁵ Frei Vicente Salvador. *História do Brasil...*, p.143.

vararem-se quando cumprir, porque todas estas qualidades, ou as mais delas que puderem ser, cumpra que tenha a dita fortaleza e povoação; por assim ter assentado que dela se favoreçam e provejam todas as terras do Brasil.³⁶

A preocupação com a defesa devido à importância de Salvador continuou nos regimentos seguintes onde foram dadas instruções para a execução de obras de fortificação, para a formação e o treinamento da população da cidade em geral (sem remuneração do Tesouro Real, como consta do regimento de Gaspar de Sousa) e, de bombardeiros, como indicavam todos os regimentos desde o de Francisco Giraldes³⁷. Atenção especial receberam as fortalezas que faziam parte do sistema de defesa de Salvador – Santo Antônio e Itapajipe – existentes nos regimentos de Gaspar de Sousa e Diogo de Mendonça Furtado. Roque da Costa Barreto foi orientado a dar continuidade à construção da Fortaleza do Mar e outras fortificações em Salvador, informando ao rei das já edificadas e daquelas que ele considerava desnecessárias e inúteis, extinguindo a sua guarnição. O documento indica a manutenção da defesa da barra da Bahia e a fortificação da cidade, porto e Morro de São Paulo.

A fortificação de Salvador e Recife resultou de uma instrução dos regimentos a partir de Gaspar de Sousa. No seu regimento e no de Diogo de Mendonça Furtado ela se apresentava praticamente com os mesmos termos

Eu tenho mandado (...) se fortifique a Cidade da Bahia e o porto do Arrecife de Pernambuco na forma das plantas que (...) se enviarão ao

Governador Dom Diogo de Menezes dando as ordens necessárias para se tirar dinheiro que se hade dispende nestas fabricas e plantas a importância delles vos encomendo que as façais continuar e não sendo ainda acabadas o que não espero fareis dar execução as Provisoens e ordens referidas e do que se for fazendo me hereis sempre dando conta.³⁸

No regimento de Gaspar de Sousa, a orientação foi respeitar “na forma das plantas e traças que mandei enviar ao Governador Diogo de Menezes”³⁹, que antecedeu Gaspar de Sousa no Estado do Brasil. Durante o período filipino, foram elaborados questionários e relatórios a respeito dos domínios dos Habsburgos na América, inclusive o Brasil⁴⁰. O italiano Tiburcio Spanoqui teria “feito um estudo das defesas da Bahia e do porto do Recife no Nordeste brasileiro, de que foi encarregado em 1605”⁴¹. Uma instrução com esse mesmo conteúdo foi colocada no regimento de Roque da Costa Barreto⁴².

A preocupação com a defesa de Salvador também pode ser constatada na orientação dos regimentos que exigia que os governadores residissem nessa cidade. Nos regimentos de Diogo de Mendonça Furtado e Roque da Costa Barreto a instrução era explícita para que eles não se afastassem da cidade sem ordem do rei. Conforme o regimento de Mendonça Furtado:

Primeiramente partireis em dereitura da Cidade de Lisboa para a Bahia de todos os Santos onde hei por meo serviço que seja a vossa continua asistencia pelas razoes

³⁶ Marcos Carneiro de Mendonça. *Raízes da Formação Administrativa do Brasil...*, p. 38.

³⁷ O regimento de Giraldes, Gaspar de Sousa e Mendonça Furtado constava como sendo cem o número de bombardeiros, e o de Roque da Costa Barreto, 120. Nos quatro regimentos existe a indicação de que esses bombardeiros teriam os mesmos privilégios dos de Lisboa.

³⁸ APEB – S. C., estante 1, caixa 146, livro 264, p. 6-6v.

³⁹ Marcos Carneiro de Mendonça. *Raízes da Formação Administrativa do Brasil...*, p. 418.

⁴⁰ Em 1577, foram elaboradas perguntas, encaminhadas ao ultramar, com objetivo de obterem dados “sistemáticos sobre aspectos geográficos, históricos, demográficos, econômicos e militares – incluindo desenhos – sobre os mais recônditos lugares do território ultramarino, orientando futuras intervenções da coroa” (BUENO, Beatriz Siqueira. Desenho e desígnio – o Brasil dos engenheiros militares. In: *Oceanos*. Lisboa: CNCDP, número 41, jan./mar. 2000, p. 44). Para o Brasil, foi elaborada a *Relação das praças fortes, povoações, e cousas de importancia que Sua Magestade tem na costa do Brasil*, em 1609, pelo sargento-mor Diogo de Campos Moreno e um outro, chamado *Rezão do Estado, do Brasil no governo do Norte somete asi como o teve dō Diogo de Menezes até o anno de 1612*.

⁴¹ Beatriz Siqueira Bueno. *Desenho e desígnio – o Brasil dos engenheiros militares...*, p. 44.

⁴² Marcos Carneiro de Mendonça. *Raízes da Formação Administrativa do Brasil...*, p. 763.

que se declarão em hua minha Provisão que mandei passar de que se vos dara a copia e enquanto durar o vosso cargo de Governador não hireis por nenhum caso a Pernambuco salvo se tiverdes expressa ordem minha para o fazer porque de outra me havei por muito mal servido de vos alem de se haverem de executar comvosco em particularmente as penas que na Provisão referida se apontão.⁴³

O local de residência dos governadores-gerais foi por muito tempo uma preocupação da monarquia portuguesa. A Carta Régia de março de 1614 instruíu Gaspar de Sousa a residir em Salvador e pedia explicações pela sua demora em Pernambuco⁴⁴ e o Alvará de fevereiro de 1620 disciplinava esse assunto para todos os governadores⁴⁵. A presença em Pernambuco era mais atraente para os governadores, mas incômoda aos donatários da capitania.

A partir do regimento de Gaspar de Sousa havia instruções sobre o armamento e a formação de tropas na Bahia e nas capitânicas compostas pelos moradores de acordo com o Regimento Geral das Ordenanças⁴⁶ e, no de Roque da Costa Barreto, foi acrescentado o exercício mensal em suas freguesias, e de alardos gerais, a cada três anos. Seu regimento ordenava a formação das milícias, exceto no “Rio de Janeiro e Pernambuco, e suas anexas, a cujos Governadores tenho

concedido êstes Provimentos, na forma dos seus Regimentos”⁴⁷. Cabia ao governador-geral prover os postos escolhendo entre “as pessoas principais, capazes e idôneas”⁴⁸ do lugar que receberiam as patentes de “coronéis, sargentos-mores, capitães, e ajudantes, como é estilo (...)”⁴⁹, estando sujeita à escolha a confirmação real.

As milícias foram organizadas no Reino após a Restauração e trazidas para o Estado do Brasil em seguida, formando com as tropas regulares e as Ordenanças o seu sistema de defesa. O Rio de Janeiro e Pernambuco estavam excluídos, pois tinham uma organização militar diferente. O Rio de Janeiro tinha como sua organização básica “o terço, antiga unidade portuguesa (...) e eram divididas em três terços que tomam o nome das freguesias em que se formavam; Candelária, São José e Santa Rita, e mais um dos homens pardos libertos”⁵⁰. Após a expulsão dos holandeses, as tropas localizadas em Pernambuco foram reorganizadas e criado um “regimento de dragões auxiliares a pé, formando dois batalhões de dez companhias cada um, com o efetivo de 1.200 homens entre soldados e oficiais, repartidos pelos distritos de Olinda, Recife, Beberibe, Cabo e Iguaçu”⁵¹.

O regimento de Costa Barreto aumentou de cem para 120 do número de bombardeiros remunerados com os mesmos privilégios dos artilheiros da cidade de Lisboa⁵². Estabelecia também a incorporação das

⁴³ APEB - S. C., estante 1, caixa 146, livro 264, p. 91.

⁴⁴ BNRJ – OR. F, 5, 8.

⁴⁵ BNRJ – OR. F, 5, 8.

⁴⁶ A organização das Ordenanças em Portugal ocorreu em meados do século XVI e foi regulamentada pelo Regimento de 1570. Sua formação ocorreu a fim de repelir os ataques dos corsários estrangeiros contra as costas portuguesas. A intenção era criar tropas adestradas que pudessem ser facilmente reunidas para combate. O serviço nas Ordenanças ia dos 20 aos 65 anos e sua organização e hierarquia pretendia envolver amplamente a população, dos grandes aos populares. Foram organizadas as Ordenanças nas capitânicas brasileiras e suas várias companhias eram comandadas por um capitão, possuindo também um alferes, sargentos e cabos de esquadra. Os recursos necessários para os exercícios vinham das Câmaras. Ver MOTES Y NICOLAU, Juan Maluquer. ORDENANÇAS. In: SERRÃO, Joel. *Dicionário de história de Portugal. IV vol.* Porto: Livraria Figueirinhas, 1992, p. 446.

⁴⁷ Marcos Carneiro de Mendonça. *Raízes da Formação Administrativa do Brasil...*, p. 769.

⁴⁸ Marcos Carneiro de Mendonça. *Raízes da Formação Administrativa do Brasil...*, p. 769.

⁴⁹ Marcos Carneiro de Mendonça. *Raízes da Formação Administrativa do Brasil...*, p. 769.

⁵⁰ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 14ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1976, p. 312.

⁵¹ PAULA, Eurípedes Simões de. A organização do Exército Brasileiro. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico*. Tomo II. 1ª volume. *O Processo de Emancipação*. São Paulo; Rio de Janeiro: DIFEL, 1976, p. 266.

⁵² “Os artilheiros formavam corpo separado; eram uma espécie de empregados que deviam existir em cada praça e que, em campanha, apenas guarneciam as peças para executarem o tiro; gozavam de gratificação especial e de privilégios (...)” (MOTES Y NICOLAU, Juan Maluquer. EXÉRCITO. In: SERRÃO, Joel (Org.). *Dicionário de História de Portugal*. II vol. Porto: Livraria Figueirinhas, 1992, p. 507).

novas orientações a respeito da organização militar nas conquistas ultramarinas surgidas “com a elaboração do regimento das fronteiras de 29 de agosto de 1645, o qual regulou minuciosamente o sistema de promoções, baixas, pagamentos de soldo, suprimentos e contabilidade geral das tropas”⁵³ ordenando a concessão de patentes e as promoções. De acordo com o Regimento das Fronteiras só poderá ser provido no posto de capitão de infantaria,

a quem não tiver servido seis anos efetivos de soldado, e três de Alferes, ou dez anos efetivos de soldado (...) se fôr pessoa de muita qualidade, em que concorra virtude, ânimo, e prudência, se poderá admitir em ser consultado em Capitão havendo servido na Guerra seis anos efetivos, ou ao menos cinco, o que se permite às tais pessoas, porque com razão se pode presumir nêles maior capacidade, mais antecipadas notícias, e inubitável valor, e por êstes respeitos é bem não dilatar nêles tanto os provimentos, como nos mais.⁵⁴

A exigência para a patente de alferes era de indivíduos que “tenham parte para o serem” e que tivessem servido “quatro anos efetivos, e há-de-constar por certidão de fês de ofícios”. O mesmo tempo era exigido para sargentos, sendo as “nomeações dêstes postos [feitas pelos] Capitães, aprovados pelos Mestres de Campo e confirmados pelo Governador”. Para o posto de tenente de mestre de campo general os nomeados “hão-de-ter primeiro ocupado o posto de Sargento-Mor de Infantaria paga”. O regulamento organizou também o pagamento das tropas e, por isso, instruiu o “Provedor-Mor de minha Fazenda,

e Escrivão da matrícula, que não assente praça dos postos acima referidos a pessoas, em que não concorram os requisitos”⁵⁵. Caso isso não acontecesse, dispunha o regimento que “assentando algumas das ditas praças contra o disposto nos ditos capítulos, serão privados dos seus ofícios e ficarão inábeis para tornarem a entrar em meu serviço e pagarão de suas casas os soldos que as tais pessoas receberem”⁵⁶, e, caso tenham sido providos pelo governador, “lh’o replicarão por escrito e quando, sem embargo disso, lh’o mandarem, me darão conta pelo meu Conselho Ultramarino e as tais pessoas, que forem proibidas pelos ditos requisitos, se lhes não fará bom tempo, e os soldos que receberem se haverão pela Fazenda do Governador”⁵⁷. Em síntese, de acordo com a instrução, a monarquia exigia o cumprimento das regras de ascensão e reclamava para si qualquer decisão em contrário, procurando com isso melhorar a qualidade das tropas e disciplinar o preenchimento desses ofícios que eram utilizados, muitas vezes, exclusivamente, como instrumento de concessão de privilégios e de construção e favorecimento de clientelas.

Por fim, é preciso destacar que as preocupações com a defesa do litoral em geral aparecem nos regimentos de Tomé de Sousa, Francisco Giraldes, Gaspar de Sousa e Diogo de Mendonça Furtado, indicando a necessidade de combater os corsários ou indicando que algum funcionário o fizesse. Orienta a construção de diversos tipos de embarcações (navios, caravelas, galeotas), aproveitando as madeiras existentes no Brasil. No regimento de Tomé de Sousa isso seria realizado com recursos da Fazenda Real e, quando feito por particulares, com autorização do governador ou do provedor⁵⁸. Já no de Francisco Giraldes, a realização deveria ser com mantimentos e pessoal financiados com recursos voluntá-

⁵³ SALGADO, Graça (coord.) *Fiscais e Meirinhos. A administração no Brasil Colonial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1985, p. 102.

⁵⁴ Marcos Carneiro de Mendonça. *Raízes da Formação Administrativa do Brasil...*, p. 807. Instrução do Regimento de Roque da Costa Barreto. Todas as citações a seguir tem a mesma referência.

⁵⁵ Marcos Carneiro de Mendonça. *Raízes da Formação Administrativa do Brasil...*, p. 808.

⁵⁶ Marcos Carneiro de Mendonça. *Raízes da Formação Administrativa do Brasil...*, p. 808.

⁵⁷ Marcos Carneiro de Mendonça. *Raízes da Formação Administrativa do Brasil...*, p. 809.

⁵⁸ Esses barcos, “sendo de quinze bancos ou daí para cima, e que tenham de banco a banco três palmas de guoa; hei por bem que não paguem direitos nas minhas Alfândegas do reino, de todas as munições e aparelhos que para os ditos navios forem necessários; fazendo-os de dezoito bancos e daí para cima, hajam mais quarenta cruzados de mercê, à custa da minha Fazenda, e para ajuda de os fazerem (...)” (Marcos Carneiro de Mendonça. *Raízes da Formação Administrativa do Brasil...*, p. 45).

rios dos donos de engenhos de açúcar para combater os corsários que assolavam o litoral brasileiro. Nos regimentos de Francisco Giraldes, Gaspar de Sousa e Diogo de Mendonça Furtado, iriam para as galés os negros rebeldes e outros criminosos. O pagamento pontual da gente de guerra, associado à fiscalização da posse das armas obrigatórias, é uma instrução encontrada a partir do regimento de Gaspar de Sousa.

Finalizando o panorama que estamos apresentando a respeito das instruções relativas à organização militar e à defesa, temos que destacar a presença de instruções, em todos os regimentos, acerca dos indígenas. Durante a União Ibérica elas incorporaram a experiência castelhana no trato com os nativos e instruções voltadas para a catequese, proteção dos privilégios a eles concedidos⁵⁹, favorecimento aos índios batizados, entre outros, são encontradas nos três regimentos do período. Em linhas gerais, os regimentos elaborados no século XVII tinham orientações voltadas para a execução e cumprimento da lei sobre a liberdade dos índios⁶⁰.

Além das preocupações com os indígenas, merece destaque também as orientações voltadas para os mamelucos fugitivos isentos de culpas graves⁶¹. Em linhas gerais, os termos se repetem nos diversos regimentos e, de acordo com Diogo de Mendonça Furtado, a instrução estabelecia que

Por ser informado que naquellas partes andão muitos mamalucos ausentes e fugidos por ferimentos e outros insultos, hei por bem

que indo, os ditos mamalucos que andão ausentes e que não tiverem culpas graves, nem parte offendida, vão convosco a alguma guerra, mandando-lhe, ou permitindo-lhe vós lhes podereis perdoar em meo nome as culpas que tiverem, com parecer da Relação na forma que pelo Regimento ordeno se passe os perdoens.⁶²

A atenção dada aos mamelucos relaciona-se com o papel desempenhado por eles na história da colonização portuguesa no América. Foram eles que levaram as fronteiras da conquista americana de Portugal além do limite de Tordesilhas, interiorizando a colonização. Devido a sua bagagem cultural híbrida, eram capazes de enfrentar os perigos naturais e humanos apresentados pelas matas inexploradas do interior da América portuguesa. Como afirma Ronaldo Vainfas,

Criados por suas mães índias, quer no seio da cultura nativa, quer nos núcleos de colonização, os mamelucos herdaram dos nativos o *savoir faire* necessário às lides do chamado sertão. Herdaram o conhecimento da geografia, o modo prático de abrir trilhas na floresta, de contornar o perigo das feras e cobras, de utilizar ervas terapêuticas com desenvoltura de curandeiros (pequenos pajés). Herdaram o saber e as técnicas guerreiras, em especial o manuseio do arco e flecha, arma por vezes mais eficiente que a espingarda ou o arcabuz europeu. Herdaram,

⁵⁹ Giraldes veio para o Brasil com a orientação de isentar os indígenas que se convertessem do pagamento de dívidas, por tempo de 15 anos, dando-lhes terras para que fizessem suas roças de mantimentos.

⁶⁰ Essas leis garantiam a liberdade dos indígenas, convertidos ou não; proibiam o seu cativeiro; obrigavam o pagamento dos seus serviços e só autorizavam a guerra por meio de decisão dos poderes constituídos, entre outras questões. A primeira lei que estabelecia a liberdade dos indígenas foi elaborada por D. Sebastião, em 1570. Com a União Ibérica, seguiram-se alvarás e outras leis, como a de 22 de agosto de 1588, que confirmou a lei de D. Sebastião. Seguiram-se outras, com teor assemelhado, em novembro de 1595 e os alvarás de 1605 e 1609, por fim, a lei de outubro de 1611. Sobre essas questões ver SILVA, Francisco Ribeiro. A legislação seiscentista portuguesa e os índios do Brasil. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Brasil. Colonização e Escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 15-27.

⁶¹ No início da colonização ocorreu em grande número a união entre portugueses e índias, que resultaram em filhos mestiços ou mamelucos. Na região de São Paulo, as suas elites tiveram origem mestiça e, por isso, até meados do século XVII, era comum a expressão "filho de branco" que "enfatizava a importância de ter um pai branco" (NAZZARI, Muriel. Da escravidão à liberdade: a transição de índio administrado para vassalo independente em São Paulo Colonial. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Brasil. Colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 33). Segundo Vainfas, predomina a compreensão de que essa mestiçagem entre brancos e índios originou os mamelucos, assim chamados em "razão de sua agressividade na caça de escravos" (VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1800)*. São Paulo: Objetiva, 2000, p. 366).

⁶² APEB, S.C., estante 1, caixa 146, livro 264, p. 111.

enfim, o conhecimento da língua a que os jesuítas chamavam a 'mais falada na costa do Brasil' o que fazia deles os intérpretes por excelência do colonizador português.⁶³

Aqui destacamos a importância dos mamelucos e também dos indígenas e a razão de estarem presentes nos diversos regimentos. Como intérpretes do colonizador, no caso dos mamelucos, e conhecedores das matas, como eram os dois tipos sociais, foram os indígenas e os mamelucos de grande importância para a penetração e a defesa do território, daí as atitudes nas instruções dos regimentos. Assim, os mamelucos eram perdoados para que pudessem ir "convosco a alguma guerra"⁶⁴ e os indígenas, regularmente convocados a formar tropas de "frecheiros" (hábeis com as flechas) para os diversos enfrentamentos e conflitos existentes seja com estrangeiros – a guerra contra os holandeses – seja para enfrentar tribos indígenas rebeldes, como a chamada Guerra dos Bárbaros⁶⁵.

PATENTES E CARREIRAS MILITARES DOS GOVERNADORES-GERAIS DO ESTADO DO BRASIL NO PÓS-RESTAURAÇÃO

Muitos dos governadores-gerais enviados à América portuguesa durante os séculos XVI e XVII exerceram, em momentos

de sua vida, cargos que, de alguma forma, tinham funções militares. Entre 1548 e 1700, servidores da monarquia enviados como governadores do Estado do Brasil desempenharam funções de comando de Armadas, exerceram patentes militares e participaram de guerras em terra e no mar a serviço da monarquia portuguesa em carreiras que aconteceram antes ou depois de governarem a conquista portuguesa da América.

O primeiro governador-geral, Tomé de Souza⁶⁶, na década de 20 e na primeira metade da década de 30 do século XVI, esteve na África e na Ásia. No Marrocos esteve em Safim e serviu em Arzila, onde foi fronteiriço⁶⁷ e lutou contra os mouros⁶⁸. Na Ásia, participou de uma Armada comandada por Vasco Peres de Andrade, capitaneando uma nau, que esteve em Cochim, cidade e porto na costa do Malabar, na Índia, durante o ano de 1535⁶⁹.

Gaspar de Sousa⁷⁰, nomeado para o governo-geral em 1612, antes de vir para o Estado do Brasil teve grande participação militar, sendo por isso agraciado com diversas mercês por Felipe II e Felipe III. Ele lutou na África, em Alcácer Quibir, onde foi preso, nas batalhas travadas na Ilha Terceira contra os franceses que apoiavam os partidários de D. António, Prior do Crato; atuou como capitão de tropas portuguesas na Invencível Armada espanhola; na formação de terços⁷¹ portugueses para a guerra contra a

⁶³ VAINFAS, Ronaldo. *A Heresia dos Índios*. São Paulo: Cia das Letras, 1995, p. 142-143.

⁶⁴ APEB, S.C., estante 1, caixa 146, livro 264, p. 111.

⁶⁵ Ver PUNTONI, Pedro. A arte da guerra no Brasil: tecnologia e estratégia militares na expansão da fronteira da América portuguesa (1550-1700). In: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor, KRAAY, Hendrik. *Nova História Militar brasileira*. Editora FGV, 2004, p. 43-66.

⁶⁶ Tomé de Sousa "foi um fidalgo honrado, ainda que bastardo, homem avisado, prudente e mui experimentado na guerra da África e da Índia, onde se mostrou mui valoroso cavaleiro em todos os encontros que se achou (...)" (SOUZA, Gabriel Soares. *Notícia do Brasil*. São Paulo: DAC - MEC, 1974, p. 62).

⁶⁷ Capitão ou governador de praça de fronteira.

⁶⁸ QUINCAS, Amaro. Sousa, Tomé de. In: SERRÃO, Joel. *Dicionário de história de Portugal*. vol.VI. Porto: Livraria Figueirinhas, 1992, p. 80/82. Durante a estada de Tomé de Sousa no Marrocos, a situação na região era delicada devido à crescente reação da população local que levou "D. João III proceder a consultas aos seus principais conselheiros em 1529 e, mais tarde, em 1536 (...) se se deviam manter ou largar as praças e, no caso de abandono, quais deveriam ser conservadas" (FARINHA, António Dias. Norte da África. In: BETHENCOURT, Francisco & CHAUDHURI, Kirti. *História da expansão portuguesa*. Volume 1. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, p. 131). A indecisão dos conselheiros criou condições dramáticas para a presença portuguesa e o abandono de Safim, Azamor, Alcácer Ceguer e Arzila, seguida de outras derrotas e perdas. A questão do Norte da África voltou à tona, mais tarde, com D. Sebastião e a Batalha de Alcácer Quibir em 1578.

⁶⁹ DIAS, Carlos Malheiros. *História da colonização portuguesa do Brasil*. 3ª volume. Porto, Portugal: Litografia Nacional, 1924, p. 330.

⁷⁰ Ver Francisco Carlos Cosentino. *Governadores-gerais do Estado do Brasil...*, p. 166-179.

⁷¹ "Terço (Termo Militar) Responde ao que os Romanos chamavam Legião, & os Alemães, Franceses, &c. chamão Regimento. (...) como hoje os Terços Hespanhoes excedem poucas vezes de mil, por ventura de esse numero chamados Terços, por ser a terceira parte de hum Regimento Francez, ou Alemão" (D. Raphael Bluteau. *Vocabulário Portuguez e Latino*, vol. VIII, p. 110).

França⁷² e contra os holandeses⁷³. Pela participação na invencível Armada, foi nomeado pelo Duque de Medina Sidonia, seu comandante, “cavo e governador de uno de los tercios de Portugal, para que en el dicho servicio pueda prender e castigar y dar licencias y despedir de la misma forma y manera que yo lo había, que para todo ello le doy poder y comisión bastante”⁷⁴.

Após a Restauração, os 15 governadores que vieram para a conquista da América até 1702 tiveram carreiras militares na guerra contra a Espanha, uma das prioridades da monarquia bragantina após 1640. A Restauração colocou para o Reino lusitano tarefas inadiáveis vinculadas à consolidação da sua independência e a sobrevivência da dinastia de Bragança. A diplomacia na Europa e a guerra, no Reino e no ultramar, foram as tarefas fundamentais até o final do século XVII. Tarefas que, no fim das contas, foram bem-sucedidas, consolidando a independência e a dinastia portuguesa. Assim sendo, considerando as prioridades dos serviços da fidalguia ao monarca, a guerra desempenhou um papel de destaque na vida da aristocracia lusitana nesse momento pós-Restauração e, em parte, explica as carreiras seguidas por muitos fidalgos das principais casas aristocráticas de Portugal.

Ao indicarmos a carreira militar dos que foram enviados como governadores-gerais para o Estado do Brasil, não estamos afirmando que a experiência militar seja requisito para o exercício do governo dessa parte do Império português. A função de um governador-geral não se restringia ape-

nas aos assuntos militares, mas abarcava um conjunto de atividades próprias do que se qualificava na época como governação. Assim sendo, sua qualidade social fidalga e sua experiência nos Exércitos portugueses, davam a eles a experiência de comando e governo que os habilitava ao exercício dos cargos próprios da sua origem social, como era o governo-geral do Estado do Brasil.

A guerra da Aclamação “foi o mais prolongado conflito militar da história portuguesa, pois arrastou-se durante quase três décadas”⁷⁵. Não foi uma guerra contínua, pois, para a “monarquia hispânica, os primeiros 18 anos foram de ‘guerra defensiva’ pois só depois de 1657, quando a situação militar da Catalunha se estabilizou, é que se puderam canalizar os recursos para a frente ocidental”⁷⁶. Para os portugueses, “a guerra teve quase sempre uma feição defensiva”⁷⁷. As dificuldades portuguesas⁷⁸ eram grandes, pois

Restauração em 1640 surpreendeu Portugal numa situação de despreparo militar que só não resultou em consequências mais danosas graças a que, nos primeiros anos quarenta, Madri optou por sufocar a insurreição da Catalunha, (...) adiando a tarefa de esmagar a secessão lusitana, estrategicamente menos ameaçadora.⁷⁹

Em verdade, a monarquia espanhola não acreditou na continuidade da revolta portuguesa sendo D. João IV chamado de “rey de

⁷² Na correspondência (*Cartas para Álvaro de Sousa e Gaspar de Sousa*. CNCDP/Centro de História e Documentação Diplomática-MRE, 2001, p. 60-61) entre Felipe II e Gaspar de Sousa o assunto era o terço com soldados portugueses que deveria embarcar para Ferrol, na Galícia, durante os conflitos com Henrique de França (1591), ver ELLIOTT, J. H. *La Europa Dividida*. 1559-1598. Madrid: Siglo XXI Editores, 1973, p. 352-353.

⁷³ Conforme carta de Cristóvão Moura ao rei afirmando “que he verdade que Gaspar de Sousa, gentil homen da boca d el Rey meu senhor e do seu Conselho, levantou per mandado do dito senhor neste reino hu terço de infantaria portuguesa, que depois foi servir a Flandres (...)” (*Cartas para Álvaro de Sousa e Gaspar de Sousa...*, p. 74).

⁷⁴ *Cartas para Álvaro de Sousa e Gaspar de Sousa...*, p. 60.

⁷⁵ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. A Guerra da Aclamação. In: HESPANHA, António Manuel. *Nova História Militar de Portugal*, volume 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, p. 271.

⁷⁶ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *A Guerra da Aclamação...*, p. 271.

⁷⁷ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *A Guerra da Aclamação...*, p. 271.

⁷⁸ Portugal “não dispunha de sistema de fortificações nem de Exército moderno, as próprias coudelarias tinham sido suprimidas por Madri, faltavam chefes militares (em serviço na Catalunha ou na Flandres, e dos melhores)” GODINHO, Vitorino Magalhães. 1580 e a Restauração. In: GODINHO, Vitorino Magalhães. *Ensaio sobre a História de Portugal*. vol. II. Lisboa: Livraria Sá Costa Editora, 1968, p. 285.

⁷⁹ MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada. Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 3ª edição. São Paulo: Editora 34, 2007, p. 259.

un solo invierno”⁸⁰, pois, diante do “éxito inicial de la sublevación, alguien sentencio que el aclamado Duque de Bragança sólo sería rey durante el invierno del 41, es decir, hasta que el monarca español pudiera disponer de la fuerza militar suficiente para recuperar aquel trono, ahora en manos de ‘rebeldes’”⁸¹. Por outro lado, as carências militares portuguesas eram diversas e, em parte, decorriam da sua história militar, a de “um país que, durante mais de 150 anos (entre Toro [1476] e a Aclamação [1640]), não participou em operações militares na Europa, onde as grandes inovações se iam verificando”⁸². Assim, a nova monarquia teve que organizar as forças militares e os sistemas de defesa. Medidas políticas, financeiras e de organização militar foram adotadas premidas pelo tempo e pelas dificuldades internas e internacionais.

A organização do Conselho de Guerra foi uma das primeiras iniciativas “estabelecendo uma estrutura unificada e permanente de comando, o qual recebe regimento em 22.12.1643. Tratava-se de um tribunal real (...)”⁸³ cujo funcionamento era o costumeiro do aparato sinodal da monarquia portuguesa, com respeito rigoroso às hierarquias e ao cerimonial “ocupado no despacho das consultas dirigidas ao rei, nas respostas às cartas dos generais, na nomeação dos oficiais e ministros militares e na apreciação das petições particulares (...)”⁸⁴. Tinha funções estratégicas, cabendo a ele

dar parecer não só sobre a nomeação de todos os postos militares superiores – capitães-gerais, governadores de armas, capitães-mores das praças – mas ainda sobre os exércitos e armadas convencionais, e seu recrutamento, sobre a fábrica das naus, sobre a fortificação dos lugares⁸⁵.

Medidas para reorganizar o sistema de defesa e reaparelhar as tropas foram adotadas⁸⁶ e as de maior significado foram: a reorganização das estruturas militares e a constituição de tropas pagas⁸⁷. Por meio de uma carta régia (1643)⁸⁸ sobre recrutamento em Santarém e do Regimento dos Governadores de Armas (1650)⁸⁹ estava “criada uma estrutura militar geral, tendencialmente permanente e paga, baseada no recrutamento dos filhos-família”⁹⁰ que se manteve até o século XVIII. No topo dessa hierarquia, os governadores de armas das províncias (comandantes territoriais das províncias) com as tropas comandadas pelos mestres de campo general (comandante operacional das tropas de uma província) com as armas chefiadas por tenentes-gerais de artilharia (comando de todo o armamento de artilharia) e tenentes-gerais de cavalaria (comando da cavalaria de uma província)⁹¹, a seguir os mestres de campo, generais de artilharia e generais de cavalaria. Em seguida, um conjunto de outros cargos de comando que não vem ao caso destacar neste estudo.

⁸⁰ VALLADARES, Rafael. Sobre Reyes de Invierno. El Diciembre Portugués y Los Cuarenta Fidalgos (O Algunos Menos, Con Otros Más). In: *PEDRALBES. Revista d'Historia Moderna*. Universitat de Barcelona, 15, 1995, p. 103.

⁸¹ Rafael Valladares. Sobre Reyes de Invierno... p. 103. Ver também VALLADARES, Rafael. *Portugal y la Monarquía Hispánica, 1580-1668*. Madrid: Arco Libros, 2000.

⁸² HESPANHA, Antonio Manuel. Introdução. In: _____. *Nova história militar de Portugal*, volume 2. Lisboa: Círculo dos Leitores, 2004, p. 9. Os portugueses tiveram experiência de guerras no ultramar “em que se defrontavam tradições e práticas bélicas razoavelmente exóticas, e em que a componente da guerra terrestre, central no modelo militar europeu, era substituída por uma fortíssima componente naval (...)” (Antonio Manuel Hespanha. *Introdução...*, p. 9).

⁸³ HESPANHA, António Manuel. A administração militar. In: _____. *Nova história militar de Portugal*, volume 2. Lisboa: Círculo dos Leitores, 2004, p. 175.

⁸⁴ Antonio Manuel Hespanha. A administração militar..., p. 175.

⁸⁵ Antonio Manuel Hespanha. A administração militar..., p. 175.

⁸⁶ ESPÍRITO SANTO, Gabriel do. *Guerras e campanha militares. Restauração, 1640-1668*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2008, p. 36.

⁸⁷ Havia uma proposta de “ordenações militares que de novo se pertendem introduzir e praticar neste reyno” (Biblioteca Nacional de Lisboa – Coleção Pombalina, Cod. 673. Miscellanea. Legislação e historia. Papeis vários), conforme os comentários de João Mendes de Vasconcelos, que não se concretizaram. Essas ordenações, por razões desconhecidas, não foram promulgadas (BEBIANO, Rui. *A Arte da Guerra*. In: Antonio Manuel Hespanha. *Nova história militar de Portugal*, volume 2. Lisboa: Círculo dos Leitores, 2004, p. 129).

⁸⁸ José Justino de Andrade e Silva. *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa...*, p. 209-211.

⁸⁹ José Justino de Andrade e Silva. *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa...*, p. 58-61.

⁹⁰ Antonio Manuel Hespanha. A administração militar..., p. 174.

⁹¹ Gabriel do Espírito Santo. *Guerras e campanhas militares. Restauração...*, p.37.

Destacaremos as duas maiores patentes das tropas terrestres. Em primeiro lugar o governador de armas das províncias. Esse é o posto mais elevado,

desta architectura militar, a sua ordem esta nam so o q' toca a milicia mas os povos e justiça da Provincia q' elle governa, consulta el Rey todos os postos athe o de M^e de Campo exclusive, tem authoridade e mando nam só em tudo o q' toca aos officiaes de guerra mas ainda dos da Fazenda e suppostos q' este repliquem a alguma ordem q' ce nam seja conforme ao Regim^{to} de S Mag^{de} contudo sam obrigados a obedecer dando a El Rey esta noticia p^a sua descarga (...).⁹²

Em seguida, estavam os mestres de campo generais. Para "este posto he necessario hum soldado q' possa dizer q' he consumado na arte militar"⁹³, pois cabe a ele "dispor e ordenar praticam^{te} todo o exercito regular as provizoes, dispor as marchas, os alojam^{tos}, as batalhas, reparar os accidentes, e saber a [...] saber se ham de atacar as praças (...) "⁹⁴. Devido à importância dessa patente, "menos mal he haver hum governador das armas mediano soldado com hum gr^{de} Mestre de campo G^{al} do q' hum mediano M^e de Campo g^{al} com hum bom Governador das armas"⁹⁵.

Quanto à composição e origem social da alta hierarquia militar desse período, destacamos duas questões com relação aos comandos militares. Primeiro, "as nobrezas mantiveram uma importância matricial e indiscutível nos comandos dos Exércitos reais"⁹⁶ e, a "hegemonia da fidalguia de corte na ocupação dos postos supremos da força bélica e, em particular, dos que se situam na

Corte ou mais próximos de Lisboa, não oferece grandes dúvidas"⁹⁷. Segundo, apesar das exigências modernas impostas às forças militares nos seiscentos, e o papel que desempenhavam a infantaria e a artilharia, permaneceu uma mentalidade medieval, segundo pensadores da época e a cavalaria continua sendo considerada como a mais nobre das armas. Essa é a percepção de Luís Mendes de Vasconcelos que, conforme indica Hespanha, afirmou que,

O capitão de cavalaria é também por ele tido como mais nobre do que o de arcabuzeiros, ao passo que os generais de cavalaria são considerados "nobilíssimos". Um Alvará de 1624 (6 de fevereiro) continua a afirmar que servir na cavalaria "pertence particularmente às pessoas nobres, e fidalgos".⁹⁸

A reorganização das forças militares portuguesas levou em consideração o espaço português e a defesa terrestre do interior do território lusitano em oposição ao inimigo, vizinho e principal, a Espanha. Cada província formou uma unidade de comando autônomo, atenuada pela direção do rei por meio do Conselho de Guerra e com posição hierárquica abaixo do conselho, dos governadores de armas. Assim sendo, de acordo com essa perspectiva defensiva e priorizando a guerra terrestre contra a Espanha, o Alentejo tinha a maior importância estratégica: "um dos principais teatros de guerra na perspectiva de uma invasão por terra (...) Na raia, os seus pontos fortes eram Olivença, Elvas, Campo Maior, Estremoz e Évora, praças dotadas de fortificações modernas"⁹⁹. Essa também era a compreensão da

⁹² ANTT - Manuscritos da Livraria, 1096, fol. 50v.

⁹³ ANTT - Manuscritos da Livraria, 1096, fol. 50.

⁹⁴ ANTT - Manuscritos da Livraria, 1096, fol. 50.

⁹⁵ ANTT - Manuscritos da Livraria, 1096, fol. 50.

⁹⁶ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Comandos militares e elites sociais. In: HESAPANHA, Antonio Manuel. *Nova história militar de Portugal*, volume 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, p. 101.

⁹⁷ COSTA, Fernando Dores. Fidalgos e Plebeus. In: HESAPANHA, Antonio Manuel. *Nova história militar de Portugal*, volume 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, p. 105. Villas Boas Sampayo, sobre os cargos elevados da hierarquia, afirmou que "O cargo de General, de Mestre de campo General, de General da Cavallaria, da Artelharia, e outros postos, por rasão dos quaes se entrega o Exercito, ou partes principaes delle a quem os possui, são nobilíssimos. E posto que vemos que semelhantes cargos se provem de ordinário em pessoas da primeira qualidade, e nobreza (...)" (Antonio de Villas Boas e Sampayo. *Nobiliarchia Portugueza...* p. 138).

⁹⁸ Antonio Manuel Hespanha. Introdução..., p. 15.

⁹⁹ Antonio Manuel Hespanha. Introdução..., p. 30.

época e para o Conde da Ericeira: “Alem-Tejo, primeira Província de Portugal”¹⁰⁰. Em seguida, a província do Minho, não por ser via de acesso “a lugares politicamente nevrálgicos do país, que lhe ficavam longínquos. Mas pela sua própria riqueza. Em tempo de guerra, os seus campos férteis podiam proporcionar boas presas de mantimentos, nomeadamente de gado e cavalos”¹⁰¹. Por fim, a Beira, o Trás-os-Montes, a Estremadura e o Algarves não constituíam regiões relevantes do ponto de vista terrestre, por várias razões, exercendo, em alguns casos, como a região da Estremadura e do Algarves, papéis na defesa marítima, frente de guerra menor no conflito com os espanhóis.

Ressaltamos tudo isso, pois, os personagens que analisamos viveram esse período prestando serviços à monarquia na guerra contra os espanhóis e ocupando posições condizentes com sua qualificação social. Assim, do Conselho de Guerra participaram: António Teles da Silva, D. António Teles de Meneses, D. João Rodrigues de Vasconcelos e Souza, D. Jerônimo de Ataíde, Francisco Barreto, D. Vasco Mascarenhas, Alexandre de Sousa Freire, Afonso Furtado de Mendonça, Roque da Costa Barreto; D. António Luís de Souza Telo de Menezes e D. João de Lencastre.

A grande maioria passou pelo Alentejo. Começamos com os que foram Governadores de Armas. D. João Rodrigues de Vasconcelos e Souza, conde de Castelo Melhor, governou armas das duas mais importantes províncias portuguesas conforme a sua carta

patente para o governo-geral: “nas Províncias do Alentejo & entre Douro & Minho onde por espasso de alguns annos governou as armas de cada hua dellas”¹⁰². D. Jerônimo de Ataíde, conde de Autoguia, quando nomeado para o governo-geral do Estado do Brasil era “governador das armas da província detras os montes”¹⁰³. Ao retornar a Portugal, foi para o Alentejo como governador das armas da província, em dezembro de 1660¹⁰⁴. D. Vasco Mascarenhas, conde de Óbidos, após 1640 foi governador de armas do Reino dos Algarves, em agosto de 1642 foi para o governo do Alentejo e, conforme sua carta patente para o governo-geral do Estado do Brasil, “Governador das Armas da Província do Alentejo e duas vezes governador e capitam geral do Reyno do Algarve”¹⁰⁵, para onde retornou em 1646¹⁰⁶. Governando as armas de outras províncias, tivemos Afonso Furtado de Mendonça que governou a Beira¹⁰⁷, António Luís de Souza Telo de Menezes, Marquês das Minas governou o Minho (1669)¹⁰⁸. Mathias da Cunha quando retornou do governo do Rio de Janeiro, antes de voltar como governador-geral do Estado do Brasil governou as armas do Entre Douro e Minho (1685)¹⁰⁹.

Outros fidalgos que estamos estudando passaram pelo Alentejo como mestre de campo e mestre de campo general. António Teles da Silva foi mestre de campo general¹¹⁰, Francisco Barreto de Meneses¹¹¹ esteve nessa província a partir de agosto de 1646, Alexandre de Souza Freire começou sua carreira militar nas guerras da Restauração¹¹²

¹⁰⁰ ERICEIRA, 3^a conde de (D. Luís de Meneses). *História de Portugal Restaurado*, vol. III. Lisboa: Officina de Joseph Filippe, 1759, p. 538.

¹⁰¹ Antonio Manuel Hespanha. Introdução..., p. 30.

¹⁰² BNRJ – Seção de Manuscritos, 1, 2, 5.

¹⁰³ BNRJ – Seção de Manuscritos, 1, 2, 5.

¹⁰⁴ SANTOS, C.^{el} H. Madureira de. *Catálogos dos decretos do extinto Conselho de Guerra*, 1^a. vol.

¹⁰⁵ BNRJ – Seção de Manuscritos, 1, 2, 5.

¹⁰⁶ “nomeou El-Rei por governador do Algarve segunda vez ao Conde de Óbidos” (ERICEIRA, Conde da. *História de Portugal Restaurado*, II vol. p. 168). Ver ANTT – Chancelaria de D. João IV, Livro 26, fol. 195.

¹⁰⁷ BARRETO, I. A. da Graça. *Monstruosidades do tempo e da Fortuna*. Lisboa: Typographia da viúva Sousa Neves-Editora, 1888, p.158.

¹⁰⁸ GAYO, Felgueiras. *Nobiliário de Famílias de Portugal*. Braga: Oficinas Gráficas Pax, 1941.

¹⁰⁹ SANTOS, C.^{el} H. Madureira de. *Catálogos dos decretos do extinto Conselho de Guerra*, 1^a. vol.

¹¹⁰ ANTT – Chancelaria de D. João IV, Livro 13, fol. 122.

¹¹¹ Sobre Francisco Barreto ver: MENDES, Caroline Garcia, COSENTINO, Francisco Carlos. “Ele valia um exército...”. Carreira, trajetória social e governação de Francisco Barreto de Meneses, governador-geral do Estado do Brasil. *LPH. Revista de História*, nº 20-1, Ouro Preto, 2010, p. 258-312.

¹¹² “Alexandre de Souza Freyre do meu concelho de guerra e a particular satisfação com que me tem servido nas guerras deste Reino em todas as campanhas e facçoens de maior importancia occupando os postos de gov^r da praça de beja, mestre de campo general e ultimamente servindo gov^{er} de mazagão” (ANTT – Chancelaria de D. Afonso VI, Livro 26, fol. 166-166v.)

e Afonso Furtado de Mendonça começou pela Beira onde atingiu o posto de mestre de campo e, em 1647, foi nomeado governador da praça de Campo Maior¹¹³. A carreira de Roque da Costa Barreto começou no Alentejo a partir de 1655¹¹⁴ e António de Souza Meneses, com a patente de mestre de campo, exerceu o comando na Villa de Estremoz (1655), depois da vila de Olivença¹¹⁵ e, em 1658, de Campo Maior¹¹⁶. António Luís de Souza de Menezes, marquês das Minas, iniciou sua carreira militar “ainda na menoridade”¹¹⁷ e atuou “nos Exércitos de Alentejo e Minho”¹¹⁸. Matias da Cunha começou na Província do Minho¹¹⁹, passou para o Alentejo onde foi nomeado comissário general em 1663¹²⁰. D. João de Lencastre¹²¹ começou sua carreira na região em 1662¹²².

Os personagens que estamos estudando foram protagonistas da guerra contra a Espanha nos seus “dois períodos essenciais: até 1656 e desde o ano seguinte até ao fim do conflito militar”¹²³ em 1665, momento crucial para a consolidação dos Braganças onde “os grandes combates sucedem-se: o cerco e a Batalha de Linhas de Elvas, em 1658-1659; a Batalha de Ameixial, em 1663; o ataque, na Beira, a Castelo Rodrigo, em

1664; e, por fim, a última batalha, a de Montes Claros, em 1665, junto de Estremoz”¹²⁴.

Por fim, quatro dos fidalgos que estamos analisando fizeram carreira na Armada¹²⁵. Apesar dos poucos estudos sobre as Armadas portuguesas, sabemos que desde o reinado de Afonso V passaram a existir o Almirantado do Índico e o do Atlântico¹²⁶ que “compreendia então três frotas em serviço ativo: Uma, a do Estreito, que navegava entre as costas algarvias e as marroquinas, outra que cruzava ao largo da costa Norte de Portugal e uma terceira nos mares de os Açores”¹²⁷. Durante a União Ibérica foi formado o Terço da Armada da coroa de Portugal que após 1640 passou a denominar-se Terço da Armada Real do Mar Oceano¹²⁸.

D. Antonio Teles de Menezes foi, após 1640, general da armada de Portugal¹²⁹ para quem, conforme Bluteau, cabia “com mero & misto império, imediato ao Rey, sem recurso, ou appellação a outra pessoa. Toc-lhe repartir as prezas marítimas, & a quinta parte dellas, dar ordem aos portos, & presidir em todas as cousas da navegação, como príncipe dela”¹³⁰.

Afonso Furtado de Mendonça foi “mestre de campo do Terso da Armada”¹³¹. Antonio

¹¹³ SANTOS, C. et H. Madureira de. *Catálogos dos decretos do extinto Conselho de Guerra*, 1^o. vol.

¹¹⁴ Conforme o documento: “tendo respeito aos serviços de Roque da Costa Barreto (...) feitos no Exercito do Alentejo por espaço de oito anos e meio e oito dias desde vinte e cinco de junho de seiscentos e cinquenta e cinco athe treze de outubro de seiscentos sessenta e trez” (ANTT – Chancelaria da Ordem de Cristo. Livro 18, p.254).

¹¹⁵ ANTT – Chancelaria de D. João IV, Livro 16, fol. 333-333v.

¹¹⁶ ANTT – Chancelaria de D. Afonso VI, Livro 34, fol. 206-207v.

¹¹⁷ BNRJ – Seção de Manuscritos, 1, 2, 5.

¹¹⁸ BNRJ – Seção de Manuscritos, 1, 2, 5.

¹¹⁹ ANTT – Chancelaria de D. Afonso VI, Livro 42, fol. 126.

¹²⁰ *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. Afonso VI*, vol III. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1940, p. 281.

¹²¹ Ver: GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *Conexões imperiais: oficiais régios no Brasil e Angola (c. 1680-1730)*. In: BICALHO, Maria Fernanda & FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de governar. Ideias e práticas políticas no Império português. Séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda Editorial, 2005, p.192-197.

¹²² ANTT – Chancelaria de D. Pedro II, Livro 38, fol. 411.

¹²³ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *A Guerra da Aclamação*, p. 275.

¹²⁴ GOUVEIA, António Camões, MONTEIRO, Nuno G. A milícia, p.176.

¹²⁵ Um deles foi António Teles da Silva que serviu em duas Armadas durante o período filipino, sendo que, uma delas foi a Armada da Restauração da cidade da Bahia (ANTT – Chancelaria de Felipe III, Livro 29, fol. 219v.).

¹²⁶ “Há neste Reino dous Almirantes do mar lusitano, que anda nos castros, & do mar indico, que anda na família de Gamas successores do grande Vasco da gama. Hoje em Portugal Almirante He a segunda pessoa depois do General da armada” (D. Raphael Bluteau. *Vocabulario Portuguez e Latino*, Tomo1, p. 272).

¹²⁷ SILVA, Maria Fernanda Espinosa Gomes da. *Marinha de Guerra*. In: SERRÃO, Joel. *Dicionário de história de Portugal*, vol. IV. Porto: Livraria Figueirinhas, 1992, p. 188.

¹²⁸ Maria Fernanda Espinosa Gomes da Silva. *Marinha de Guerra*, p. 188.

¹²⁹ Quando enviado governador manteve o cargo: “general da armada desta coroa e da com que hora mando socorrer a Cidade do Sa(...)ador Bahya de todos os Santos” (BNRJ – Seção de Manuscritos, 1, 2, 5).

¹³⁰ D. Raphael Bluteau. *Vocabulario Portuguez e Latino*, tomo I, p. 272. Ver MENDOZA, Pedro Salazar de. *Origen de las dignidades seglares de Castilla y León (edición facsímil)*. Granada: Universidad de Granada, 1998, p. 166.

¹³¹ ANTT – Chancelaria de D. Pedro II, Livro 38, fol. 411.

Luís da Câmara Coutinho¹³² tem sua carreira militar pouco conhecida, “serviu nas Armas, foy Capitão de mar, e Guerra”¹³³.

Concluindo este ensaio, ressaltamos que pretendemos com ele contribuir para o entendimento das medidas tomadas pela monarquia portuguesa para defesa do litoral das terras do Brasil, assim como identificar comparativamente as instruções trazidas pelos governadores gerais, nos seus regimentos, a respeito da defesa e da organização militar

resgatando características dessas importantes atividades, responsabilidades desse servidor maior da monarquia portuguesa nessa sua parte da América. Por fim, a reconstrução das carreiras militares dos governadores-gerais enviados ao Estado do Brasil entre 1640 e 1702 permite além de reafirmar a alta qualificação social desses fidalgos, identificar aspectos da organização militar portuguesa e de uma das mais longas guerras travadas pelos lusitanos, a Guerra da Aclamação.

¹³² SANTOS, Marília Nogueira dos. A escrita do Império: notas para uma reflexão sobre o papel da correspondência no Império português no século XVII. In: SOUZA, Laura de Mello, FURTADO, Junia Ferreira, BICALHO, Maria Fernanda. *O governo dos povos. Relações de poder no mundo ibérico da época moderna*. São Paulo: Alameda Editorial, 2009, p. 171-192.

¹³³ SOUSA, Antonio Caetano de. *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo X. Lisboa: Academia Portuguesa de História/QuidNovi/Publico, 2007, p. 357. Nos “navios de guerra, o comando da guarnição, quando relativamente numerosa, era exercido por um capitão de infantaria; só mais tarde os dois cargos se confundiram numa só pessoa, militar perito nas manobras de navios; por esse motivo foi chamado capitão de mar e guerra, que, ainda depois, passou a designar um posto na Armada” (MATOS, Gastão de Mello. CAPITÃO. In: SERRÃO, Joel. *Dicionário de história de Portugal*. vol. I. Porto: Livraria Figueirinhas, 1992, p. 472).

Brasil Lindeiro: o Sul (1479-1750)

Luiz Edmundo Tavares

É Professor do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Membro de corpo editorial da *DiaLogos – Revista dos alunos de Pós-Graduação em História da UERJ*. Autor de diversos trabalhos, tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil.

RESUMO

Este artigo tem por propósito discutir a constituição das fronteiras meridionais do Brasil, desde 1479, ano em que foi assinado o Tratado de Alcaçovas – Toledo, até 1750, ano do Tratado de Madri. Demonstra-se como a região do Rio da Prata tornou-se foco das primeiras disputas envolvendo os súditos das duas potências ibéricas que, na América, se prolongaram através dos séculos e, a partir daí, surgiu, sem dúvida, uma História Ibérica no Brasil e não apenas lusitana como é suposto à primeira vista.

PALAVRAS-CHAVE: Fronteiras meridionais do Brasil, Rio da Prata, diplomacia ibérica

ABSTRACT

Abstract: This work aims to discuss the constitution of the Brazilian southern frontiers, during the period ranging from the signing of the Treaty of Alcaçovas-Toledos (1479) to that of the Treaty of Madrid (1750). It will be explained how the region of the Prata river became the object of the first quarrels in America among subjects of both Iberian countries, and how centuries of continuous conflicts caused to emerge an Iberian history in Brazil, a country that at first sight would have an exclusively Portuguese one.

KEYWORDS: Brazilian southern frontiers, Prata river, iberian diplomacy

A gente que ocupou o Brasil Meridional durante o período da colônia, independente da nacionalidade – espanhola ou portuguesa – construiu uma região singular. Brasil de todos, múltiplo, Brasil...

Luiz Edmundo Tavares

Assinalamos o ano de 1479 para iniciar a discussão sobre a busca do entendimento da constituição das fronteiras meridionais do Brasil. Nesse ano foi assinado o Tratado de Alcaçovas-Toledo através do qual Portugal acreditava ter todas as terras firmes e ilhas, descobertas ou por se descobrir, desde que não estivessem sob domínio de príncipes cristãos, ao sul de um paralelo traçado à altura das Canárias. Os espanhóis, entretanto, consideravam que caberiam aos lusitanos as regiões junto ao litoral africano – *contra Guinéa*. As divergências acerca da questão se iniciaram quando Cristóvão Colombo retornou da sua primeira viagem à América e, em Portugal, entrevistou-se com D. João II, rei de Portugal. O soberano, então, afirmou que as terras onde Colombo tinha chegado eram suas, de acordo com o tratado de Toledo, gerando singular querela que acompanhou os Reinos ibéricos até a assinatura do Tratado de Tordesilhas, em 7 de junho de 1494.

El Rey (D. João II) lê mando rescibir à los principales de su casa muy honradamente, y el Rey también lê rescibió com mucha honra, y lê hizo mucho favor y mando sentar y habló muy bien, ofreciéndole que mandaria hacer todo lo que á los Reyes de Castilla y á su servicio compliese complidamente, y mas que por cosa suya; y mostro Haber mucho placer

Del viagem Haber habido buen término, y se haber hecho; mas que entendia que em la capitalación que habia entre los Reyes y él que aquella conquista lê pertenecia...¹

Os Reis Católicos, amparados pelo Papa Alexandre VI, oriundo de Valência, portanto espanhol, buscaram a necessária ajuda junto ao Sumo Pontífice, que apoiou as pretensões castelhanas, emitindo em 3 e 4 de maio de 1493 bulas contrárias aos interesses portugueses. A “*Eximiae Devotionis* concedeu ao Reis de Castela e Leão e seus descendentes as terras firmes, ilhas remotas e incógnitas, descobertas ou por se descobrir para as partes ocidentais e mar oceano, com os mesmos privilégios, imunidades, graças e liberdades anteriormente concedidas aos reis de Portugal nas partes da África, Guiné e Mina de Oiro.”²

Ainda em 3 de maio, data da *Eximiae Devotionis*, foi emitida a 1ª *Intercoetera* que concedeu aos reis Católicos, pela plenitude do poder apostólico, as terras e ilhas desconhecidas desde que não estivessem sob domínio de príncipes cristãos. Em 4 de maio, a 2ª *Intercoetera*, da qual ressaltamos o artigo 8º, foi peculiarmente prejudicial aos interesses portugueses no Atlântico Sul.

E a quaisquer pessoas, de qualquer dignidade, mesmo Real ou Imperial – (de qualquer) estado, grau, ordem ou condição, muito estritamente proibimos, sob pena de excomunhão lato e sententio e, em que incorrem por isso mesmo se se opuserem, de que, para resgatar mercadorias ou por qualquer outra causa, não presumam aproximar-se das ilhas e terras firmes, achadas ou por achar, descobertas ou por descobrir na direção do Ocidente e Meio-Dia, fabricando e construindo uma linha desde o Polo Ártico ao Polo Antártico,

quer as terras firmes ou as ilhas achadas e por achar estejam para o lado da Índia ou para qualquer outro lado, a qual linha diste cem léguas para qualquer das ilhas que vulgarmente são chamadas dos Açores e Cabo Verde, para o Ocidente e Meio-Dia, como antes se diz, sem a vossa especial licença e dos vossos sobreditos herdeiros e sucessores.³

A respeito das bulas mencionadas, acreditamos que sejam necessárias algumas considerações para entendermos, com mais clareza, o porquê da resposta indignada de Portugal.

1. As circunstâncias de dois desses documentos estarem antedatados, torna claríssima a parcialidade de Alexandre VI.

2. A 2ª *Intercoetera*, caso prevalecesse, ao entregar parte substancial do Atlântico Sul aos espanhóis, por certo, dificultaria sobremaneira a continuação do périplo africano pelos portugueses que, desde 1487, já tinham transposto o extremo meridional da África.

3. A diferença de longitudes dos arquipélagos de Açores e Cabo Verde não permitiria a demarcação do meridiano proposto.

4. Coube ao historiador uruguaio José Aguiar Nuestra, embora sem base documental, inferir “(...) que o papa tenha querido traçar, não uma linha, mas sim duas e que o fuso assim formado constituía uma verdadeira de ninguém”.⁴

5. Na verdade, a divisão teria sido sugerida por Colombo, segundo se conclui da carta dos Reis Católicos ao navegador genovês, datada de 5 de setembro de 1493, onde solicitam um último conselho quanto à conveniência de se emendar uma bula que tinha por objetivo sancionar *la raya* proposta pelo navegador Colombo. Este, emérito conhecedor do Atlântico, cartógrafo reconhecidamente competente, não cometeria equívocos dessa ordem, a não ser deliberadamente.⁵

¹ NAIA, Alexandre Gaspar da. “Historiografia dos Descobrimentos”, apud. Luiz Edmundo Tavares. *O Tratado de Tordesilhas: Contradições*. Rio de Janeiro: Uerj. p. 26.

² MACEDO SOARES, José Carlos de. *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939. p. 12.

³ TAVARES, Luiz Edmundo. “O Tratado de Tordesilhas – Contradições”. *Além do Mar Tenebroso*. Rio de Janeiro: Uerj, 1995. p. 28.

⁴ NUESTRA, José Aguiar. *Frontera com el Brasil*. Montevideú. 1936. p. 32.

⁵ TAVARES, Luiz Edmundo, op. cit., p. 29.

Efetivamente, estava em jogo o êxito da expansão marítima portuguesa e a consequente chegada ao Índico na medida em que somente pelo Atlântico Sul ela poderia ser realizada, mesmo assim, com as rotas abertas para oeste como mais tarde as viagens de Vasco de Gama e Pedro Álvares Cabral viriam ratificar.

A assinatura do Tratado de Tordesilhas colocaria provisoriamente um fim à contenda entre os Reinos da Península Ibérica até o início do século XVI. Através dele, Portugal recebia o Atlântico Sul, mantinha a costa ocidental da África e, no caso do Brasil, a chegada de Cabral, em 1500, revelaria o acerto do monarca luso. A Espanha continuava com a propriedade das terras aonde Colombo chegara na sua primeira viagem. A grande questão que envolveria Tordesilhas estava nas regiões cuja localização geográfica era desconhecida pelos ibéricos, principalmente no oriente – as Ilhas Molucas – e no Ocidente – a região do Rio da Prata.

Efetivamente, trocava-se o desconhecido; não era sabido exatamente o que cada Reino recebia e/ ou perdia, fato que possibilitou a secular pendência entre as coroas ibéricas, no que diz respeito às fronteiras dos respectivos limites geográficos nas suas colônias, quer na América, quer no Oriente.⁶

O início do século XVI revelaria algumas fragilidades do Tratado de Tordesilhas e o começo de significativa querela acerca dos limites entre a América espanhola e a América portuguesa. O Atlântico Sul era a única “estrada” que poderia levar ao Oriente, tanto através da rota do Cabo, quanto da passagem pelo Estreito de Magalhães. As suas margens ofereciam as facilidades para reduzir os rigores da travessia do “mar oceano”. No retorno das embarcações à Europa, havia a necessidade de visitar o litoral africano para fazer aguada; nas viagens de ida, esse papel seria da costa brasileira, especialmente através dos portos

de Salvador e do Rio de Janeiro. A melhor rota para o Oriente era aquela que passava junto a Trindade, próximo ao litoral do Espírito Santo e à Baía de Guanabara, tendo sido feita inicialmente por Vasco da Gama e por Pedro Álvares Cabral, e aperfeiçoada no início do século XVII. Dessa forma, a cidade do Rio de Janeiro, “dádiva da Baía de Guanabara”, passaria a ter fundamental importância para a ocupação e manutenção do litoral meridional do Brasil. Acerca da baía, é peculiarmente sugestiva a descrição de Nicolas Barré, participante da Esquadra francesa que invadiu o Rio de Janeiro em 1555, em correspondência enviada a Paris, em fevereiro de 1556, quando assinala:

No dia 10 de novembro, chegamos ao rio Guanabara, rio que mais parece um lago. O local encontra-se exatamente sob o trópico de Capricórnio. (...) A baía é bela e fácil de fixar na memória, pois sua entrada é estreita e fechada de ambos os lados por duas altas montanhas. No meio da dita entrada (que tem cerca de meia légua), há uma rocha, com mais ou menos 100 pés de comprimento e 60 de largura (...) o referido rio é tão espaçoso que todos os navios do mundo poderiam aí ancorar com segurança; sua superfície é cheia de belas ilhas, todas cobertas de verdes bosques (...) ⁷

De fato, a baía tornou-se um perfeito ancoradouro para as expedições que demandavam ao Oriente. “Com um recôncavo fértil e bem drenado por numerosos cursos d’água, proliferaram no local os portos que deram suporte à economia carioca”,⁸ contribuindo para a sua influência na ocupação e manutenção do Brasil Meridional.

As discussões acerca da posse da região platina por parte dos portugueses ou dos castelhanos, que teriam se iniciado na polêmica a respeito da “descoberta” do Rio da Prata pelos lusitanos (Nuno Manoel) ou pelos espanhóis (João Dias de Solis), recebeu

⁶ Idem. p. 30.

⁷ TAVARES, Luiz Edmundo. “Espaço e Lugar: O Rio de Janeiro e o Méier”. *Anais do Museu Histórico Nacional*, volume 35. Rio de Janeiro. 2003. p. 90.

⁸ Idem. p. 90.

maior dimensão com a vinda da expedição de Martim Afonso de Souza. Pouco antes dela, a serviço de Castela, passaram por São Vicente as expedições de Diego Garcia e Sebastião Caboto e, especialmente esta, provocou grande alvoroço na Europa em virtude das notícias da existência de metais preciosos na região, fato que levou D. João III a mandar o Capitão Martim Afonso para constatar a veracidade das informações. O litoral Sul era o seu objetivo maior. Inegavelmente o fracasso da Armada de Martim Afonso de Souza provocou uma reviravolta nos planos do monarca que, ainda em carta datada de 20 de setembro de 1532, escrevia: "(...) vi as cartas que me escrevestes por João de Souza; e por ele soube da vossa chegada a essa terra do Brasil, e como íeis correndo à costa, caminho do Rio da Prata".⁹

O mesmo D. João III, na referida missiva, informava que depois da partida do capitão muitas pessoas tinham solicitado capitânias no Brasil, pleiteando, então, informações a respeito da jornada em curso para que pudesse decidir o que fazer em relação à colônia. Efetivamente, mais tarde, em 1534, decidiu-se pela criação das Capitânias Hereditárias, sepultando provisoriamente o sonho de encontrar prata e ouro.

Ainda em relação ao Sul, Tomé de Souza, primeiro governador do Brasil, em correspondência de 1553, registrava:

São Vicente está em 23 e 3 quartos foi-se agora descobrindo pouco a pouco que esta povoação que se chama cidade de Assunção está muito perto de São Vicente e não devem passar 100 léguas porque pela altura se vê logo claramente. Parece-nos a todos que esta povoação está na demarcação de V. A. e se Castela isto negar mal pode provar que Maluco é seu.¹⁰

A definição lusitana pela colonização a partir de dois pilares básicos, agroindústria açucareira e escravidão, isto é, respectiva-

mente, a Vaca de Leite (Brasil) e a Mãe Preta (Angola), privilegiando o Nordeste, facilitou o desenvolvimento de razoável autonomia, até o início do século XVIII, do eixo Rio de Janeiro, Buenos Aires, Lima, em nossa opinião, sob influência do burgo carioca. Iniciou-se, a partir da década de 80 do século XVI, um comércio marginal com Buenos Aires objetivando abastecer o Potosi, região andina grande produtora de prata, com significativa ocupação humana.

Aí, na montanha, a mais de 6.000 metros de altitude, numa região inhospita, (sic) estava a cidade de Potosi, que surgira naquelas regiões elevadas e frias, depois que, em 1545, se iniciara a descoberta de filões argentíferos. Desde então, formidáveis deslocamentos de população abalaram as partes mais distantes da América do Sul e da Península e a cidade cresceu como um cogumelo. (...) e no meado do século XVII, com 160.000 habitantes, era Potosi a maior cidade do hemisfério ocidental, rivalizando com ela, em população, apenas a cidade do México.¹¹

Era, portanto, a região do Potosi riquíssima, entretanto, além da prata, pouco ou nada produzia. Tudo era importado, e, graças ao sistema de porto único imposto pela coroa espanhola, com preços altíssimos, além da exagerada taxação da prata, propiciou intenso contrabando, tendo nele, os portos do Rio de Janeiro e Buenos Aires, significativa importância. Nesse contexto, a segunda fundação de Buenos Aires por Juan de Garay, em 1580¹², foi particularmente admirável, pois, após esse momento, o Bispo do Tucuman, o português Frei Francisco da Vitória, iniciou o comércio ilegal, tão importante nas relações com o que hoje constitui o Brasil Meridional. "Os documentos do século XVI nos permitem verificar que, apenas fundada a cidade, relações comerciais se haviam entabulado com os portos do Bra-

⁹ NEME, Mário. *Notas de Revisão da História de São Paulo*. São Paulo: Anhembi, 1959. p. 47

¹⁰ GARCIA, Nilo. "O Brasil e a Colonização Portuguesa". In: *Revista Delfos*. Rio de Janeiro: Uerj, 1957. p. 41.

¹¹ MOSES, "Flush Times of Potosi", apud Canabrava, Alice Piffer. *O Comércio português no Rio da Prata: 1580-1640*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1984, p.34, 35.

¹² A primeira fundação (1536-1541), por Pedro de Mendoza, não logrou êxito.

sil; para estes os colonos de Buenos Aires remetiam prata, ouro, farinha, tecidos de algodão e traziam de volta objetos manufaturados de importação portuguesa”,¹³

Em relação ao tráfico negreiro “(...) calcula-se que por volta de 1597 entravam em Buenos Aires, procedentes do Brasil, cerca de 250 escravos por ano, que eram vendidos em Potosi, a 250 pesos cada um; em 1603, o número oficialmente computado chegava a 450”.¹⁴

Outro aspecto que marca os contatos com a gente do Sul está relacionado ao estímulo ao bandeirismo paulista através da ação de D. Francisco de Souza, influenciado pelas *Notícias do Brasil* de Gabriel Soares de Souza. D. Francisco, no final do século XVI, nomeado Governador do Brasil, entre 1608 e 1612, então governador da Repartição Sul, transferiu para a América portuguesa a mentalidade espanhola de buscar ouro nas minas e armou as bandeiras de André Leão e Nicolau Barreto. Mais tarde, D. Luís de Céspedes Y Xérya, governador do Paraguai e senhor de engenhos no Rio de Janeiro, graças ao seu casamento com D. Vitória de Sá, aliou-se a Salvador Correia de Sá e Benevides, Encomiendeiro no Tucuman,¹⁵ contribuindo para ataques de paulistas às reduções jesuíticas do Vale dos Rios Paraguai e Paraná. Cumpre lembrar que nesta época, portanto ainda na vigência da União Ibérica, o número de luso-brasileiros no Potosi e em Buenos Aires era bastante apreciável. Acerca dessa questão Lafuente Machain assinala:

La población de la ciudad al comen-
zar el siglo XVII se calcula que, posi-
blemente, no pasaba de 100 perso-
nas, como dije, y según el padrón de
1664, entonces llegaba a ser unos
1.200 habitantes, más o menos. Los
nativos de Portugal y sus hijos, se-
gún se desprende de los documen-

tos que se conservan, era, de lejos,
el grupo más numeroso incorpora-
do de una manera definitiva o tem-
poraria, a la vida de la ciudad.¹⁶

Se a presença luso-brasileira é marcante em Buenos Aires, em contrapartida, os espanhóis estavam em grande número em São Paulo e no Rio de Janeiro. Atesta tal afirmativa a existência na toponímia carioca o bairro de Copacabana. Em relação à arquitetura, a influência da América Espanhola não deixa dúvidas, como afirmou Aracy Amaral:

O que desejamos reafirmar é que a casa rural com esse partido, tal como ocorre em São Paulo dos séculos XVII, XVIII e às vezes até inícios do XIX, não nos chega via Portugal, mas via Espanha e/ou América espanhola, pelas circunstâncias do tempo (presença castelhana na capitania de São Vicente, onde se localiza São Paulo). (...) Em outras capelas rurais da Argentina a torre sineira podia situar-se totalmente separada do corpo da nave. Isso também surge em meados do século XVIII, no Paraguai, na igreja Yaguarón, que, embora feita por português, segue a tradicional traça das igrejas das missões do segundo período (de que é versão empobrecida a nossa igreja de Carapicuíba), embora sem os corredores laterais externos ou pórtico fronteiro como as do Paraguai, bem como a de São Pedro da Aldeia, do estado do Rio.¹⁷

Procuramos até agora estruturar, através de pequena síntese, a intrincada rede que permitiu o inter-relacionamento da antiga capitania do Rio de Janeiro, que até o ano de 1709 englobou, também, as regiões de São

¹³ CANABRAVA, Alice Piffer, op. cit., p. 64.

¹⁴ CANABRAVA, *O Comércio português no Rio da Prata: 1580-1640*, apud Tavares, Luiz Edmundo. “O Porto do Rio de Janeiro: reflexões sobre a sua influência no Prata no século XVII”. In: *América Latina em Discussão*. Rio de Janeiro: Uerj, p.184.

¹⁵ Salvador Correia de Sá e Benevides foi, na época, o principal senhor de engenhos no Rio de Janeiro. Governador do burgo carioca comandou a expedição que restabeleceu a autoridade portuguesa sobre Angola (1648), era um dos principais traficantes de escravos no Atlântico Sul, tinha interesses no comércio com Buenos Aires. Era, também, proprietário de terra no Tucuman em virtude do seu casamento com D. Catarina Velasco, filha de D. Pedro Ugarte, governador do Chile.

¹⁶ MACHAIN, R. de Lafuente. *Los Portugueses em Buenos Aires (Siglo XVII)*. Madri: Tipografía de Archivos. 1931. p. 9.

¹⁷ AMARAL, Aracy. *A Hispanidade em São Paulo: da casa rural à Capela de Santo Antonio*. São Paulo: Nobel: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1981. p. 9 e 75.

Paulo e Minas do Ouro às regiões do Potosi, Paraguai, e, principalmente Buenos Aires, graças ao intenso comércio centralizado na cidade do Rio de Janeiro, que envolvia ainda Angola, na África.

As questões de limites, razoavelmente demarcados na faixa onde os jesuítas estabeleceram as suas Reduções, isto é, no caso dos espanhóis, na calha entre os contrafortes andinos e os do Planalto Central Brasileiro, avultaram a partir da fundação da Colônia do Sacramento, em janeiro de 1680. "(...) Os aldeamentos concatenados por todo o interior da América, da Califórnia até o Paraguai, representavam uma grande concentração de população organizada e mesmo armada".¹⁸ Efetivamente, tanto na Amazônia, por parte dos portugueses, como no vale dos Rios Paraguai e Paraná, por parte dos espanhóis; as fronteiras estabelecidas pelo Tratado de Madri em 1750 respeitaram as áreas anteriormente ocupadas pelas Reduções e pelas Missões Jesuíticas. Em contrapartida, a fundação do Colégio de São Paulo de Piratininga em 1554, exerceu a função de "proteger" o planalto, contribuindo sensivelmente para manter a região sob controle dos portugueses.

Antes da fundação da colônia, determinada pelo Príncipe Regente D. Pedro, depois Pedro II, algumas medidas preparativas foram adotadas, como, por exemplo, a doação, em 1676, aos Assecas, de 75 léguas de terras, para o Norte, a partir da margem esquerda do Rio Uruguai e, no mesmo ano de 1676, a criação pelo Papa Inocêncio XI, do bispado do Rio de Janeiro, cuja extensão atingia o Rio da Prata, atendendo às necessidades dos portugueses no que diz respeito ao apoio da Igreja à futura empreitada na direção do Prata.

A colônia do Sacramento foi fundada em frente a Buenos Aires por D. Manuel Lobo, governador do Rio de Janeiro. Não era uma ideia nova, anteriormente o Padre Antônio Vieira, através do "Papel Forte", quando da luta contra os holandeses estabelecidos em

Pernambuco, sugerira o abandono do nordeste açucareiro aos holandeses e a ocupação da região do Rio da Prata. Salvador Correia de Sá e Benevides, em outra ocasião, propôs ao Conselho Ultramarino que lhe fosse concedida autorização para fundar, às suas custas, uma colônia na "boca" do Rio da Prata. Ambas as sugestões e propostas foram recusadas pelo governo lusitano. "Uma (...) zona de acesso era constituída pelo Rio da Prata, que era uma área-chave que Portugal, apesar de repetidos esforços, nunca conseguiu controlar: ela franqueava às minas do Potosi e toda a região sul da América".¹⁹

E ainda:

(...) a colônia do Sacramento era o remate natural, posto que precipitado, da marcha para o sul, assinada em 1648, com a fundação do primeiro povoado na baía de Paranaguá, e da penetração no planalto curitibano à busca das ilusórias minas de prata, ao longo do litoral, na direção de Santa Catarina.²⁰

Pouco tempo depois da sua fundação, a colônia foi tomada pelos castelhanos sob o comando de Vera Mujica, em agosto de 1680. Manuel Lobo foi aprisionado, morrendo no cativeiro. A ação de Buenos Aires, extremamente violenta, gerou protestos por parte de Portugal, motivando intensa discussão entre as duas cortes – Portugal e Espanha – e, conseqüentemente, a assinatura de um tratado provisório, o de Lisboa, em 7 de maio de 1681. O convênio estabelecia, entre outras, a cláusula de devolução da colônia aos portugueses e a nomeação de comissários para estudar a questão. A Corte espanhola rapidamente aquiesceu aos reclamos dos portugueses, Luís Ferrand de Almeida atribuiu "(...) a cedência espanhola ao receio de Luís XIV, então no auge do seu poderio. Considerando o assunto, o diplomata Salvador Taborda admitia que as intercessões do papa e do rei da Grã-Bretanha houvessem tido certa eficácia..."²¹

¹⁸ HOORNAERT, Eduardo. *A Igreja no Brasil-Colônia (1550-1800)*. São Paulo: Brasiliense. 1982. p. 47.

¹⁹ Idem. p. 51.

²⁰ CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Tomo II. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1971. p. 135, 136.

²¹ ALMEIDA, Luís Ferrand de. *A Diplomacia Portuguesa e os Limites Meridionais do Brasil (1493 – 1700)*. Coimbra, 1977. p. 177.

A notícia da assinatura do tratado e as ordens para o seu cumprimento chegaram a Buenos Aires em 2 de fevereiro de 1682, entretanto, imediatamente vários óbices foram apresentados para a sua execução na íntegra. Enfim, "(...) um navio do Brasil que entrou no porto de Lisboa em princípios de setembro trouxe a nova de ter sido entregue a Colônia do Sacramento a Duarte Teixeira Chaves e a notícia foi confirmada pela frota, chegada a 10-outubro (1683)".²²

Sacramento permaneceu em poder dos portugueses até 1705 quando, após várias escaramuças de parte a parte, desrespeitando o pactuado em Lisboa em 1681, os espanhóis por ordem de D. Afonso Valdés, governador de Buenos Aires, conquistaram o sítio português então confiado a Sebastião da Veiga Cabral. O Tratado de Utrecht, assinado a 6 de fevereiro de 1715, novamente atribuiu o domínio da fortaleza aos lusitanos, porém por pouco tempo pois, após intenso assédio, a colônia foi reconquistada pelos espanhóis.

A questão envolvendo os limites geográficos entre a América espanhola e a portuguesa foram mais bem observadas e discutidas ao longo do século XVIII, logrando-se a assinatura do Tratado de Madri de 1750. Afirma Jaime Cortesão, com muita propriedade, que: "Para levar a cabo a obra de definição geográfica do Brasil, não bastava (...) realizações espontâneas. Toda uma renovação científica era necessária".²³

Em 1720, Guillaume Delisle defendeu na Academia Real das Ciências de Paris a dissertação *Determination Géologique de la situation et de l'étendue des différentes parties de la Terre*. Segundo Jaime Cortesão:

Esta obra, que marca época na história da geografia, representava a primeira e gigantesca tentativa para remodelar toda a carta da Terra, reunindo num só mapa as modificações de posição, obtidas com as longitudes observadas por meios astronômicos, desde a observação do eclipse da Lua de 23

de setembro de 1517, na América e na Europa, até os eclipses dos satélites de Júpiter, que numerosos astrônomos, havia meio século, observavam nos quatro grandes continentes. Embora resultado dos esforços de vários homens de ciência em anos e lugares diferentes, não deixava de ser o primeiro trabalho no gênero, alargado a todo o planeta. Diga-se também que a ideia de aplicar ao planisfério a observação das longitudes pelos eclipses dos satélites de Júpiter fora sugerida ao geógrafo pelo astrônomo italiano, naturalizado francês Jean-Dominique Cassini, que teve sobre a sua formação uma grande e benéfica influência.²⁴

Os estudos de Delisle permitiriam medir longitude com erro mínimo, o que facilitaria a demarcação do Tratado de Tordesilhas. Entretanto, tal demarcação não era interessante, o mundo havia mudado, as conjunturas política e econômica eram outras e Portugal, por exemplo, não tinha interesse na disseminação desse estudo naquele momento. A *Dissertação* lida em 1720, somente foi publicada em 1722. Procurando desenvolver no seu país estudos que pudessem ajudar a encontrar uma solução que atendesse aos seus interesses. Quanto às questões das fronteiras na América, D. João V contrata os Padres italianos João Batista Carbone e Domingos Capacci, ambos jesuítas. Mais tarde viriam para o Brasil, em 1729, constituindo a missão dos "padres matemáticos", Capacci e Diogo Soares, membros da Companhia de Jesus "(...) para fazerem mapas das terras do dito Estado, não só pela Marinha, mas pelos sertões, (...) para se evitarem dúvidas e controvérsias dos novos descobrimentos, que se tem feito nos sertões daquele Estado de poucos anos a esta parte..."²⁵

Embora o Padre Capacci tenha falecido em São Paulo, no ano de 1736, o trabalho rendeu bons resultados, parecendo estar Portugal preparando a discussão do Tratado de Madri, pois, paralelamente à ação

²² Idem, p. 223.

²³ CORTESÃO, Jaime, op. cit., p. 164.

²⁴ Idem, p. 164, 165.

²⁵ Idem, p. 191.

científica, fortalecia estrategicamente a sua presença no Sul do Brasil, após a ocupação de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, na região da atual Curitiba; da Ilha de Santa Catarina, com Francisco Dias Velho; e da região de Laguna, através de Domingos Brito Peixoto e seu filho Francisco Brito Peixoto, ainda no final do século XVII. Em 1737, com a fundação do Forte Jesus-Maria-José, atual cidade do Rio Grande, através do Brigadeiro José da Silva Pais e, mais tarde, Porto dos Casais, Porto Alegre de hoje, trazendo para a região casais, principalmente açorianos, os lusitanos deslançam interessante processo de colonização na área.

Em 13 de janeiro de 1750, foi assinado o Tratado de Madri que teve como verdadeiros artífices Alexandre de Gusmão, do lado português, e D. José Carvajal e Lencaster, do lado espanhol. Aí, Portugal, provavelmente, ostentaria alguma vantagem, pois teria negociado conhecendo o mapa D'Anville, que "(...) aproxima-se mais da situação exata do que o mapa das Cortes".²⁶

O Tratado de Madri procura resolver as questões lindeiras cruciais que envolvem a América e o Oriente e nele merecem destaque, para o nosso estudo, os artigos I, II e III.

Artigo I

O presente tratado será o único fundamento, e regra que ao diante se deverá seguir para a divisão, e limites dos seus limites na América, e na Ásia; e em virtude disso ficará abolido qualquer direito e acção que possa allegar as duas coroas por motivo da Bulla do Papa Alexandre VI de feliz memória, e dos Tratados de Tordesilhas, de Lisboa, e Utrecht, da Escripura de venda outorgada em Saragoça, e de outros quaisquer tratados, convenções, e promessas; o que tudo, em quanto trata da linha de demarcação, será de nenhum valor e effeito, como se não houvera sido determinado ficando em tudo o mais na sua força e vigor; e

para o futuro não se tratará mais da dita linha, nem se poderá usar deste meyo para a decisão de qualquer dificuldade que ocorra sobre limites, senão unicamente da fronteira, que se prescreve nos presentes artigos, como regra invariável, e muito menos sujeita a controvérsias.

Artigo II

As Ilhas Filipinas, e as adjacentes que possui a Corôa da Espanha, lhe pertencem, para sempre, sem embargo de qualquer pretensão, que possa allegar-se por parte da Corôa de Portugal, com o motivo do que se derminou no dito Tratado de Tordesilhas, e sem embargo das condições contidas na Escripura de celebrada em Saragoça a 26 de abril de 1529; e sem que a Corôa de Portugal possa repetir cousa alguma do preço, que pagou pela venda celebrada na dita Escripura, a cujo effeito S. M. F. em seu Nome, e de seus Herdeiros, e sucessores faz a mais ampla, e formal remuneração de qualquer direito, que possa ter pelos princípios expressados, ou por qualquer outro fundamento, ás referidas Ilhas, e á restituição da quantia que se pagou em virtude da dita Escripura.

Artigo III

Na mesma fórma pertencerá á Corôa de Portugal tudo o que tem occupado pelo rio das Amazonas ou Marañon acima e o terreno de ambas as margens deste rio até ás paragens quer abaixo se dirão; como também tudo o que tem occupado no districto de Matto-Grosso, e delie para parte do Oriente, e Brazil, sem embargo de qualquer pretensão, que possa allegar-se por parte da Corôa da Espanha, com o motivo do que se determinou no referido Tratado de Tordesilhas; a

²⁶ CORTESÃO, Jaime, op. cit. A carta de D'Anville, embora ostente a data de 1748, só foi publicada, e provavelmente impressa, em 1750, alguns meses após a assinatura do Tratado. Se o não foi em vida de D. Luís da Cunha, falecido no ano de 1749, devemos atribuir o fato às condições de reserva imposta pelo Embaixador ao cartógrafo, op. cit., p. 253, 255.

cujo efeito S. M. C. em seu nome e de seus Herdeiros e Sucessores, desiste e renuncia formalmente a qualquer direito, e acção, que em virtude do dito Tratado ou por qualquer outro título possa ter aos referidos territórios.²⁷

Peça singular da diplomacia europeia, o convênio assinado em Madri procura resolver questões que a ele sobreviveram, todavia nos permite tecer algumas considerações relevantes:²⁸

- No Pacto de 1750 as coroas litigantes reconhecem ter desrespeitado as determinações do Tratado de Tordesilhas, embora em pleno século XVIII, em condições extremamente adversas, fosse impossível manter o que restava dos seus antigos domínios coloniais. Efetivamente, tanto Portugal como Espanha, ainda no século XVI, não mais conseguiam manter o “mar fechado”. A tese do “mar aberto”, com a crescente supremacia dos Países Baixos e, depois, da França e da Inglaterra provocava o desmoronamento dos sonhos acalentados pelos ibéricos.

- O Tratado de 1750 revela no Artigo II a sagacidade do negociador espanhol, D. José de Carvajal e Lencaster. Inegavelmente, ao reivindicar as Filipinas para a Espanha, pelo direito de *Uti-Possidetis*, determina que por Tordesilhas a região seria portuguesa. Dessa forma, a afirmação de Tomé de Souza, citada anteriormente neste trabalho, volta-se contra os portugueses, uma vez que se as Molucas eram de Portugal em virtude do pactuado em 1494, o Prata seria da Espanha. Tal fato permite, em nossa opinião, afirmar que a principal dúvida existente no Acordo de Tordesilhas será dirimida no mo-

mento em que tal Acordo deixa de existir, isto é, quando da assinatura do Tratado de Madri, em 1750.

- A Colônia do Sacramento, que no dizer de Capistrano de Abreu é o preço do Tratado de Madri, uma vez que os espanhóis não abriam mão da posse do estuário platino, ficará para Castela. Portugal, em troca, receberia o território dos Sete Povos das Missões do Uruguai. Embora outros convênios fossem assinados em 1761 (El Pardo)²⁹; 1777 (Santo Ildefonso)³⁰ e 1801 (Badajós)³¹, as fronteiras permaneceram, com raríssimas alterações, aquelas estabelecidas pelo Convênio de 1750.

- O pactuado em Madri, durante o reinado de D. João V, rei de Portugal, e D. Fernando VI, rei da Espanha, estabelecia, também, as linhas de fronteiras através de balizas naturais: rios, montes e serras. Em não existindo condições para demarcação e caso ocorressem dúvidas quanto à propriedade da região, ela seria dividida através de linhas retas. No caso de rios em que apenas uma coroa detivesse a posse das margens caberia a ela o monopólio da navegação. Em caso de cada um dos dois Reinos ser proprietário de cada uma das margens a navegação poderia ser realizada por barcos de ambos os Reinos.

Cumprido, ao final desta exposição crítica, examinar os objetivos que nortearam a ação de Alexandre de Gusmão, do lado português, e de D. José de Carvajal e Lencaster no momento da negociação do tratado.

Em relação a Carvajal, Jaime Cortesão esclarece baseado na *Notícia por mayor Del principio, progresso y estado Del Tratado de Limites con Portugal y lo que ha ocurrido em su ejecucion*,³² que:

²⁷ SOARES, José Carlos de Macedo. *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939, p. 146, 147.

²⁸ TAVARES, Luiz Edmundo. “O Tratado de Tordesilhas: Contradições”. *Além do Mar Tenebroso*. Rio de Janeiro: Uerj, 1955. p. 36, 37.

²⁹ O Tratado de El Pardo anulou o de Madri, restabelecendo as fronteiras acertadas em 1494, através do Tratado de Tordesilhas.

³⁰ O Tratado de Santo Ildefonso redefiniu, em linhas gerais, as fronteiras demarcadas pelo Tratado de Madri. As principais alterações foram: Espanha ficava como os Sete Povos das Missões do Uruguai, devolvendo, em troca, a ilha de Santa Catarina, tomada pelos castelhanos durante a Guerra dos Sete Anos.

Decreto, em linhas gerais, a fronteira com o Uruguai, através do eixo Quaraí, Jaguarão, Chuí.

³¹ CORTESÃO, Jaime, op. cit., p. 248, 249, citando *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, t. III, dedicado à documentação espanhola sobre o Tratado de 1750 pelo seu antigo diretor, o historiador Rodolfo Garcia*, p. 31-40.

³² CORTESÃO, Jaime, op. cit., p. 247, 248.

Tanto a correspondência das negociações, como as ideias de D. José de Carvajal sobre a política exterior do seu país, nos esclarecem sobre aquelas duas espécies de objetivos. Um outro documento de grande importância devemos acrescentar-lhes. Quando, em abril de 1754, por morte de D. José de Carvajal Y Lencaster, lhe sucedeu no ministério Ricardo Wall, este pediu e obteve de D. Francisco Auzmendi, diretor-geral da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, única pessoa de quem o negociador espanhol do Tratado fiara o segredo das negociações, um informe sobre a história dos entendimentos para o Tratado de Limites e o estado em que se encontrava a sua execução.

Desse documento se infere:

1. Os espanhóis procuraram por fim à vertiginosa expansão portuguesa, na direção dos vales dos Rios Paraguai e Paraná.

2. Resolver definitivamente a questão da propriedade das “bocas” do Prata e do Amazonas em virtude do claro interesse inglês, principalmente, sem que possamos omitir, também, o dos holandeses e dos franceses em ambas as regiões.

3. Foi objetivo prioritário dos espanhóis, ainda, a manutenção do estuário platino, porta de entrada para o interior da América do Sul, região que recebeu sensível influência luso-brasileira desde o final do século XVI. Lembremos que quem domina a foz, controla o vale.

4. “Anulação, por inútil, da aliança luso-inglesa, que implicava na ameaça constante do poderio inglês contra a Espanha, a pretexto do apoio político aos interesses portugueses”.

Quanto à Gusmão, novamente recorremos ao Mestre português Jaime Cortesão, que nos apresenta interessante correspondência trocada entre o Secretário de D. João V, nascido em Santos, no Brasil, e o

Brigadeiro Antônio Pedro de Vasconcelos, um dos principais defensores de Sacramento ao longo do período de violentas pejejas com os espanhóis:

Tratado e sua defesa revelam que o estadista visou na consciência dos princípios de geopolítica, os seguintes objetivos:³³

1. O equilíbrio das soberanias portuguesa e espanhola pela partilha das bacias do Amazonas e do Prata, atribuindo na sua maior parte a primeira a Portugal e a segunda à Espanha.

2. Reservar à soberania portuguesa o grande planalto central aurífero e diamantífero, coração da ilha-continente, e as suas vias fluviais de acesso.

3. “Dar fundo grande e competente” ao Brasil austral para proteger a estrada mineira do Camapuã e assegurar às regiões das Minas os recursos pecuários do Rio Grande do Sul.

4. “Arredondar e segurar o país”, ou seja, realizar a ilha-continente e dar-lhe viabilidade orgânica.

5. Como consequência lógica dos dois últimos objetivos, criar no extremo sul, uma fronteira estratégica que se opusesse a qualquer tentativa espanhola de flanquear o Brasil Meridional, na sua parte mais vulnerável.

Com o comentário dos projetos dos dois estadistas – Carvajal e Gusmão – concluímos este ensaio, lembrança de um dos mais inolvidáveis momentos da nossa história. Constitui esse momento, página memorável da querela que envolveu a tese a respeito das fronteiras entre a América portuguesa e os seus vizinhos da América do Sul a partir do século XVI, quando as metrópoles ibéricas começaram a ocupar os seus quinhões nessa parte do planeta. Os limites meridionais do Brasil foram determinados inicialmente em 1494, através do que se firmou em Tordesilhas. Apesar das indeterminações daquele convênio, naquele momento

as suas deliberações ofereciam a Portugal o que ele mais queria – o Atlântico Sul – rota para o Oriente.

Em relação à América Meridional, bem como ao Oriente cobijado pelos europeus, a indefinição perdurou, pelo menos até o século XVIII, quando Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Madri.

A região do Rio da Prata tornou-se foco das primeiras disputas envolvendo os súditos das duas potências ibéricas que, na América, se prolongaram através dos séculos e a partir daí surgiu, sem dúvida, uma História Ibérica no Brasil e não apenas lusitana como é suposto à primeira vista.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Luís Ferrand de. *A Diplomacia portuguesa e os limites meridionais do Brasil (1493 – 1700)*. Coimbra, 1977.

AMARAL, Aracy. *A Hispanidade em São Paulo: da casa rural à Capela de Santo Antonio*. São Paulo: Nobel: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1981.

CANABRAVA, Alice Piffer. *O Comércio português no Rio da Prata: 1580-1640*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1984.

CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Tomo II. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1971.

GARCIA, Nilo. "O Brasil e a Colonização Portuguesa". *Revista Delfos*. Rio de Janeiro: Uerj. 1957.

HOORNAERT, Eduardo. *A Igreja no Brasil-Colônia (1550-1800)*. São Paulo: Brasiliense. 1982.

MACHAIN, R. de Lafuente. *Los Portugueses em Buenos Aires (Siglo XVII)*. Madri: Tipografia de Archivos. 1931.

NEME, Mário. *Notas de Revisão da História de São Paulo*. São Paulo: Anhembi, 1959.

SOARES, José Carlos de Macedo. *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.

TAVARES, Luiz Edmundo. "Espaço e Lugar: O Rio de Janeiro e o Méier". *Anais do Museu Histórico Nacional*, volume 35. Rio de Janeiro. 2003.

TAVARES, Luiz Edmundo. "O Porto do Rio de Janeiro: Reflexões sobre a sua influência no Prata no século XVII". *América Latina em Discussão*. Volume 2. Rio de Janeiro: Uerj. 1992.

TAVARES, Luiz Edmundo. "O Tratado de Tordesilhas: Contradições". *Além do mar tenebroso*. Rio de Janeiro: Uerj. 1995.

Cosmologia e experiência em Portugal no século XVI

Pedro Campos Franke

É Mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e atualmente desenvolve pesquisa de doutoramento sobre as teorias cosmológicas e as navegações portuguesas do século XVI pelo mesmo programa.

RESUMO

Este artigo pretende levantar algumas questões preliminares sobre o papel das teorias cosmológicas no contexto da expansão marítima portuguesa do século XVI. Desafiados pelas dificuldades de navegação em mar aberto e pelas grandes distâncias que passaram a ser percorridas pelas suas naus, os portugueses buscam no conhecimento astrológico – antes destinado à medicina diagnóstica e à elaboração de prognósticos – os fundamentos teóricos para a navegação astronômica. Longe ainda da derrocada final do estatuto científico da astrologia divinatória, os campos de saber que hoje conhecemos como astrologia e astronomia se confundiam, e conviviam em publicações voltadas ao grande público, como as *Chronografias* ou *Reportórios dos tempos* – escritas por cosmógrafos e astrólogos de renome em Portugal.

PALAVRAS-CHAVE: cosmologia, expansão ibérica, astrologia

ABSTRACT

This article aims to raise a few preliminary questions about the role of cosmological theories in the context of Sixteenth Century Portuguese maritime expansion. Challenged by the adversities of open sea navigation and by the long distances to be sailed, the Portuguese have called upon astrological knowledge – until then related specially to medical diagnosis and prognosis – for developing the theoretical foundations of astronomic navigation. Still centuries away from the last downfall of divinatory Astrology's scientific status, the areas of thought today know as Astrology and Astronomy were then permeable to each other, and coexisted in publications destined to a large group of readers, such as the texts known as *Chronografias* or *Reportórios dos tempos*, written by renowned portuguese cosmographers and astrologers.

KEYWORDS: cosmology, astrology, iberian expansion

A entidade epistemológica a qual nos acostumamos denominar “ciência moderna” teve suas bases fundadas sobre uma série de tradições intelectuais heterogêneas, ora complementares, ora concorrentes. Os séculos XVI e XVII foram um período particularmente intenso no que diz respeito a disputas e tensões entre diferentes modelos de compreensão do universo e do papel do homem neste meio.

Ao longo da Idade Média, o aristotelismo se consolidou como o projeto cosmogônico mais sólido e eficaz aos olhos dos filósofos naturais e teólogos que viviam o mundo das universidades europeias. Mesmo após os movimentos de resgate de outros textos e autores da Antiguidade clássica, que marcou os últimos séculos do período medieval e principalmente o Renascimento, a filosofia peripatética continuou a estender sua influência no pensamento ocidental até, pelo menos, o fim do século XVIII; e a fundamentar diversas tradições cientí-

ficas, muitas das quais vieram mais tarde a ser superadas e expurgadas do conjunto das ciências tidas como “verdadeiras”. Um exemplo particularmente forte destas tradições é o da visão astrológica do cosmos – perspectiva pela qual os fenômenos terrestres são influenciados ou até determinados pelos movimentos e influxos celestes. A própria astronomia, considerada como a ciência que se limita a calcular e prever os fenômenos supralunares em si mesmos, esteve durante muitos séculos impregnada desta visão de mundo, e intensamente atrelada à teoria da influência dos astros sobre a vida na Terra, a tal ponto que dificilmente podemos enxergar de forma clara, antes do século XVII, uma linha divisória entre as duas ciências.¹

O desenvolvimento do conhecimento astronômico ou astrológico em Portugal foi marcado por particularidades e fatores conjunturais próprios à cultura lusa, dentre os quais se destaca a presença marcante da filosofia aristotélica e, sobretudo, o movimento de expansão marítima a que se lançaram os portugueses ainda no fim do período medieval. A partir da segunda metade do século XV, as novas dimensões espaciais alcançadas pelas grandes navegações tornaram imprescindível a aproximação de seus teóricos à tradição astrológica, que anteriormente pouco se relacionava à prática da marinharia.

O advento da “navegação astronômica” não se deu a partir de um marco específico,² suas técnicas foram desenvolvidas e aprimoradas através de um longo e descontinuo diálogo entre a ciência dos astros e as práticas de navegação e de observação as-

tronômica; entre astrônomos, cosmógrafos e homens do mar.³ Os astrólogos, que antes já vinham conquistando um espaço expressivo na sociedade com a execução de prognósticos, a medicina diagnóstica⁴ e a publicação de almanaques,⁵ agora tinham seus conhecimentos cada vez mais direcionados também ao vigoroso impulso da expansão marítima de Portugal e Espanha. Isto se evidencia pelas copiosas publicações de caráter astrológico ou astronômico do século XVI que tinham seus conteúdos voltados integral ou parcialmente para a arte da navegação.⁶ Neste sentido, é importante que se exponha sucintamente o percurso histórico da astrologia, sua difusão nos contextos da latinidade medieval e do Renascimento, e sua notável presença nas universidades europeias do período, para que melhor se compreendam as tradições cosmológicas sobre as quais se apoiava o conhecimento astronômico do século XVI.

Como já ressaltamos, a tradição astrológica medieval remete irremediavelmente à cosmologia aristotélica, sobretudo ao modelo de universo descrito pelo filósofo de Estagira nos primeiros livros de seu tratado *De caelo* (*Dos céus*). Aristóteles supõe um mundo geocêntrico, disposto em oito esferas concêntricas e estabelece uma distinção essencial entre a região celeste, localizada entre a esfera da Lua e a das estrelas “fixas” (o firmamento), e a região sublunar. Através de uma série de argumentos silogísticos acerca da natureza dos movimentos, conclui pela superioridade do elemento celeste em relação aos quatro elementos terrestres.

¹ É comum desde tempos medievais a distinção entre uma “astrologia” de caráter divinatório e uma “astronomia” que estuda matematicamente os movimentos dos astros, mas tais denominações são frequentemente invertidas. Cf. BROECKE, Steven vanden. Some preliminary remarks on astrology. In: Id., *The limits of influence*. Boston: Brill, 2003. p. 7-12.

² Segundo Luís de Albuquerque, “uma arte de navegar só merece tal qualificativo quando a observação dos astros é feita por mar e utilizada para alguma medida de interesse imediato para dirigir a navegação.” ALBUQUERQUE, Luís de. *Ciência e experiência nos descobrimentos portugueses*. Lisboa: Biblioteca Breve, 1983. p. 17.

³ Cf. Id., *Ibid.*, pp. 17-21.

⁴ Costumava-se acreditar, pelo menos até o século XVII, que as mazelas do corpo humano eram determinadas por desequilíbrios entre os quatro humores do corpo, que por sua vez eram submetidos aos influxos astrais. Cf. CAROLINO, Luís Miguel. “Astrologia médica”. In: Id., *Ciência, astrologia e sociedade: a teoria da influência celeste em Portugal (1593-1755)*. Porto: Fundação Calouste Gulbekian, pp. 121-138.

⁵ “Almanaques” ou “efemérides” eram folhetos com tabelas para se determinar as posições dos planetas em um determinado intervalo de tempo, e eram frequentemente acrescidos de prognósticos a partir de tais posições. Cf. CHABÁS, José e GOLDSTEIN, Bernard. *Abraham Zacut (1452-1515) y la astronomía en la Península Ibérica*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2008.

⁶ Além dos tratados voltados especificamente para a arte da navegação, abordaremos os *Reportórios dos tempos* – livros de conteúdo heterogêneo que trazem também informações aos navegantes.

O movimento circular dos astros, sem princípio nem fim, evidenciaria a perfeição, a incorruptibilidade e o caráter divino do elemento celeste, essencialmente distinto do caráter corruptível e generativo dos quatro elementos terrestres (terra, água, ar e fogo) e suas tendências a se movimentarem exclusivamente em sentido favorável ou contrário ao centro, isto é, “para cima” ou “para baixo”.⁷ Acerca da região sublunar, Aristóteles dedicou os tratados *De generatione et corruptione*, a *Física* e a *Meteorologia*.⁸

Comentado e desenvolvido em termos geométricos e matemáticos pelo astrônomo alexandrino Cláudio Ptolomeu (90-168),⁹ o *corpus* cosmológico aristotélico foi posteriormente difundido de forma exaustiva no contexto do pensamento islâmico medieval,¹⁰ enquanto progressivamente se aprofundava a teoria da influência dos corpos celestes sobre o mundo sublunar. Esta teoria, base de uma visão de mundo astrológica, partia do postulado de Aristóteles sobre a superioridade dos céus em relação ao mundo dos quatro elementos, e sugeria que as gerações e corrupções da região terrestre seriam influenciadas direta ou indiretamente pelos movimentos e posições dos planetas e estrelas fixas.¹¹

A partir do século XII e mais ostensivamente do século XIII em diante, as obras astrológicas dos árabes e seus comentários dos textos antigos passam a ser traduzidos e difundidos pela latinidade medieval, onde o termo “astrologia judiciária” passa a desig-

nar a parte da ciência dos astros relativa aos prognósticos astrológicos e aos horóscopos individuais.¹² Também as versões latinas das obras de Ptolomeu e Aristóteles circulavam vigorosamente pelas universidades europeias medievais. O mundo ocidental tinha assim acesso à quase totalidade das obras aristotélicas, e os comentários de Alberto Magno e Tomás de Aquino acabaram por elevar, apesar das ocasionais resistências, o pensamento de Aristóteles à maior autoridade de uma filosofia “oficial” da cristandade em termos físicos e cosmológicos.¹³ Ainda que os doutores da Igreja tenham acatado sem grandes ressalvas a relação causal ou significativa entre os movimentos celestes e os fenômenos naturais, o fator de determinação da influência astral sobre os comportamentos humanos encontrou, neste contexto, o poderoso obstáculo do conceito cristão de livre-arbítrio – seria herético defender que os astros determinam as ações que dependem da vontade livre do homem.¹⁴

De fato, independente de uma maior ou menor aceitação da astrologia dita “judiciária”, os estudos astrológicos constituíam um segmento importante do ensino universitário medieval, e a astrologia era lecionada no *quadrívio* como aplicação prática da geometria.¹⁵

Em meados do século XIII, o inglês João de Sacrobosco escreveu um pequeno tratado cosmológico que viria a se tornar a base pedagógica da astronomia universitária até fins do século XVII: o *Tractatus de sphaera*. O livro consiste num manual simples e ele-

⁷ ARISTÓTELES. *De Caelo*. 1-2.

⁸ Este último livro tratava, além dos fenômenos dos meteoros e “estrelas cadentes”, dos cometas, que na cosmologia aristotélica são percebidos como fenômenos atmosféricos. A natureza dos cometas constituiu um problema fundamental para o desenvolvimento da ciência moderna, do século XVI ao XVIII, já que sua localização superior à esfera da Lua demonstra o caráter corruptível da matéria celeste. Cf. CAMENIETZKI, Carlos Ziller, LEITE, Bruno M. Boto e CAROLINO, Luís Miguel. “A disputa do cometa: Matemática e Filosofia na controvérsia entre Manuel Bocarro Francês e Mendo Pacheco de Brito acerca do cometa de 1618”. *Revista Brasileira de História da Matemática*, Rio Claro, v. 4, n. 7, p. 3-18, 2004.

⁹ Segundo Michel-Pierre Lerner, “avec la *Syntaxe mathématique* (Almagesto), Ptolémée a élevé l’astronomie mathématique à un niveau de technicité et d’efficacité tel que sa méthode et ses procédures de calcul s’imposèrent pratiquement à tous les spécialistes de cette science jusqu’à Copernic et Tycho Brahe.” LERNER, Michel-Pierre. *Le monde des sphères. Vol. I: Genèse et triomphe d’une représentation cosmique*. Paris: Les Belles Lettres, 1996. p. 85.

¹⁰ Cf. Id., “Le ‘système’ ptoléméen chez les arabes”. In: Id., *Ibid.*, pp. 85-98.

¹¹ Cf. BROECKE, op. cit., pp. 7-12; CAROLINO, op. cit., pp. 120-121; FARACOV, Ornella Pompeo. Introdução. In: FICINO, Marsilio. *Disputatio contra iudicium astrologorum*. Milão: RCS Libri, S.p.A., 2000. p. 14-15.

¹² Cf. GARIN, Eugenio. *O zodíaco da vida: A polémica sobre a astrologia do século XIV ao século XVI*. Lisboa: Editorial Estampa, 1988. p. 38.

¹³ LERNER, op. cit., pp. 111-112.

¹⁴ Cf. FARACOV, op. cit.

¹⁵ Sobre o currículo das universidades medievais, Cf. HODYSH, H. W. *The Medieval University: a Study of Curriculum and Factors that Determined its Development in the Faculties of Arts and Theology*. Alberta: University of Alberta, 1965.

mentar para o estudo dos movimentos dos astros, da disposição das esferas e dos principais círculos celestes, e se disseminou por todo o território europeu por meio de inúmeras cópias manuscritas e, depois do advento da imprensa, com diversas edições, traduções e comentários publicados.¹⁶

Todavia, não foi apenas no ambiente universitário que o breve tratado de Sacrobosco gozou de tamanha popularidade. A partir do século XV, o livro desperta o interesse crescente dos teóricos das navegações. Em Portugal, ainda que provavelmente o texto fosse conhecido já desde os Quatrocentos por meio de manuscritos, o *Tratado da esfera* foi vertido em português por um tradutor desconhecido e integrado a guias náuticos em edições de 1509 e 1516.¹⁷ Décadas depois, em 1537, o livro ganha uma nova e mais completa tradução de Pedro Nunes, o cosmógrafo real de D. João III, acompanhada do primeiro livro da *Geografia* de Ptolomeu, da *Teoria dos planetas* de Purbach¹⁸ e de dois tratados sobre a “carta de marear”, em que são pormenorizadas “todas as principais dúvidas da navegação”.¹⁹ O propósito da astronomia elementar do *Tratado da esfera* dirigia-se já, não apenas ao ambiente universitário, mas também ao auxílio às atividades náuticas. Não que a prática astrológica centrada na teoria da influência dos corpos celestes sobre o mundo sublunar tivesse perdido seu vigor para uma visão mais “experencial” da prática científica do século XVI, impulsionada pelas grandes navegações.²⁰ Pelo contrário, a “astrologia judiciária” entra no currículo universitário português durante os Quinhentos e lá permanece até meados do século XVIII.²¹ A relação entre

a prática divinatória ou a medicina diagnóstica e a marinaria é evidenciada por um *corpus* teórico que todas as facetas práticas da ciência dos astros então compartilhavam, embora estas aplicações práticas pareçam paulatinamente seguir caminhos diferentes no decorrer dos séculos XVI e XVII.

A primeira obra astronômica originalmente redigida em português de que se tem notícia foi editada pelo historiador português Luís de Albuquerque em 1961 sob o título *Almanaques Portugueses de Madrid*. Trata-se de um códice heterogêneo de meados do século XIV que expõe os principais elementos da cosmologia aristotélico-ptolomaica, descrevendo os movimentos dos planetas e seus aspectos e influências.²² Segundo Albuquerque, o conteúdo da obra aponta a sua “exclusiva utilidade astrológica”.²³

Durante o século XV, o debate acerca da astrologia adquiriu um vigor notável, e não apenas em relação às inovações náuticas dos portugueses. Ainda em 1410, tratados do filósofo árabe Aben Ragel sobre os aspectos da influência dos astros foram traduzidos para o português.²⁴ Os nobres escritores da dinastia de Avis conformavam-se em suas obras com a opinião oficial da Igreja sobre a validade e a excelência da astrologia, desde que seus fundamentos não pretendessem anular a livre vontade do homem.²⁵

A introdução massiva dos estudos astronômicos em Portugal tem uma de suas figuras centrais no astrólogo judeu salamanquino Abraham Zacut (1452-1515, Abraão Zacuto para os lusos), ainda que sua estadia no Reino tenha sido relativamente efêmera.²⁶ Zacuto, que lecionava astrologia na

¹⁶ Sobre o *Tractatus* de Sacrobosco, v. THORNDYKE, Lynn. *The Sphere Of Sacrobosco and its commentators*. Chicago, 1949; LERNER, op. cit., p. 111.

¹⁷ ALBUQUERQUE, *Ciência e experiência*, op. cit., p. 33.

¹⁸ Georg von Purbach (ou Peuerbach) foi um astrônomo e matemático austríaco do século XV.

¹⁹ NUNES, Pedro. *Tratado da Sphera*. Lisboa, 1537. fl. 1.

²⁰ Sobre a noção de “experencialismo”, v. BARRETO, Luís Filipe. “Experencialismo no Renascimento Português”. In: CALAFATE, Pedro. *História do Pensamento Filosófico Português*. Vol. 2. Lisboa: Ed. Caminhos, 1999. pp. 23-33.

²¹ Cf. CAROLINO, *Ciência, astrologia e sociedade*, op. cit., pp. 79-112.

²² Cf. ALBUQUERQUE, Luís de. *Os Almanagues Portugueses de Madrid*. Coimbra: Revista da Universidade de Coimbra, 1961.

²³ Id., “A astrologia e Gil Vicente”. In: *Estudos de história*. vol. I. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1974. p. 15.

²⁴ Id., *Ibid.*, p. 14.

²⁵ Cf. Id., *Ibid.*, pp. 7, 12.

²⁶ Em 1497, Zacuto foi novamente obrigado a emigrar, também por causa da expulsão dos judeus por parte de D. Manuel. Sobre Abraão Zacuto, cf. CHABÁS e GOLDSTEIN, op. cit.; BURGOS, Francisco Cantera. *Abraham Zacut*. Madri: M. Aguilar, 1935; BENSÁUDE, Joaquim. *L'Astronomie Nautique au Portugal a l'Époque des Grandes Découvertes*. Bern: Akademische Buchhandlung von Max Drechsel, 1912. pp. 57-59.

Universidade de Salamanca, foi convidado pelo também astrólogo José Vizinho à Corte de D. João II após a expulsão dos judeus de Castela em 1492. Em 1496, Vizinho publicava em Leiria uma tradução castelhana do *Almanach Perpetuum*²⁷ de Zacuto – um texto de caráter astrológico que dispunha as tábuas das posições dos planetas, incluindo as do Sol, e que durante décadas foi utilizado como uma das principais referências astronômicas por parte dos navegadores portugueses para o cálculo das declinações solares, a partir das quais era possível determinar com relativa precisão a latitude da posição ocupada pelo navio.²⁸

Segundo Luís de Albuquerque, o caso de Zacuto e Vizinho demonstra e ilustra com clareza a forma pela qual os “homens de ciência” se esforçaram em desenvolver e aperfeiçoar as técnicas de navegação. Zacuto, astrólogo, teria desenvolvido as tábuas das posições dos planetas que Vizinho, médico e também astrólogo, verificaria em termos práticos e instrumentais para a navegação, através dos cálculos das declinações solares do *Almanach*, que teriam sido executados por aritméticos, como Gaspar Nicolas.²⁹ Ainda segundo Albuquerque, “as dificuldades dos marinheiros tinham de ser resolvidas pela intervenção da ciência, por muito incipiente que ela fosse.”³⁰ De fato, o tipo de conhecimento empregado neste contexto nos indica a importância de uma tradição astrológica, que remonta à Antiguidade, para o empreendimento ultramarino – tradição que se apresentava menos como uma ciência na apreensão moderna do termo e mais como um híbrido de filosofia natural, religião e crenças míticas muito antigas.

Dentre as obras cosmológicas do século XVI, as chamadas *Chronografias* ou *Reportórios dos tempos* assumem um lugar de destaque no âmbito editorial. Após a publicação de um *Reportório dos tempos* por Valentim Fernandes em 1518 – uma adaptação de um livro homônimo escrito por André de Li e publicado em Saragoça ainda no século XV – e até o século XVII, são numerosas as publicações com títulos quase idênticos e conteúdos relativamente semelhantes em Portugal.³¹ Tais obras costumavam apresentar um conjunto heterogêneo de temas: os fundamentos da filosofia natural e as partes constitutivas do universo, segundo a cosmologia aristotélica; as divisões do tempo; os aspectos e influências dos planetas, tanto no âmbito natural quanto no humano; a determinação das datas das principais festas religiosas a partir das fases da Lua; as previsões dos eclipses e outros fenômenos celestes vindouros; listas cronológicas de papas e dos reis de Portugal e Castela; e, finalmente, as tábuas e regras de uso náutico, para que os pilotos pudessem medir as alturas do Sol e das estrelas para determinar as latitudes, conhecer os rumos dos ventos e a geografia terrestre.

Os *Reportórios dos tempos* eram escritos em língua vulgar. Os livros provavelmente circulavam nos mais variados meios sociais, dada a diversidade dos temas e a recorrência das edições.³² Sua difusão no contexto ibérico parece acompanhar uma tendência geral de popularização da astrologia na Europa, sobretudo por meio dos “almanaques” ou “efemérides” – publicações dirigidas ao público leigo, nas quais eram descritos os principais fundamentos astrológicos e suas

²⁷ Cf. CHABÁS e GOLDSTEIN, op. cit., p. 13.

²⁸ O cálculo das latitudes, assim como o problema da declinação magnética, constitui um dos mais discutidos problemas da navegação durante o fim do século XV e ao longo do século XVI. Há quem diga que o próprio José Vizinho teria calculado a inclinação solar com um astrolábio para determinar a latitude numa viagem à Guiné em 1485. O fato é controverso, e Luís de Albuquerque admite apenas que Vizinho calculou a latitude através deste método em terra, e posteriormente os navegadores passaram a fazê-lo no mar. Cf. SANTOS, Filipe Duarte. “Portugal na História da Ciência”. In: *História e desenvolvimento da ciência em Portugal. I Colóquio – até o século XX*, vol. 1, 292-302 (Lisboa: Academia das Ciências, 1986); ALBUQUERQUE, *Ciência e experiência*, op. cit., p. 51-53.

²⁹ Este último é citado no *Reportório dos tempos* de Valentim Fernandes. Cf. ALBUQUERQUE, *Ciência e experiência*, op. cit., p. 54.

³⁰ Id., *Ibid.*, p. 54.

³¹ AVELAR, André de. *Chronografia ou Reportório dos Tempos...* Lisboa, 1590, 1594, 1602; BARREIRA, João de. *Reportório dos Tempos...* Lisboa, 1582; CHAVES, Jerónimo de. *Chronographia...* Lisboa, 1576; FIGUEIREDO, Manuel de. *Chronographia...* Lisboa, 1603. LI, Andrés de. *Reportório...* Lisboa, 1563; SALAYA, Sancho de. *Reportório...* Lisboa, 1543; SEQUEIRA, Gaspar Cardoso de. *Prognóstico Geral...* Coimbra, 1614.

³² CAROLINO, *Ciência, astrologia e sociedade*, op. cit., pp. 116-121.

aplicações para a medicina, a agricultura, o horóscopo individual, e apresentadas previsões para os anos vindouros.³³ No caso das *Chronografias* ibéricas, é marcante desde o início do século XVI a inclusão de tábuas e informações para os navegadores, ainda que não figurassem como o principal tema destas obras.

É provável que o mais extenso e completo destes livros em Portugal seja a do médico e astrólogo André de Avelar, publicado em 1585 e reeditado três vezes em Lisboa (em 1590, 1594 e 1602).³⁴ Além de Fernandes e Avelar, também tiveram “reportórios” publicados em Portugal Manuel de Figueiredo (1603), Gaspar Cardoso de Sequeira (1602), o editor João de Barreiras (obra de autoria desconhecida, 1579) e alguns autores castelhanos como Jerónimo Chaves (Lisboa, 1576) e Sancho de Salaya (Lisboa, 1543). Tais obras não se apresentavam enquanto discursos originais. Como dão a entender seus títulos, eram “repertórios”, compêndios de conhecimentos gerais sobre a disposição dos céus e os influxos astrais nos mais diversos âmbitos da vida e da natureza. Seus conteúdos são frequentemente muito similares entre si, mas apresentam algumas diferenças relevantes, inclusive entre edições diferentes da mesma obra.

A grande maioria dos *Reportórios dos tempos* foi escrita por grandes nomes da cosmografia portuguesa. Manuel de Figueiredo ocupava o lugar de cosmógrafo-mor que fora de Pedro Nunes quando redigiu seu *Reportório*, e André de Avelar ocupou em 1592 o posto de lente de Matemáticas da Universidade de Coimbra, que fora do mesmo Pedro Nunes.³⁵ A produção deste último não se limitou a este livro, é dele também um comentário ao *Tratado da esfera* de Sacrobosco, voltado mais ao âmbito universitário e intitulado *Sphaera utriusque tabula*.

Importa que os autores dos *Reportórios*, apesar do alcance mais amplo que tinham estas obras, eram frequentemente os mesmos professores universitários e cosmógrafos que desenvolviam guias para a prática da navegação, e que se mostravam interessados em difundir as novas descobertas – tanto no que diz respeito às técnicas de marinharia, quanto às observações astronômicas. No que concerne às decorrências da observação celeste e ao debate sobre os modelos astronômicos, a segunda metade do século XVI é marcada pela difusão em toda a Europa de novas teorias cosmológicas. Em 1543, Copérnico publicava seu *De Revolutionibus Orbium Coelestium*, em que punha toda a estrutura cosmológica tradicional em questão ao propor o heliocentrismo. Mais tarde, o astrônomo dinamarquês Tycho Brahe desenvolveu um modelo cosmológico análogo ao de Copérnico, mas que salvaguardava a imobilidade da Terra (apenas os demais planetas teriam no Sol o centro de suas órbitas).³⁶

Na década de 1570, dois curiosos fenômenos celestes despertaram o interesse dos astrônomos e acabaram pouco a pouco por estimular debates sobre a validade da cosmologia aristotélico-ptolomaica: a “estrela nova” de 1572 e o cometa de 1577. As novidades astronômicas não passaram despercebidas pela Península Ibérica. Discutindo a natureza dos cometas no supracitado *Reportório dos tempos*, André de Avelar discorda da opinião tradicional de Aristóteles, que afirmava serem os cometas fenômenos atmosféricos, dada a sua irregularidade de movimentos e sua corruptibilidade. Avelar afirma, tomando como argumento a pura experiência das observações dos fenômenos, que se formavam na região celeste, “digam o que disserem os filósofos”.³⁷ O astrônomo castelhano Jerónimo Muñoz

³³ Cf. THOMAS, Keith. *Religion and the Decline of Magic*. New York: Oxford University Press, 1999. p. 292; sobre a difusão da astrologia em meio aos setores populares na Itália dos séculos XV e XVI, v. NICCOLI, Ottavia. *Prophetic and People in Renaissance Italy*. Princeton University Press, 1990.

³⁴ ALMEIDA, Manoel Lopes de. “Apontamentos para a biografia de André de Avelar: Professor de Matemática na Universidade”. *Revista da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra*, 29 (1967): 31-72.

³⁵ Cf. TEIXEIRA, Francisco Gomes. *História das Matemáticas em Portugal*. Lisboa: Academia das Ciências, 1934. p. 191.

³⁶ Sobre Tycho Brahe, v. MOSLEY, Adam. *Bearing the heavens: Tycho Brahe and the astronomical community of the late sixteenth century*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

³⁷ AVELAR, *Reportório*, op. cit., fl. 137v.

dedicou à estrela nova de 1572 (frequentemente referida também como “cometa”) um pequeno tratado intitulado *Libro del nuevo cometa*, em que aprofunda o questionamento da cosmologia aristotélica constatando o posicionamento celeste do fenômeno, baseado em observações astronômicas e demonstrações matemáticas. Muñoz é mais contundente na sua crítica ao modelo tradicional de Aristóteles e Ptolomeu, já que chega a defender a corruptibilidade do elemento celeste.³⁸ Francisco Sanches, célebre matemático e filósofo português, escreveu o poema *Carmen de cometa* para refutar os presságios de calamidades e pestilências disseminados pelo astrólogo francês Juncino a partir da interpretação da aparição do cometa de 1577.³⁹ Apesar de se limitar à refutação da “astrologia judiciária” nesta obra específica, Sanches figura enquanto um dos maiores críticos da filosofia aristotélica no século XVI ibérico.⁴⁰

Ainda que não fossem apresentados enquanto tratados astronômicos originais e especializados, os *Reportórios dos tempos*, como o de André de Avelar, parecem veicular as novidades cosmológicas inferidas a partir da observação celeste ou da navegação astronômica a um público leigo e abrangente. Neste sentido, ao mesmo tempo em que tais obras concordavam geralmente com a cosmologia tradicional, pode-se constatar a presença nas mesmas de algumas brechas interpretativas que difundiam também dúvidas e críticas em relação ao modelo aristotélico. Entretanto, os princípios astrológicos que têm por base a física aristotélica não são jamais questionados em sua essência.

Para os autores dos *Reportórios*, as configurações celestes influenciavam não apenas os fenômenos naturais da superfície terrestre, mas também os próprios compor-

tamentos humanos. Neste último caso, é digno de atenção o problema da articulação entre a teoria da influência dos corpos celestes e o primado do livre-arbítrio dos homens no contexto teológico do século XVI. Já empregado como principal argumento ético-teológico contra as teorias fatalistas da influência astral nas polêmicas antias-trológicas do Renascimento, inclusive em Portugal,⁴¹ o livre-arbítrio passa a constituir uma bandeira capital da ortodoxia católica após o Concílio de Trento. O problema se relaciona diretamente ao combate de ideias travado entre os teóricos da Contrarreforma e os reformistas luteranos e calvinistas e sua doutrina da predeterminação, que poderia se associar às interpretações que atribuíam necessidade à influência astral.⁴² Neste sentido, o Santo Ofício passa a dedicar particular atenção às publicações astrológicas, submetendo à censura as passagens que prenunciam grandes catástrofes e alguns acontecimentos no plano político. Por exemplo, algumas partes referentes a prognósticos catastróficos no *Reportório* de André de Avelar foram suprimidos na terceira edição da obra pela interferência do Santo Ofício.⁴³

Curiosamente, entretanto, a chamada astrologia judiciária, e principalmente aquela dedicada à confecção de horóscopos individuais, não perde espaço no contexto da Contrarreforma em Portugal, e continua a ser lecionada e afirmada pelos jesuítas, em especial pelos professores do Colégio das Artes de Coimbra, como assegura Luís Miguel Carolino. A continuidade de tal prática em contextos tão controversos se devia a múltiplos fatores, que envolviam a profunda penetração das teorias astrológicas na cultura da época, e as posições de Tomás de Aquino, tão caras à escolástica dos contrarreformistas e altamente favoráveis à validade

³⁸ BROTÓNS, Víctor Navarro e GALDEANO, Enrique Rodríguez. *Matemáticas, cosmología y humanismo en la España del siglo XVI: los comentarios al segundo libro de la Historia Natural de Plinio de Jerónimo Muñoz*. Valencia: Universitat de València, 1998. pp. 97-105.

³⁹ SÁ, Artur Moreira de. *Francisco Sanches: filósofo e matemático*. vol. 1. Lisboa: Faculdade de Letras, 1947. pp. 228-229.

⁴⁰ Id., *Ibid.*, pp. 236-263.

⁴¹ V. nossa dissertação de mestrado: FRANKE, Pedro Campos. *O ofício dos sábios: filosofia e ação na obra de Fr. António de Beja* (dissertação de mestrado). Programa de pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, maio de 2010.

⁴² Cf. CAROLINO, op. cit., pp. 79-91. A doutrina tridentina contra a astrologia judiciária se consubstancia na bula *Coeli et Terrae*, promulgada pelo papa Sisto V em 1586.

⁴³ Cf. ALMEIDA, Manoel Lopes de, op. cit.

da influência astral.⁴⁴ Por outro lado, formulações astrológicas que não se relacionavam à conduta humana e sim às alterações climáticas e ao fluxo e refluxo das marés eram amplamente difundidas através de publicações como os *Reportórios*, e traziam informações de uso corrente tanto para agricultores quanto para os navegantes.

Formuladas estas considerações sobre a tradição astrológica e o contexto de sua sobrevivência durante o século XVI em Portugal, cabe finalizar com algumas questões que devem nortear pesquisas futuras: em que medida as observações e a navegação astronômica abriam caminhos de interpretação da cosmologia aristotélica que permitiriam pô-la em questão, ou em que medida a visão de mundo derivada desta cosmologia bastava à cultura científica do empreendimento ultramarino? Até que ponto os *Reportórios dos Tempos*, escritos por cosmógrafos, se apresentavam enquanto

simples compêndios da cosmologia tradicional e até que ponto suas variações apontam mudanças na concepção cosmológica da segunda metade do século XVI? De que forma os teóricos e práticos das grandes navegações se apropriaram de elementos tradicionais da astrologia como instrumento de sua atividade náutica, e como enxergavam, no interior desta tradição, a teoria da influência dos corpos celestes sobre o mundo sublunar?

Tais questionamentos devem ser desdobrados com o decorrer da pesquisa, com o inestimável suporte de uma historiografia recente preocupada em entender a contribuição de antigas tradições filosóficas – como o hermetismo, a magia natural e a própria astrologia – à formação da ciência moderna,⁴⁵ tradições estas que outrora eram tidas pelos historiadores e filósofos da ciência como obstáculos ao estabelecimento da metodologia científica.⁴⁶

⁴⁴ Cf. CAROLINO, op. cit.

⁴⁵ Alguns exemplos de tais estudos: YATES, Frances. *Giordano Bruno and the Hermetic Tradition*. Chicago/Londres: The University of Chicago Press, 1991; CURRY, Patrick. Revisions of Science and Magic. *History of Science*, 23 (1985), pp. 299-325; REDONDI, Pietro. A Revolução Científica do século XVII: novas perspectivas. *Impacte: Ciência e Sociedade*, Unesco, 11 (*Perspectivas históricas sobre as ciências – II*), 1992, pp. 91-101; ROSSI, Paolo. "Sobre o declínio da astrologia nos inícios da Idade Moderna". In: ROSSI. *A ciência e a filosofia dos modernos*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

⁴⁶ Este ponto de vista, com a ideia de que as crenças mágicas e astrológicas constituiriam etapas atrasadas do conhecimento humano, é defendido por FRAZER, James G. *The Golden Bough. A Study in Magic and Religion*. Londres: Macmillan Press, 1983.

A tomada do Rio de Janeiro pelos franceses em 1711

René Chartrand

Curador Senior do Canada's National Historic Sites por quase 3 décadas é hoje escritor free-lancer e consultor histórico. É autor de muitos livros publicados na Inglaterra e na América do Norte.

Tradução: Adriana de Matos Peixoto Rogerio
Revisão: Luiz Astorga

RESUMO

Este trabalho narra os esforços militares da coroa francesa em 1710 e 1711, que em duas campanhas navais tentou obter controle daquela que, 300 anos atrás, era a maior colônia lusitana do mundo: o Brasil. Neste artigo levase em conta a influência da peculiar geografia da Cidade do Rio de Janeiro, tanto nos planos franceses de tomada quanto nos recursos portugueses para a defesa do seu território.

PALAVRAS-CHAVE: campanhas navais francesas no Rio de Janeiro, Jean-François Duclerc, Duguay-Trouin

ABSTRACT

This work describes the French crown military efforts (through two naval campaigns in 1710 and 1711) to obtain control of Brazil - the biggest Portuguese colony 300 years ago. This paper also tells of the influence of Rio de Janeiro's peculiar geography, regarded both in French plans of taking over and in Portuguese defense resources.

Keywords: French naval campaigns in Rio de Janeiro, Jean-François Duclerc, Duguay-Trouin

RIO: O NOVO EL DORADO

Há três séculos, o Brasil era uma colônia portuguesa, e já o mais importante domínio lusitano no mundo: sua população contava em torno de 300 mil almas. Um pouco esquecido pelas outras potências europeias, Portugal se torna, após o século XVI, um Império colonial na Ásia (Goa na Índia, Macau na China e Timor), na África (Moçambique, Angola e as Ilhas de Cabo Verde) e, na América, o Brasil. Após as primeiras e difíceis rivalidades com os holandeses, que são finalmente expulsos do País no século XVII, o Brasil inicia uma expansão considerável, graças à descoberta de metais preciosos. A cada ano, o ouro e os diamantes provenientes das minas são enviados ao Rio de Janeiro, a cidade mais importante do Brasil, que contabiliza quase 12 mil habitantes. Os tesouros são então embarcados numa Esquadra destinada a Lisboa. No início do século seguinte, os comboios destinados a Portugal já despertavam a cobiça. A cidade do Rio de Janeiro figurava, no imaginário de muitos europeus, como um novo El Dorado, com ruas revestidas de ouro!



A Fortaleza de Santa Cruz da Barra. Construída pelos portugueses a partir de 1567, é a maior das defesas que guardam a entrada da baía. Em 1711, esta fortificação encontrava-se munida de “quarenta e oito grandes canhões, variando entre dezoito e quarenta e oito libras; e de uma outra bateria de oito peças, situada um pouco para o exterior deste forte”, segundo Duguay-Trouin – ou de 44 canhões, segundo as fontes brasileiras. Seu aspecto atual data de aproximadamente 1860, quando se construíam as baterias em casamatas sobrepostas por ordem do Imperador D. Pedro II. Fotografia do autor.

Os corsários franceses mostram-se particularmente interessados pelo Brasil e seus tesouros. A partir de 1706, começam a esboçar-se planos para tomar posse de seu ouro. Àquela época, a guerra grassa pela França e por quase todos os países da Europa, incluindo Portugal. A Esquadra francesa, a despeito de quaisquer reveses, é ainda deveras formidável; atacar a Esquadra portuguesa no trajeto Brasil-Portugal é algo concebível, embora comporte alguns elementos imponderáveis, vinculados às comunicações existentes na época: não se pode saber com certeza quando partirá a Esquadra em comboio, ou qual será seu trajeto. E, se se chega a interceptá-la, mesmo assim o sucesso não é garantido, pois os portugueses são bons marinheiros e bons combatentes a bordo das suas bem armadas embarcações de guerra. A opção de interceptar a Esquadra portuguesa é rejeitada, em favor de uma ação mais audaciosa: o ataque e a tomada do Rio de Janeiro! Tal empresa é muito arriscada, mas multiplicam-se as perspectivas de lucro: o butim compreenderá não somente a carga de ouro, mas também tudo aquilo que uma grande cidade comporta em riquezas, quer se a saqueie,

quer se exija por ela um pesado resgate. Mas apesar o Rio de Janeiro, por sua vez, não é nenhuma sinecura. A entrada do porto é protegida por poderosas fortificações das quais uma, a de Santa Cruz da Barra, é praticamente uma cidadela. Em si mesma, a cidade não é circundada de fortes muralhas, pois o acesso por terra é relativamente difícil. Não obstante, lá se encontra o Forte de São Bento. Não se pode planejar um longo sítio para



Vista da entrada da Baía do Rio de Janeiro. À esquerda, o Pão de Açúcar. À sua direita, o Forte de São João. Atrás, o pico sobre o qual se assenta, desde 1931, a enorme e célebre estátua do Cristo Redentor. Fotografia do autor, tirada na Fortaleza de Santa Cruz da Barra.

esta cidade: os reforços de tropas e milícias, vindos dos distritos vizinhos, arriscariam subjugar os atacantes por seu número. Deve-se então tomar o lugar rápida e subitamente.

1710 : O ATAQUE DE DUCLERC

Em 1710, o Capitão Jean-François Duclerc tenta a sua sorte. À frente de uma Esquadra de cinco vasos de guerra, tendo a bordo aproximadamente mil soldados das Companhias independentes da Marinha¹, Duclerc parte de Brest e, em 8 de agosto, chega às paragens do Rio de Janeiro. Os franceses descobrem então que a entrada da baía está protegida por grandes fortificações, e que seus navios correm o risco de sofrer sérias avarias, ou de ser afundados por seus adversários. Tentar

enfrentar essas defesas costeiras é quase suicídio. Todavia, não é o caso de voltar à França de mãos abanando; adota-se então uma outra tática: desembarcar um poderoso destacamento de tropas e, seguindo por trilhas, tomar de assalto a cidade pelo lado da terra firme. A Esquadra passa as semanas seguintes a rondar ao longo da costa, em busca de um ponto propício ao desembarque. Nesse ínterim, os portugueses avistam a frota francesa, soa-se o alarme em toda a região e mobilizam-se as milícias. O moral dos defensores é excelente, e eles estão confiantes de que conseguirão desbaratar aqueles a quem consideram um grupo de piratas.

Em 11 de setembro, Duclerc envia cerca de mil homens para desembarcar na Baía de Guaratiba, a aproximadamente 50 quilômetros ao Sul do Rio de Janeiro. Eles marcham em direção ao interior e tomam as trilhas que os levam à cidade. De sua parte o governador do Rio, Francisco de Castro Morais, dispõe de 2.700 homens, divididos em quatro corpos. A maioria é de milicianos, uma vez que existem apenas algumas centenas de soldados regulares na guarnição. Uma parte de suas tropas atua como corpo de vigilância e, às escondidas e em paralelo, marcha no mesmo sentido da coluna francesa. Concomitantemente, cava-se um grande valado circundando o lado interior da cidade, e constroem-se baterias temporárias nas áreas mais vulneráveis. Nos dias 18 e 19 de setembro, os franceses atacam a cidade e alguns logram invadi-la, mas os portugueses os esperam inarredáveis e, em pouco tempo, os franceses encontram-se encurralados entre duas linhas de fogo. E trava-se duro combate durante horas. Aproximadamente 280 franceses são mortos e outros 650, sendo 46 deles oficiais, depõem suas armas e rendem-se. Dentre esses últimos, Duclerc é feito prisioneiro. É um desastre. A Esquadra francesa é obrigada a abandonar os prisioneiros à sua sorte e deixar a costa do Brasil.



Trajeto da França ao Rio de Janeiro. Mais de 8 mil km a percorrer. Detalhe de um mapa do atlas Sydow-Wagner (1907). Coleção particular; fotografia do autor.

¹ No início da década de 1680, mais uma guerra se iniciou entre os franceses e os Iroquois, que, por mais de uma década, atacava os colonos franceses. O Governo francês inicialmente enviou tropas regulares para guardar permanentemente a colônia. Elas ficaram conhecidas como as “Compagnies franches de la Marine” (“as companhias independentes da Marinha”); elas não pertenciam realmente à Marinha, mas à infantaria colonial da guarnição das cidades e fortes. O nome *Marine* (Marinha) se deve simplesmente a que o Ministro da Marinha havia sido o responsável pela administração dos territórios da França na América, e as tropas que tinham sido enviadas para defender as colônias pertenciam àquele ministério, e não ao Ministério da Guerra, que era responsável pelas tropas terrestres na Europa.



A cidade do Rio de Janeiro, por volta de 1710. À direita, o Pão de Açúcar, que domina o estreito da entrada da Baía do Rio de Janeiro. Em 1710, a cidade não possuía fortificações importantes, mas cavava-se um valado pouco antes do ataque de Duclerc. Reconstituição de Guta. Museu Naval, Rio de Janeiro. Fotografia do autor.

1711: RETORNO AO RIO COM DUGUAY- TROUIN

Na França, a notícia do fracasso de Duclerc é acompanhada de relatos sobre agressões e maus-tratos infligidos no Rio, pelos portugueses, contra os cerca de 650 prisioneiros fran-



O Almirante René Duguay-Trouin. Gravura antiga. Coleção particular; fotografia do autor.

ceses, principalmente quanto a fazê-los morrer de fome. A indignação atinge seu ápice quando se escuta que Duclerc aparentemente morreu assassinado, dizem alguns, por ordem do próprio governador do Rio. Esta acusação é rechaçada pelos portugueses, mas é forçoso constatar que Duclerc realmente foi morto prisioneiro sob circunstâncias obscuras.

A vingança por esta derrota e este assassinato torna-se, pois, o tema do momento na França. Faz-se mister o esforço de reunir uma frota de maior porte que a anterior e pôr à sua frente um comandante capaz de atacar e tomar o Rio de Janeiro. Este homem é René Duguay-Trouin. Nascido em Saint-Malo, em 1673, ele se destaca desde os 18 anos de idade como capitão corsário e, seis anos depois, como comandante na Real Marinha Francesa. Em 1705, é promovido a Chefe de Esquadra. Seus feitos contra os comboios inimigos são quase lendários; ele não somente logra capturar numerosos navios mercantes, como também destrói os navios de guerra que os escoltam. Sua reputação está então no apogeu, e é ele a pessoa indicada para levar a cabo tal expedição.

Por outro lado, se os marinheiros e os navios de guerra estão disponíveis para esta nova empreitada brasileira, está escasso o dinheiro para financiar a expedição. A França se encontra, de fato, nos piores anos da guerra de Sucessão Espanhola. Mesmo assim, a Marinha Real consegue contribuir

com 17 navios. A atração exercida pelas riquezas do Brasil promete lucros fabulosos em caso de êxito, de modo que os milhões necessários para custear o equipamento e o armamento desta frota são emprestados por uma sociedade composta de armadores e banqueiros. Em junho de 1711, os navios reunidos, tendo a bordo milhares de soldados e marinheiros, deixam o porto de Brest sob o comando de Duguay-Trouin.

As tropas francesas de desembarque compõem-se de um considerável contingente de 2.200 oficiais e soldados das Companhias independentes da Marinha. Este corpo é o ancestral das Tropas da Marinha dos dias de hoje e, assim como os *marsouins*² atuais, trata-se de soldados de elite. Um destacamento de mil homens desta companhia participou, no ano anterior, da malfadada expedição de Duclerc contra o Rio de Janeiro. O contingente de tropas da Marinha a bordo da Esquadra do Almirante Duguay-Trouin é muito mais numeroso, e todos os seus oficiais e soldados esperam vingiar seus cama-



Marins franceses da época de Louis XIV. Gravura por Marcel Toussaint. Coleção particular; fotografia do autor.

radas humilhados. Agregam-se ao destacamento 300 guardas-marinha e voluntários. Finalmente, cerca de 800 marinheiros armados também desembarcarão dos navios. O total de combatentes franceses eleva-se então a aproximadamente 3.300 homens.

Faz-se sem problemas a longa travessia e, em 11 de setembro, avistam-se as colinas em forma de cone, cobertas de vegetação verdejante, que circundam a Baía do Rio de Janeiro.

DEFESAS DO RIO DE JANEIRO EM 1711

Estimam os franceses que a guarnição do Rio de Janeiro e de sua região conta com 13 mil homens, ali contendo cinco regimentos de tropas regulares *compostas de soldados seletos*, diz-nos Duguay-Trouin, recentemente chegados de Portugal; isso sem levar em conta um grande número de negros treinados. Essas informações são deveras confusas; elas indicam que na França têm-se poucas informações confiáveis sobre a guarnição da cidade. Segundo as fontes brasileiras, mais confiáveis, o total é muito mais modesto:

Guarnição do Rio de Janeiro em setembro de 1711

Tropas regulares:

Dois terços (regimentos) do Rio de Janeiro: 590 homens

Terço (regimento) da Colônia de Sacramento: 300 homens

Soldados destacados das tropas da Marinha: 400 homens

Milícias:

Terço da Nobreza: 550 homens

Dois terços da Ordenança: 780 homens

Companhia de Moedeiros (empregados da Casa da Moeda): 50 homens

Total:

2.670 homens, dos quais 1.380 são milicianos.

Em verdade, não há senão três terços (o nome será mais tarde substituído por "regimentos") regulares totalizando 1.290 soldados profissionais. Mas, à parte os 400 soldados de Marinha, esses soldados não provêm de Portugal; eles fazem parte das unidades perma-

² Literalmente, "botos" é o apelido dado aos Fuzileiros Navais franceses. [N. do T.]

nentes do Rio de Janeiro e da Colônia, cidades das quais tomam seus nomes. O primeiro é o Terço Velho do Rio de Janeiro, organizado em 1567 a partir de companhias independentes. O segundo corpo, formado em 1699, é o Terço Novo do Rio de Janeiro. O Terço de Colônia do Sacramento, segundo as informações obtidas pelos franceses, seria possivelmente a tropa que representa os reforços de Portugal. Em verdade, trata-se de um corpo de infantaria colonial originário da cidade de Colônia, no Sul do País. É possível que os navios portugueses tenham desembarcado recrutas destinados aos regimentos coloniais vindos da metrópole, mas certamente não em grande número. O contingente de tropas da Marinha compõe-se de soldados desembarcados de navios de guerra. Até 1736, não haverá uma unidade distinta de artilharia no Brasil: os artilheiros locais encontram-se distribuídos entre as tropas coloniais regulares.

As milícias compõem-se de brancos de origem portuguesa. As tropas negras mencionadas por Duguay-Trouin são sem dúvida uma alusão às unidades de negros livres denominados "Henriques", em homenagem a Henrique Diaz, chefe de uma valorosa tropa de negros contemporânea aos combates contra os holandeses no século XVII. Posteriormente, as unidades de milícias disciplinadas compostas por homens de origem africana passam a ser conhecidas por este nome,

e encontram-se situadas principalmente mais ao Norte. Na época do ataque francês, não há tais unidades no Rio de Janeiro.

Quando chega a frota de Duguay-Trouin, encontram-se fundeados na baía quatro vasos e três fragatas da Marinha portuguesa. Os vasos constam nas memórias de Duguay-Trouin como estando armados com 56 a 74 canhões cada, e as fragatas, com 36 a 40 canhões cada. Segundo o comandante, estes navios foram enviados pelo rei de Portugal como reforço para o Rio de Janeiro.

Os fortes que guardam o acesso à baía constituem o obstáculo principal. Trata-se: do grande Forte de Santa Cruz da Barra (44 canhões), do Forte de São João (30 canhões), da bateria Praia de Fora (6 canhões), da bateria Praia Vermelha (12 canhões), da bateria Villegagnon (20 canhões), da bateria Boa Viagem (10 canhões) e do Forte da Ilha das Cobras (12 canhões).

Aproximadamente 600 soldados estão destacados para estes fortes. Peças adicionais de artilharia encontram-se montadas dentro da cidade.

A TOMADA DA CIDADE

Duguay-Trouin sabe que, para obter êxito, é necessário penetrar imediatamente a baía. Ao seu comando, os navios formam uma linha que se lança em direção à en-



Mapa que mostra a frota francesa do Almirante Duguay-Trouin transpondo a entrada da baía, em 12 de setembro de 1711. Museu Naval, Rio de Janeiro. Fotografia do autor.

trada. Os fortes e baterias abrem fogo, os canhões dos vasos franceses respondem e, apesar de uma saraivada de balas, transpõem o estreito e penetram a baía. Abrem fogo os canhões de proa dos navios portugueses, mas sem melhor resultado que o dos fortes. Nenhum dos navios franceses é afundado, embora recebam numerosos golpes e percam por volta de 300 homens. Por sua vez, as baterias dos fortes recebem fogo de dois vasos de 74 canhões, um de 70, três de 66 e um de 56, assim como os tiros de numerosas fragatas. A frota está na baía e, pouco depois, centenas de soldados das companhias independentes da Marinha tomam de assalto o forte sobre a Ilha das Cobras, que então capitula. A tomada deste forte é importante porque ele está próximo às docas da cidade. Os homens de Duguay-Trouin apontam seus canhões para o Rio de Janeiro. Durante a semana seguinte, as tropas francesas se apoderam de todos os fortes ao redor da baía. Na noite de 20 de setembro, Duguay-Trouin estima que se pode tentar o assalto com sucesso; durante a noite, faz seus preparativos no intuito de lançar seus homens ao ataque no raiar do dia.

Na cidade reina o pânico, e durante a noite o Rio é abandonado por seus habitantes, na mais completa confusão. As tropas regulares portuguesas, que acumulam reverses há mais de uma semana, cedem igualmen-

te ao pânico, amotinam-se, pilham e incendiam residências antes de dispersar-se em desordem nas colinas vizinhas, junto com os cidadãos. As fortificações estão debilitadas, mas os franceses, prudentes, neutralizam-nas logo no momento em que entram na cidade. Na manhã de 21 de setembro o Rio de Janeiro é ocupado pelas tropas francesas. Duguay-Trouin exige um pesado resgate; do contrário, fará destruir a cidade. Os portugueses curvam-se e pagam uma quantia substancial. De sua parte, Duguay-Trouin sabe que não pode ocupar a cidade por muito tempo. Com o passar dos dias, chegam aos arredores da cidade milhares de soldados e milicianos portugueses. Mesmo assim, só em 13 de novembro a frota francesa deixará o Rio de Janeiro para retornar à França.

Durante seu regresso, a frota enfrenta uma terrível tempestade ao largo dos Açores e naufragam dois vasos com aproximadamente 1.200 homens a bordo, assim como uma parte do butim no valor de 600 mil libras. Perde-se também um terceiro vaso na Guiana Francesa, mas salva-se sua carga. O resto da frota aporta sem problemas na França. Financeiramente a operação é bem satisfatória: a despeito das perdas, a parcela de lucro é de 92 por cento! A novidade da tomada do Rio de Janeiro gera alegria em toda a França, assolada pelas más notícias provenientes dos campos de batalha em Flandres.



Em 12 de setembro de 1711, a frota francesa do Almirante Duguay-Trouin – visto que “o êxito de esta expedição dependia da rapidez” – força a entrada na Baía de Guanabara, sob fogo das baterias portuguesas. À direita, um navio português tenta sem sucesso opor-se à Esquadra francesa. Museu Naval, Rio de Janeiro. Fotografia do autor.

É também um choque para os países em guerra contra a França. Apesar de significativos reveses, esta revela-se ainda muito combativa e capaz de desferir golpes retumbantes contra seus adversários, até nas mais extremas condições. Portugal sofre enormes perdas no Brasil, evidentemente, mas também a Inglaterra compreende que o poderio naval francês segue formidável e

que de fato a França de Luís XIV está longe de ser derrotada. Pouco depois, o Marechal Villars triunfa em Denain. Alguns afirmam que a notícia da tomada do Rio de Janeiro, aliada a esta vitória, induz os diplomatas ingleses a negociar a paz. Ela será definitivamente firmada menos de dois anos depois que o pavilhão francês tremulou sobre a Baía do Rio de Janeiro.

A indumentária das tropas portuguesas que defendem o Rio de Janeiro assemelha-se talvez a esta reconstituição de infantaria, de cerca de 1720. Em primeiro plano, um soldado; em segundo plano, um oficial porta-estandarte. Este modelo de estandarte, que comporta a cruz agironada, é comumente o empunhado pelas unidades de infantaria portuguesa. Nesta época, tais soldados normalmente trajam um uniforme cinza e branco. As tropas da Marinha portuguesa, porém, empregam as cores verde e vermelha. Prancha de Carlos Ribeiro. Revista *Defesa Nacional* (Lisboa).



Soldados das companhias independentes da Marinha. Início do século XVIII. Cópia de um documento da época. Coleção particular; fotografia de Jean Boudriot.

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

René Duguay-Trouin, "Entreprise contre Rio-Janeiro" dans ses *Mémoires* (1740 e numerosas edições posteriores).

Augusto Tasso Fragoso, *Os Franceses no Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro, 2004).

Hugo G. Bordes Fortes, *Canhões Cruzados* (Rio de Janeiro, 2001).

O poder de mando dos cobradores dos quintos na capitania de Minas Gerais: atuação militar, delimitação do território e controle da população

Simone Cristina de Faria

É mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com dissertação intitulada "Os 'homens do ouro': perfil, atuação e redes dos Cobradores dos Quintos Reais em Mariana Setecentista" e, atualmente, doutoranda pela mesma universidade.

RESUMO

Este artigo tem por objetivo apresentar algumas reflexões sobre o expressivo poder de mando dos cobradores dos quintos reais em Minas Gerais no século XVIII, homens tidos entre os "principais" de suas vilas. A atenção se concentra principalmente na constatação da decisiva atuação militar desses indivíduos em sua sociedade, no seu papel na delimitação do espaço recém-descoberto e no controle da população resultante de tudo isso e, essencialmente, de suas responsabilidades fiscais.

PALAVRAS-CHAVE: atuação militar, poder de mando, território

ABSTRACT

This article has as objective to present some reflections on the expressive power of command of the royal fifths collectors in the eighteenth century in Mariana, men taken from the "principals" of their villages. The attention has been focused mainly on the finding of decisive military actions of these individuals in their society, on their role in defining the newly discovered space and the control population as a result of all this and, essentially, their tax liabilities.

KEYWORDS: military actions, power of control, territory

O princípio da ocupação portuguesa do território que hoje conhecemos por Minas Gerais foi marcado por uma intensa busca pelo ouro, a primeira grande corrida migratória desde o descobrimento e/ou achamento das terras brasileiras. Tal fenômeno foi comprovadamente sem precedentes e gerou uma situação de "fronteira aberta" nas primeiras décadas do século XVIII na famosa região das Minas do Ouro, além de afastar um sentimento de frustração da coroa portuguesa com a falta inicial de metais preciosos nas terras que adentravam no Ultramar.

Este artigo busca refletir as questões inerentes à organização social das Minas nesse período, tendo como foco principal de análise o poder de mando de alguns indivíduos dos mais influentes de suas localidades, os cobradores dos reais quintos.¹ Procuraremos acentuar como tal poder de mando desses homens encontrava-se intrinsecamente ligado à decisiva atuação militar que detinham, à função de delimitação de território que acabaram desempenhando, e

¹ O direito régio do quinto girou em torno de vinte por cento de todo o ouro retirado do solo mineiro. Esse ouro devia ser remetido diretamente para a coroa portuguesa.

ao controle da população daí resultante. Obviamente todos esses componentes também se relacionavam com o papel direto que as responsabilidades fiscais lhes exigiam.

Parte-se inicialmente do pressuposto de um relevante impacto das relações de poder dos “principais” daquelas terras na definição do novo território, de uma expressiva atuação militar desses indivíduos nas mais remotas localidades pelas suas funções com a cobrança de um direito tão importante quanto o quinto, e de que os jogos de poder se concretizavam em redes locais eficientes inclusive na negociação com o poder central da coroa portuguesa. Diante do vasto espaço territorial das Minas e da acentuada distância de Portugal de sua preciosa conquista, o autogoverno dos corpos locais, e a formação de redes de poder e de negociação, verificou-se desde as primeiras décadas e foi essencial na organização daqueles povos.

ATUAÇÃO MILITAR, DELIMITAÇÃO DO TERRITÓRIO E CONTROLE DA POPULAÇÃO: COMPONENTES DE UMA ANÁLISE DO PODER DE MANDO DE AGENTES FISCAIS NAS MINAS SETECENTISTAS

Não obstante, o surgimento de recentes e valiosos trabalhos sobre a questão do território e das fronteiras nas Minas Gerais, seja contribuindo para o melhor conhecimento de seus espaços,² seja fazendo reflexões mais refinadas relacionando espaço e poder,³ é evidente que tal tema continua sendo muito pouco trabalhado pela historiografia e, a nosso ver, merece mais atenção. Vinculado a isso, o estudo dos corpos militares e sua atuação no espaço minerador também caminha a passos lentos e necessita de maior cuidado, como veremos no decorrer do texto.

Buscaremos a partir de agora lançar apenas algumas ideias despretensiosas sobre o problema, apontando uma direção para os estudos que acreditamos ser profícua e inovadora. Na verdade, nossa proposta de investigação busca conjugar alguns avanços da



Uso da bateia e lavagem do ouro. Johann Moritz Rugendas. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Editora Itatiaia Limitada, Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

mais recente História Social com resultados de pesquisas que viemos fazendo nos últimos anos, e que buscam, fundamentalmente, destacar a atuação dos sujeitos históricos sobre sua realidade. Isso significa embeber de aspectos sociais e relacionais quaisquer temas, inclusive a questão aqui em foco dos poderes locais, da atuação militar de homens influentes, da delimitação dos territórios e fronteiras espaciais. Certamente as reflexões se tornariam muito mais realistas, se é que podemos dizer dessa maneira, se trouxéssemos à cena os atores sociais que atuavam diretamente nesses territórios, e mais, se analisássemos as relações por eles estabelecidas e de que maneira elas influenciavam na própria delimitação desses espaços. E é nessa direção que pretendemos seguir.

Tendo isso em mente, nossa proposta de investigação para o cenário das Minas Gerais – importante região mineradora no século XVIII e de centralidade evidente para a existência do Império português – é conjugar três componen-

² COSTA, Antônio Gilberto. *Os caminhos do ouro e a Estrada Real*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005; _____. *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004; _____. *Cartografia das Minas Gerais: da capitania à província*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

³ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d’el rei: espaço e poder nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011; _____. O espaço urbano de Mariana: sua formação e suas representações. In: GONÇALVES, Andréa Lisly, OLIVEIRA, Ronald Polito de (org.). *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998, p. 27-66.

tes de análise: atuação militar, delimitação do território e controle da população, no que derivam das esferas do poder local, do território e da fiscalidade. Partimos da hipótese de que, para as Minas do Ouro do início do Setecentos, tais instâncias não podem ser pensadas dissociadamente, como vinham sendo tratadas (especialmente a fiscalidade, tema tão árido para o historiador, e por muito tempo estudado sem a presença dos agentes que a tornavam possível). Relacionar essas instâncias significa, portanto, começar a suprir o que entendemos como lacunas na compreensão do complexo processo de formação da sociedade mineira setecentista.⁴ Iniciemos então com os apontamentos.

Assim que o achado de quantias significativas do metal amarelo se deu por certo, o fascínio foi inevitável e as desordenadas correntes migratórias para as minas eram provenientes das mais variadas capitânicas da colônia, bem como de diversos lugares do Império português. Muitos acentuam que o ouro causou no Brasil o maior fluxo populacional do Setecentos.⁵ Estima-se que a população das Minas no início da década de 1720 tenha chegado a aproximadamente 90 mil habitantes, admitindo uma hipótese de 40% de população livre em relação à escrava.⁶

Em região montanhosa, de água abundante, vários minerais e toda espécie de animais,⁷ de riquezas de todas as espécies,⁸ foram-se adentrando dia a dia distintos personagens. Os obstáculos que as perigosas marchas certamente traziam pareciam não ser intransponíveis e uma extensão territorial até então desconhecida foi penetrada, “não se perdoando

ao rio mais remoto e caudaloso, nem a serra mais intratável e áspera”.⁹ Os territórios foram se definindo, em um primeiro momento, portanto, de acordo com a ocupação dos veios auríferos, e as fronteiras permaneceram abertas durante as primeiras décadas do século.

Mas aos poucos os arraiais foram crescendo, as vilas foram criadas, as câmaras instituídas, os caminhos construídos e melhorados, e um vasto mercado consumidor se originou para suprir as variadas necessidades dos habitantes desses sertões. As outras capitânicas, como São Paulo e Rio de Janeiro, foram perdendo população e vendo suas lavouras serem abandonadas por conta do intenso interesse pelo precioso metal.¹⁰ E foram evidentes também as redefinições de papel consequentes da descoberta desse ouro. Nenhum outro acontecimento teria tido “tanta importância na redefinição do papel do Rio de Janeiro nos quadros do Império português quanto a descoberta do ouro no interior da América”, fazendo com que a economia da cidade se transformasse rapidamente por conta da abertura de “um amplo mercado consumidor nas regiões auríferas.”¹¹

Diante de todo esse contexto, dificilmente se poderia imaginar que no início do século XVIII houvesse uma preocupação maior para a coroa portuguesa do que a arrecadação da parte que lhe cabia sobre o ouro descoberto naquele rico solo. Inúmeras petições, cartas, bandos, ordens régias, entre outros, discutiram, negociaram e tentaram regular a melhor forma de cobrança do quinto. Nunca se chegou a um consenso sobre a maneira

⁴ Obviamente esse exercício de reflexão aqui proposto encontra-se em estado precoce, tais questionamentos caminham juntos com os avanços parciais de nossa pesquisa de doutorado, que busca entender a dinâmica do processo de arrecadação dos reais quintos na capitania de Minas Gerais entre 1710 a 1780, bem como investigar o perfil e relações dos indivíduos diretamente responsáveis pela realização da dita arrecadação.

⁵ BACCI, Massimo Livi. 500 anos de demografia brasileira: uma resenha, *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 19, n.1, jan./jun. 2002.

⁶ BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. População e escravidão nas Minas Gerais, c. 1720. Trabalho apresentado no 12º Encontro da Associação Brasileira de Estudos de População – ABEP, GT População e História, realizado em Caxambu (MG), outubro de 2000. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/hist1_5.pdf. Acesso em: 19 set. 2011.

⁷ MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981, p. 164, 165.

⁸ ORBIGNY, Alcides d'. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976, p. 161.

⁹ ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais. Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória histórica da Capitania de Minas Gerais (1788)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995, p. 80, 81.

¹⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Metais e pedras preciosas.” In: *História Geral da Civilização Brasileira – A época colonial – Administração, economia, sociedade*. Vol. 2. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973, p. 280.

¹¹ SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650 – c. 1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 151.



Ciclo do ouro, por Rodolfo Amoedo (Cortesias do Museu do Ipiranga). PAES LEME, Pedro Taques de Almeida. *Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980

“mais justa e suave” de se coletar esse ouro, a um mecanismo estável para a arrecadação. Não obstante as tentativas de controle por parte da coroa portuguesa sobre os formatos e montantes de arrecadação, o fato é que a política para a cobrança dos quintos sempre padeceu de uma definição final.¹² As inúmeras formas de cobrança que a coroa lançou mão não tiveram uma lógica muito efetiva e sempre se hesitou quanto às providências a serem tomadas a esse respeito.

No entanto, já comprovamos em pesquisas anteriores que a responsabilidade institucional na cobrança do precioso quinto real esteve nas mãos das câmaras municipais por tempo bem maior do que se supunha, e que tal autonomia camarária, o autogoverno do poder local, era legitimado pela própria coroa portuguesa, que reconhecia o quanto

necessitava dos poderosos de cada localidade para se fazer presente na região.¹³

Esse autogoverno, no que aqui nos interessa, concretizava-se na ação dos cobradores dos reais quintos, escolhidos como foco da análise nesse texto, pelo papel direto que desempenhavam com questões fiscais que, por sua vez, se traduziam em poder de mando local. Veremos a partir de agora que espécies de ligações esses indivíduos estabeleciam com a questão da delimitação do espaço recém-descoberto através da execução de sua tarefa, de tornar factível uma cobrança em ambiente de fronteira aberta e de tensões constantes.

Em um primeiro momento cumpre destacar que esses homens eram membros de um grupo local com destacado poderio e influência, designados por *principais* e *homens bons*, indivíduos dos mais importantes e abastados de suas vilas, grandes proprietários de escravos e bens. Foram ainda alguns dos primeiros povoadores da região, conquistadores e descendentes deles, e indivíduos a ocupar os primeiros postos e desempenhar as primeiras funções de governança e organização da câmara.¹⁴

Escolhidos pelas câmaras municipais entre os principais da vila, esses indivíduos colocavam tamanha autoridade de mando a serviço da arrecadação do ouro, se tornando assim figuras centrais para o funcionamento da monarquia nas Minas. A eles cabia cotidianamente o alistamento dos escravos e vendas de cada proprietário, a coleta dos mesmos do quinto real em sua área de jurisdição, a entrega desse ouro na câmara, e a atuação em casos de sonegação ou qualquer tipo de ausência dos declarantes, pois deviam receber o total do montante competente às suas listas.

Ao desempenharem as primeiras funções, de alistar os escravos e vendas de cada proprietário e coletar o quinto de determinada região, se tornaram responsáveis pela confecção do que pode ser considerado uma espécie de primeiro censo populacional das Minas. Por conta da arrecadação dos quintos, acabaram por se envolver em questões de controle e deli-

¹² GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. “Dos poderes de Vila Rica do Ouro Preto: notas preliminares sobre a organização político-administrativa na primeira metade do século XVIII.” In: *Variá História*, nº 31, janeiro 2004, p. 125. Para período posterior ver: MAXWELL, Kenneth. “Reforma”. In: *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1996, pp. 95-117.

¹³ FARIA, Simone Cristina de. *Os “homens do ouro”: perfil, atuação e redes dos Cobradores dos Quintos Reais em Mariana Setecentista*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010, cap. 1.

¹⁴ Idem, cap. 2.

mitação de espaços, e de defesa da região, daí uma decisiva atuação militar. Aliás, o próprio pertencimento a um quadro de poderio local, seu vínculo às câmaras municipais, os tornavam muito eficazes no controle da população local.¹⁵ Afinal de contas, os mapas de população e estatísticas elaboradas sobre a potencialidade econômica da região eram construídos com a ajuda desses oficiais.¹⁶ Acreditamos, no entanto, que o encargo da cobrança do quinto os qualificava ainda mais no conhecimento do território e de sua população. Tal fato teria permitido inclusive que esse levantamento de habitantes, que faziam por conta da coleta do ouro, não fosse tão prejudicado pela questão da sonegação, devido à proximidade que tinham dos moradores, pois escolhidos pelas câmaras, moravam na vila e conheciam a população.¹⁷

Segundo nos informam os livros dos quintos analisados em outras pesquisas,¹⁸ todos esses cobradores realmente eram moradores nos seus referidos distritos de cobrança. Analisando os inventários e testamentos de alguns desses indivíduos é possível constatar ainda que os imóveis urbanos que possuíam estavam muito bem localizados no território, dispostos na região central da vila. Suas casas se situavam sempre em lugares privilegiados da cidade, ao lado da cadeia, na Rua Direita, ou junto à igreja matriz, e ainda, ao que nos parece, tendiam a possuir terras próximas a de outros homens distintos da localidade.¹⁹ Tidos como os principais da vila, portanto, certamente possuíam o respeito dos demais moradores para facultar o exercício da sua função. Afinal, eram os homens mais poderosos e influentes de cada distrito os responsáveis pela arrecadação de tão precioso direito, e não pessoas vindas de lugares distantes e sem trajetória na região.

É importante destacar ainda que esses cobradores não saíam sozinhos pelos caminhos áridos das Minas em diligência da cobrança do quinto, alistando todos os escravos de sua área de jurisdição. A arrecadação dos quintos tratava-se de tarefa honrosa, mas perigosa também, e para seu bom cumprimento concorriam os soldados e os escravos armados dos cobradores. Alguns cobradores, como Rafael da Silva e Souza, possuíam mais de 200 escravos. Além do mais, é de se imaginar que os cobradores não fossem sempre bem quistos entre os moradores das Minas. Muitos foram por vezes impedidos de entrar em seus locais de cobrança. Um encarregado da arrecadação em Pitangui, Valentim Pedroso, chegou a ser morto em 1717. Encontramos ainda diversas referências de devassas, crimes e agressões dos mais diversos envolvendo os cobradores.²⁰

Além da escolta, a grande maioria desses homens também detinha altas patentes militares das Ordenanças. Em outros momentos, já evidenciamos que 68% dos cem cobradores dos quintos de Vila do Carmo possuíam patentes de mestre de campo, coronel, tenente-coronel, tenente, capitão-mor, sargento-mor e capitão. Destacamos ainda que mais de 30% dos pedidos que esses homens encaminhavam ao Conselho Ultramarino, órgão importante na intermediação das relações entre as colônias e o Reino, eram para requisitar essas insígnias ou confirmá-las.²¹ Estudos para a Comarca de Vila Rica, da qual fazia parte a Vila do Carmo, revelam que os oficiais patenteados possuíam destacado poder na esfera local, negociando sempre privilégios, lutando por recursos vários para angariar mercês, reafirmando novos merecimentos com novas demonstrações de fidelidade, e constantemente se movimentando para sustentar sua "qualidade".²²

¹⁵ CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros: "de como meter as minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado" 1693 a 1737*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002, p. 21.

¹⁶ COSTA, Ana Paula Pereira. *Atuação de poderes locais no Império Lusitano: uma análise de perfil das chefias militares dos Corpos de Ordenança e de suas estratégias na construção de sua autoridade – Vila Rica (1735-1777)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006, p. 51.

¹⁷ BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *População e escravidão...* op. cit.

¹⁸ FÁRIA, Simone Cristina de. *Os "homens do ouro"...* op. cit., cap. 3.

¹⁹ Idem, cap. 2.

²⁰ Ibidem, cap. 3.

²¹ FÁRIA, Simone Cristina de; MONTEIRO, Livia Nascimento. Uma posição que se afirma e se respeita no real serviço de Sua Majestade: os Militares em Minas Gerais Colonial (1718-1759). *Navigator: Subsídios para a história marítima do Brasil*. Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, 2009, v. 5, p. 53-69.

²² COSTA, Ana Paula Pereira. *Atuação de poderes locais...* op. cit., p. 139-140.

Sublinhamos também que essa atuação militar, além de evidente sinal de distinção e “qualidade” em uma sociedade de Antigo Regime, maximizava sobremaneira a capacidade desses indivíduos na cobrança do quinto, na delimitação dos espaços e no controle da população local. Em ocasiões de motins, o uso das forças das Ordenanças sofria reforço, pois mesmo com a chegada do contingente pago a hierarquia e disciplina militar não se impuseram imediatamente, já que em Minas os oficiais das Ordenanças se negavam a obedecer os oficiais remunerados.²³

Nesse ambiente onde tudo está de certa forma ainda sendo constituído, esses homens, vindos na maioria do Norte de Portugal, conseguiriam se afirmar para fazer a cobrança de um dos direitos mais importantes no século XVIII para a coroa portuguesa. Tiveram certamente que negociar condições com os mais variados estratos da população, e/ou em outras ocasiões impor sua autoridade de mando (através dos instrumentos mencionados), para conseguir realizar suas tarefas, especialmente nos primeiros e tumultuados anos de ocupação.

E Minas, por esses tempos, vivia realmente momentos de muita tensão. Só na primeira metade do século, entre 1694 e 1736, acentuava-se a recorrência de 46 levantes.²⁴ As famosas palavras atribuídas ao Conde de Assumar são comumente lembradas por diversos pesquisadores com estudos dedicados à violência e à imprevisibilidade da ordem social nas Minas nesses tempos de fronteira aberta:

(...) os dias nunca amanhecem serenos; o ar é um nublado perpétuo (...). Eu, contudo, reparando com mais atenção na antiga e continuada sucessão de perturbações que nelas se vêem, acrescentarei que a terra parece que evapora tumultos, a água exala motins; o ouro toca desaforos; distilam liberdades os ares; vomitam insolências as nuvens; influem desordens os astros; o clima é tumba da paz e berço da rebelião; a natureza anda

inquieta consigo, e amotinada lá por dentro, é como no inferno.²⁵

O Conde de Assumar muito tentou descobrir como “meter as minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado”, expressão cunhada por ele na ocasião em que sentiu dificuldade de controlar as revoltas nas Minas e estabelecer a cobrança dos quintos do ouro nas casas de fundição.²⁶ No entanto, e apesar de várias medidas de opressão como as suas, para que a convivência fosse possível naqueles tempos já não é possível afirmar que somente esses instrumentos fossem suficientes. A negociação, que acontecia em várias esferas e de forma horizontal ou vertical, seria decisiva. Mais do que fazer o alistamento e a cobrança com a ajuda de escravos armados e soldados, os cobradores certamente tiveram que estabelecer alianças para que suas tarefas fossem realizadas de maneira mais facilitada. Nesse momento inserimos mais um aspecto em nossa discussão: o da importância das redes sociais estabelecidas por esses homens e do impacto dessas relações de poder na definição do território.

Através do cruzamento de diversas fontes de variadas naturezas para mais de 60 cobradores dos quintos da Vila do Carmo entre 1718 e 1733, constatamos que a grande maioria desses homens congregava em torno de si uma intrincada rede de relacionamentos com outros cobradores e alguns dos grandes potentados das Minas. (Ver gráficos abaixo). Acreditamos que essas relações, constantemente intensificadas e expandidas, permitiam que o lugar de destaque dos cobradores na sociedade se mantivesse ou fosse ainda mais ampliado. Essas alianças horizontais, onde a maioria estava de certa forma ligada aos demais, eram o suporte que esses homens tinham para afirmar constantemente sua autoridade de mando. “Ocupando os cargos mais nobres da República”, sendo “dos mais principais destas Minas”, e escolhidos “entre as pessoas de mais distinção e merecimentos”, os cobradores dos quintos reais se apoiavam em suas redes, e tinham suas trajetórias entrelaçadas por outras várias trajetórias. Dessa ma-

²³ CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros...* op. cit., p. 206, 207.

²⁴ Idem, p. 390-398.

²⁵ *DISCURSO histórico e político sobre a sublevação que nas minas houve no ano de 1720*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994, p. 59.

²⁶ CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros...* op. cit., p. 11.

neira, e amparados por tantas relações, conseguiam viabilizar a realização de suas funções na sociedade e legitimar suas atitudes.

Acreditamos ainda que seja inevitável constatar a impossibilidade de ver o indivíduo isolado de suas relações mais verticalizadas, ou seja, o cobrador dos quintos reais apartado das ligações que estabeleceu com seus escravos, com os homens livres pobres, forros, e outros mais à sua volta. Parece muito caro reconhecer que, mais do que ligados a diversos outros indivíduos, os cobradores se definiam em relação a eles, bem como esses se definiam constantemente em relação aos cobradores. No exercício ou não da atividade da cobrança do direito régio do quinto, esses “homens bons” eram interdependentes dos mais variados estratos da população, e todos construíam seus espaços de acordo e em oposição/complementação mútua. No entanto, essas ideias serão mais detalhadamente investigadas em pesquisas futuras.

Enfim, a descoberta da existência de uma significativa autonomia do poder local na “matéria dos quintos” nos permitiu, em pesquisas anteriores, repensar a eficiência do poder da coroa

nas Minas e o papel efetivo dos poderes locais. Continuamos a reforçar tais questionamentos com as pesquisas atuais. Com isso constatamos que os cobradores dos quintos materializavam a autonomia dos corpos locais ao colocar sua autoridade de mando a serviço da arrecadação do precioso direito régio. Ao desempenharem essa importante tarefa, acabaram inevitavelmente atuando no controle da população e na consequente delimitação do território que começava a se formar nas Minas, por conta de suas funções fiscais, e através de sua atuação, em grande medida militarmente legitimada, como vimos.

Enfim, esperamos ter lançado os indícios, no decorrer dessas poucas linhas, que permitam a compreensão de como os componentes atrelados ao poder de mando desses homens não podem ser tratados de forma dissociada. O papel efetivo que desempenhavam em seu posto fiscal requeria uma significativa atuação militar, que de fato exerciam, pela posse de altas patentes das Ordenanças. Por sua vez, tais encargos levavam a que conhecessem e delimitassem muito bem os territórios que faziam suas diligências e, assim, controlassem a população desses lugares.

Gráfico 1

Rede dos Cobradores dos Quintos Reais I

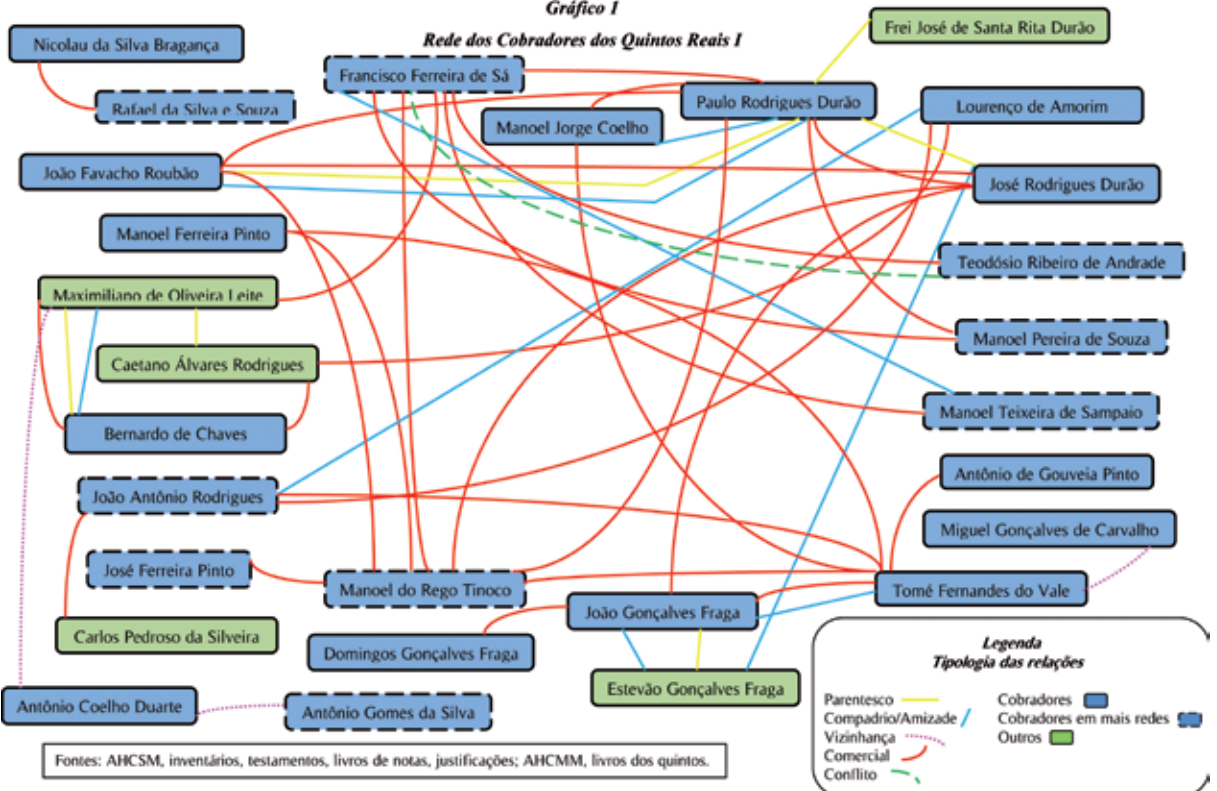


Gráfico 2
Rede dos Cobradores dos Quintos Reais II

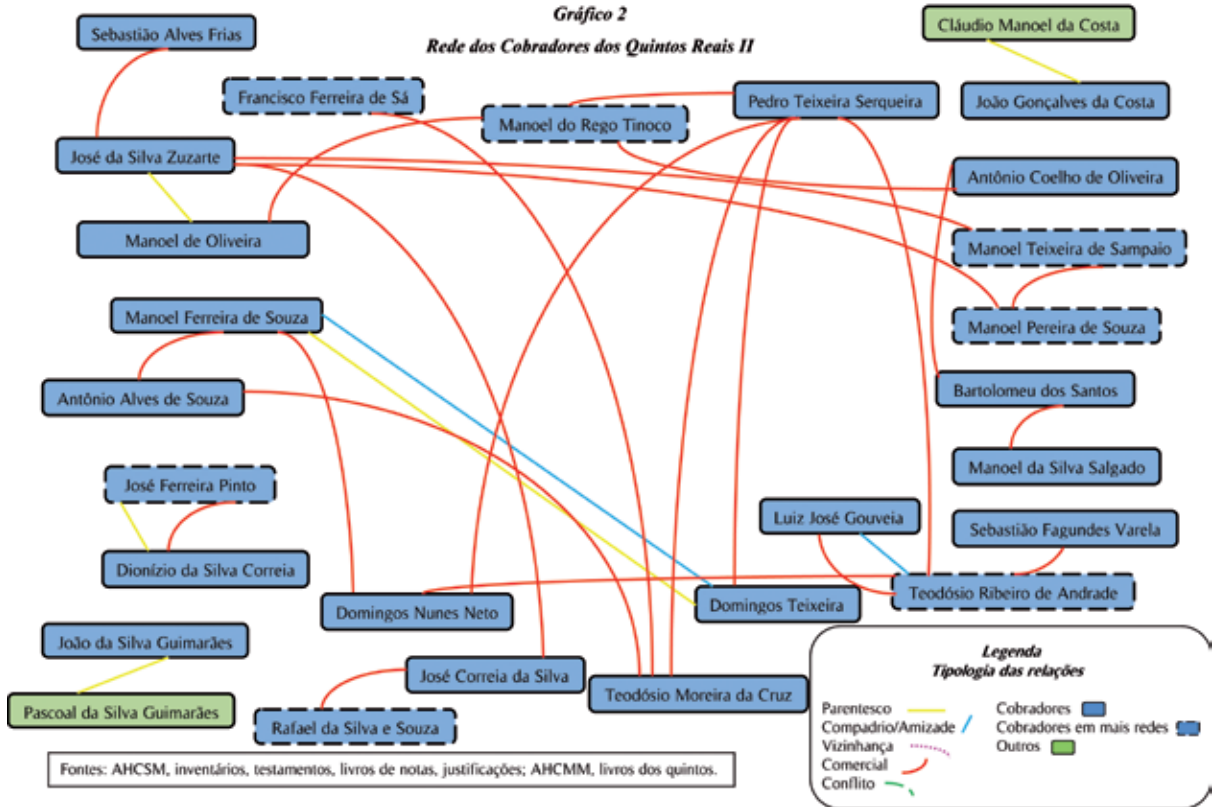
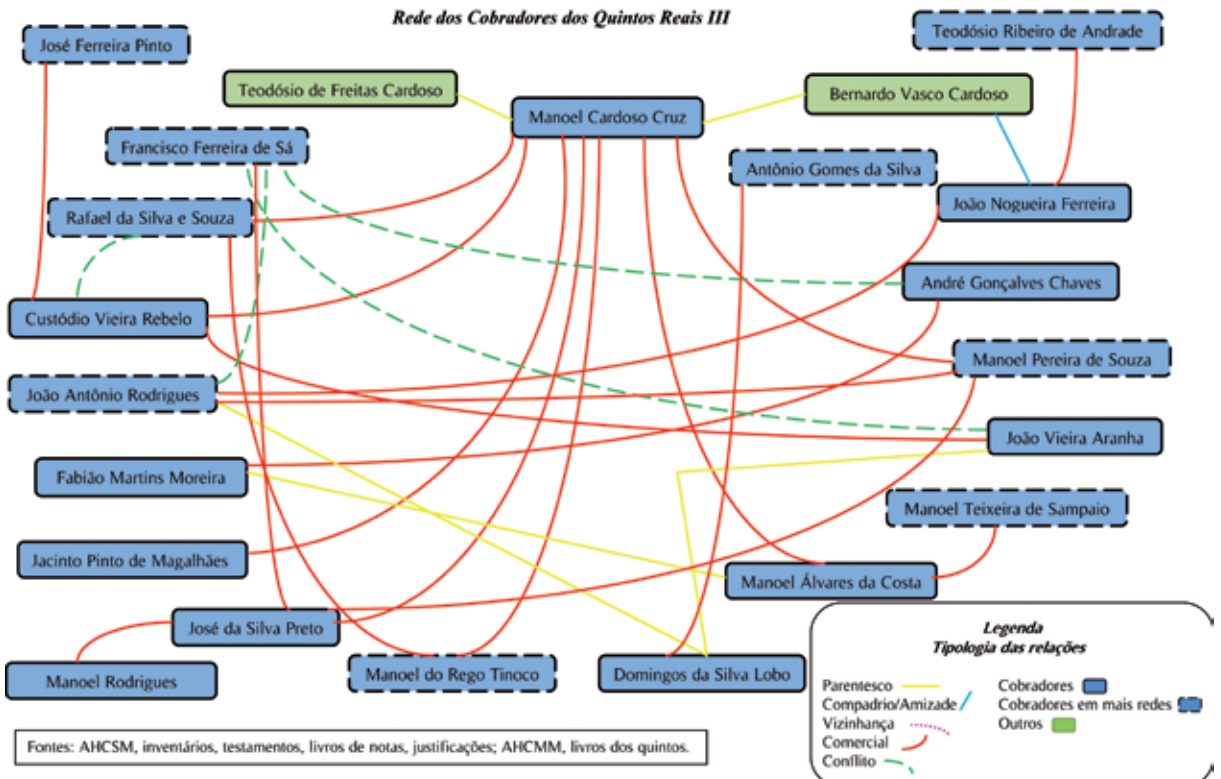


Gráfico 3
Rede dos Cobradores dos Quintos Reais III



As frotas de socorro para a Colônia do Sacramento, 1736-1737

Paulo César Possamai

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo e Professor Adjunto da Universidade Federal de Pelotas. É autor de diversos trabalhos, dos quais se destaca o livro A Vida Quotidiana na Colônia do Sacramento, publicado em Lisboa, pela editora Livros do Brasil.

Rodrigo Salaberry dos Santos

Licenciado em História pela UFPEL, e-mail: rodrigosalaberry@hotmail.com.

RESUMO

A Colônia do Sacramento resistiu a um sítio que se prolongou de outubro de 1735 a setembro de 1737 graças à atuação da frota portuguesa, que mobilizou tropas do Brasil e de Portugal. Neste artigo estudaremos alguns aspectos da atuação da frota de socorro a Sacramento no Rio da Prata, como os objetivos propostos e as ações realizadas, assim como apontaremos as dificuldades em concretizar as instruções recebidas.

PALAVRAS-CHAVE: guerra, frota, Rio da Prata

ABSTRACT

Colônia do Sacramento withstood to a siege which lasted from October 1735 to September 1737 due to the action of the Portuguese fleet, which mobilized troops from Brazil and Portugal. In this paper we will study some aspects of the fleet operations to rescue Sacramento in the River Plate, as the proposed objectives and actions taken, as well as point out the difficulties to implement the instructions received.

KEYWORDS: war, fleet, River Plate

Fundada em 1680, atacada e destruída no mesmo ano; reconstruída em 1682 e abandonada ao inimigo em 1705, a Colônia do Sacramento foi novamente reconstruída em 1716. Em 1735, o Alferes Silvestre Ferreira da Silva escrevia que Sacramento tinha 327 casas, térreas na sua maioria, distribuídas ao longo de 18 ruas, 16 travessas e quatro praças. O mesmo calculou a população em 2.600 pessoas, entre as quais estavam incluídos os efetivos da guarnição. No interior da fortaleza, situavam-se a igreja paroquial, a casa do governador, o hospital, a residência dos franciscanos, a casa da artilharia, os quartéis e o corpo da guarda principal.¹

A prosperidade dos habitantes da Colônia do Sacramento preocupava a coroa espanhola, lesada pelo intenso contrabando, enquanto os colonos espanhóis e os índios das missões conviviam a contragosto com a concorrência portuguesa na exploração do gado selvagem. A tensão permanente, alimentada pelos frequentes conflitos com os espanhóis e indígenas na campanha, chegaria ao auge em outubro de 1735, quando as tropas castelhanas apareceram em frente aos muros da Colônia do Sacramento, iniciando um sítio que duraria dois longos anos até que a paz voltasse às margens do Rio da Prata, em setembro de 1737.

O início das hostilidades no Prata foi a consequência de uma série de tensões que na Europa e na América opunha os interesses dos espanhóis aos dos portugueses, cujo pretexto para

¹ SYLVA, Silvestre Ferreira da. *Relação do sítio da nova Colônia do Sacramento*. Porto Alegre: Arcano 17, 1993, p. 61-71.

iniciá-lo foi um pequeno incidente diplomático ocorrido em Madri. Num domingo de carnaval, dia 20 de fevereiro de 1735, os criados do embaixador português na Corte espanhola, Pedro Álvares Cabral, Senhor de Belmonte, libertaram um homem que estava sendo conduzido preso pelos soldados pelas ruas de Madri, dando-lhe acolhida na casa do embaixador. Dois dias após, cem soldados invadiram o palácio do Senhor de Belmonte, prendendo todas as pessoas que lá encontraram. Embora o embaixador protestasse contra a violência, de nada adiantou sua intervenção.

O incidente ocorrido em Madri provocou a divisão dos conselheiros de D. João V entre os que propunham uma conciliação e os que exigiam uma represália imediata. O segundo grupo venceu e, a 13 de março, 60 soldados e três oficiais ocuparam todas as entradas da casa do embaixador espanhol, Marquês de Capelatratro, prendendo 12 criados seus que foram levados à cadeia do Limoeiro.²

A notícia do desentendimento entre as coroas ibéricas agradou sobremaneira os tradicionais inimigos dos habitantes de Colônia, os jesuítas e o *cabildo* de Buenos Aires que, em 15 de abril de 1733, escreveu ao rei queixando-se dos “excesos cometidos en los ganados vacunos de la otra banda por los portugueses de la Colonia”.³ Patiño aproveitou o momento e, com a dupla finalidade de agradecer os portenhos e hostilizar os portugueses, inteirou o novo governador do Rio da Prata, D. Miguel de Salcedo, das queixas do *cabildo* de Buenos Aires, ordenando-lhe que durante seu governo se informasse dos novos caminhos abertos pelos portugueses para o Brasil e destruísse todos os estabelecimentos, quintas, estâncias e animais que os portugueses possuíssem fora da área coberta pela artilharia dos muros de Sacramento, solicitando a ajuda dos índios missioneiros se fosse neces-

sário. Devia ainda impedir todo o comércio entre portugueses e espanhóis e limitar aos lusos a navegação do Prata às rotas estritamente necessárias para a ligação de Colônia aos demais domínios portugueses.⁴

Assim que chegou a Buenos Aires, em março de 1734, Salcedo empenhou-se em cumprir as ordens recebidas. Na repressão ao contrabando, ordenou a substituição dos antigos fiscais reais, sendo que alguns deles foram presos e tiveram seus bens confiscados.⁵ Ainda em março do mesmo ano, Salcedo escreveu ao governador de Sacramento, Antônio Pedro de Vasconcelos informando-lhe da “expresa orden del Rey mi amo para arreglar, y demarcar los limites de esa Colonia”. Vasconcelos respondeu-lhe que “se achava sem as instruções ou poderes de S. Magestade, para entrar nesta conferência”. Salcedo insistiu no assunto em outras duas cartas, enquanto que Vasconcelos continuava a alegar a sua falta de competência para determinar os limites do território da Colônia do Sacramento.⁶ Entretanto, em 18 de abril de 1735, D. José Patiño comunicou ao Governador Salcedo que o rei resolveu “que sin esperar a que formalmente se declare la guerra con los Portugueses, y solo en virtud de esta orden, se sorprenda, tome y ataque la ciudad y Colonia del Sacramento”.⁷

D. Miguel de Salcedo ordenou a mobilização das tropas das missões jesuíticas. Entre os preparativos para o ataque a Sacramento, o governador ordenara a saída dos portugueses e ingleses de Buenos Aires. Mais de 30 ingleses conseguiram burlar a vigilância dos espanhóis e passaram a Colônia, onde foram bem recebidos pelo Governador Vasconcelos, que os juntou à tripulação do bergantim real, que teve como missão dar caça aos transportes e comunicações que os espanhóis faziam entre as duas margens do Rio da Prata.⁸

² CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1950, parte I, tomo II, p. 59-63.

³ “Acuerdo del cabildo...” 27/03/1734. In: *Campaña del Brasil: Antecedentes Coloniales*. Buenos Aires: Archivo General de la Nación, 1932, tomo I, p. 501.

⁴ *Manuscritos da Coleção de Angelis. Tratado de Madrid - Antecedentes*: Colônia do Sacramento (1669-1749). Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1954, p. 244-252.

⁵ Carta de José Meira da Rocha a Francisco Pinheiro, 25/3/1734. In: LISANTI, Luís (org.). *Negócios Coloniais*. Brasília: Ministério da Fazenda; São Paulo: Visão Editorial, 1973, vol. 4, pp. 376-377.

⁶ SYLVA, Silvestre Ferreira da, op. cit., p. 28-31.

⁷ Carta de D. José Patiño a Salcedo, 18/04/1735. In: *Campaña del Brasil*, op. cit., p. 505.

⁸ “Noticia práctica del sitio de la Nueva Colonia del Sacramento...” In: *Revista Histórica*. Montevideo, 1916, tomo VII, nº 22, p. 607-608.

Enquanto isso, na Europa, os Governos de Lisboa e Madri iniciavam os preparativos para a guerra. Em cumprimento aos tratados de aliança com Portugal, em junho, entrou no Tejo uma Esquadra inglesa composta de 30 navios e mais de 12 mil homens. Ao mesmo tempo, a coroa ordenou ao Governador Vasconcelos que se prevenisse contra qualquer ataque espanhol, aviso desnecessário, já que o mesmo sabia do que se passava em Buenos Aires através das informações fornecidas pelos espanhóis que visitavam Colônia e pelos espiões que mantinha naquela cidade.⁹

Na campanha, o bloqueio hispano-indígena foi estreitando aos poucos os movimentos dos portugueses e a tensão cotidiana degenerou em pânico em outubro, quando um destacamento espanhol avançou sobre os arredores de Colônia, destruindo as quintas dos povoadores e pondo em retirada a cavalaria portuguesa. As tensões manifestaram-se então contra as autoridades portuguesas, pois começou a circular a notícia de que embora o governador soubesse da possibilidade de um ataque espanhol, não providenciara a evacuação dos colonos, que viram suas lavouras destruídas e o gado apesado pelo inimigo, tendo de se retirar para a fortaleza às pressas sem poderem salvar os alimentos que seriam necessários durante o longo cerco.¹⁰

De fato, embora o Governador Vasconcelos tivesse sido avisado dos preparativos de guerra de D. Miguel de Salcedo, os espiões que mantinha em Buenos Aires asseguraram-lhe que o mesmo tinha falta de gente e via-se desprevenido para um ataque. Para o governador de Colônia, os preparativos dos espanhóis tinham a finalidade de fazer os portugueses abandonarem as estâncias, pois ele não acreditava no rompimento das hostilidades sem uma formal declaração de guerra na Europa.¹¹

Embora não houvesse ordenado a evacuação da campanha, o que seria ceder às pressões espanholas de não sair do espaço coberto pela artilharia, assim que recebeu o aviso de Lisboa, o Governador Vasconcelos deu ordem para que se reforçasse a muralha, ainda inconclusa. Os trabalhos de fortificação continuaram sem parar nos domingos ou dias santos, com a participação de toda a população, inclusive dos meninos da escola, que executavam o serviço cantando como uma forma de suavizar o trabalho. Ao mesmo tempo, o governador enviou ao arrabalde de Veras 120 cavaleiros destinados a impedir o avanço dos castelhanos,¹² medida que se revelou insuficiente, pois um destacamento de 500 soldados espanhóis pôs em retirada a cavalaria portuguesa, dando início à destruição das quintas dos arrabaldes.¹³

Em 22 de outubro de 1735, o Governador Vasconcelos ordenou uma mostra para verificar quantos dos moradores eram destros no tiro. O mesmo queixou-se de que, dentre os muitos moradores, só aprovou 120, os quais repartiu em quatro companhias destinadas à defesa da área litorânea, designando um oficial para que os exercitasse no manejo das armas.¹⁴ O ataque dos espanhóis mobilizou todos os segmentos da população de Colônia para acudir à defesa da praça, inclusive os escravos.

De 28 de novembro até 9 de dezembro de 1735, espanhóis bombardearam a Colônia do Sacramento causando “horroroso estrago nas propriedades da povoação” segundo o Alferes Silvestre Ferreira da Silva, um dos cronistas do cerco.¹⁵ O bombardeio abriu uma brecha de 200 palmos na muralha, e mesmo que ela fosse constantemente reparada pelos defensores durante a noite, o Governador de Buenos Aires exigiu a rendição da praça.¹⁶

⁹ CORTESÃO, Jaime Cortesão. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1950, parte I, Tomo I, p. 68-69.

¹⁰ “Sistema entre un Portuguez y un jenobes dentro de la colonia del Sacramento...” *Archivo Regional de Colonia*. Reg. 217, 38, T5, doc. 4, f. 35-36.

¹¹ *Idem*, f. 36.

¹² “Noticia práctica del sitio de la Nueva Colonia del Sacramento...” *op. cit.*, p. 607-608.

¹³ RIVEROS TULA, Anibal M. “Historia de la Colonia del Sacramento, 1680-1830”. *Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay*. Montevideo, tomo XXII, 1959, p. 169-170.

¹⁴ *Archivo Regional de Colonia*. Reg. 217, 38 T5, doc. 3, f. 23.

¹⁵ SYLVA, Silvestre Ferreira da, *op. cit.* p 84.

¹⁶ “Já era uma convenção da guerra de assédio que a recusa de se render depois de aberta uma brecha eximia os atacantes da obrigação de oferecer mercê ou se abster de saquear. Na era da artilharia essa convenção tornou-se absoluta”. KEEGAN, John. *Uma História da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 333.

Diante da negativa do Governador de Colônia, as tropas espanholas começaram a organizar-se para o assalto. Porém uma bala da artilharia portuguesa atingiu o centro da formação inimiga, causando uma grande confusão que desbaratou o assalto à praça sitiada. Frustrado o assalto, os espanhóis voltaram para suas trincheiras e continuaram a bombardear a praça até a chegada da primeira expedição de socorro. O portador da notícia foi um desertor que disse ao governador que na tarde do dia 5 de janeiro seis embarcações portuguesas foram vistas subindo o rio em direção a Colônia.¹⁷

AS FROTAS DO BRASIL

Os reforços vinham em resposta à solicitação do governador. Em 19 de dezembro, sob a ordem de Vasconcelos, o inglês naturalizado português e radicado em Colônia, Guilherme Kelly, conseguiu escapar do bloqueio espanhol a bordo do Bergantim *Paloma Real*. Aproveitando-se da escuridão da noite navegou em direção ao Rio de Janeiro com uma carta do governador, reportando a difícil situação em que se encontrava a Colônia do Sacramento.¹⁸

Em resposta aos pedidos de socorro de Antônio Pedro de Vasconcelos, o governador interino do Rio de Janeiro, José da Silva Pais, mandou lançar um bando para sentar praça a toda pessoa que quisesse participar do socorro à praça sitiada. A fim de conseguir a rápida adesão de voluntários, oferecia o fornecimento imediato de fardas, mantimentos e três meses de soldo adiantado a título de ajuda de custo. Findo o cerco, o voluntário poderia dar baixa após entregar o fardamento e as armas, sendo que, se quisesse continuar no serviço, teria a permissão de escolher a companhia de seu agrado nas guarnições de Sacramento ou do Rio de Janeiro. Oferecia ainda passagem e sustento aos casais que manifestassem o desejo de seguir para Colônia.¹⁹

Apesar dos incentivos, o número de voluntários não deve ter sido grande, pois quando o governador ordenou a concentração dos efetivos do socorro no Largo do Carmo, a fim de passar mostra às tropas de voluntários, também fez menção “a todos os mais que se têm sentado praça involuntários”.²⁰

A primeira expedição de socorro, sob o comando do Sargento-Mor Tomás Gomes da Silva, deixou o Rio em 15 de dezembro de 1735. Compunha-se de seis embarcações e levava 360 marinheiros, 250 infantes, 42 Dragões das tropas de Minas Gerais e 35 artilheiros. Ao lado dos militares seguiam ainda 86 prisioneiros e 25 índios,²¹ o que sugere que o sistema de recrutamento compulsório aplicado à população masculina do Rio foi insuficiente para completar o número de soldados necessários, tendo-se de recorrer aos prisioneiros.

A chegada da primeira expedição de socorro garantiu a supremacia naval aos portugueses, ocasionando a retirada do Governador de Buenos Aires, que levou consigo a infantaria e a cavalaria, deixando 500 cavaleiros no campo de bloqueio a fim de impedir a saída dos portugueses do recinto fortificado.²² D. Miguel de Salcedo mandou evacuar a Ilha de São Gabriel, imediatamente ocupada pelos portugueses. Vasconcelos mandou construir uma bateria de seis canhões e defesas de faxina e terra para a defesa da guarnição que mandou instalar no local.²³

O governador então ordenou a Tomás Gomes da Silva que atacasse os navios espanhóis que buscaram refúgio na enseada de Barregán situada, aproximadamente, a 60 quilômetros ao Sul de Buenos Aires. Entretanto, por voto dos práticos e contra o parecer dos militares, a frota voltou a Sacramento por considerar-se arriscado dar batalha num porto tão raso como aquele. Uma nova tentativa de ataque foi feita posteriormente com as embarcações de

¹⁷ SYLVA, Silvestre Ferreira da, op. cit. p. 91-92.

¹⁸ MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *A Colônia do Sacramento, 1680-1777*. Porto Alegre: Globo, 1937, vol. 1, p. 236.

¹⁹ Bando do governador Silva Pais, 19/10/1735. *Arquivo Nacional-RJ*, cód. 60, vol. 19, f. 181.

²⁰ Bando do governador Silva Pais, 08/12/1735. *Arquivo Nacional-RJ*, cód. 60, v. 19, f. 194v.

²¹ SÁ, Simão Pereira de. *História topográfica e bélica da nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata*. Porto Alegre: Arcano 17, 1993, p. 87.

²² MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego, op. cit., p. 242.

²³ SYLVA, Silvestre Ferreira da, op. cit., p. 93.

menor calado. Os navios espanhóis estavam em terra e eram defendidos por uma bateria e apesar da batalha ter durado 13 horas, só resultou num ferido português e alguns mortos e muitos feridos entre os espanhóis.²⁴

Entretanto, novos reforços navais estavam por chegar. Na Bahia, o vice-rei, Conde das Galveias, tratou de organizar uma expedição de socorro que saiu de Salvador, a bordo de dois navios, em 31 de dezembro de 1735. Compunha-se de um destacamento de 200 soldados, retirados dos dois terços que guarneciam a cidade, aos quais se acrescentaram três capitães de infantaria e um de artilharia, três alferes, seis sargentos e 50 artilheiros. Os reforços foram divididos em quatro companhias: duas de 60 soldados cada e uma de 80, enquanto outra reunia os 50 artilheiros.²⁵

A escala das tropas da Bahia no Rio trouxe o medo da deserção e por isso o governador ordenou que todos os oficiais e soldados estivessem sempre a postos nos quartéis consignados, sendo castigados como desertores os que se ausentassem deles. O castigo incluía as pessoas que ajudassem os desertores, incorrendo em pena de cinco anos de degredo em Angola.²⁶ Porém não havia só o risco de deserções, pois enquanto se esperava a partida da frota para Sacramento irromperam distúrbios entre os reforços vindos da Bahia e a guarnição do Rio de Janeiro, causando um número de baixas não especificado por Simão Pereira de Sá, entre mortos e encarcerados.²⁷ Em 11 de março de 1736, a frota, composta de três navios de alto bordo e quatro sumacas, deixou o porto do Rio de Janeiro com os reforços enviados da Bahia. Transportava 200 infantes, 50 artilheiros e 150 recrutas, além de provisões para os sitiados.²⁸

Porém, se a chegada da expedição de socorro diminuiu a pressão dos espanhóis

sobre a Colônia do Sacramento, surgiram diversos atritos entre os moradores e os recém-chegados. O recrutamento forçado trazia diversos problemas, entre os quais o principal era a dificuldade em manter a disciplina entre homens sem treinamento militar. Mal desembarcado o destacamento da Bahia, “começaram os soldados com distúrbios e desgostos a inquietar a praça. Mostravam que da guerra não tinham experiência, menos sofrimento para os trabalhos de um sítio rigoroso. Sabiam melhor contender com os domésticos que disputar com os estranhos”, segundo Simão Pereira de Sá.²⁹ Parece mesmo que os baianos trouxeram mais problemas que auxílio e, por fim, o Governador Vasconcelos resolveu desembaraçar-se deles mandando-os embarcar para Laguna a fim de buscar carne para o sustento da praça, de onde o destacamento saía “mal quisto com o povo por alguns insultos cometidos aos paisanos”.³⁰

As tropas desembarcadas deveriam substituir os civis que defendiam a praça. Mas nem sempre a substituição deu-se sem problemas. Devido à sua elevada posição social em Colônia, o comerciante José Meira da Rocha recebeu o comando de uma companhia que incluía comerciantes e soldados. Meira da Rocha não deixou de registrar que durante os cinco meses em que comandou este grupamento teve de ter grande paciência para aturar a falta de disciplina dos seus subordinados, que pediam para almoçar e voltavam à tardinha ou pediam para jantar e só voltavam no dia seguinte. Caso se negasse a dar permissão para as suas saídas, iam queixar-se ao governador:

que me não podiam aturar com impertinências e medos demasiados, que sempre queria ter ali a gente amarrada, e a trabalhar nos parapeitos, e que o melhor seria entregar a bateria a outrem

²⁴ Sá, Simão Pereira de, op. cit., p. 89.

²⁵ MIRALES, José de. “História Militar do Brasil” [1762]. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 1900, vol. XXII, p. 172.

²⁶ Bando do governador Silva Pais, 10/1/1736. *Arquivo Nacional-RJ*, cód. 60, vol. 19, f. 199-199v.

²⁷ Sá, Simão Pereira de, op. cit., p. 94.

²⁸ Idem, p. 95.

²⁹ Idem, p. 96.

³⁰ Idem, p. 110.

e juntamente que ora queria estar sempre atirar ao inimigo, ora não queria, trocando as melhores ocasiões para as piores e, para dizer tudo, fizeram-me meio doido.³¹

O governador, por sua vez, tentava apaziguar os ânimos, recusando-se a castigar a falta de disciplina dos soldados e ordenanças, dizendo-lhe que “não estávamos em ocasião disso, e que sofresse eu 21 homens que também ele sofria toda a praça”.³² As tensões entre os dois grupos manifestavam-se através do pouco caso com que os soldados tratavam a autoridade de Meira da Rocha, ausentando-se por longas horas dos seus postos e também através de queixas ao governador.

José Meira da Rocha estava consciente de que os atritos que tinha com seus subordinados eram consequência do seu empenho em cumprir bem sua missão, pois comentou que, no tempo em que comandava a bateria, mantinha todo o equipamento limpo e em ordem, com os canhões sempre carregados e apontados para o inimigo. A situação mudou completamente depois que o Capitão Antônio Carvalho e sua companhia ocuparam o posto que anteriormente comandava, o qual descreve então como “mui diverso, por estar a artilharia uma descarregada, e outra desapontada, e tudo sujo e miserável, que certamente paga Sua Majestade soldo a homens que eles lhes deviam pagar a água que bebem no seu reino”.³³

Segundo o mesmo, assim que o governador viu o estado em que se encontrava a bateria, deixada a cargo dos reforços vindos do Rio de Janeiro, ordenou a Meira da Rocha e seus colegas comerciantes que assim que ouvissem o sino anunciar um ataque inimigo acorressem à mesma bateria para cuidar da artilharia. Porém, para Meira da Rocha tal cuidado não seria de grande utilidade, já que “na bateria ninguém hoje poderá parar

em caso de assalto por estarem as pessoas nela a peito descoberto, por que como os parapeitos eram de surrões de couro cru cheios de terra, e neles não houve cuidado, apodreceu o couro, e a terra caiu ao mar”.³⁴

O imenso esforço de guerra já começa a preocupar as autoridades coloniais. Embora o vice-rei escrevesse à Corte que não tinha os meios necessários para socorrer Colônia, uma vez que lhe faltavam munições, armas e mesmo dinheiro para pagar os terços da guarnição de Salvador, além de alegar que não encontrara no porto nenhum navio capaz que se pudesse armar para transportar os reforços a Sacramento,³⁵ conseguiu mandar novo socorro em 3 de dezembro de 1736. Composto de cem soldados retirados dos terços da guarnição, 50 artilheiros, dois capitães e um alferes, este segundo socorro chegou quando os espanhóis já haviam levantado o cerco, sendo, portando, enviado para reforçar o novo estabelecimento criado no Rio Grande de São Pedro³⁶. Em janeiro do ano seguinte, o vice-rei, Conde das Galveas, queixou-se a Martinho de Mendonça de que para acudir Sacramento “será necessário destruir todas as praças da América dos meios de se poderem defender porque em todas vai faltando o dinheiro, a gente e os mantimentos”.³⁷

A FROTA DO REINO

A metrópole também participou do esforço de guerra, pois a notícia de que a coroa espanhola preparava duas naus para aumentar as suas forças no Prata fez D. João V ordenar a ida de uma frota em socorro a Colônia.³⁸ A 25 de março de 1736, zarpavam de Lisboa três navios sob o comando do Coronel Luiz de Abreu Prego que, com o pretexto de acompanhar a frota mercante do Rio de Janeiro, destinavam-se a reforçar a presença naval de Portugal no Rio da Prata. Seguia

³¹ Carta de Meira da Rocha a Pinheiro, 26/4/1736. In: LISANTI, Luís (org.), op. cit. vol. 4, p. 395.

³² Idem.

³³ Idem.

³⁴ Idem.

³⁵ Consulta do Conselho Ultramarino de 15/06/1736. In: *Documentos Históricos*, vol. XCI, pp. 58-61.

³⁶ MIRALES, José de, op. cit., p. 172.

³⁷ Carta do Conde das Galveas a Martinho de Mendonça, 10/01/1737. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 1911, vol. II, p. 271.

³⁸ SÁ, Simão Pereira de, op. cit. p. 107.

com o Coronel Prego o mestre de campo André Ribeiro Coutinho, considerado um dos mais brilhantes oficiais portugueses, com larga experiência no Estado da Índia. Posteriormente, acrescentar-se-iam mais duas fragatas, que deveriam acompanhar a frota da Bahia, a qual zarpuo em 21 de agosto. Os navios de guerra seguiam com uma tripulação maior do que a necessária, à qual se acrescentaria um destacamento a ser retirado da guarnição do Rio de Janeiro.³⁹ As instruções dadas ao Coronel Luiz de Abreu Prego diziam que “Sua Majestade no caso de estar socorrida a praça da Nova Colônia [...] prefere o ataque da praça de Montevideú a qualquer outra operação que possamos intentar contra a coroa de Castela”.⁴⁰

Em 6 de maio, saiu de Lisboa a Nau *Esperança* com José Gonçalves Lage como primeiro comandante e Henrique Manuel Padilha como segundo comandante. Padilha foi o autor de uma das relações sobre a atuação da Esquadra portuguesa no Prata que utilizaremos neste artigo. A Nau *Esperança* comboiou a frota destinada ao Maranhão até a Ilha da Madeira, quando foram abertas as cartas do rei nas quais ordenava: “que a toda a força de vela seguíssemos viagem para o Rio de Janeiro à ordem do General Gomes Freire de Andrade e que em tudo seguíssemos o que ele nos desse”.⁴¹

Durante a viagem, como entre os demais países católicos,⁴² era constante a preocupação do comandante com relação aos preceitos religiosos, com vistas à manutenção da disciplina e à busca da proteção divina. À vista das Ilhas Canárias, todos foram obrigados a se confessar dentro de 40 dias. O Coronel Prego também cuidou para que: “alguns dias fazer exercícios a toda a guarnição da nau, e por divertimento se mandava

fazer aos rapazes moços da nau, para assim se disfarçar parte do trabalho de viagem”.⁴³ Mas não só deveres marcaram o cotidiano das pessoas que seguiam na frota, pois também havia “jogos e danças, modos de passar o tempo e disfarçar o trabalho”.⁴⁴ O coronel organizou uma festa, na qual participaram as senhoras que seguiam para o Rio de Janeiro, com uma representação que contou com as figuras da virtude, fama e inveja, ao qual se seguiu um baile que durou até às duas horas da madrugada. Entretanto, junto com o relato das festas, temos também notícias de doenças e de fome até a chegada ao Rio de Janeiro, o que ocorreu em 28 de maio.⁴⁵

O Brigadeiro José da Silva Pais, governador interino do Rio desde 12 de março de 1735, fora encarregado de armar alguns navios leves para se juntarem aos reforços que chegariam de Lisboa, devendo se incorporar à expedição de socorro para comandar as operações terrestres contra os espanhóis.⁴⁶ Para assumir o Governo do Rio de Janeiro veio Gomes Freire de Andrade de Minas Gerais, onde deixou na administração Martinho de Mendonça a quem escreveu que os navios recém-chegados da metrópole para o socorro de Colônia “trazem mui bisonha guarnição”.⁴⁷ Pareceu-lhe, então, ser preciso acrescentar à expedição duas companhias de granadeiros e cem homens escolhidos dentre a guarnição do Rio de Janeiro.

Do dia da chegada da frota até 11 de junho as tropas foram proibidas de desembarcar, pois provavelmente se temia a deserção. Nesse dia os soldados receberam ordens de desembarcar na Ilha das cobras, onde deveriam exercitar-se juntamente com as tropas locais. Fez-se “rigoroso exercício de fogo, em avançadas à fortaleza que parecia o maior

³⁹ BARRETO, Abeillard. “A Expedição de Silva Pais e o Rio Grande de São Pedro”. In: *História Naval Brasileira*, Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975, vol. 2, Tomo 2, p. 9-17.

⁴⁰ “Instrução que deve seguir o senhor coronel do mar Luís de Abreu Prego na expedição que vai por ordem de S. Majestade”. In: MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego, op. cit., vol. 2, p. 92-94.

⁴¹ PADILHA, Manuel de Miranda. “Relação da Campanha do Rio da Prata”. In: *Revista do IHGRS*. Porto Alegre, 1945, n. 99, p. 54.

⁴² MERRIEN, Jean. *A vida quotidiana dos marinheiros no tempo do Rei Sol*. Lisboa: Livros do Brasil, s/d, p. 125-128.

⁴³ “Diário da viagem que fez ao Rio da Prata o coronel Luiz de Abreu Prego...” *Biblioteca Nacional de Portugal*, F. 1445, COD. 567, f. 8.

⁴⁴ Idem, f. 8v.

⁴⁵ Idem, f. 9v-15v.

⁴⁶ BARRETO, Abeillard, op. cit., p. 12-16.

⁴⁷ Carta de Gomes Freire a Martinho de Mendonça, 30/05/1736, in: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 1911, vol. II, p. 240.

furor de guerra, saíram feridas algumas pessoas".⁴⁸ Nota-se que os exercícios visavam atacar uma fortificação, no caso Montevidéo.

Ao tomar conhecimento que a frota seguiria para o Rio da Prata começaram as deserções, a despeito do cuidado das autoridades em evitá-las. Relata o cronista da viagem que: "com esta notícia desertaram alguns soldados, ainda que uns apareceram e foram castigados".⁴⁹ Os oficiais tiveram dificuldades em conter o alvoroço dos marinheiros que não queriam seguir "para o inferno do Rio da Prata".⁵⁰ Nosso cronista não nos explica se o temor era em relação às dificuldades de navegação do dito rio ou ao temor da guerra que lá se travava contra os espanhóis, mas é de se supor que as duas razões pesaram para a desmoralização a bordo, pois a tripulação pensava que só ia ao Brasil para comboiar a frota do Rio de Janeiro.

Em 23 de junho, os navios deixaram o porto e prepararam-se para deixar a Baía de Guanabara. No dia seguinte chegou a *Nau Nossa Senhora da Esperança*, e pela noite embarcaram 120 soldados e 30 índios. A Esquadra deixou o Rio de Janeiro na pior estação possível para a navegação nos mares do sul, em pleno inverno, dia 26 de junho. Três dias depois da partida os portugueses enfrentaram a primeira tempestade da campanha e em 5 de julho chegaram à ilha de Santa Catarina, onde encontraram Cristóvão Pereira de Abreu e seus homens que seguiam por terra. Ali se carregaram mais víveres e água e exercitaram outra vez a infantaria. Temos notícia que por vezes os atritos entre a tripulação e os soldados podiam gerar graves incidentes, como ocorreu no dia 20, quando um marinheiro foi punido por ter esfaqueado um soldado.⁵¹

No dia 28, o coronel mandou levantar âncoras, porém uma tempestade impediu a

saída das embarcações, o que levou Prego a obrigar seus homens à confissão dos pecados, pois se temia que a morte sem a absolvição levasse à danação eterna, já que era obrigação do comandante zelar pelas almas de seus subordinados.⁵²

Em 29, atendendo o Coronel Comandante à prolongada viagem a que se expunha e os inumeráveis perigos a que todos íamos expostos, movido do zelo e salvação das almas, e que na companhia iriam muitos que só por força se condoíam delas mandou que sob pena de ásperos castigos se confessasse toda a pessoa dentro em o termo de dez dias, ou fosse deste ou daquele sexo para o que mandou botar hum bando ao som de caixa e depois de publicado o mandou pregar no mastro grande. E as embarcações miúdas, que a sua impossibilidade lhe não permitia trazerem capelão lhe mandou os de esquadra, para fazerem o tal efeito.⁵³

Em 1º de agosto, a Esquadra deixou a ilha de Santa Catarina. No dia seguinte nova confissão geral por ordem do comandante. No terceiro dia, de "noite nos deu um rigoroso temporal, que nos vimos assoberbados dos mares e toda a noite com um grande trabalho fazendo sinais às mais embarcações da conserva".⁵⁴ Na manhã seguinte, não se viam os demais navios que só foram vistos no dia 5. Em 7 de agosto, a frota encontrou uma embarcação que vinha de Colônia com a informação "que havia lá muita doença e morria muita gente e a maior parte de fome".⁵⁵

No dia 10, a frota enfrentou a maior tormenta que até então tinha visto, com os marinheiros bombeando a água que entrava

⁴⁸ "Diário da viagem que fez ao Rio da Prata o Coronel Luiz de Abreu Prego..." op. cit., f. 17.

⁴⁹ Idem, f. 17v.

⁵⁰ Idem, f. 18v.

⁵¹ Idem, f. 17v. 21v.

⁵² "Antes dos combates, geralmente previstos com razoável antecedência, das tempestades ou 'de outros acidentes em que uma pessoa se pode encontrar em perigo de morte', o capelão deve confessar toda a tripulação". MERRIEN, Jean, op. cit., p. 128.

⁵³ "Diário da viagem que fez ao Rio da Prata o Coronel Luiz de Abreu Prego..." op. cit., f. 22-22v.

⁵⁴ Idem, f. 24.

⁵⁵ Idem, 24v.

nos porões com o incentivo do Coronel Prego “dizendo-lhes que confiassem na Senhora Santa Teresa, que nos havia de dar remédio, em tão grande perigo”.⁵⁶ O temporal impediu o cozimento dos alimentos e causou a perda de uma vaca, que caiu no porão, e encharcou as roupas “dos miseráveis navegantes que nem uma camisa achavam capaz de vestir e muito fato [vestuário] perdido que não se tornou a ter uso”.⁵⁷ Na noite do dia 14, “se levantou um rigoroso temporal, que parecia ser o último dia de nossa vida. O Coronel André Ribeiro experimentado nas carreiras da Índia, tendo passado tantas vezes o tormentoso Cabo da Boa Esperança, dizia não tinha visto ainda tão grandes mares”.⁵⁸

Em 20 de agosto, se deu o primeiro combate com o inimigo. Do encontro com duas naus espanholas, na altura do Cabo de Santa Maria, atual Punta del Este, resultou um bombardeio tão intenso que “morreram, 25 carneiros, galinhas e patos, com o estrondo da artilharia [e] até aos santos chegou esta perda pois uma bala levou a cabeça a Santo Antônio”. O Coronel Prego ficou gravemente ferido durante o combate, porém “disfarçou por ver o motim que a gente fazia, considerando o seu comandante morto”, o que depois lhe valeu uma reprimenda do Brigadeiro Silva Pais “pois no mesmo tempo que mandava cobrir o menor soldado, se punha ele a peito descoberto”.⁵⁹ Talvez começou ali a primeira desavença entre os dois, situação que voltaria a se repetir ao longo da campanha.

As naus espanholas conseguiram fugir e a Esquadra portuguesa se dirigiu então a Montevidéu, cidade que deveria ser tomada. Nas instruções dadas ao Brigadeiro José da Silva Pais se acrescentava que após a tomada de Montevidéu “se fortifique e

guarneça em forma que nos livre de passar pela indecência de a abandonar ao primeiro ataque”.⁶⁰ Nota-se que o seu abandono em 1724 ainda não fora esquecido.⁶¹ Porém, a ofensiva contra Montevidéu foi frustrada, pois ao se posicionar ao largo da cidade, os portugueses deram-se conta de que, ao contrário das informações recebidas,⁶² as fortificações eram defensáveis e que o bloqueio naval não forçaria a sua rendição caso não conseguissem também estabelecer um bloqueio terrestre. André Ribeiro Coutinho descreveu a situação que encontrou: “assim a praça como a Esquadra tinha mudado de estado, aquela por aumento e esta por diminuição. Crescendo a praça com obras, em baterias, em guarnição e em munições e diminuindo-se a Esquadra por parte da gente, dos petrechos, das munições e das embarcações miúdas que eram totalmente precisas para os desembarques”.⁶³

Em 8 de setembro de 1736, chegaram ao porto de Colônia embarcações que trouxeram notícia ao governador da chegada da frota portuguesa ao Rio da Prata. No dia 18, o Governador Vasconcelos mandou escolher oficiais e soldados do destacamento do Rio de Janeiro para embarcarem na Nau *Nazaré* que ia reforçar o bloqueio a Montevidéu.⁶⁴ Dia 26 o Brigadeiro Silva Pais desembarcou em Sacramento. Um cronista anônimo do sítio descreve as cerimônias que se fizeram nessa ocasião:

desembarcou o dito brigadeiro ao sol posto na praia do colégio aonde se achavam já formados todos os soldados do terço que se não achavam ocupados na obrigação e sentinelas da muralha com todos os oficiais da dita guarnição

⁵⁶ Idem, f. 25.

⁵⁷ Idem, f. 26.

⁵⁸ Idem, f. 26v.

⁵⁹ Idem, 29v.

⁶⁰ BARRETO, Abeillard, op. cit., p. 95-98.

⁶¹ POSSAMAI, Paulo. “Montevideo fortificado es outro Gibraltar”. *Revista Estudios Históricas*. Rivera, n. 3, 2009, http://www.estudioshistoricos.org/edicion_3/paulo-possamai.pdf, acessado em 20/4/2012.

⁶² O vice-rei do Brasil escrevia que: “Montevideu, pela parte que olha a campanha se acha com pouca ou nenhuma defesa e pela do mar não tem mais que dois meios baluartes que guardam a entrada do porto”. In: MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. 1937, op. cit., vol. 2, p. 87-91.

⁶³ Carta de André Ribeiro Coutinho a Corte Real, 21/03/1737. In: MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego, op. cit., vol. 2, p. 113-129.

⁶⁴ ANÔNIMO. “Diário dos sucessos da Nova Colônia do Sacramento”. *Biblioteca Nacional*, Lisboa, Secção de Reservados, Cód. 1445, fl. 93v.-96.

e destacamentos e bandeiras do dito terço assistindo também o mestre de campo Manuel Botelho de Lacerda com o seu espontão na frente do terço com os mais oficiais cada um em seu lugar e recebendo-se com toda a pompa e honricidade [sic] foi com grande acompanhamento à matriz aonde se lhe cantou o *te deum laudamus* e saindo se recolheram em palácio também em companhia do sobredito senhor veio o mestre de campo André Ribeiro que segundo correu notícia vinha para governar Montevidéu, que foi hospedado em casa do mestre de campo do terço da praça.⁶⁵

Na manhã do dia 27, Silva Pais, acompanhado pelo governador, verificou o estado da muralha e das fortificações e observou o acampamento do inimigo. A situação que viram não deveria ser muito alentadora segundo outra relação do sítio: “Logo que o brigadeiro e o mestre de campo chegaram a Colônia visitaram a praça e ficaram maravilhados do mal que estava fortificada e de que não sendo necessária brecha para ser entrada no princípio deste sítio lhe abrissem os castelhanos e de que ainda aberta a não assaltassem pelo que se devia ter a milagre a sua subsistência”.⁶⁶ De noite se soube que seriam embarcados para o Rio de Janeiro os povoadores que quisessem sair da praça por causa da falta de víveres.⁶⁷

Em 15 de outubro, Silva Pais voltou para o bloqueio de Montevidéu.⁶⁸ Em 22, embarcou novamente para Colônia a bordo de um iate. Seguiam dois bergantins, duas galeras que transportavam a infantaria e a Nau *Esperança* que encalhou na ponta do Rosário, de onde só conseguiu sair depois de descarregar os mantimentos e parte do lastro.⁶⁹ No dia 28, a frota chegou a Sacramento, onde se repetiram as atenções de Vascon-

celos para com o Brigadeiro Silva Pais: “e foi buscá-lo a bordo o governador e outros oficiais e se recebeu na praia do colégio com a magnificência devida. Como da primeira vez, levaram grandiosas salvas de artilharia e foram para a igreja matriz aonde ouviram missa do padre vigário”.⁷⁰

Na parte da tarde houve um conselho de guerra na casa do governador no qual o Silva Pais declarou que, em vista das doenças e mortes que diminuiram suas tropas, dificilmente teria sucesso num ataque a Montevidéu, mas que tinha planos para um desembarque em Buenos Aires, que era menos fortificada. Caso não se conseguisse a conquista da fortaleza que a defendia se poderia “fazer contribuir aos moradores com uma grande soma para el Rei [e] sempre seria mui formidável o saque, junto com a glória de fazer entrada em tão grande cidade”.⁷¹

Porém o governador foi de voto contrário, dizendo que antes de se tentar algo contra Buenos Aires se deveria destruir a frota espanhola refugiada na enseada de Barregán, pois temia um ataque naval contra a Colônia do Sacramento.⁷² Portanto, em novembro se renovam as tentativas de atacar as naus espanholas.⁷³ Entretanto não se obtiveram os resultados esperados no ataque às embarcações inimigas, que estavam encalhadas e eram protegidas por tropas acampadas na praia. Boa parte do tempo foi gasto em reconhecer a capacidade de navegabilidade do rio, efetuando-se muitas sondagens para calcular a sua profundidade. Pensou-se em entupir a entrada do canal para impedir a saída dos navios inimigos, mas desistiu-se da ideia quando se constatou que o rio podia subir até 16 palmos. Outra dificuldade encontrada foi resistir aos ventos contrários e tempestades e por isso, sem muitos resultados, a frota portuguesa voltou para Sacramento, onde ancorou em 27 de

⁶⁵ Idem, f. 98-98v.

⁶⁶ “Outra relação da guerra da Nova Colônia”. *Revista do IHGRS*, 1945, n. 99, p. 108.

⁶⁷ ANÔNIMO. “Diário dos sucessos da Nova Colônia do Sacramento...” op. cit., ff. 98v-99.

⁶⁸ Idem, 103v.

⁶⁹ PADILHA, op. cit., p. 57.

⁷⁰ ANÔNIMO. “Diário dos sucessos da Nova Colônia do Sacramento...” op. cit., 104v.

⁷¹ PADILHA, op. cit., p. 57.

⁷² Idem, p. 57.

⁷³ Idem, p. 106-107.

novembro.⁷⁴ De lá se mandaram soldados para a frota que bloqueava Montevideu em substituição dos doentes que iam se tratar em Sacramento.⁷⁵

Em 9 de dezembro de 1736, chegou um iate com a notícia de que uma nau de guerra espanhola tinha entrado no porto de Montevideu, o que levou o brigadeiro a embarcar com seus homens a fim de destruir a nau inimiga e tomar a cidade. Então recomeçaram os desentendimentos entre o Brigadeiro Silva Pais e o Coronel Abreu Prego, com o primeiro insistindo em que se deveria tentar tomar a praça enquanto o segundo era de parecer contrário. O conselho de guerra deu razão ao coronel, numa reunião tensa na qual Prego “deu uma grande gargalhada”⁷⁶ sobre a proposição de Silva Pais de tomar Montevideu.

Deixando a maior parte da frota no bloqueio a Montevideu, Silva Pais e Ribeiro Coutinho seguiram com as embarcações pequenas para Maldonado, onde a falta de água e madeira deitou por terra os planos de criar um forte.⁷⁷ Restava como única alternativa fortificar o Rio Grande de São Pedro, o que se fez em princípios de 1737.

Por sua vez, a Nau *Esperança* seguiu para Colônia, onde chegou na noite de 15 de janeiro de 1737. Em 4 de março, chegou ordem do coronel para que a nau se juntasse à frota que partia para Santa Catarina no encalço de dois navios espanhóis, ordem a que se opôs o Governador Vasconcelos quando se soube que dois navios inimigos entraram em Barragán. O Comandante José Gonçalves Lage se dispôs a ficar para defender a praça, mas teve que enfrentar a subordinação da tripulação, insuflada pelo piloto “que entrou na insolência de falar contra o governador, que era um traidor que não só queria entregar a praça, mas também a nau”. No conselho que então se fez, Padilha irritou-se com a atitude do piloto, que tomou

por rebelde: “atirei-lhe com o tinteiro e não o acertando tive a felicidade de saltar por entre todos e com ambas as mãos lhe dar umas poucas de bofetadas até que o acudiram e o Lage me prendeu”. Ao saber do que se passava na Nau *Esperança* o governador embarcou, trazendo consigo “as ordens e cartas del Rei e com o seu prudente juízo os persuadiu a todos que ficassem porque a S. Majestade não havia de ser tão sensível que se perdesse a Nau *Esperança* na diligência de se conservar aquela praça”.⁷⁸ Resolveu-se então aproximar a embarcação do porto a fim de melhor defendê-lo.

Os espanhóis concentraram então esforços na tentativa de conquistar a Colônia do Sacramento. No dia 21 de março instalaram duas peças de artilharia na cova da traição, de onde começaram a bombardear a praça.⁷⁹ Em 13 de abril, um desertor trouxe a notícia de que os castelhanos se preparavam para investir por terra e mar e que a frota do Coronel Prego tinha voltado ao Prata e estava em frente a Montevideu. O governador mandou então um bergantim com o pedido de ajuda a Prego, o qual se negou a seguir para Colônia dizendo que “o inimigo não havia de intentar operação alguma contra aquela praça enquanto soubesse que ele existisse no Rio da Prata”.⁸⁰ Porém a frota inimiga, composta de 12 embarcações deixou Barregán e se dirigiu contra Sacramento em 15 de maio.⁸¹ Mais uma vez o governador pediu a ajuda do coronel Prego que lhe respondeu com mais uma evasiva: “sem ele poder ser bom nem lhe achava mais remédio que o de terem paciência” até que do Rio chegassem reforços, porém no dia seguinte “se fez à vela com toda a Esquadra para o Rio de Janeiro onde entrou divulgando a notícia de que a Colônia ficava tomada”.⁸²

O Coronel Luiz de Abreu Prego alegava que as embarcações não podiam navegar

⁷⁴ Idem, p. 58-62.

⁷⁵ ANÔNIMO. “Diário dos sucessos da Nova Colônia do Sacramento...” Op. Cit., 107v.

⁷⁶ PADILHA, Op. Cit., p. 66.

⁷⁷ Carta de André Ribeiro Coutinho ao mestre de campo Pedro Gomes da França Corte Real, 21/03/1737. In: MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. Op. cit., vol. 2, pp. 113-129.

⁷⁸ PADILHA, op. cit., p. 70.

⁷⁹ PADILHA, Op. Cit., p. 80 e ANÔNIMO. “Diário dos sucessos da Nova Colônia...” op. cit., f. 115.

⁸⁰ PADILHA, op. cit., p. 71

⁸¹ PADILHA, op. cit., p. 71 e ANÔNIMO. “Diário dos sucessos da Nova Colônia...” op. cit., f. 117v.

⁸² PADILHA, op. cit., p. 71.

pelos canais do Rio da Prata sem o risco de encalharem e que a Colônia do Sacramento não corria o risco de sofrer um bloqueio naval. A população de Sacramento ficou consternada e, conforme Pereira de Sá, “começou o povo a falar por diversas bocas como monstro de muitas línguas contra o procedimento do Coronel Comandante”.⁸³

A falta de socorros e de mantimentos, tomados pela frota inimiga quando enviados a Sacramento, levou os sitiados ao desespero. Em julho “começou a praça e a Nau *Esperança* a padecer o rigor da fome”. O governador expediu avisos a Santa Catarina e ao Rio de Janeiro dizendo que só poderia sustentar a guarnição com farinha e água até fins de agosto e que se não chegassem novos reforços “seríamos pela fome obrigados a ceder aos inimigos o que eles à força das armas não puderam conseguir”.⁸⁴

A eminente perda da Colônia do Sacramento foi evitada com a chegada da notícia do armistício entre Espanha e Portugal, a bordo da Nau *Boa Viagem*.⁸⁵ No mesmo dia os sitiados entraram em negociação com os espanhóis para a obtenção de carne, pois o socorro só chegaria em 13 de outubro “com tão pouco que não passaria de 15 dias de ração e não chegaram mais navios senão em fins de novembro”.⁸⁶

Apesar do imenso esforço de guerra, que possibilitou o envio para a Colônia do Sacramento de navios, homens e mantimentos, os resultados não foram os esperados. A superioridade naval dos portugueses no Rio da Prata não possibilitou a tomada de Montevideú, como era o desejo de D. João V, e os reforços não foram suficientes para obrigar os espanhóis a levantar o cerco a Colônia, embora conseguissem impedir a tomada da fortaleza pelo inimigo.

O Governo português não entendeu por que a supremacia naval não lhe garantiu conquistas na região platina. Em carta ao Governador Vasconcelos, o Secretário de Es-

tado dizia que era “assaz estranho que uma Esquadra tão bem guarnecida e reforçada com tão repetidos socorros, que sem dúvida a não viu ainda maior o Rio da Prata, se conservasse por tantos meses em uma pura inação, com perda da despesa e da reputação, sem executar nenhum dos projetos a que foi mandada, nem alguns dos outros que se ofereceram”.⁸⁷

Segundo a análise de Abeillard Barreto, a atuação da frota foi prejudicada pela falta de um comando centralizado, pois a carta régia em que constavam as ordens ao comandante da frota, Luiz de Abreu Prego, não estabelecia precedências entre ele, o Comandante da expedição de socorro, José da Silva Pais, e o Governador da Colônia do Sacramento, Antônio Pedro de Vasconcelos. O comando superior ficara a cargo do Governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrada, que se conservava longe do teatro de operações.⁸⁸

Um dos oficiais assim resumiu o malogro das expedições de socorro: “Fomos à Colônia e a Barragán restaurar o crédito a Tomas Gomes cujo lhe chamavam Tomas Galinha e a nós não sei que nome nos porão [por] que vimos como fomos”. O mesmo confessou ao governador de Minas Gerais que “se não atendesse a um bocado de honra já tinha desertado, pois querem que eu faça o que não é do meu gênio nem coração”.⁸⁹

Como vimos anteriormente, Tomas Gomes fora o primeiro a tentar atacar as embarcações espanholas refugiadas na enseada de Barragán. O próprio rei queixou-se da falta de ação de Gomes dizendo ao Secretário de Estado que “a frouxidão que o Sargento-Mor Tomas Guedes deixou perder uma ocasião tão oportuna como a que se lhe ofereceu de atacar os navios que se achavam na enseada de Barregán antes que os inimigos se fortificassem”.⁹⁰

Por sua vez o Coronel Prego buscou eximir-se da responsabilidade pondo a culpa na falta de experiência dos práticos dizendo

⁸³ SÁ, Simão Pereira de Sá, op. cit., p. 151.

⁸⁴ PADILHA, op. cit., p. 73

⁸⁵ 15 de agosto segundo PADILHA; primeiro de setembro, segundo o cronista ANÔNIMO, f. 131.

⁸⁶ PADILHA, op. cit., p. 73

⁸⁷ Carta do Secretário de Estado a Vasconcelos, 30/5/1737. *Revista do IHGRS*, 1946, nº 104, p. 396.

⁸⁸ BARRETO, Abeillard, op. cit., p. 15.

⁸⁹ Manuel Saraiva Cabral a Martinho Mendonça, 8/3/1737. *Revista do IHGRS*, 1946, nº 104, p. 433.

⁹⁰ Carta de Antônio Guedes Pereira a Gomes Freire, 12/10/1736. *Revista do IHGRS*, 1946, nº 104, p. 435.

que: “tanto creio eu nos práticos como em Maomé, nada do que têm dito achei certo”.⁹¹ Também alertava para as doenças que comprometiam a tripulação: “toda a nau se acha enfezada com o mal de escorbuto e a Conceição na mesma forma”.⁹² Ainda reclamava da falta de mantimentos, do mau estado dos que ainda tinha e da falta de lenha para cozinhá-los.⁹³ Mas o maior inimigo da frota foram as tempestades, frequentemente apontadas pelas fontes:

Sete para oito meses nos conservamos no Rio da Prata, ou para melhor dizer, no inferno; sem se conhecerem senão seis dias de bonança, todos os mais foram acompanhados de furiosos ventos, rápidas correntes, soberbíssimos mares e infinitos raios; todas as naus agarraram uma e duas léguas e três âncoras no fundo e se este não fora tão solto seria mais eminente o perigo, porque com maior facilidade arrebentaram as amarras.

Cento e dezoito vezes se arriaram e levaram acima os mastaréis, vergas e âncoras, quarenta e sete dando fundo, e não sei como os braços tão cheios de sangrias e sarjas resistiram a tão rude e contínuo trabalho.⁹⁴

Apesar da frustração causada pela falha em conquistar Montevidéu e povoar Maldonado, assim como as tentativas de destruir os navios espanhóis refugiados na enseada de Barregán, o esforço de guerra não foi em vão. A Colônia do Sacramento foi mantida sob o domínio português, embora continuasse sob bloqueio, já que o armistício não traçou novos limites e se limitou a deixar a situação no jeito que estava no momento em que foi assinado. Por sua vez, Silva Pais deu início ao povoamento do Rio Grande de São Pedro e fortificou a Ilha de Santa Catarina, criando as bases que garantiram a presença portuguesa no Sul do Brasil.

⁹¹ Carta de Prego a Gomes Freire, 6/11/1736. *Revista do IHGRS*, 1946, n.º 104, p. 368.

⁹² Carta de Prego a Vasconcelos, 4/5/1737. *Revista do IHGRS*, 1945, n. 99, p. 91.

⁹³ Carta de Prego a Padilha, 11/2/1737. *Revista do IHGRS*, 1945, n. 99, p. 101.

⁹⁴ “Outra relação da guerra da Nova Colônia”. *Revista do IHGRS*, 1945, n. 99, p. 116.

Os mapas do Brasil na engenharia militar portuguesa (1750-1822)

André Ferrand de Almeida

Investigador do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. Os seus interesses centram-se na História do Brasil no período colonial, na História da Cartografia e na História Religiosa na Época Moderna. É autor do livro "A Formação do Espaço Brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa, 1713-1748" (Lisboa, 2001) e foi um dos coordenadores do volume "La cartografia europea tra primo Rinascimento e fine dell'Illuminismo" (Florença, 2003). Colaborou, enquanto investigador, nos projectos "A Cartografia Setecentista do Brasil nas Coleções da Biblioteca Nacional" (1998-2000) e "SIDCarta – Sistema de Informação para Documentação Cartográfica: o espólio da Engenharia Militar Portuguesa" (2002-2005). É colaborador regular da Área de Cartografia da Biblioteca Nacional de Portugal desde 1998 e foi responsável pela revisão e correcção da catalogação da colecção de atlas antigos da Biblioteca Nacional de Portugal (séculos XVI-XIX) realizada em 2008 no âmbito do projecto DIGMAP.

João Carlos Garcia

Doutor em Geografia Humana (1996), professor do Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, membro da Sociedade de Geografia de Lisboa, da Associação Portuguesa de Geógrafos, da Comissão de História da Geografia da União Geográfica Internacional e sócio honorário da Societat Catalana de Geografia. Os seus interesses centram-se na História da Cartografia, na Geografia Histórica e na Evolução do Pensamento Geográfico. Sobre História da Cartografia Luso-Brasileira coordenou a edição de "A Nova Lusitânia: Imagens Cartográficas do Brasil nas Coleções da Biblioteca Nacional" (Lisboa, 2001); "A Mais Dilatada Vista do Mundo. Inventário da Colecção Cartográfica da Casa da Ínsua" (Lisboa, 2002) e "Cartografia do Brasil na Biblioteca Pública Municipal do Porto" (Porto, 2011). Participou em diversos projectos de investigação como: "Fontes Cartográficas Portuguesas dos séculos XIX e XX: as instituições e os mapas" (1997-2001), "SIDCarta – Sistema de Informação para Documentação Cartográfica: o espólio da Engenharia Militar Portuguesa" (2002-2005); "Comissão de Cartografia (1883-1936): Cartografia, Política e Territórios Coloniais" (2003-2006).

RESUMO

Os mapas do Brasil e dos países vizinhos pertencentes ao Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar da antiga Direcção dos Serviços de Engenharia do Exército Português (atual Direcção de Infraestruturas) constituem um acervo cartográfico de grande valor, muito provavelmente um dos mais importantes que se guardam em Portugal sobre o território brasileiro nos séculos XVIII e XIX. Esta colecção de Cartografia é complementar das colecções existentes no Arquivo Histórico do Exército (Rio de Janeiro) e da Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores (Rio de Janeiro). Embora em sua maioria composta por mapas manuscritos do período colonial (1750-1822) possui também

ABSTRACT

The maps of Brazil and neighbor countries which belong to the Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar from the old Direcção dos Serviços de Engenharia do Exército Português (now Direcção de Infraestruturas) are a cartographic collection of great value – probably the most important about Brazilian territory (in the 18th and 19th centuries) in Portugal. This cartographic collection is complementary to the existing collections in Arquivo Histórico do Exército (Rio de Janeiro) and Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores (Rio de Janeiro). Although this collection has in its majority manuscript maps of the Brazilian colonial period (1750-1822) it has another impor-

importantes mapas impressos. A coleção, que inclui outros núcleos relativos a Portugal e ao seu Império colonial, foi objeto de tratamento documental e integralmente digitalizada no âmbito do Projeto SIDCarta (Sistema de Informação para Documentação Cartográfica: o espólio da engenharia militar portuguesa) entre 2002 e 2005 mas, apesar de estar disponível on-line, o acervo está longe de ser verdadeiramente conhecido. O nosso propósito nesta apresentação é dar a conhecer esta coleção através das suas características mais relevantes, como a cronologia, a autoria e a tipologia dos documentos, as escalas e áreas geográficas mais figuradas, e a partir da análise de alguns dos seus mapas mais importantes no contexto da História da Cartografia e da História Luso-Brasileira Moderna e Contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: cartografia portuguesa; Brasil; séculos XVIII e XIX

Os mapas do Brasil e dos países vizinhos pertencentes à antiga Direção dos Serviços de Engenharia (DSE) constituem um acervo cartográfico de grande valor, muito provavelmente um dos mais importantes que se guardam em Portugal sobre o território brasileiro nos séculos XVIII e XIX. Esta coleção de cartografia é complementar de outras existentes no Brasil, nomeadamente das coleções existentes no Arquivo Histórico do Exército (Rio de Janeiro) e na Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores (Rio de Janeiro). Mas antes de analisarmos com mais detalhe é importante referir o que foi realizado antes no que respeita à inventariação e descrição dos mapas relativos à representação do espaço brasileiro existentes em Portugal.

Entre 1997 e 2001, sob os auspícios da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, hoje extinta, foram realizados vários inventários, exposições e catálogos, de que destacaremos: *Cartografia e diplomacia no Brasil do século XVIII*, catálogo da exposição realizada na Cordoaria Nacional, em Lisboa, em 1997; *A Nova Lusitânia, imagens cartográficas do Brasil nas coleções da Biblioteca Nacional (1700-1822)*, Lisboa, 2001, e *A mais dilatada vista do mundo, inventário da coleção cartográfica da Casa da Ínsua*, Lisboa, 2002. O pri-

meiro recorda a referida mostra de cerca de cem exemplares cartográficos de coleções públicas e privadas, do Brasil e de Portugal, como o Arquivo Nacional, o Arquivo Histórico do Exército e a Mapoteca do Itamaraty, do Rio de Janeiro, e o Arquivo Histórico Ultramarino, a Biblioteca Nacional, de Lisboa, e a Biblioteca Pública Municipal do Porto. O segundo inventaria três centenas e meia de mapas manuscritos e impressos existentes nas coleções especiais da Biblioteca Nacional, de Lisboa. O terceiro descreve e comenta o conjunto cartográfico de 180 mapas, outrora pertencente a Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, Governador de Cuiabá e Mato Grosso, entre 1772 e 1789. O trabalho continua agora com os inventários da cartografia histórica do Brasil na Biblioteca Pública Municipal do Porto, particularmente na coleção que pertenceu aos Viscondes de Balsemão, e no acervo do Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar da antiga Direção dos Serviços de Engenharia do Exército Português (atual Direção de Infraestruturas), em Lisboa.

Keywords: Portuguese cartography, Brazil, 18th and 19th century

O PROJETO SIDCARTA E O ACERVO DA DSE

O espólio da DSE é constituído principalmente por mapas e plantas de Portugal e dos seus antigos territórios coloniais, datados dos

séculos XVIII e XIX, num total de cerca de 12 mil, na sua maioria manuscritas. Estes mapas correspondem, na sua maior parte, aos trabalhos efetuados pelos engenheiros militares portugueses e estrangeiros ao serviço de Portugal.

Entre abril de 2002 e outubro de 2005, a coleção de mapas da Direção dos Serviços de Engenharia foi objeto de tratamento documental e integralmente digitalizada no âmbito do Projeto SIDCarta (Sistema de Informação para Documentação Cartográfica: o espólio da engenharia militar portuguesa). Este projeto (POCTI/43111/GEO/2001) foi financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e pelo FEDER, e coordenado pela Prof^ª Doutora Maria Helena Dias, do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. A sua realização envolveu o Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, a Direção dos Serviços de Engenharia do Exército e o Instituto Geográfico do Exército.¹

Um dos principais objetivos do projeto consistia na construção de uma base de dados bibliográfica e de imagem, respeitando as normas internacionais de tratamento documental (ISBD-CM, UNIMARC), as normas estabelecidas pela Agência Bibliográfica Nacional (RPC – Regras Portuguesas de Catalogação) e também as normas de transferência de suporte de documentos. Outro objetivo fundamental era contribuir para a divulgação e valorização do espólio cartográfico português, apoiando a consulta *in loco* ou via Internet, facilitando assim o acesso aos documentos, tornando possível novos trabalhos e, simultaneamente, a preservação dos originais manuscritos.

Devido à dimensão do espólio da DSE, ao tempo disponível e aos recursos técnicos afetos à execução do projeto, constatou-se a impossibilidade de aplicar um tratamento documental completo à totalidade do fundo. Assim, com base em critérios estabelecidos pelos investigadores, foram definidos dois níveis de catalogação. A catalogação completa foi aplicada a núcleos selecionados e abrangeu quase 1.500 documentos. Para além de uma descrição bibliográfica pormenorizada

(que incluiu a conversão de escalas em medidas antigas para o sistema métrico ou a sua determinação com base noutros documentos), efetuada por técnicos especializados nessa área, os registos foram verificados e melhorados pelos investigadores que, com base nas suas pesquisas, completaram e/ou adicionaram informação relevante (data, autoria, antecedentes bibliográficos e obras relacionadas). A catalogação abreviada foi elaborada com base nas fichas, existentes na DSE, onde se encontravam descritos os documentos e a sua localização e que serviam de instrumento de pesquisa a quem pretendesse consultar o acervo. Tratou-se de uma catalogação simples, cuja preocupação fundamental consistiu, tanto quanto possível, no registo dos elementos essenciais à identificação inequívoca do documento.

A necessidade de atribuir autoria e datar muitos documentos levou a consultar, entre outros, os processos individuais de vários engenheiros militares envolvidos no seu levantamento ou desenho. Com base no estudo destes processos (existentes no Arquivo Histórico Militar de Lisboa) e de outras fontes foi possível recolher informação adicional, que permitiu, não só preencher as lacunas informativas de algumas descrições bibliográficas, como construir uma base de dados de autores, onde se registrou informação relativa à vida e obra dos mesmos. Para completar e enriquecer os registos inseridos na base de dados, cada documento cartográfico foi fotografado e tratado digitalmente para permitir a associação do registo com a imagem, com visualização através da Internet (imagem com baixa resolução) e a constituição de uma base de dados de imagem, com resolução tal que possibilite a execução de trabalhos de impressão com qualidade semelhante ao documento original, que pode ser consultada na DSE. Com o módulo WEB, os dados são disponibilizados aos utilizadores apenas para visualização e consulta. A base de dados encontra-se disponível em linha no endereço: <http://sidcarta.exercito.pt//bibliopac/bibliopac.htm>.

¹ A informação relativa ao Projeto SIDCarta aqui apresentada tem por base o texto "O Projeto SIDCarta: um sistema de informação em prol da História da Cartografia Militar Portuguesa" da autoria de Maria Helena Dias, Fernando J. Soares, Fernando Amorim e Sandra C. Fernandes, publicado em *História da Cartografia Militar (séculos XVIII-XIX)*, Câmara Municipal de Viana do Castelo, Viana do Castelo, 2005, p.299-302.

Entre as mais-valias do projeto destacam-se:

- A preservação de uma coleção de documentos originais, devidamente inventariados, catalogados e descritos, que passa a estar acessível aos potenciais interessados a partir de uma base de dados bibliográficos e de imagem, sem haver a necessidade de manusear as peças originais.

- A constituição de uma base de dados documental, elaborada de acordo com as normas biblioteconômicas nacionais e internacionais.

- A construção de uma base de dados de autores que reúne dois tipos de informação: as variantes do nome pelo qual é conhecida a pessoa ou instituição responsável pelo conteúdo do documento e uma breve descrição da vida e obra dos mesmos, bem como a citação das fontes consultadas.

- A possibilidade de comparação de documentos cartográficos hoje pertencentes a acervos distintos, mas que são, ou podem ser, complementares dos que se guardam na DSE.

- A publicação de diversos livros, artigos e catálogos de exposições dos mapas da DSE, dentre os quais se deve destacar a publicação das atas do colóquio internacional de História da Cartografia, realizado em Viana do Castelo em 2005, com o título *História da Cartografia Militar (séculos XVIII-XIX)*, Câmara Municipal de Viana do Castelo, Viana do Castelo, 2005.

OS MAPAS DO BRASIL

A coleção da DSE relativa ao Brasil, estudada no âmbito do Projeto SIDCarta, corresponde a quase três centenas de mapas, na sua maioria manuscritos, originais, variantes ou cópias, em sua maioria datados ou datáveis entre o último quartel do século XVIII e a independência do Brasil. Trata-se, assim, de uma parte substancial da cartografia elaborada pelos engenheiros cartógrafos militares portugueses na América do Sul. Dizemos apenas uma parte, porque centenas de mapas semelhantes existem em outras coleções, militares ou não, públicas e privadas, quer em Portugal e em outros países europeus, como a França, quer

no Brasil e em outros países sul-americanos. Mas são provavelmente os arquivos e bibliotecas do Rio de Janeiro que guardam “a outra metade do tesouro”.

Uma das originalidades do universo depositado na Direção dos Serviços de Engenharia é a existência de séries de mapas. São dez séries que reúnem 180 exemplares, dois terços do total: três referem-se ao litoral entre o Rio da Prata e a Baía do Rio de Janeiro, uma às etapas da célebre Expedição Filosófica (1783-1792) de Alexandre Rodrigues Ferreira, duas enumeram as defesas militares dos portos da Paraíba e da Bahia e quatro, com um total de 86 mapas, constituem as peças para a construção de uma grande carta-geral do Brasil.

Entre a centena restante contam-se mapas de conjunto das diversas capitânias e províncias (Mato Grosso, Minas Gerais, Maranhão, Grão-Pará, Ceará, Rio de Janeiro), de objetos do litoral (de São Paulo, de Ilhéus, do Maranhão, Rio Grande de São Pedro, Ilha de Santa Catarina), de baías e portos (Bahia, Rio de Janeiro, Recife, Colônia do Sacramento) e uma versão inacabada do célebre mapa da *Nova Lusitânia*, de 1798.

Na sequência das etapas do processo cartográfico muitos são os profissionais implicados mas, entre engenheiros, cartógrafos e desenhadores, ou simples copistas, são referenciados duas dezenas de nomes e, entre eles, muitos dos mais conceituados da época, como os Padres matemáticos Diogo Soares e Domingos Capassi, José Joaquim Freire, Caetano Luís de Miranda, José Correia Rangel de Bulhões, António da Silva Paulet, Jacinto Desidério de Cony, António Bernardino Pereira do Lago ou o Barão de Eschwege.

Por fim, encontramos também um pequeno mas interessante conjunto de mapas impressos, onde se incluem imagens estrangeiras, do conjunto da América do Sul, como as editadas por Juan de la Cruz Cano y Olmedilla (1799), William Faden (1807) e Aaron Arrowsmith (1814); ou ainda o Amazonas segundo Samuel Fritz, tal como os mapas da Colônia do Sacramento, da Ilha de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro, elaborados pelo cartógrafo e editor espanhol Tomás Lopez.

Depois do inventário e descrição, depois de resolvidas algumas, as possíveis, das muitas dúvidas sobre autorias, datações, autenticidades ou proveniências, os mapas começam agora a estar em estado de estudar, o que quer dizer, de contextualizar, de comparar, de submeter a análises de conteúdo, de desconstruir. O objetivo é compreender o processo de elaboração que está por trás de cada um desses documentos mas, também e, particularmente, o fim que presidiu à sua feitura e o público a quem se destinavam.

Temos que estar atentos e desconfiados, mesmo para o caso dos produtos vindos dos

mais conceituados profissionais, porque comentava o matemático Francisco José de Lacerda e Almeida no seu diário de viagem ao Paraguai, em 1786, sobre o célebre astrónomo António Pires da Silva Pontes: “Como o meu companheiro e colega, o Dr. Pontes, ia distraído com as suas filosofias, gastando muita parte do dia em copiar macacos, ratos, etc., deixava por este motivo passar em claro muitos rumos, dando ao rio curso diferente do que na realidade tinha, resolvi-me desde este dia a configurá-lo diariamente.” Ou seja, a “prática” e a “especulação” por culpa dos macacos.

FIGURAS



Figura 1. A demonstração acima he da villa de Ubatuba a sua costa do Sul e Norte e da villa de Parati, e da Ilha Grande. Escala [ca.1:440 000]. [ca. 1777]. 1 mapa : ms., color. ; 26 x 39 cm. Direcção de Infra-estruturas do Exército, Lisboa, 4618-3-38-52.



Figura 2. Plano do Rio Grande de S. Pedro principiado a tirar no anno de 1776 e acabado no de 1777 / [Pedro de Mariz de Souza Sarmento]. – Escala [ca. 1:34 000] – 1777. – 1 mapa : ms., color. ; 24 x 68 cm. Direcção de Infra-estruturas do Exército, Lisboa, 4612-1A-10A-53.

jetos. Ponta Delgada e Angra do Heroísmo: Comando da Zona Militar dos Açores e Presidência do Governo Regional dos Açores, 2006.

GARCIA, João Carlos.; ALMEIDA, André Ferrand de. A América portuguesa nos manuscritos da Biblioteca Pública Municipal do Porto. In: *A Terra de Vera Cruz, Viagens, descrições e mapas do séc. XVIII*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 2000, p. 9-62.

GARCIA, João Carlos (coord.). *A Nova Lusitânia: imagens cartográficas do Brasil nas coleções da Biblioteca Nacional (1700-1822)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

GARCIA, João Carlos (coord.). *A mais dilatada vista do mundo. Inventário da Coleção Cartográfica da Casa da Ínsua*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002.

MAGALHÃES, Joaquim Romero; GARCIA, João Carlos; FLORES, Jorge Manuel (coord.). *Cartografia e diplomacia no Brasil do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

A guerra submarina na costa sergipana (1942-1945)

Luiz Antônio Pinto Cruz

Graduado em História pela UFS e bolsista da CAPES no Programa de pós-graduação em História/UFBA, onde desenvolve projeto de pesquisa "Submarinos alemães e o cotidiano de Aracaju".

Lina Maria Brandão de Aras

Doutora em História e professora do Departamento e do Programa de pós-graduação em História/FFCH-UFBA.

RESUMO

Dentre os submarinos alemães que atuaram na costa do Brasil, o desempenho do *U-507* foi o mais emblemático para os brasileiros, porque, além de afundar sete embarcações no Atlântico Sul e matar mais de 600 pessoas, evidenciou a chegada da Segunda Guerra Mundial ao Brasil. Estudar as agressões dos *U-boots* sob o prisma social foi uma estratégia metodológica para identificar como a Batalha do Atlântico foi construída, pensada e dada a ler em Sergipe, no período de 1942 a 1945.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil, *U-507*, Segunda Guerra Mundial

ABSTRACT

Among the german submarines that acted on the coast of Brazil, the performance of the *U-507* was the most emblematic for the Brazilians, because in addition to sink seven vessels in the South Atlantic and kill more than 600 people, it revealed the coming of the World War II to Brazil. Studying the aggressions of U-boats under the social prism was a methodological strategy to identify as the Battle of the Atlantic was built, thought and interpreted in Sergipe, from 1942 to 1945.

KEYWORDS: Brazil, *U-507*, World War II

INTRODUÇÃO

"O invisível não é irreal: é o real que não é visto".
Murilo Mendes. O Discípulo de Emaús, p. 817.

À luz da História Naval, a ampla costa do Brasil é um espaço oceânico repleto de acontecimentos marcantes. Felizmente, alguns deles ainda resistem ao esquecimento, como, por exemplo, a presença do "submarino alemão *U-507*, cuja ação na costa de Sergipe levou o Brasil à guerra."¹ Do microevento marítimo à macroconjuntura da Batalha do Atlântico, cabe ao olhar do historiador trazê-los à tona através de suas análises, evidenciando a importância da população costeira na constituição das memórias navais da Segunda Guerra Mundial. Atualmente, para se compreender o ataque nazista em águas brasileiras, toma-se o caminho inverso dos naufragos, pois a documentação em terra fez esta pesquisa avançar sobre um mar de histórias dramáticas.

¹ GAMA, Arthur Oscar Saldanha da & MARTINS, Helio Leoncio. A Marinha na Segunda Guerra Mundial. *História Naval Brasileira*. Volume Quinto. Tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha/Serviço de Documentação Geral da Marinha. 1985. p. 316.

Arma surpreendente e versátil, o submarino despertou um medo coletivo na costa do Brasil, a partir do dia 15 de agosto de 1942, quando o *U-507*, capitaneado pelo alemão Harro Schacht², torpedeou sequencialmente as seguintes embarcações: *Baependi*, *Araraquara* e *Aníbal Benévolo* em Sergipe; *Itagiba*, *Arara* e *Jacira* na Bahia; e, por fim, o navio sueco, o *Hamaren*. Essas agressões ampliaram a área de atuação dos *U-boots* para o Atlântico Sul e evidenciaram uma logística militar ambiciosa, que procurou estrangular as linhas navais entre os portos da costa americana. Um dos êxitos do *U-507* derivou da morte de centenas de brasileiros, feito de Harro Schacht que ganhou notoriedade na Alemanha nazista.

Passageiros e tripulantes dos navios brasileiros soçobrados vivenciaram a violência do “mundo da guerra” em suas águas jurisdicionais. Em cada torpedeamento, a história não se repetiu, pois o evento bélico se revestiu de dimensões implícitas, envolveu diferentes tipos de barcos, apresentou circunstâncias espaciais singulares e contou com experiências individualizadas e coletivas. Em suma, a alarmante notícia de sucessivos naufrágios causou uma profunda consternação entre os aracajuanos.

Não. Nunca atravessamos uma fase destas.

Nunca, em tempo algum, a ameaça à nossa integridade como nação e como povo, exigiu tanto do nosso espírito de resolução tão decisivas provas de energia, a fim de que se mantenha de pé a própria dignidade nacional. (...)

Não é possível sopitar a revolta e a indignação diante do miserável

ultraje que sacode, num frêmito, a alma do povo de Sergipe.

É inconcebível, é inacreditável o que estamos presenciando!(...)

Os navios foram torpedeados nas barbas do nosso litoral, à vista da costa do Saco e Mangue Seco, dentro das nossas águas territoriais, invadidas de um modo ultrajante pelo inimigo!³

A leitura desta matéria jornalística permite perceber que a sociedade aracajuana passou a ver o submarino como uma ameaça real às suas vidas. Normalmente, os *U-boots* simbolizavam perigo apenas às unidades da Marinha e aos pescadores oceânicos, mas não às cidades, povoados ou colônias de pescadores. Esse medo coletivo evidenciava que a população costeira não tinha um entendimento pleno sobre o alcance da navegação submarina. Estudar uma temática militar sob o prisma social foi uma estratégia metodológica para se identificar como a história desses ataques foi construída, pensada e dada a ler no cotidiano de Aracaju.

Em virtude desses aspectos, a Guerra Submarina⁴ foi colocada no centro de uma abordagem de História Social, ancorada a uma tipologia documental diversificada: inquéritos, processos, protestos marítimos, telegramas, relatórios, jornais, revistas, cartazes, memorialistas e monumentos, a exemplo, do Cemitério dos Naufragos, onde se tem registrado em sua placa tumular: “aí está o golpe mais traiçoeiro e terrível vibrado contra o coração da nacionalidade”.⁵

A declaração de guerra de 1942, o dossiê da História Naval Brasileira, o jornalismo histórico de Mauro Santayana, os relatórios do piloto Walter Batista e as fontes orais

² Em 1942, a tripulação do *U-507* obteve pleno êxito em suas operações na América do Sul e ganhou reconhecimento da *Kriegsmarine*. Harro Schacht (1907-1943) e seus homens receberam uma nova missão na costa do Brasil, mas, dessa vez, eles foram surpreendidos com o bombardeio de um *Catalina*, que liquidou toda tripulação, em 13 de janeiro de 1943.

³ *Correio de Aracaju*. Aracaju-SE, 18 de agosto de 1942.

⁴ Durante a Segunda Guerra Mundial, operaram na costa brasileira os submarinos alemães de números: 126, 128, 129, 134, 154, 155, 161, 164, 170, 172, 174, 176, 185, 190, 507, 513, 514, 518, 591, 598, 604 e 861. A esta lista podemos acrescentar o supridor (chamado de vaca leiteira), *U-406* e os dois submarinos que se refugiaram na Argentina, por ocasião da rendição: *U-530* e *U-977*. In: GAMA, Arthur Oscar Saldanha da & MARTINS, Helio Leoncio, op. cit., p. 318.

⁵ Cemitério dos Naufragos dos Navios Mercantes *Baependi*, *Araraquara* e *Aníbal Benévolo*. *Monumento Histórico de Aracaju*, erguido com recursos do Ministério da Marinha e do Governo do Estado de Sergipe. Povoado Mosqueiro. 1972.

são documentos importantes, que apontam como o *U-507* agiu na costa de Sergipe. Na entrevista com o prático José Martins Ribeiro Nunes, conhecido nacionalmente como Zé Peixe, surgiram algumas questões sobre a ação dos submarinistas alemães na Barra de Estância/SE. Vale frisar que ele era adolescente no tempo dos torpedeamentos, mas seu convívio com a antiga marinhagem o permitiu traçar uma leitura peculiar sobre essas ocorrências trágicas. Nas sábias palavras do lobo do mar, os inimigos “escolheram” caprichosamente as imediações do Rio Real, para o cumprimento das ambições expansionistas do III Reich no Brasil:

Eu não sei a história. Ninguém conta quem foi o submarino, mas dizem que foi alemão. Veio esperar aí na passagem da Barra de Estância. O lugar mais deserto de Sergipe era a Barra da Estância. De Estância para São Cristóvão. Quer dizer, como esse povo [os homens dos submarinos] sabia né? Bom, pela Carta de Navegação ele vê. Pela Carta de Navegação ele sabe. Sabia mais ou menos, porque a Carta de Navegação tem a cidade, o lugar mais deserto e a aproximação mais próxima à praia.⁶

Estranhos ao universo naval dos aracajuanos, os submarinistas apresentavam-se como bons conhecedores da costa de Sergipe. No entendimento de Zé Peixe, vários aspectos devem ser levados em consideração: 1 – O submarino esperou seus alvos na beira da costa, configurando uma emboscada; 2 – A barra de Estância era o lugar mais deserto do Estado; 3 – O manuseio das cartas, a experiência da tripulação e os sinais do farol davam aos submarinistas coordenadas navegacionais; e, por fim, 4 – A operação de ataque foi minuciosamente planejada. Esses aspectos ampliavam a áurea de mistérios, que pairava sobre a região portuária

de Salvador. Histórias de espões, sabotadores e quinta-colunistas alarmaram algumas cidades costeiras. Havia a impressão que os submarinistas sabiam do que era levado a bordo pelos navios brasileiros, pois o *Baependi* transportava tropas militares e material bélico (armas, canhões e munição) para guarnecer o saliente nordestino.

Outro aspecto intrigante diz respeito ao conhecimento dos espões alemães sobre a aproximação do Brasil com os Estados Unidos, especificamente dos trâmites secretos nos acordos bilaterais. Amparados pela política de boa vizinhança, geólogos ingleses e norte-americanos encontraram no subsolo brasileiro uma variedade de minérios, considerados essenciais para indústria bélica dos Aliados: ferro, quartzo, titânio, zircônio, dentre outros, e, para os países do Eixo, era vital cortar essa linha de suprimentos. Ao relatar as origens da Companhia Vale do Rio Doce, em 1942, e o início da extração de ferro em Itabira/MG, Emília de Caux recordou:

A Vale começou, primeiro, a tirar o minério do rolamento. Do Cauê para baixo, a carga vinha no cavalo. Depois, transportava no caminhão até Drummond. De lá, é que ia para Vitória e, depois, para os Estados Unidos. No primeiro carregamento, o navio foi torpedeado pelos alemães. Então, o primeiro minério de Itabira está no mar!⁷

A presença dos seus *U-boots* no Brasil, de certa forma, demonstrava que a Alemanha nazista estava atenta ao comércio exterior do país e às alianças militares de Getúlio Vargas, pois o Brasil, inúmeras vezes, feriu o princípio de neutralidade.⁸ Diante das baixas em sua Marinha Mercante, o historiador francês Georges Duby apresentou a rota brasileira como uma das linhas vitais para os Aliados⁹, por esta razão, é compreensível que os *U-boots* viessem com a missão de obstruí-la.

⁶ José Martins Ribeiro Nunes (Zé Peixe) entrevistado em Aracaju, em 7 de abril de 2004.

⁷ CAUX, Emília de. In: MAYRINK, Geraldo. *História da Vale*. São Paulo: Museu da Pessoa/Companhia Vale do Rio Doce, 2002, p. 35.

⁸ Embora revestido pela neutralidade, o Brasil assinou acordos secretos de cooperação militar com os Estados Unidos no início da guerra. Neles, o País se comprometeu em alimentar a indústria bélica aliada com seus minérios e, em contrapartida, os *marines* americanos cederiam armas navais e auxiliariam na segurança costeira.

⁹ DUBY, Georges. *Atlas historique*. Paris: Larousse, 1987. p. 94-95.

Em virtude do recrudescimento da batalha naval, o Nordeste brasileiro ganhou várias bases militares. A maior delas foi erguida em Natal-RN, chamada de *Parnamirin Field*, considerada um dos quatro pontos estratégicos mais importantes do mundo, comparado ao Estreito de Gilbratar, ao Canal de Suez e a Dardanellos (todos no Mediterrâneo).¹⁰

Iniciada em 1939, a Segunda Guerra passou a ter um valor significativo para os arcajuanos a partir de 1942, graças às investidas dos *U-boots*. Desde então, as perdas navais brasileiras cresceram de modo assustador. O Ministro Oswaldo Aranha foi categórico ao redigir a Declaração de Guerra do Brasil: “não há como negar que a Alemanha (Itália) praticou contra o Brasil atos de guerra, criando uma situação de beligerância que somos forçados a reconhecer na defesa da nossa dignidade, da nossa soberania e da nossa segurança e da América”.¹¹

Até 1945 se acreditava que “o perigo dos submarinos continuará sempre enquanto durar a guerra”¹², pois, somente em 7 de maio de 1945, o Almirante Karl Dönitz, então Führer e Supremo Comandante-chefe da Armada germânica, transmitiu ordens a todos os *U-boots* que cessassem as hostilidades.¹³

INIMIGOS INVISÍVEIS NO MAR E EM TERRA

Na percepção dos tripulantes, o navio mercante era bem mais do que um meio de transporte, representava o “lugar de trabalho”, “espaço de convivialidade”, o “segundo lar”, a “pátria”, enfim, a “razão de ser” da ma-

rujada. Quando alvejado, o navio levava poucos minutos para ser tragado pelo mar. No entanto, para os sobreviventes, esse “tempo curto” se transformou em um “longo trauma” em suas vidas. As memórias dos naufragos foram apropriadas pelos moradores da zona litorânea. “Os feridos iam chegando macilentos e esfarrapados, a bestial tragédia refletia nos olhos cheios de espanto e angústia (...) Dezenas de cadáveres começaram, então, a chegar às praias sergipanas.”¹⁴

Os “olhos cheios de espanto” apreenderam imagens terríveis nas praias e responderam ao que viram denominando-as de “bestial tragédia”. O espaço líquido e o social articularam-se à força do desconhecido, das histórias dramáticas dos naufragos e da gravidade das ocorrências bélicas. Para os sergipanos, os afundamentos das unidades mercantes representaram “bestial tragédia”, “presepada do diabo”, “armação da gota serena”, “coisa do cão”, etc. Como diria Jacques Revel, o acontecimento agora permite ler o imaginário de uma sociedade para a qual ele desempenha, ao mesmo tempo, o papel de memória e de mito.¹⁵

Ao entrevistar os antigos homens costeiros¹⁶, percebe-se distinção entre o conceito militar de “submarino” e o apreendido pelo mundo social, entre o significado de “torpedeamento” e os múltiplos signos reinventados por uma cidade amedrontada. Nessa pluralidade de compreensões (ou incompreensões), as palavras navais ganharam novas vestimentas de uma cultura tipicamente nordestina e de uma sociedade que se sentia ameaçada pelos *U-boots*.

¹⁰ SÁ, Xico. Arquivo exhibe guerra ignorada (Segunda Guerra Mundial). *Folha de São Paulo*. São Paulo-SP, 28 de junho de 1998.

¹¹ ARANHA, Oswaldo. *Declaração de Guerra do Brasil à Alemanha e à Itália*. Documentação Oficial. Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1942.

¹² *Em Guarda – Para Defesa das Américas*. Washington/USA: Bureau do Coordenador de Assuntos Interamericanos/Business Publishers International Corporation of Philadelphia. Ano 3, Nº 6. 1944, p. 3.

¹³ PRESTON, Antony. *Submarinos*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico. 1983, p. 46.

¹⁴ CABRAL, Mário. *Roteiro de Aracaju*: guia sentimental da cidade. Aracaju: Livraria Regina, 1948, p. 259.

¹⁵ Cf. REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escala - a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

¹⁶ Tradicionalmente os homens costeiros eram homens fortes, de pele bronzeada e músculos encordoados que, dia e noite, arrostavam o grave perigo do mar ignoto. Eles tinham uma vida simples e primitiva. Moravam em casas de palhas, pescavam de forma grosseira, com tarrafas ou redes grandes. Adoravam beber cachaça, contar histórias, tocar viola, dançar samba de coco ou bate-cocha em noites de plenilúnio. Atualmente, os homens costeiros são os moradores da zona litorânea, seja da cidade, do povoado ou da colônia de pescadores. “Ele lembrará cheio de horror, uma negra página do nazismo, no litoral sergipano, causando a morte a dezenas de crianças, mulheres e homens, cujos corpos davam na praia, dias depois, inchados e corroídos, de mistura com mercadoria avariada e destroços do naufrágio. Ele falará sobre as tempestades, quando, em pleno oceano, a sua canoa luta contra as ondas imensas, contra os ventos esfuziantes, contra as chuvas torrenciais cujas gotas chegam a doer na pele como se fossem alfinetes pontiagudos”. CABRAL, Mário, op. cit., p. 106-107.

Ao longo das últimas semanas de agosto de 1942, os sergipanos recolheram os destroços navais, acudiram os sobreviventes e sepultaram os mortos. Salvelina Santos de Moraes, filha do faroleiro Teodoro José dos Santos, lembrou-se de que seu pai foi convocado a auxiliar os policiais nas rondas praianas.

O capitão mandou chamar ele. E botou ele na praia com o esquadrão. Três soldados e ele. Os faroleiros, os marinheiros e tudo não ficavam nenhum em casa. Tudo na capitania, armado. Todos de prontidão na capitania porque disseram que o submarino ia entrar aqui na barra.¹⁷

Salvelina Santos de Moraes ainda recorreu o peso da missão imposta ao seu pai, “quando papai chegava em casa ninguém aguentava o fedor. Era ui, ui, ui. [nesse exato momento Dona Salvelina tapou o nariz com a mão]. Era um fedor, dos mortos que ele pegava na praia. (...) Foi muito triste, era muita gente morta”.¹⁸ Seu Teodoro recolhia os corpos nas praias de Atalaia, Mosqueiro, Caieira e Saco. A putrefação dos cadáveres grudava-se às suas roupas. O cheiro e as imagens impactantes abalaram a estrutura psicológica do faroleiro que, para cumprir suas obrigações e controlar seus nervos, bebia muita cachaça. “Ele dizia que se o soldado pegava, ele também tinha que pegar. (...) Ele bebia um bucado, mas ele dizia que se não bebesse, não pegaria o defunto não, eu morro. Se eu não beber, eu não pego defunto não, eu morro”.¹⁹

Cada cadáver jogado pelas ondas na praia era um sinal de alerta: a guerra chegou ao mar do Brasil. O litoral sergipano trazia más lembranças para os marinheiros brasileiros, ora pela péssima navegabilidade das barras locais, ora pelas histórias de naufrágios. Seu Eliseu Timóteo recordou as histórias que ouviu dos navegadores.

Eu conversei com um marinheiro velho nessa época. Conversei com ele aqui em Aracaju já de muito tempo. Conversei com ele. Ele disse: – Olha rapaz fui marinheiro na gestão da Segunda Guerra Mundial. Acontece que, quando a gente entrava aqui, nas águas de Sergipe, o navio, quando o capitão via algum movimento estranho, ele parava o navio e mandava todo mundo ficasse quieto e apagasse todas as luzes. Com medo de serem torpedeados. Ele disse que muitos companheiros dele foram mortos aí, nessa beira de costa.²⁰

A costa de Sergipe ganhou a fama de ser “um lugar de submarinos”. Os marinheiros brasileiros realmente tinham razão de temê-la, pois, em 1943, mais dois torpedeamentos foram registrados próximos à foz do Rio Real. Em 1º de março, o navio *Fitz John Porter* acabou surpreendido pelo *U-518*. No dia 31 de julho, o Vapor *Bagé* foi torpedeado pelo *U-185*, comandado pelo Capitão-Tenente August Maus.²¹ A amarga rotina de naufrágios na Barra de Estância fez os militares batizarem os acontecimentos navais de o “Massacre do Rio Real”.

Na busca de respostas para entender o perigo representado pelo submarino, os sergipanos encontraram outros inimigos em seu cotidiano: o quinta-coluna, o camisa-verde, o boateiro e o espião. Em batalha contra esses inimigos invisíveis, o imaginário social aumentou o clima de desconfiança. Contemporâneo do tempo dos torpedeamentos e da campanha anticolonista, o sergipano Mário Cabral poetizou:

eu, muitas vezes, contemplo uma árvore e nela não distingo o camaleão. A polícia, muitas vezes, observa um agrupamento e nele não distingue o quinta-coluna. O

¹⁷ Salvelina Santos de Moraes entrevistada em Aracaju, em 19 de julho de 2006.

¹⁸ Idem.

¹⁹ Idem.

²⁰ Eliseu Timóteo entrevistado em Aracaju, em 28 de maio de 2005.

²¹ GAMA, Arthur Oscar Saldanha da & MARTINS, Helio Leoncio. A Marinha na Segunda Guerra Mundial. *História Naval Brasileira*. Volume Quinto. Tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha/Serviço de Documentação Geral da Marinha. 1985, p. 32.

quinta-coluna, como o camaleão, muda de cor sob a influência de causas acidentais.²²

Afinal quem era o quinta-coluna? Por que ele era considerado uma ameaça social? *A ninguém mais, diante dos fatos concretos, é dado negar que, no Brasil, existe realmente uma quinta-coluna e que esta se compõe não só de estrangeiros, mas, na sua maior parte de maus brasileiros, a maioria dos quais pertencentes à extinta AIB.*²³ A ameaça do quinta-coluna nasceu na Espanha, no tempo da Guerra Civil (1936-1939) e, depois, espalhou-se pelo mundo. De acordo com Jean Delemeau,

quanto mais for intenso o medo coletivo, mais se terá tendência de acreditar em várias conjurações apoiadas em ramificações adversas. Não que a quinta-coluna seja um mito. Mas em qualquer tempo, o temor que dela se teve ultrapassou os limites do real e do possível. Assim, um rumor é na maioria das vezes a revelação de um complotô, isto é, de uma traição.²⁴

Clandestinamente, acreditava-se que o quinta-coluna agia sorrateiro no interior da sociedade brasileira. Esse temor serviu para fortalecer, ainda mais, a ditadura do Estado Novo, incentivar a perseguição a grupos suspeitos e discriminar os estrangeiros taxados de "eixistas". Evidentemente, que as células de espionagem atuaram no Brasil, mas o olhar de desconfiança social estava impregnado de inveja, de intolerância, de raiva, de cobiça, de preconceito, de oportunismo, de prazer, de retaliação e não apenas de dever patriótico, como afirmava o DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda. Ou seja, o Governo varguista silenciava e censurava o que o próprio poder desejava esconder.

Nesse jogo de ilusões, o inimigo se camuflava ao seio social assim como o submarino que se escondia debaixo d'água. Protegidos pela invisibilidade, eles costumavam criar suas emboscadas no mar ou suas dis-

simulações em terra. Somou-se à ameaça externa registrada no Sergipe-Jornal como a

ação destruidora e subterrânea dos inimigos internos, sabotadores da unidade nacional, quinta-colunista. Além da atividade policial contra elementos organizados de espionagem, é preciso que todos os brasileiros se transformem em soldados ativos da campanha anticolonista.²⁵

Após o afundamento dos navios, o espírito de retaliação enfardou milhares de homens e mulheres do Brasil. Passageiros e tripulantes foram lançados subitamente em um mar de guerra. Mais do que "náufragos", cada vítima se tornou um "símbolo de luta" e uma "bandeira de desafrontamento" dos brasileiros na Segunda Guerra Mundial.

Destacar a microrregião costeira de Sergipe foi uma chave para entendimento da maior tragédia submarina da história do Brasil. Especialmente quando se confronta a experiência dramática dos naufragos à perplexidade dos homens costeiros. Do ponto onde o navio afundou até o desembarque improvisado nas praias, catalogou-se uma variedade de medos. Com base na documentação arrolada em Sergipe foi possível perceber que os avassaladores torpedeamentos multiplicaram os medos, as dores e as perdas.

Nesse mar de subjetividades, os naufragos flutuaram entre o "mundo da guerra naval" e o "social dos homens costeiros". Eles compartilharam suas experiências e evidenciaram uma realidade de beligerância no País. A singularidade dos medos sergipanos se associou aos de projeção universal. Essa via de mão dupla permitiu ao homem costeiro ver o invisível e pensar a guerra no mar. O exercício de apropriação requeria um esforço coletivo em responder ao desconhecido, por esta razão, pontes simbólicas foram formadas e conduziram os sergipanos ao entendimento de uma nova emoção: o medo do submarino.

²² CABRAL, Mário. Arame Farpado. *Correio de Aracaju*. Aracaju, 23 de setembro de 1942.

²³ MONTEIRO, Araújo. *O Nordeste*. Aracaju, 20 de agosto de 1942.

²⁴ DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente: 1300-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 184.

²⁵ *Sergipe-Jornal*. Aracaju, 19 de agosto de 1942.

TABELA I
DOS ATAQUES DO U-507 DERIVARAM-SE VÁRIOS MEDOS

PASSAGEIROS E TRIPULANTES	NÁUFRAGOS	SERGIPANOS
Medo do submarino, medo da morte, medo do navio afundar, medo de cair na água, medo do sofrimento, medo do fogo, medo da explosão da caldeira, medo de ser cortado pela hélice do navio, medo de ser tragado pelo mar, medo dos tiros de metralhadora dos submarinistas, medo da escuridão, medo do mar, medo da solidão e medo de perder os parentes.	Medo do submarino, medo da morte, medo do sofrimento, medo da escuridão, medo do mar, medo da solidão, medo de tubarão, medo de naufrágio da baleeira, medo de uma nova agressão submarina, medo de morrer afogado, medo das ondas, medo de morrer de fome, medo da loucura dos naufragos, medo de violência, medo de não ter forças de nadar até a praia, medo de não voltar para casa e medo dos pescadores.	Medo do submarino, medo da morte, medo do sofrimento, medo da escuridão, medo do mar, medo da solidão, medo de morrer de fome, medo da loucura, medo de violência, medo do desconhecido, medo da guerra, medo de não enterrar seus parentes, medo do inimigo adentrar a boca da barra, medo de invasão à praia, medo do amanhã, medo de embarcações estranhas, medo de espíões, medo da multidão raivosa, medo de aviões, medo da escuridão, medo de estrangeiros, medo dos forasteiros, medo dos estudantes, medo de ser convocado, medo de perder seus parentes na Itália, medo do quinta-coluna, medo da cavalaria, medo de luzes noturnas, medo do diabo, medo da guerra e medo do fim do mundo.

Fonte: Luiz Antônio Pinto Cruz, 2011

Os ataques do *U-507* ocorreram longe dos olhos dos homens costeiros, por que a população aracajuana costuma trazer a ameaça submarina para o seu interior social? Mesmo a milhas de distância, os três torpedeamentos registrados em águas sergipanas envolveram os navios e a cidade de Aracaju. A maneira pela qual os cidadãos entenderam o significado desses atentados criou uma ressonância mais ampla da tragédia. De acordo com o naufrago Milton Fernandes da Silva, o navio *Araraquara* foi atacado quase no través com o clarão da cidade de Aracaju.²⁶ Apenas dois aracajuanos chegaram a salvo em sua terra natal: Deoclides Gomes da Silva (moço de convés do *Baependi*) e Henrique Francisco dos Santos (moço de convés do *Baependi*). Sal-

velina Santos de Moraes, ainda se recorda das histórias do seu tio Henrique:

Henrique, um tio meu, ia no *Baependi*. Todo mundo dançando, tocando. Naquele tempo era aquela vitrola. Ele disse que quando viu foi o torpedeamento. Aí ele disse que já tava preparado, dizia ele. Tinha uma faca de marinheiro e um vaso de comprimido. Umas pastilhas que quando você chupava, não tinha fome. (...)

Todos tiveram que tirar a roupa na barca. No meio desses homens, apenas uma mulher: Vilma Castelo Branco. Foi meu tio Henrique que por sinal salvou ela. Aí deram na praia de Estância e da praia de Estância, todos estavam morrendo

²⁶ SILVA, Milton Fernandes da. TORRES, Sérgio. Naufrágio do *Araraquara*. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 8 de julho de 2007.

de fome. Foi quando um homem e a sua esposa viram eles. A mulher desmaiou com medo deles. Mas o homem tirou coco e disse: – eu não tenho comida, mas tenho coco com farinha pra vocês. E foi isso que eles comeram. Mandaram aviso ao prefeito. E o prefeito mandou uma condução para Estância. Deram roupas a eles, uma coisa que antigamente chamava de pé de anjo e roupa também. Eles vieram para Aracaju e ficaram no Hotel Marozzi.

Depois disso, o meu tio ficou quase um ano sem embarcar. Ele trabalhava no Lloyd Brasileiro, no *Baependi*. A minha avó ficou muito triste, chorava muito para ele não embarcar. Ele não embarcou, parou quase um ano. Depois ele disse que não se acostumava mais com a vida no sítio. Ele retornou ao Rio de Janeiro e ficou conhecido como “Peixinho do Mar”. (...)

Botaram o nome dele de “Peixinho do Mar” porque ele salvou a maioria do povo. E essa Vilma deu a ele de presente um peixe muito bonito pra botar em cima da casa dele. O peixe quando acendia e iluminava era a coisa mais linda do mundo. Com o nome “Peixinho do Mar”. Todo mundo do Lloyd só conhecia Henrique como “Peixinho do Mar.”²⁷

Bravura de um lado, comoção coletiva de outro. Os aracajuanos se desesperaram ao saber do naufrágio do *Aníbal Benévolo* pelas seguintes razões: em primeiro lugar, porque ele seguia viagem oceânica rumo à cidade de Aracaju; em segundo lugar, todos sergipanos a bordo desse vapor morreram nesse ataque nazista, criando um luto coletivo e duradouro, pois nenhum conterrâneo foi localizado. Terceiro, e mais aterrorizante, suspeitava-se na época, como já foi dito, que os submarinistas alemães soubessem da rota naval até o porto da cidade. Embora

o *U-507* não tenha adentrado o estuário do Rio Sergipe, o medo disso acontecer foi forte suficiente para paralisar o comércio local, suspender as aulas, encerrar o expediente das repartições públicas e aumentar a vigilância costeira. Portanto, o navio *Aníbal Benévolo* “fazia aqui o fim de sua linha. Dentre seus tripulantes, alguns eram sergipanos. Lavadeiras de Aracaju lavavam peças para bordo. Os sergipanos se acostumaram a vê-lo na Ponte do Lima e a viajarem nele. Era um navio também de Sergipe”.²⁸

A ameaça invisível alterou a rotina dos aracajuanos e alçou a cidade à condição de vítima da Guerra Submarina. Segundo o *Correio de Aracaju*, “o inimigo pode realmente estar em todos os pontos do mar brasileiro, no desaguadouro dos rios, nas praias desertas, sob os coqueiros ou sob as areias, esperando o momento de atacar pela traição, de afundar navios, de matar brasileiros”.²⁹

A costa sergipana inspirava várias desconfianças no tempo da guerra. Uma delas foi revelada pelo jornalista David Nasser, que veio a Aracaju averiguar se “haveria a possibilidade de encontrar vestígios da existência de bases clandestinas para submarinos alemães no litoral sergipano? Os homens do submarino poderiam buscar refúgio e mantimento em algum lugar de Sergipe”?³⁰ As agressões alimentaram suspeitas para o interior, pois se acreditava que o inimigo adentrou estuários do Rios Real, Vaza-Barris e São Francisco para se abastecer de víveres. Enoch Santiago, Chefe de Polícia do Estado, foi entrevistado pelo referido jornalista e constou da reportagem:

No litoral brasileiro, desde o Rio até o extremo Norte, existirão bases de abastecimento para os submarinos inimigos? O Chefe de Polícia de Sergipe, no que diz respeito a este estado, afirma que não. Nos outros Estados, afirma-se a impossibilidade de existirem as mesmas bases que não foram jamais vistas pelos pescadores e pelos aviões de patrulhamento.³¹

²⁷ Salvelina Santos de Moraes entrevistada em Aracaju, em 19 de julho de 2006.

²⁸ *Correio de Aracaju*. Aracaju, 18 de agosto de 1942.

²⁹ *Correio de Aracaju*. Aracaju, 30 de setembro de 1942.

³⁰ NASSER, David. Vigilância sem trégua. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro. 1942. Sábado, 22 de agosto de 1942.

³¹ Idem.

A natureza da guerra marítima desafiava a compreensão dos homens costeiros, pois o *U-boot* simplesmente aparecia e desaparecia. Raramente se via a sua aproximação ou o seu afastamento. Na caçada noturna em Sergipe, o submarino alemão surpreendeu os marinheiros com torpedos repentinos e, depois, quando os sobreviventes estavam à deriva, os submarinistas acenderam os holofotes e se fizeram ver. Alguns naufragos relataram que a tripulação inimiga atirou rajadas de metralhadoras sobre as vítimas a sangue frio.³² Essas informações foram documentadas pelas autoridades e publicadas pelos principais jornais aracajuanos. O drama das vítimas, estampado nos diários, gerou vários impactos em seus leitores, alimentando ainda mais o medo e a ira social.

Outro detalhe interessante das reportagens da época foi a comparação entre o “atentado nazista em Sergipe” e o “atentado japonês a Pearl Harbor”, pois ambos foram executados por países beligerantes do Eixo e arrastaram suas respectivas nações à Segunda Guerra Mundial. De acordo com o Correio de Aracaju,

A guerra chegou, materialmente, ao Brasil, pois há muito já estava nela. A nova situação, porém, impõe tarefas mais concretas e precisas. Antes de tudo, é preciso considerar que esta não é uma guerra, mas é a guerra, a deflagração final das imensas contradições em que o mundo se vem arrastando para se superar, em busca da “continuidade, da sobrevivência, do progresso”. E o que Sergipe tem haver com tudo isso? Os torpedamentos entre o litoral sergipano e baiano foram uma espécie de ‘Pearl Harbor’, pois escandalizou a opinião pública brasileira e teve uma série de consequências, entre elas a declaração de guerra à Alemanha, Itália e Japão.³³

A política de equilibrista no picadeiro de Getúlio Vargas chegou ao fim logo após o ataque japonês a Pearl Harbor, em 7 de dezembro de 1941, e a declaração de guerra dos Estados Unidos ao Japão, à Itália e à Alemanha. Na Conferência Panamericana, no Rio de Janeiro, em 28 de janeiro de 1942, contrariando a opinião dos militares pró-Alemanha, decidiu-se a favor do rompimento das relações diplomáticas com os países do Eixo.³⁴

O Brasil rompia com a sua neutralidade, mas a maioria dos brasileiros não sabia dos riscos dessa decisão política e continuou a navegar a bordo dos navios mercantes. O desfecho foi brutal e conhecido, o *U-507* empreendeu uma das maiores caçadas navais empreendida na América do Sul, no tempo da Segunda Guerra Mundial.

O ESFORÇO DE GUERRA EM SERGIPE

A costa de Sergipe, com 163km de extensão entre a foz do Rio São Francisco, ao Norte, e a do Rio Real, ao Sul, ainda conserva muitas histórias navais sobre a passagem dos *U-boots* durante a Segunda Guerra Mundial. Neste pequeno trecho atlântico do Brasil registrou-se uma intensa movimentação dos submarinos alemães. A distinção de ser o lugar de tantos torpedamentos requer novos estudos históricos, para entender as repetidas investidas da *Kriegsmarine* nesta microrregião nordestina.

A movimentação da corrente marítima do Brasil, o mar de água doce na foz do São Francisco, a ausência de bases navais, as praias desabitadas, o litoral raso de águas quentes, o farol da Cotinguiba e as informações de carta náutica formavam um conjunto de elementos favoráveis para os experientes navegadores germânicos escolherem o litoral sergipano. No entanto, a situação começou a se inverter para os Aliados, quando as Forças Armadas do Brasil e os *marines* americanos reforçaram a sua

³² “Dentre os cadáveres encontrados hoje pela manhã, na praia do Mosqueiro, acha-se o do 2º piloto do *Araraquara*. No cinto da cortiça, de que se utilizava para salvar-se, nota-se, conforme observou o nosso repórter, duas perfurações produzidas, provavelmente, por balas de metralhadoras, o que fez ver como agem os sicários do Eixo, torpedeando navios e metralhando aqueles que se procuram salvar”. *Correio de Aracaju*. Aracaju, 18 de agosto de 1942.

³³ *Correio de Aracaju*. Aracaju, 1º de Setembro de 1942.

³⁴ Cf. KESTLER, Izabela Maria Furtado. *Exílio e Literatura: Escritores de Fala Alemã durante a Época do Nazismo*. São Paulo: EDUSP, 2003.

segurança costeira. Com o aprimoramento das tecnologias navais, os lobos cinzentos perderam o elemento surpresa e passaram a ser caçados com mais facilidade pelos aviões de guerra.

Em 16 de maio de 1943, a movimentação de um submarino alemão foi detectada pelo radar da aeronave *VP-74*. Este avião anfíbio estava embasado em Aracaju, nas águas do Rio Sergipe. Os militares, então, iniciaram as buscas pelo submarino no litoral Norte de Sergipe. Era o *U-128*, do comandante Heyse. De imediato, foram lançadas cargas de profundidade, que avariaram o barco. Sem conseguir submergir, o *U-128* se tornou um alvo fácil. Então, a tripulação abandonou o barco. Os 51 submarinistas alemães foram resgatados e aprisionados pelos *destroyers USS Moffett* e *USS Jouett*, que partiram da base naval de Aratu, região da grande Salvador/BA.³⁵

O *U-161*, outro submarino bombardeado, atravessou o litoral sergipano em setembro de 1943. Nas imediações da foz do Rio São Francisco, ele afundou um mercante não identificado no dia 20. Logo depois, próximo à foz do Rio Real, mas em lado baiano, o referido submarino, capitaneado por Albrecht Achilles, foi localizado e bombardeado no dia 27.³⁶ As histórias de perseguição aos *U-boots* chegaram aos ouvidos dos homens costeiros. De acordo com Zé Peixe, “os aviões vieram guarnecer a costa. Quem botou o submarino a pique foram os americanos. O Brasil não tinha avião daquele. O avião veio pra aqui, dormia no Rio Sergipe. Corria a costa às 5 da manhã. Todo dia voava”.³⁷ “Era avião direto em Aracaju. Ia pra lá, ia pra cá, pelo mar, rodando tudo”, ainda recorda Dona Idalina.³⁸

Próximo ao local onde o *U-161* foi a pique, entrevistamos João Martins do Nascimento, morador do povoado Pontal, município de Indiaroba/SE. Ele contou como os pilotos norte-americanos conseguiram perseguir e afundar o submarino alemão na barra do Rio Real.

Você sabe quem evitou a guerra aqui? Quem acabou com o movimento do submarino aqui? Um avião de guerra, parecido com um charutão. Não vi, mas ouvi tiroteio por cima da barra. tra tra tra tra tra tra [faz som de tiros de metralhadora]. Dava tiro como diacho. A gente ouvindo e ele dava descarga. Tum! Tum! Tum! Tum! Tum! Eles deram os nomes de “Fortalezas Voadoras” dos americanos. (...) Os alemães tomaram medo viu! Tomaram medo porque ainda chegou a notícia dizendo: – Olhe a Fortaleza Voadora em tal parte botou o submarino a pique. Tal parte assim afundou outro. Aí aquilo foi diminuindo, diminuindo, diminuindo. A guerra foi se retirando, se retirando, se retirando... Graças a Deus que a guerra acabou”.³⁹

Enquanto a guerra dos *U-boots* não cessava, os civis contribuíram com a campanha antissubmarina. A defesa da costa de Sergipe era questão de Segurança Nacional, pois o inimigo naval jamais deveria pisar em solo brasileiro. À frente desta tarefa estava o Capitão de Corveta Gentil Homem de Menezes, responsável pela Capitania dos Portos de Sergipe. Ele obteve o apoio dos jovens aviadores do aeroclube e dos homens do mar (barqueiros, faroleiros, marinheiros, práticos e pescadores). Várias instituições auxiliaram o esforço de guerra: o Governo Estadual, a Prefeitura de Estância, a Prefeitura de São Cristóvão, a Prefeitura de Aracaju, a Legião Brasileira de Assistência e a Cruz Vermelha Brasileira.

A questão crucial era: como se proteger das ameaças advindas do mar? A orientação da Marinha do Brasil era que se montasse um Sistema de Defesa Passivo. Algumas mudanças foram introduzidas na sociedade aracajuana. Em primeiro lugar, montou-se uma vigilância costeira, que foi reforçada com a chegada de tropas baianas e gaúchas. No mar, os pilotos ci-

³⁵ GAMA, Arthur Oscar Saldanha da & MARTINS, Helio Leoncio, op. cit., p. 384.

³⁶ Ibidem, p. 386.

³⁷ José Martins Ribeiro Nunes (Zé Peixe), entrevistado em Aracaju, em 7 de abril de 2004.

³⁸ Salvelina Santos de Moraes entrevistada em Aracaju, em 19 de julho de 2006.

³⁹ João Martins do Nascimento, entrevistado no povoado de Pontal, Indiaroba/SE, em 7 de julho de 2005.

vis auxiliaram as buscas pelos naufragos e os *marines* americanos realizaram a patrulha antissubmarina. Em segundo lugar, instituiu-se o blecaute, pois, sob o manto da noite, a cidade de Aracaju precisava ficar invisível de quem rondava a costa. “O Governo do Estado avisa à população que esteja preparada para o blecaute total a partir de hoje. Quer isso dizer que o povo deve preparar a iluminação residencial de maneira a não ser percebida externamente”.⁴⁰ Em terceiro, foram detidas mais de 50 pessoas suspeitas de cooperarem com os submarinos: alemães, italianos, espanhóis, brasileiros (integralistas, religiosos e outros). E, por fim, organizaram-se ensaios antiaéreos (dois diurnos e dois noturnos).

Em matéria de defesa passiva nada pode e nem deve ser improvisado; tudo deve e pode ser antecipadamente organizado, antes que o perigo se concretize, pois que – em face do perigo toda a improvisação equivale a uma incorrigível sentença de morte.⁴¹

A defesa passiva exigia disciplina e rigor no cumprimento das normas de segurança. Os aracajuanos ainda recordam da extrema violência com que eram tratados pelos policiais da cavalaria. As recordações de Paulo Oliveira Santos dissipam as trevas do blecaute e iluminam as práticas disciplinadoras da época.

No período da guerra, havia patrulhamento da polícia no sentido de orientar as pessoas como se conduziam nesse período porque estava na iminência da cidade ser bombardeada porque os alemães estavam realmente bombardeando várias cidades. E um dos países visados pelos alemães era exatamente o Brasil. Eu era pequeno, eu tinha 12 anos quando morava aí e me lembro que pela noite, mamãe

com a luz acesa, amamentando o meu irmão. Os cavalos do Esquadrão pisaram na calçada, fazendo um momento de barulho e tal, porque mandaram que apagassem a luz: apaguem a luz! Mamãe de pronto apagou a luz. E nesse período já tinham sido bombardeados os navios por submarinos.⁴²

No discurso dos sergipanos entrevistados percebe-se que o submarino alemão ainda navega na memória coletiva ou ascende em territorialidades flutuantes, mesclando a experiência, o tempo e o espaço. O *U-boot* era um inimigo inteiramente desconhecido do homem comum, que utilizou sua tradição para “organizar o elemento assustador, surpreendente e desconhecido”. Os naufragos e os submarinos se foram, mas o medo continuou na região costeira. Quem residia no litoral, aprendeu a conviver com o medo do submarino. Para Jean Delumeau, se uma sociedade “não consegue afastar completamente o medo para fora de seus muros, ao menos enfraquecê-lo o suficiente para que possa viver com ele”.⁴³

Na iminência de um desembarque inimigo, postos de observação foram montados na região litorânea. “Cada posto deve ser constituído de um graduado e de um número de homens suficiente para assegurar a permanência da observação e das transmissões – dotado de material que facilite sua tarefa (binóculos, aparelhos de escuta)”.⁴⁴ O bombeiro Jardimilino Marques serviu em um posto de observação e recordou sua missão: “Eu ficava na beira do Rio Sergipe, ali onde é hoje o late Clube, de vigília. O medo nesse tempo era que o submarino alemão viesse pelo mar, ou debaixo d’água, e entrasse pela boca da barra e destruísse Aracaju”.⁴⁵ Por esse tempo, as atividades da Marinha de Guerra chegaram ao estuário do Rio Sergipe, “caça-submarinos, chamados de Caçapau, porque eram navios de madeira, construídos nos arsenais

⁴⁰ *Correio de Aracaju*, Aracaju, 27 de agosto de 1942.

⁴¹ *Correio de Aracaju*. Aracaju, 17 de abril de 1943.

⁴² Paulo de Oliveira Santos entrevistado em Aracaju, em 10 de agosto de 1999.

⁴³ DELUMEAU, op. cit., p.12.

⁴⁴ *Correio de Aracaju*. Aracaju, 17 de agosto de 1943.

⁴⁵ Jardimilino Marques entrevistado em Aracaju, em 23 de agosto de 1999.

nacionais, aportavam na capital sergipana, entravam e saíam, e pelo litoral buscavam os inimigos".⁴⁶

O submarino por si só tinha uma enorme capacidade de mobilizar a imaginação aracajuana. As histórias de homens loiros nas praias sergipanas foram tratadas como meros boatos desordeiros. "Essas conversas do perigo iminente, de assalto às nossas costas para o dia marcado, bem próximo, do aparecimento de homens loiros em tais lugares escusos, fazem parte do programa que compreende a guerra de nervos".⁴⁷ A nota do governo deixou evidente que puniria os inventores dessas estórias. "Estejamos alertas, é verdade, porém tenhamos cuidados ainda maiores com esses sutis boateiros, autênticos quinta-colunistas disfarçados".⁴⁸

Diante de tantas incertezas e temores coletivos, as palavras do Almirante Henrique Aristides Guilhem procuravam tranquilizar a população: "Posso assegurar a vossência que sejam quais forem os perigos que a Marinha tenha de enfrentar, a gola azul do marinheiro e o botão dourado do oficial serão sempre motivo de orgulho para o povo brasileiro".⁴⁹ Para os inimigos não atingirem a sua costa atlântica foi montada uma das maiores linhas defensivas de toda a Segunda Guerra Mundial.

Além dos homens de farda, o Ministério da Marinha ainda contou com o auxílio dos pescadores de diferentes rincões do País.⁵⁰ Os pescadores representavam um elemento auxiliar das forças navais nos serviços de vigilância da costa e socorro aos naufragos. Esses homens costeiros eram os olhos e ouvidos das autoridades militares.

"Para facilitar o conhecimento dos submarinos e aviões do Eixo tem a Capitania dos Portos mapas com desenhos e silhuetas de submarinos e aviões das potências do Eixo

e da França para conhecimento não só dos marinheiros como de quaisquer outras pessoas".⁵¹

Muitos brasileiros encararam com bastante seriedade os desafios daquela época. A luta contra os *U-boots* e a defesa do litoral nordestino evidenciaram uma concepção mais moderna de Segurança Nacional.

Creio haveremos aprendido que a defesa nacional não é propriedade exclusiva, nem incumbência peculiar dos homens de farda, mas que sua responsabilidade deve ser compartilhada pelo trabalho, o capital, a agricultura, a indústria e outros grupos que contribuem para o mosaico nacional. As guerras se travam e se ganham ou se perdem na terra, no mar ou no ar e nas linhas de batalhas situadas atrás da frente, onde estão as forças civis. Não basta mobilizar o poderio militar da Nação. Deve haver a mobilização de todos os seus recursos econômicos.⁵²

A campanha antissubmarina exigiu operações conjuntas das três forças militares. A Marinha do Brasil teve a incumbência de criar uma consciência coletiva e mobilizar a sociedade na luta contra os inimigos ocultos no mar. Era necessário cultivar o espírito de cooperação de "todos" para o esforço de guerra, pois o perigo era para "todos" e, no caso da batalha naval, se transferir às praias locais, havia a possibilidade de "todos" serem transformados em combatentes dentro de uma mobilização total.

A Segunda Guerra Mundial, diferente da Primeira Guerra, gerou uma nova concepção de encarar o confronto de escala global. Além da mobilização militar, o papel dos civis se tornou crucial na montagem do

⁴⁶ WYNNE, J. Pires. Augusto Maynard. In: *História de Sergipe* (1930 – 1972). Vol. II. Rio de Janeiro: Pongetti, 1973, p. 125.

⁴⁷ *Correio de Aracaju*, Aracaju, 4 de setembro de 1942.

⁴⁸ *Correio de Aracaju*, Aracaju, 4 de setembro de 1942.

⁴⁹ *Correio de Aracaju*. Aracaju, 14 de setembro de 1942.

⁵⁰ Decreto-Lei 4830-A, de 15 de outubro de 1942, subordina ao Ministério da Marinha, as colônias de pesca [até então subordinadas ao Ministério da Agricultura, Comércio e Indústria] In: GAMA, Arthur Oscar Saldanha da & MARTINS, Helio Leoncio, op. cit., p. 57.

⁵¹ *Correio de Aracaju*. Aracaju. 13 de novembro de 1942

⁵² FARIAS, Oswaldo Cordeiro de. Palestra sobre a organização da Escola Superior de Guerra em 1949. In: *Revista da ESG*. Rio de Janeiro: Alemgraf. V. 20, Nº 42. jan/dez. 2003, p. 154.

esquema de segurança. No dia 6 de outubro de 1942, a Capitania dos Portos de Sergipe publicou o seguinte edital.

De ordem do Senhor Capitão de Corveta Gentil Homem de Menezes, Capitão dos Portos deste Estado, comunico a todos a quantos possa interessar que esta Capitania dá por muito bem recomenda a proibição do corte de lenha de mangue por quem não esteja para isso legalmente habilitado, bem como a sua compra e venda fora de tais condições; a proibição de detenção em poder de particulares de quaisquer salvados de naufragos ou qualquer objeto ou embarcação que dê à praia; a obrigação que é imposta a quem quer que encontre objetos, salvados ou embarcações em tais condições, de promover a sua guarda e comunicar o encontro a esta Capitania com maior brevidade; que na forma das disposições do decreto 4557 de 10 de agosto último, todo movimento dos portos e águas interiores bem como a sua fiscalização e vigilância além da orla marítima, são a cargo desta Capitania e das entidades federais e estaduais que com ela colaborem, com o fim comum; que pelo cumprimento de disposições análogas às presentes e anteriormente tornadas públicas têm sido aplicadas às sanções regulamentares e multas a grande número de contraventores. Esta Capitania em benefício de serviço público e no cumprimento de suas atribuições não pode deixar de ser rigorosa com os infratores nem estes podem alegar ignorância das disposições legais.⁵³

O olhar de proteção das autoridades marítimas se voltou para o bom andamento do sistema de defesa passivo. Para tanto, os aracajuanos tinham ordens estritas de não cortarem os extensos manguezais que rodeavam o município de Aracaju.

Esse documento da Marinha mais parecia uma postura ambiental, mas se constituía em uma medida defensiva. O capitão dos portos de Sergipe estava consciente de como era importante manter as barreiras naturais (terrenos pantanosos, áreas alagadiças, mangues densos e mata fechada) para dificultar o acesso à capital sergipana, caso tropas inimigas desembarcassem nas praias locais.

Com o racionamento do querosene, as normas da Capitania não surtiram efeitos porque a madeira era um dos gêneros de primeira necessidade nos lares mais humildes em Aracaju. Entretanto, o ponto mais agressivo do edital foi a proibição dos civis se apropriarem dos salvados, pois havia uma “cultura dos malafogados”. À cata dos salvados era um traço marcante do homem costeiro: “o navio afundou na barra de Aracaju, trazendo os malafogados pra vestir os nus”, cantoria recordada por Dona Idalina⁵⁴.

A palavra *malafogado*, portanto, era tudo aquilo que não tinha afogado completamente, que voltava à tona, trazendo, porém, a marca do mal da grande tragédia marítima. O material recolhido pelos militares foi destinado para a Capitania dos Portos ou para o 28^a Batalhão dos Caçadores. O General Eurico Gaspar Dutra enviou o seguinte telegrama ao interventor de Sergipe, o General Augusto Maynard Gomes:

Muito agradeço seu comunicado de 20 acerca restabelecimento ordem Estado e recolhimento ao 28 BC material salvo últimos naufrágios. Sou muito mais penhorado medida tomadas essa Interventoria e meu distinto camarada contida acolhida nossos patrícios, companheiros de farda – vítimas torpedeamento nossos navios litoral Bahia-Sergipe; e carinhosa assistência moral e material lhes foi prestada no transe doloroso por que passaram, sob a nossa mais profunda consternação e repulsa.⁵⁵

⁵³ DANTAS, José Augusto Diniz de Aguiar. Edital da Capitania dos Portos de Sergipe. In: *Correio de Aracaju*. Aracaju, 6 de outubro de 1942.

⁵⁴ Idalina Lima de Sousa entrevistada em Porto Alegre-RS, em 15 de julho de 1999.

⁵⁵ *Correio de Aracaju*. Aracaju, 22 de agosto de 1942.

As agressões submarinas no Nordeste criaram um clima de beligerância em todo território nacional. No entanto, a Declaração de Guerra do Brasil não foi oficializada de imediato pelo Governo varguista. Então, os brasileiros foram às ruas e criaram imensas manifestações. "A população se revoltou de tal ordem, de tal maneira, que começou deprender a casa de italiano, de alemão. E depois, como o Governo de Getúlio começou a demorar a declarar à Alemanha e à Itália, nós fomos à rua exigir a declaração de guerra".⁵⁶ A declaração ao Eixo foi anunciada em 31 de agosto de 1942. Após 16 dias dos avassaladores ataques do *U-507*. Essa demora de posicionamento foi encarada pela sociedade como sendo temor de entrar na guerra, dúvida se o País estava preparado e simpatia pelos regimes totalitários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto o *U-507* realizava a travessia do Atlântico a fim de retornar à Europa, os arcajuanos se sentiram presos em sua própria cidade. Sem os navios, sem os marinheiros, sem os passageiros, sem seus parentes desaparecidos, sem as mercadorias, enfim, a identidade naval de Aracaju foi literalmente torpedeada. Diante desses vazios, a população sofreu com a carestia de alimentos. "A guerra lá das Oropa, bateu também no Brasil; cum ela nas nossas costas, danouse tudo a assubi, e inté mermo o qui é dos pobres: feijão, bejú, sarnambi".⁵⁷ A palavra "costa" aparece neste trecho documental com um duplo significado: sentido de *ombro* (simbolizando a carestia e o racionamento) e sentido de *batalha naval*.

As operações destinadas à movimentação de mercadorias de terra para bordo ou dos saveiros para os navios a vapor, ou das embarcações para terra, foram subitamente canceladas. Nessa época, Sergipe não contava com um sistema ferroviário eficiente. Para complicar ainda mais a situação, as estradas de rodagem interestaduais eram

inexistentes. O isolamento naval asfixiou o comércio e encalhou a safra açucareira nos trapiches ribeirinhos. De acordo com o *Correio de Aracaju*, os cidadãos sabiam das razões da crise econômica estadual.

A falta de transporte, determinada pela Guerra Submarina, vinha preocupando os produtores com a sobra dos seus produtos armazenada, sem saída. Aqui em Sergipe sentimos, em toda sua extensão, a gravidade do momento. A nossa safra de açúcar dormia nos trapiches esperando o transporte que não vinha e o produto já se ia deteriorando, resfriado pela demora do consumo. Não tardaram, felizmente, as providências. O porto de Aracaju, pela sua situação de porto sujeito à maré, não poderá ser incluído na rota dos comboios.⁵⁸

Com o Atlântico Sul coalhado de submarinos, os comboios excluíram os portos das barras fluviais, pois não podiam esperar a maré alta para adentrar o cais da cidade, ainda mais se tratando do trecho costeiro mais perigoso do País. Sem a movimentação de carga a bordo dos navios, os estivadores sergipanos foram atingidos diretamente pela interrupção do transporte marítimo. Sem exercer o seu ofício, a estiva local se articulou junto à imprensa de esquerda para exigir o cumprimento dos seus direitos trabalhistas e o recebimento dos seus salários atrasados.

As necessidades impostas pela conjuntura e pelo quadro de penúria motivaram os trabalhadores a unir às manifestações políticas. Assim como os seus patrões, eles também utilizaram os jornais para protestar perante a sociedade arcajuana,

Assinada por 'Um Estivador', recebemos uma carta historiando a atual vida de aperturas da Estiva, em virtude da falta de vapores, e pedindo-nos sejamos o seu porta-

⁵⁶ Tertuliano Azevedo entrevistado em Aracaju. Programa Terra Serigy/TV GLOBO. 16 de janeiro de 2010.

⁵⁷ Essa expressão cultural do sergipano, da década de 1940, ainda preserva a feição de um Brasil arcaico e tipicamente nordestino. MONTEIRO, Exupero. ABC Poético. In: *Revista de Aracaju*. Aracaju: Prefeitura Municipal de Aracaju. Ano III. Nº 2. 1949.

⁵⁸ *Correio de Aracaju*. Aracaju 2 de janeiro de 1943.

voz para a reclamação que se segue: “É que os estivadores devem, por lei, receber o seu salário no prazo de 24 horas, o que não vem sendo observado aqui. Agora, essencialmente, que eles veem passando sérias dificuldades, quando acontece ter trabalho querem – e é justo – receber em dia! Principalmente quando veem passar os dias de feira com dinheiro ganho e não embolsado”.⁵⁹

A guerra dos *U-boots* impôs preocupações militares e despertou conflitos sociais em Aracaju. Mais do que afundar navios, a passagem dos submarinistas pela costa do Brasil abre um amplo leque temático ainda pouco explorado pelas universidades brasileiras. Mesmo hoje em dia, a crueldade da guerra do *U-boot* causa estremecimento, pois a Guerra Submarina foi e será sempre um misto de bravura e profunda crueldade.⁶⁰

LISTA DE FONTES

Impressas

ARANHA, Oswaldo. Declaração de Guerra do Brasil à Alemanha e à Itália. *Documentação Oficial*. Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1942.

Decreto-Lei 4830-A, de 15 de outubro de 1942, subordina ao Ministério da Marinha, as colônias de pesca do País.

DANTAS, José Augusto Diniz de Aguiar. Edital da Capitania dos Portos de Sergipe. Aracaju, 6 de outubro de 1942.

Orais

Edmundo Cruz, entrevistado em Aracaju, em 6 de maio de 1998.

Eliseu Timóteo, entrevistado em Aracaju, em 28 de maio de 2005.

Idalina Lima de Sousa, entrevistada em Porto Alegre-RS, em 15 de julho de 1999.

Jardilino Marques, entrevistado em Aracaju, em 23 de agosto de 1999.

João Martins do Nascimento, entrevistado no povoado de Pontal, município de Indiaroba, em 7 de julho de 2005.

José Martins Ribeiro Nunes (Zé Peixe), entrevistado em Aracaju, em 7 de abril de 2004.

Paulo de Oliveira Santos, entrevistado em Aracaju, em 10 de agosto de 1999.

Salvelina Santos de Moraes, entrevistada em Aracaju, em 19 de julho de 2006.

Monumento

Cemitério dos Náufragos dos Navios Mercantes *Baependi*, *Araraquara* e *Aníbal Benévolo*. *Monumento Histórico de Aracaju*, erguido com recursos do Ministério da Marinha e do Governo do Estado de Sergipe. Povoado Mosqueiro, 1972.

Jornais

Correio de Aracaju. Aracaju, 1942 (18, 22, e 27 de agosto, 1, 4, 23 e 30 de setembro, 6 de outubro e 13 de novembro); 1943 (2 de janeiro, 8 e 17 de abril, 17 de agosto); 24 de janeiro de 1944.

Folha da Manhã. Aracaju, 18 de agosto de 1942.

Revista em Guarda – Para Defesa das Américas. Washington/USA: Bureau do Coordenador de Assuntos Interamericanos/Business Publishers International Corporation of Philadelphia. Ano 3. Nº 6. 1944.

Sergipe-Jornal, Aracaju, 19 de agosto de 1942.

⁵⁹ *Correio de Aracaju*. Aracaju, 8 de abril de 1943.

⁶⁰ PRESTON, op. cit., p. 23.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CABRAL, Mário. *Roteiro de Aracaju*: guia sentimental da cidade. Aracaju: Livraria Regina, 1948.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CRUZ, Luiz Antônio Pinto. Aracaju: memória de uma cidade sitiada (1942 – 1945). São. Cristóvão, 1999. *Monografia* (Graduação em História/Universidade Federal de Sergipe).
- CRUZ, Luiz Antônio Pinto. Atentado Nazista em Sergipe: a história dos torpedamentos dos navios mercantes brasileiros (1942-1945). In: *Revista de Aracaju*. Aracaju: Prefeitura Municipal de Aracaju. Ano LX. Nº 10. 2003.
- CRUZ, Luiz Antônio Pinto & ARAS, Lina Maria Brandão de. Submarinos Alemães e o Cotidiano de Aracaju. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju: IHGS. nº 40, 2010.
- DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente: 1300-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- DUBY, Georges. *Atlas historique*. Paris: Larousse, 1987.
- FARIAS, Oswaldo Cordeiro de. Palestra sobre a organização da Escola Superior de Guerra em 1949. In: *Revista da ESG*. Rio de Janeiro: Alemgraf. V. 20, Nº 42. Jan/Dez. 2003
- GAMA, Arthur Oscar Saldanha da & MARTINS, Helio Leoncio. A Marinha na Segunda Guerra Mundial. *História Naval Brasileira*. Volume Quinto. Tomo II. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha/Serviço de Documentação Geral da Marinha. 1985.
- HILTON, Stanley E. Suástica sobre o Brasil – A História da Espionagem Alemã no Brasil (1939-1944). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- KESTLER, Izabela Maria Furtado. *Exílio e Literatura: Escritores de Fala Alemã durante a Época do Nazismo*. São Paulo: EDUSP, 2003.
- LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- MAYRINK, Geraldo. *História da Vale*. São Paulo: Museu da Pessoa/Companhia Vale do Rio Doce. 2002.
- MENDES, Murilo. *O discípulo de Emaús*. In: Poesia completa e prosa. Org. Luciana Stegagno Picchio. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.
- MONTEIRO, Exupero. ABC Poético In: *Revista de Aracaju*. Aracaju: Prefeitura Municipal de Aracaju. Ano III. Nº 2. 1949.
- NASSER, David. Vigilância sem trégua. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro-RJ. 1942. Sábado, 22 de agosto de 1942.
- PITALUGA, Plínio. Torpedamento dos navios brasileiros – Uma lenda ainda em voga. *Revista do Clube Militar*. Ano LXXI, nº 349. Julho de 1998.
- PRESTON, Antony. *Submarinos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico. 1983.
- REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escala – a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.
- SÁ, Xico. Arquivo exhibe guerra ignorada (Segunda Guerra Mundial). *Folha de São Paulo*. São Paulo-SP, 28 de junho de 1998.
- TORRES, Sérgio. Naufrágio do Araraquara. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 8 de julho de 2007.
- WYNNE, J. Pires. Augusto Maynard. In: *História de Sergipe* (1930 – 1972). Vol. II. Rio de Janeiro: Pongetti, 1973.

Para o “desenvolvimento physico do pessoal da Armada”, institucionaliza-se o esporte: análises sobre as primeiras aproximações da Marinha do Brasil com as práticas esportivas e o processo de fundação da *Liga de Sports da Marinha*

Karina Barbosa Cancell

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Comparada (UFRJ); Bolsista CAPES; Integrante do Sport: Laboratório de História do Esporte e do Lazer (UFRJ); Especialista em Educação a Distância (UGF); Bacharel e Licenciada em História (UGF).

Leonardo José Mataruna Dos Santos

Primeiro-Tenente; Pós-Doutorando em Cultura Contemporânea (PACC/UFRJ); Doutor em Educação Física (UGF); Mestre em Educação Física (UNICAMP); Especialista em Estudos Olímpicos (IOA-Grécia); Bacharel e Licenciado em Educação Física (UFRJ).

RESUMO

O esporte militar, atualmente em destaque pela recente realização dos V Jogos Mundiais Militares no Rio de Janeiro, em julho de 2011, ainda é um fenômeno pouco estudado no campo histórico. As origens deste movimento no Brasil, assim como seu desenvolvimento e principais abordagens no interior das Forças Armadas, têm surgido como uma temática interessante para análise dos historiadores do esporte. Este trabalho, operando nesta lacuna de conhecimento destacada, visa a traçar um panorama inicial das relações da Marinha do Brasil com o fenômeno esportivo por meio de levantamento bibliográfico e análise de fontes institucionais relacionadas ao esporte, caracterizando o processo de fundação da *Liga de Sports da Marinha* no ano de 1915, suas principais abordagens e áreas de atuação.

PALAVRAS-CHAVE: Marinha do Brasil; esporte militar; ligas

ABSTRACT

The Military Sports, currently highlighted by the recent achievement of the 5th World Military Games in Rio de Janeiro in July 2011, is still an understudied phenomenon in the historical field. The origins of this movement in Brazil, as well as its development and main approaches within the Armed Forces, have emerged as an interesting subject for analysis by historians of the sport. This paper shows in this knowledge gap highlighted, aims to outline an initial overview of the Brazilian Navy relations with the phenomenon of sports through a literature review and analysis of institutional sources related to the sport, characterizing the process of founding the League of Navy Sports in 1915, its main approaches and areas of expertise.

KEYWORDS: Brazilian Navy; military sport; leagues

INTRODUÇÃO

O esporte militar, nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, apresentou grande projeção em todo o mundo. A estrutura das organizações ligadas ao esporte militar passou a se equiparar às organizações esportivas de alta performance, assim como seus torneios e campeonatos, a serem inseridos com maior frequência no campo dos megaeventos esportivos. O Brasil, em 2011, foi o palco do maior evento esportivo militar: os V Jogos Mundiais Militares – Os Jogos da Paz¹, realizados na cidade do Rio de Janeiro no mês de julho.

Atualmente, o esporte é um fenômeno consagrado e praticado no meio militar em todo o mundo, na forma competitiva, de preparação militar e lazer. No Brasil, isso não foi diferente. Ao longo do século XX, o campo esportivo se consolidou nas Forças Armadas (FFAA),² tendo os militares do Exército Brasileiro (EB) e da Marinha do Brasil (MB) também participado do processo de estabelecimento das primeiras escolas de formação em Educação Física (EF) do País.³ No entanto, a aproximação das Forças Armadas brasileiras com as atividades esportivas foi marcante ainda no início do processo de difusão do esporte moderno no Brasil. Esse fenômeno chegou ao País no século XIX impulsionado por influências europeias que se destacavam no período, trazendo ao País os ares de modernidade e civilização que se divulgavam no Velho Continente.

No campo de estudos da História do Esporte, poucos trabalhos são encontrados sobre o processo de aproximação dos

militares ao fenômeno do esporte. Estas relações necessitam de mais olhares dos pesquisadores a fim de compreender como estas aproximações se desenvolveram e em que perspectiva o esporte foi inserido no cotidiano das FFAA no Brasil.

Este artigo tem por objetivo realizar observações sobre a relação da Marinha do Brasil com o esporte e, a partir da análise de fontes institucionais da MB relacionadas a este movimento, iniciar a construção de um panorama que apresente como o fenômeno passou a figurar no interior desta Força e suas primeiras ações para divulgação e promoção destas práticas entre seus militares.⁴

PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

As atividades físicas regulares já estavam presentes na Marinha do Brasil desde a primeira década do século XIX, a partir da instalação da Academia Real de Guardas-Marinha (1808). Nesta instituição de formação militar, transferida de Portugal para o Rio de Janeiro no processo de estabelecimento da Corte portuguesa no Brasil, no ano de 1808, os oficiais passavam por instruções nas disciplinas acadêmicas, artes do marítimo e exercícios militares e de embarque. Entre estas atividades, incluíam-se aulas práticas de manejo de armas brancas e de fogo, equitação e navegação em embarcações a vela, inicialmente com vistas ao desenvolvimento das habilidades necessárias para o serviço militar no período. Realizavam-se também apresentações lúdicas e encontros onde tais habilidades eram demonstradas, mas ainda sem formalização de competições (GARRIDO e LAGE, 2005).

¹ Os Jogos Mundiais Militares, idealizados pelo Conselho Internacional de Esportes Militares (CISM), maior autoridade em organização esportiva militar do mundo, ocorrem a cada quatro anos, no ano anterior ao dos Jogos Olímpicos de Verão, com primeira edição em 1995 em Roma (ITA), seguido de Zagreb (CRO) em 1999, Catânia (ITA) em 2003 e Hyderabad (IND), em 2007. Em 2010, ocorreu a primeira edição dos Jogos Mundiais Militares de Inverno no Vale de Aosta (ITA).

² A relação da Força Aérea Brasileira com o esporte é ainda bastante recente, uma vez que esta Força Armada foi criada somente em janeiro de 1941, através do Decreto-Lei nº 2.961, que estabelecia a criação do Ministério da Aeronáutica, efetivando a transferência de todos os militares que compunham a Arma de Aeronáutica do Exército e o Corpo de Aviação Naval para a subordinação daquele Ministério.

³ A Escola de Educação Física da *Liga de Sports da Marinha* foi fundada e entrou em atividade em 1925, formando sua primeira turma de monitores para atuação na Força em 1928. No ano de 1922, já havia sido criado o Centro Militar de Educação Física pelo Exército com funções de dirigir, coordenar e difundir o novo método de educação física (influenciado pela Escola Francesa) e suas aplicações desportivas, mas somente foi efetivamente instalado em 1929 formando militares e civis para atuação nas corporações militares e escolas da Educação Básica. Além disso, militares participaram do processo de organização da Escola Nacional de Educação Física e Desportos na Universidade do Brasil em 1939.

⁴ As transcrições de trechos dos documentos analisados respeitarão a grafia original da época.

No tempo das Marinhas a vela, as atividades físicas dos militares na MB relacionavam-se muito claramente ao preparo para o trabalho. As intensas atividades nas manobras de pano nos navios, os processos de preparação para as batalhas travadas ao longo do século XIX no Brasil (lutas de independência, batalhas regenciais), além dos treinamentos para as viagens de circunavegação, eram os responsáveis pela manutenção do preparo e da “robustez” física necessária aos serviços militares da época. Não se identificavam, naquele momento, preocupações com a sistematização ou regulamentação das atividades físicas ou de práticas esportivas. Entretanto, desde 1841, realizavam-se “desafios” em festividades marítimas entre os militares utilizando escaleres e baleiras para travessias entre a Fortaleza de São João e a Enseada de Botafogo, no litoral do Rio de Janeiro. Esse tempo do preparo físico garantido somente pelas manobras e atividades cotidianas da vida no mar chegou ao fim ainda no século XIX (GARRIDO, 2007).

As preocupações com a preparação física para as atividades do cotidiano militar já eram presentes nas escolas de formação de oficiais tanto do EB como da MB desde o século XIX, intensificando-se esse movimento na segunda metade do século. Conforme Decreto nº. 2.116, de 1 de março de 1858, que aprovou o regulamento que reformava as escolas de formação de oficiais do EB, os alunos dos cursos teriam em seus ensinamentos práticos aulas de tiro, equitação militar e “hipiátrica”, natação e esgrima.⁵ No mesmo ano, o Decreto nº. 2.163, de 1 de maio, reorganizou a Academia de Marinha tornando-a Escola de Marinha e, dentre suas reformulações curriculares, inseriu como item comum do currículo aos aspirantes de todos os anos a prática de esgrima uma vez por semana, ginástica uma vez por semana e natação duas vezes por mês e aos domingos

antes da missa.⁶ O Decreto nº 4.720, de 22 de abril de 1871⁷, regulamentou a Escola da Marinha mantendo a obrigatoriedade das práticas de atividades como esgrima, ginástica e natação em seus cursos. Percebe-se a aproximação dos militares não somente das atividades ginásticas, mas também de práticas que possibilitassem o desenvolvimento de habilidades fundamentais para o exercício militar no período, práticas que posteriormente passariam a ser realizadas também em caráter esportivo como a natação, a esgrima e a equitação.

Nesse processo de sistematização das atividades físicas e introdução de atividades esportivas no cotidiano dos militares da MB, ocorreu uma rápida aproximação com alguns esportes náuticos, como o remo. A partir de 1862, iniciou-se a realização de competições de remo organizadas pela Marinha do Brasil, tendo-se registro de regatas na Enseada de Botafogo com a participação de diferentes tipos de barco. Neste momento “deve ser considerada como relevante a adesão de importantes personalidades da Armada (Marinha), que passaram a exaltar o remo como uma prática louvável” (MELO, 2001: 67). No ano de 1863, realizaram-se regatas na Enseada de Botafogo (RJ) e, em 1865, destaca-se a realização da Regata Imperial no Rio Grande (RS), com assistência do Imperador D. Pedro II, em comemoração à rendição do General Estigarriba durante a Guerra do Paraguai (LICHT *et al*, 2005).

Apesar de ter sua prática já difundida na MB desde a década de 1860, o remo somente ganhou impulso entre a população civil do Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX, quando os obstáculos da tradição, como a predileção das elites pelo turfe e a questão do uso de poucas roupas com exposição de partes do corpo, necessárias aos esportes náuticos como o remo, passaram, pouco a pouco, a sucumbir aos ares de modernidade. Nestas novas perspectivas,

⁵ BRASIL. Decreto nº 2.116, de 1 de março de 1858. Aprova o Regulamento reformando os da Escola de Aplicação do Exército e do Curso de Infantaria e Cavalaria da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, e os estatutos da Escola Militar da Corte. Coleção de Leis do Império de 1858.

⁶ BRASIL. Decreto nº 2.116, de 1 de março de 1858. Reorganiza a Academia de Marinha em virtude da autorização concedida no parágrafo 3º do artigo 5º da Lei nº 862, de 30 de julho de 1856. Coleção de Leis do Império de 1858.

⁷ BRASIL. Decreto nº 4.720, de 22 de abril de 1871. Altera o Regulamento da Escola de Marinha, em virtude da autorização contida no § 18 art. 8º da Lei nº 1836, de 27 de setembro de 1870. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/conteudo/colecoes/legislacao/legimpcd-06/leis1871/pdf51.pdf#page=7>. Acesso 15 fev. 2011.

as atividades físicas e esportivas ao ar livre passaram a ser valorizadas como aspectos saudáveis e higiênicos, parte de um processo de modernização que englobava inúmeros outros aspectos (urbanísticos, econômicos, políticos) (MELO, 2006).

Esta virada de século marcou a popularização do remo na sociedade carioca. As regatas passaram a ser realizadas com maior frequência pela Marinha do Brasil, como nos anos de 1892, em homenagem ao Almirante Barroso, e 1893, em benefício das vítimas do Encouraçado *Solimões* (GARRIDO e LAGE, 2005; SOEIRO, 2003).

Em 1895, ocorreu uma tentativa de criação de entidade representativa dos clubes de remo, para organização das competições, com a união dos clubes Botafogo (1894), *Union de Cantioners* (1892), Luiz Caldas (1894), Gragoatá (1895) e Icarahy (1895) para este fim. No entanto, os dois primeiros anos foram sem atividades pela inexperiência dos envolvidos e baixa adesão de clubes (MELO, 2007). A partir de 31 de julho de 1897, sob a presidência do Capitão-Tenente da Marinha do Brasil Eduardo Ernesto Midosi, oficializou-se a criação da União de Regatas Fluminense (URF) com a entrada de outros três clubes: o Clube de Regatas do Flamengo (1895), Grupo de Regatas Praia Vermelha (1896) e Veteranos do Remo (1894). O papel do oficial na direção desta instituição foi fundamental para a coordenação de suas atividades, ficando na presidência até 1906. Em 5 de junho de 1898, realizou-se o “Primeiro Campeonato Náutico Brasileiro”, na enseada de Botafogo – RJ, organizado pela URF, tendo em sua plateia o Presidente da República Prudente de Moraes (LICHT *et al*, 2005).

A União de Regatas Fluminense, três anos após sua fundação, passou por uma reformulação e teve sua nomenclatura alterada para Conselho Superior de Regatas (2 de março de 1900). Essa mudança ocorreu por uma tentativa deste Conselho de dominar as sociedades de regatas, controlando

a organização do remo nacional, mas este objetivo recebeu muita resistência de entidades que regulamentavam o esporte em outras regiões do país.⁸ No entanto, a tentativa persistiu com a alteração, em 29 de novembro de 1902, de seu nome para “Federação Brasileira de Sociedades de Remo” (FBSR), reforçando a perspectiva unificada do remo nacional almejado pela instituição carioca (REEBERG, 2007). Esta estrutura organizacional revela a significância do remo no processo de criação de entidades regulamentadoras do esporte no País, uma vez que “se o turfe estabeleceu pioneiramente os parâmetros do que deveria ser a organização esportiva, o remo reformulou-a e aperfeiçoou-a” (MELO, 2007: 140).

Os militares da Marinha do Brasil tiveram atuação direta no processo de organização de outro esporte náutico: a vela. Já praticada entre os militares da instituição desde o século XIX como forma de treinamento das habilidades navais, somente em 1906 efetivou-se a criação do primeiro clube da modalidade, o *Yacht Club Brasileiro*, tendo como seu primeiro Comodoro (equivalente a um diretor ou presidente) o então Ministro da Marinha Almirante Alexandrino Faria de Alencar. O ministro ordenou a criação de uma competição de vela que levasse seu nome para chamar a atenção dos jovens praticantes do esporte para as “coisas do mar” (GARRIDO, 2007: 81).

Como foi possível destacar até aqui, a Marinha do Brasil participou do processo de difusão e regulamentação de modalidades como remo e vela no Rio de Janeiro. Sua atuação, através de oficiais engajados na causa esportiva, contribuiu para a divulgação da prática com as organizações de regatas, auxiliando na difusão dos esportes entre o público em geral. Muitas praças e oficiais da Marinha passaram a se envolver na prática esportiva competitiva, inicialmente fora de suas organizações militares, já que não existia uma regulamentação ou entidade esportiva no interior da MB.

⁸ O código do Conselho Superior de Regatas apontava como objetivos representar o esporte náutico brasileiro, defendendo seus interesses e promovendo seu engrandecimento. Propõe a abrangência do código a todos os clubes de regatas existentes no País, desde que suas propostas fossem integralmente aceitas. No entanto, com a existência de instituições regulamentadoras do esporte em outros estados, como o Comitê de Regatas do Rio Grande do Sul, criado em 1894, e clubes que não manifestavam interesse em ter um Conselho regulamentador fora de seus estados, esta tentativa de unificação do controle do remo não teve o sucesso esperado pelos idealizadores.

A questão da Educação Física também ganhou espaço na Força seguindo as discussões que povoavam este campo no início do século XX e a nova estruturação interna da MB que se iniciou ainda na primeira década daquele século. O processo de modernização nas Marinhas ao longo do século XIX e a introdução da tecnologia a vapor nas guerras no mar introduziram novas discussões sobre o preparo físico e técnico do pessoal de bordo. Os projetos de modernização da MB, efetivados a partir de 1906 sob as ações do Ministro da Marinha Almirante Alexandrino Faria de Alencar⁹ retomando algumas propostas de seu antecessor, Almirante Júlio César de Noronha, levantaram necessidades de outras formas de treinamento dos marinheiros para a manipulação dos novos tipos de maquinário que compunham os navios, além do aumento do número de profissionais necessários para as atividades de bordo (ALMEIDA, 2010).

Neste panorama de discursos e ações defendendo a modernização na Marinha, não somente no campo técnico, mas também no preparo de pessoal, iniciaram-se discussões da necessidade da introdução das atividades *gymnásticas* regulares na instituição, baseando-se na argumentação de preparar os marinheiros para este serviço mais especializado no interior dos navios, agora não restrito às manobras de pano, destacando o preparo do físico como ponto fundamental. Em 1910, foi publicado artigo na *Revista Marítima Brasileira* propondo a criação de uma Escola de *Gymnastica* no Corpo de Marinheiros que teria como alunos sargentos e cabos em um curso com parte teórica e prática, saindo estes diplomados como monitores de ginástica com responsabilidade de divulgar os jogos e a ginástica sueca pelas escolas e navios da Marinha do Brasil.¹⁰ Esta preocupação com a condição física dos militares passou a se intensificar ao longo da primeira década do século XX, mas tal proposta de sistematização da Educação Física só seria concretizada cerca de 15 anos depois, no ano de 1925.

Mesmo apresentando inicialmente aproximações de práticas esportivas náuticas, os militares da MB não ficaram de fora do esporte, que garantiu grande espaço no País no início do século XX: o *football*. Já se registrava a existência de alguns *clubs* de *football* dentro da Marinha que realizavam partidas com outros *clubs* da cidade, inicialmente como prática de lazer, participando inclusive de partidas com equipes estrangeiras em momentos de visitas navais. As edições da Revista *Careta*, de 12 e 19 de setembro de 1908, por exemplo, publicaram uma sequência de 11 fotos em montagens reservando três páginas (duas no dia 12 e uma no dia 19) para relatar “A festa dos inferiores da Armada brasileira aos da portuguesa” na Fortaleza de Villegagnon, “os exercícios e assaltos d’armas pelos *officiaes* inferiores e marinheiros nacionais” e o *football* entre estes grupos de militares. Destaca-se a importância destes relatos por serem identificados cerca de sete anos antes das primeiras iniciativas da criação de uma liga esportiva dentro da Marinha.¹¹

Os diferentes esportes praticados por integrantes da Marinha ou apoiados por ela já eram noticiados em periódicos mesmo antes de se institucionalizar a prática do esporte e da atividade física na Força, fato só ocorrido em 1915 com a criação da *Liga de Sports da Marinha*. Essa relação entre esporte e militares da Marinha se estendeu ao longo do início do século XX. Ampliou-se o envolvimento da instituição com a prática esportiva por intermédio de seus militares que formavam grupos para disputas de partidas de futebol, regatas a remo e a vela, além das tradicionais atividades de equitação e tiro, já largamente praticadas dentro das FFAA como forma de desenvolvimento de habilidades funcionais. Os grupos de militares da Marinha chegaram a participar das primeiras competições oficiais de um esporte norte-americano introduzido no período inicial do século no Brasil: o basquetebol. No ano de 1915, o Corpo de Marinheiros

⁹ Alexandrino Faria de Alencar ocupou a pasta do Ministério da Marinha em três momentos: entre 1906 e 1910, 1913 e 1918, 1922 e 1926.

¹⁰ COLONIA, Alfredo. Introdução das atividades *gymnásticas* na Marinha do Brasil. *Revista Marítima Brasileira*, 4^o bimestre de 1910, p. 7-16. Departamento de História da Marinha – DPHDM.

¹¹ *Revista Careta*, 19 de setembro de 1908, p. 24 e 25; *Revista Careta*, 12 de setembro de 1908, p. 13. Biblioteca Nacional.

Nacionais de Villegagnon participou do 1º Campeonato de Basquetebol realizado no Brasil sob organização da Associação Cristã de Moços (ACM). Esta participação teria sido uma das motivações para o processo de criação de uma representação esportiva na Marinha, até aquele momento inexistente (GARRIDO e LAGE, 2005).

A FUNDAÇÃO DA LIGA DE SPORTS DA MARINHA: ORGANIZAÇÃO E PROMOÇÃO DAS PRÁTICAS ESPORTIVAS

O processo de estruturação e regulamentação de entidades esportivas e clubes ampliou-se significativamente no País na década inicial do século XX. A necessidade de criação de instituições para reger a organização do esporte, tendo uma grande diversidade de modalidades e clubes surgindo a cada momento, tornava-se cada vez mais emergente. Já se destacavam, neste momento, entidades diretivas de modalidades como remo (Federação Brasileira de Sociedades de Remo) e futebol (Liga Metropolitana de *Sports Athletics*).

Estes processos de institucionalização da prática dos esportes chegaram também às FFAA. Como destacado, apesar de inúmeros esportes já serem praticados corriqueiramente entre praças e oficiais da Marinha, até 1915 não existia nenhuma forma de regulamentação institucional destas práticas. Preocupados em centralizar estes jogos e ampliar para outras modalidades, um grupo de oficiais se reuniu na sala de conferências do Clube Naval, Avenida Rio Branco, em 25 de novembro de 1915, para a fundação de uma entidade diretora de esportes navais, que recebeu o nome de *Liga de Sports da Marinha* (LSM). Já na reunião de fundação foram definidos os responsáveis pelas funções administrativas da entidade. O Capitão de Corveta Adalberto Nunes, por indicação dos presentes, foi nomeado Diretor-Presidente da LSM, sendo acompanhado pelo Capitão-Tenente Alberto de Lemos Basto na função de Diretor-Se-

cretário e o Primeiro-Tenente Alfredo Sinay para Diretor-Tesoureiro. O pavilhão da Liga também foi tema de discussão nesta primeira reunião, ficando a cargo do Primeiro-Tenente Gustavo Goulart a elaboração de opções para a “bandeira” já neste primeiro encontro. As propostas foram analisadas pelos presentes e votou-se pela adoção por escolha da maioria da “bandeira constituída por uma âncora vertical feita a risco preto sobreposta com um salvavidas circular vermelho, sobre o qual se vêm em preto as iniciais do nome da Liga, estando este conjunto sobre um campo branco”.¹²



Imagem 1: Rascunho da bandeira da *Liga de Sports da Marinha* escolhida pelos presentes na reunião de fundação e de autoria do Primeiro-Tenente Gustavo Goulart¹³

A LSM passou, a partir daquela data, ser a entidade responsável pela organização, promoção e divulgação da prática esportiva na MB. Como atividades iniciais, realizou a programação de competições internas de natação, *water polo* e futebol, como instrumento para divulgação da LSM; comunicação oficial às autoridades navais superiores da criação da Liga; e solicitação ao Sr. Ministro da Marinha para assumir a direção dos *sports de bordo*, conforme registrado na ata da 1ª Sessão da *Directoria*, realizada em 16 de dezembro de 1915 na sala de confe-

¹² "Reunião de oficiais para fundação da Liga de Sports da Marinha". Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha – Volume I – Anexo I, p. 01 e p. 01v. Comissão de Desportos da Marinha.

¹³ "Reunião de oficiais para fundação da Liga de Sports da Marinha". Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha – Volume I – Anexo I, p. 02 anexo. Comissão de Desportos da Marinha.

rências do Clube Naval.¹⁴ No entanto, sua regulamentação institucional só foi efetivada em janeiro do ano seguinte. Segundo publicação em Ordem do Dia nº 1, de 4 de janeiro de 1916,¹⁵

Sr. Chefe de Estado Maior da Armada, declaro-vos, para fins convenientes, que, aprovados os intuitos da Liga de Sports da Marinha, fundada por oficiais com o fim de concorrer para o desenvolvimento físico do pessoal da Armada, por meio dos jogos e exercícios, com campeonatos anuais, resolvi permitir que a citada Liga se corresponda com as autoridades da Marinha, em relação ao que for necessário a seus fins, e que as autoridades lhe facilitem os meios de acção, sem prejuízo para o serviço, fazendo-se os jogos sob direção da referida Liga e seus representantes nos navios, corpos, estabelecimentos, ficando a acção destes últimos sujeita a aprovação dos respectivos comandantes. Saúde e fraternidade. Assignado Alexandrino Faria de Alencar.

As definições sobre a estrutura e organização da LSM foram efetivadas na primeira reunião de diretoria, onde ocorreu a nomeação dos responsáveis pelos diferentes jogos que seriam coordenados pela Liga. Para dirigir os “Serviços de Remo” foi convidado o Capitão de Corveta Amphilóquio Reis; para os “Serviços de Vela”, o Primeiro-Tenente Eleazar Tavares; e para os “Serviços de *Football*”, o Segundo-Tenente Benjamim Sodré¹⁶, ficando ele também responsável de realizar combinações para utilizar campos particulares pela LSM. O Primeiro-Tenente Gustavo Goulart, autor do pavilhão da Liga, recebeu a responsabilidade de realizar estudos para a construção de um campo de *football* na Ilha das Cobras e, havendo a possibilidade

espacial, combinar a cessão do espaço com o engenheiro chefe do novo arsenal, sendo construído naquela ilha.¹⁷

Podemos perceber uma atuação em diferentes modalidades esportivas neste momento, envolvendo, além do *football*, os esportes aquáticos de remo, vela, *water polo* e natação, tradicionalmente praticados por militares da Marinha do Brasil. Entre os anos de 1915, o ano de fundação da Liga, e 1940, quando foi extinta para a criação do Departamento de Educação Física da Marinha, registraram-se organizações de competições e participação de equipes pela LSM em diferentes modalidades esportivas. Os registros para o período entre 1915 e 1928 evidenciam o quadro de modalidades institucionalizadas na Marinha, a partir das ações da LSM na organização de competições, fomenta de participação e divulgação. As competições eram realizadas entre os grupos esportivos que representavam os navios e organizações militares de terra da Marinha, entre estes grupos e equipes do Exército Brasileiro, também registrando-se participações em disputas com equipes civis. Destacam-se, neste período, a realização de campeonatos anuais em diferentes modalidades: Campeonatos de Vela; Concurso Aquáticos (campeonato individual de natação, prova para aprendizes-marinheiros 100m, prova oficiais 200m, prova aspirantes 200m, prova suboficiais 200m, prova de saltos praças, prova de arremesso de bola de *water polo* para praças, prova de mergulho em tempo para suboficiais, prova de mergulho em tempo para praças); Campeonato de Natação; Campeonato Acadêmico de Escolas Superiores (Escola Naval e Escola Militar) com provas de *water polo* e natação; Campeonato de Remo; Campeonato de *Water Polo*; Campeonato de Futebol; Disputa da Taça Flamengo – competição entre Exército e Marinha (futebol, cabo de guerra, corrida de estafetas); Campeonato de Retinidas; Campeo-

¹⁴ “1ª Sessão da Directoria de 16 de dezembro de 1915”. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha – Volume I – Anexo I, p. 01v e 02. Comissão de Desportos da Marinha.

¹⁵ Ordem do Dia do Ministério da Marinha nº 1, de 04 de janeiro de 1916. Arquivo da Marinha.

¹⁶ Benjamin Sodré, também conhecido como Mimi Sodré, foi jogador de futebol e representou, entre 1910 e 1916, o América, o Botafogo e a Seleção brasileira.

¹⁷ “2ª Sessão da Directoria de 20 de dezembro de 1915”. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo I, p. 02v e 03. Comissão de Desportos da Marinha.

nato de *Cross Country*; Prova Anual de 40km a pé (categorias: oficiais, aspirantes, suboficiais); Competição de Atletismo entre navios e corpos; Campeonato de Cabo de Guerra; Campeonato de Basquetebol; Torneio de Esgrima (sabre – oficiais e aspirantes; florete – oficiais e aspirantes); Campeonato de tiro entre navios e corpos da Marinha (oficiais, suboficiais e praças); Festival do Abrigo do Marinheiro (corrida de estafetas, cabo de guerra, natação, pega de pato).¹⁸

Estes registros evidenciam uma preocupação institucional em se manter as determinações dos círculos hierárquicos (oficiais, suboficiais e praças), elemento fundamental na estrutura do militarismo, na organização das competições esportivas. Ao se estabelecer o regulamento para as competições, eram comumente idealizadas categorias distintas para oficiais, suboficiais e praças, mantendo a estrutura hierárquica como definição da participação esportiva. Com esta organização, evitava-se não somente que oficiais e praças, por exemplo, competissem uns contra os outros, mas também que competissem lado a lado nos esportes coletivos. A questão da composição mista de equipes, com oficiais e praças, foi tema de debate constante na Liga desde suas primeiras reuniões. Na ata da 2ª Assembleia de Representantes, de 27 de dezembro de 1915, registrou-se o processo de organização das primeiras competições, definindo-se a criação de categorias para oficiais, suboficiais e praças nas competições de natação, remo e vela. Para as competições de *water polo* e futebol, levantaram-se questões sobre a composição mista das equipes, havendo grupos a favor e contra. Sobre isso, o Diretor-Secretário Capitão-Tenente Alberto de Lemos Basto, informa que

(...) a intenção da Directoria é estabelecer logo que possa os cam-

peonatos de foot ball e water polo e que, para permitir que todos os navios tomem parte nestes jogos se estabelecer campeonatos separados para officiaes, sub officiaes e praças o que, ao menos ao principio, não e possível, pensa propor que o campeonato de football seja desde já estabelecido para as praças (...)¹⁹

Esta discussão foi retomada em alguns momentos ao longo da vida da LSM, mas observando os registros de organização e de resultados com a manutenção das provas distintas para praças e oficiais ao longo da década de 1920, percebe-se a sustentação das ideias de separação baseadas nos círculos hierárquicos.

Outra característica identificada nos documentos quanto à organização da LSM era o fato de a cada ano serem realizadas eleições com voto individual entre os sócios para seleção daqueles que ocupariam as funções diretivas da instituição, nos cargos de diretor-presidente, diretor-tesoureiro e diretor-secretário, assim como os suplentes. Este processo era realizado durante as Assembleias Gerais, como registrado em Ata da 1ª Assembleia Geral de 20 de novembro de 1916 para a escolha do corpo diretivo para o ano de 1917.²⁰ Apesar do processo “democrático” de escolha, somente poderiam se candidatar aos cargos de direção os sócios da Liga que, por sua vez, eram compostos por oficiais e guardas-marinha, conforme determinações definidas ainda em 1915.²¹ Desta forma, encontravam-se fora do processo de organização esportiva e definição de regras e prioridades todos os demais integrantes da Força (marinheiros, cabos, sargentos e suboficiais), sendo-lhes permitida apenas a participação nas competições desde que devidamente autorizada por seus comandantes.

¹⁸ Cf. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha – Volume I – Anexo I (1915-1920) Comissão de Desportos da Marinha; Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha – Volume I – Anexo II (1920-1922) Comissão de Desportos da Marinha; Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha – Volume I – Anexo III (1922-1924) Comissão de Desportos da Marinha; Livro Registro de Competições (1923-1928) Comissão de Desportos da Marinha.

¹⁹ “2ª Assembleia de Representantes, de 27 de dezembro de 1915”. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha – Volume I – Anexo I, p. 4. Comissão de Desportos da Marinha.

²⁰ “1ª Assembleia Geral de 20 de novembro de 1916”. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha – Volume I – Anexo I, p. 22v e 23. Comissão de Desportos da Marinha.

²¹ “1ª Assembleia de Representantes de 24 de dezembro de 1915”. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha – Volume I – Anexo I, p. 3 e 3v. Comissão de Desportos da Marinha.

Na década de 1920, a estrutura da Liga incorporou mais duas diretorias: a Diretoria de *Sports Terrestres* e Diretoria de *Sports Aquáticos*, também com cargos eletivos pelos sócios. Existem extensos relatos de correspondência entre os navios e corpos da Marinha informando seus representantes, sendo estes os responsáveis por divulgar as atividades esportivas entre os interessados em suas Organizações Militares. Relatam-se correspondências entre clubes e instituições esportivas da cidade do Rio de Janeiro com notificações sobre mudanças na diretoria, convites para participação em eventos esportivos e solicitações de espaços para realização de competições. Estas trocas de correspondências e informações evidenciam a efetiva inserção da LSM no panorama esportivo da cidade do Rio de Janeiro, sendo reconhecida como instituição de organização esportiva pelas demais.

Apesar de atuar ativamente na organização esportiva e difusão dos benefícios das atividades físicas e esportivas para os militares e em eventos esportivos de inúmeros clubes do Rio de Janeiro, a LSM ainda enfrentava algumas barreiras de aceitação dentro da Força. Em relato registrado na ata da primeira sessão da diretoria do ano de 1921, realizada no dia 4 de janeiro de 1921, destaca-se o recebimento de “Carta do representante do *C. Republica* de 24 de dezembro p.p., comunicando que o navio deixa de tomar parte nas provas da Liga porque seu comandante é contra a prática de taes exercicios”.²²

A participação de militares da Marinha do Brasil em competições esportivas militares e civis alcançou os patamares de representação nacional ainda na década de 20. Nos Jogos Olímpicos da Antuérpia em 1920, primeira participação do Brasil no evento, a Marinha do Brasil estava representada por um número significativo de militares.

A equipe de *water polo* alcançou a sexta colocação na competição e tinha sua equipe composta quase totalmente por militares da Marinha, além de representantes também na equipe de natação (DACOSTA, 2005).

Mesmo com esta representatividade esportiva, tanto no meio militar como no civil, as ligas esportivas militares não tinham filiação à Confederação Brasileira de Desportos (CBD), entidade nacional de organização dos esportes naquele momento. Até 1922, a *Liga de Sports da Marinha* e a *Liga de Sports do Exército* (LSE)²³ participavam das competições organizadas pela entidade na condição de convidadas. A partir deste ano, identifica-se uma aproximação maior da CBD das ligas militares pelas necessidades de apoio na organização dos Jogos Esportivos do Centenário,²⁴ entrando em pauta no contexto das relações entre as Ligas Militares e a CBD uma importante discussão sobre a situação destas em comparação às demais ligas e clubes existentes no País. Durante os meses de abril e maio de 1922 registraram-se debates sobre a participação dos esportistas militares nas competições promovidas pela CBD, sendo-lhes vetado tomar parte em alguns jogos nacionais por serem estes exclusivamente para entidades federadas. A LSM e LSE resolveram, em acordo, pleitear junto à CBD a “questão do amadorismo das praças” e apresentar um projeto ao Conselho da instituição visando a um acordo sobre o devido reconhecimento de suas atividades e esportistas. Após a apreciação da proposta, efetivou-se em 3 de julho de 1922 a assinatura do acordo de filiação das Ligas Militares (LSM e LSE) à CBD.²⁵

Ainda no ano de 1922, como parte do processo de preparação para os Jogos do Centenário, a LSM aprovou a contratação de técnicos para esgrima, atletismo, natação e saltos d’água. As contratações de técnicos

²² “Sessão da Diretoria de 4 de janeiro de 1921”. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha – Volume I – Anexo II Comissão de Desportos da Marinha.

²³ O Exército Brasileiro criou em 1915 sua primeira entidade diretiva dos esportes com o nome de *Liga Militar de Football*. Em 1920, seu nome foi alterado para *Liga de Sports do Exército* (LSE), mas não foram registradas novas modalidades na Liga, mantendo o foco no futebol. Somente a partir de 1922, com seu envolvimento da organização dos Jogos Esportivos do Centenário, outras modalidades passaram a ser inseridas nas atividades organizadas pela LSE.

²⁴ Jogos Esportivos do Centenário ou Jogos Olímpicos Latino-Americanos foram realizados no ano de 1922, na cidade do Rio de Janeiro, dentro do quadro de atividades comemorativas ao centenário da Independência do Brasil.

²⁵ “Sessão da Diretoria de 16 de maio de 1922” e “Sessão da Diretoria de 12 de julho de 1922”. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha – Volume I – Anexo II. Comissão de Desportos da Marinha.

estrangeiros para estes cargos foram tratadas em parceria com as representações do País em outras regiões, através de adidos navais, e instituições estrangeiras com sedes no Brasil como a Associação Cristã de Moços. O primeiro profissional a ter contrato firmado com a LSM foi o norte-americano Hebdem Corsam para ocupar a função de treinador de natação e saltos e teve sua contratação mediada pela Associação Cristã de Moços do Rio de Janeiro e Nova York, sendo seu contrato com a LSM assinado pelo Sr. H. Sims, da ACM-Rio, representante jurídico no Brasil deste treinador. Também com auxílio desta instituição foi efetivada a contratação do professor de atletismo, o também norte-americano Robert Fowler. Já o professor de esgrima, o italiano Giovanni Abita, foi contratado por intermédio do adido naval em Roma.²⁶

Após a chegada destes professores, instituíram-se aulas fixas semanais de natação e atletismo para praças que seriam preparados para as competições esportivas, formalizando o processo de treinamento para as práticas esportivas e não somente as organizações de competições na MB. Na ata da sessão da diretoria de 15 de março de 1922, por exemplo, destaca-se a informação de que “já se acha no Rio de Janeiro o Sr. Hebdem Corsan, treinador de natação contractado pela LSM com o qual já se combinou um horário de treino para aspirantes e praças no banheiro da I. das Enxadas”.²⁷ Com estas novas tendências sendo incorporadas às ações da *Liga de Sports da Marinha*, iniciou-se um processo de formulação de propostas de criação de uma Escola de Educação Física. O projeto foi enviado ao Ministro da Marinha Veiga Miranda que manifestou interesse e ordenou estudos para sua implantação (GARRIDO e LAGE, 2005).

No ano seguinte, os estatutos da Liga foram aprovados pelo Ministério da Marinha, conforme Aviso nº 3.622, de 14 de agosto de

1923.²⁸ Neste documento, o Ministro da Marinha Almirante Alexandrino Faria de Alencar aprovava os estatutos, revistos, ficando a Liga responsável pela direção de esportes e pelas representações esportivas da Marinha em competições nacionais e internacionais. Recomendava também que as autoridades administrativas da Marinha apoiassem com simpatia as práticas de diferentes esportes como forma de recreação para a guarnição e seu desenvolvimento físico. Estabelecia, ainda, a obrigatoriedade de existência de um oficial em cada estabelecimento, corpo ou navio encarregado dos esportes e elemento de ligação entre a Liga e o respectivo comandante ou diretor.²⁹

Após 15 anos da primeira sugestão de criação de uma Escola de Educação Física na Marinha, foi criada em 1925 a Escola de Educação Física da *Liga de Sports da Marinha*, com funcionamento na Ilha das Enxadas. Seu regulamento foi aprovado pelo Ministro da Marinha Almirante Alexandrino de Alencar e publicado em Ordem do Dia nº 59 do Estado-Maior da Armada, de 24 de julho de 1925 e determinava que

Art. 1 – A Escola de Educação Physica da LIGA DE SPORTS DA MARINHA tem por fim reparar Monitores de Athletismo para effectuarem na Marinha Nacional na qualidade de auxiliares de officiaes ou mestres, encarregados deste serviço, e como um meio de promover a cultura physica do respectivo pessoal e o ensino da technica dos jogos sportivos.

Art. 2 – O curso durará dous annos e comprehenderá:
– Educação Physica
– Esgrima
– Natação e jogos aquáticos
– Jogos de Pista e campo
– Box
– Noções de anatomia e pedagogia

²⁶ “Sessão da Diretoria de 3 de fevereiro de 1922”, “Sessão de Diretoria de 13 de fevereiro de 1922” e “Sessão de Diretoria de 30 de março de 1922” – Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha – Volume I – Anexo II. Comissão de Desportos da Marinha.

²⁷ “Sessão da Diretoria de 15 de fevereiro de 1922” – Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha – Volume I – Anexo II. Comissão de Desportos da Marinha.

²⁸ Aviso do Ministério da Marinha nº 3622, de 14 de agosto de 1923. Arquivo da Marinha.

²⁹ ALBUQUERQUE, Jair. Os sports na Marinha de Guerra do Brasil. *Revista Marítima Brasileira*, 5ª bimestre de 1928, p. 525-542. Departamento de História da Marinha – DPHDM.

Art. 3 – São admissíveis à matricula marinheiros nacionaes, cabos e de 1ª classe, fuzileiros navaes cabos e sem graduação, que possuam qualidades especiaes de intelligência, mando e interesse pelo athletismo, no máximo de 12 por anno.

Art. 4 – Os alumnos aprovados terão como vantagem: nota em seus assentamentos mencionando a sua habilitação, uma designação própria ao par de sua companhia, as gratificações que competem aos especialistas e um distintivo em seus uniformes.

Art. 5 – As admissões, exames e classificações serão feitas segundo o estabelecimento quanto às praças que cursam a Escola de Auxiliares Especialistas.

Art. 6 – Os Monitores de Athletismo serão designados para, nessa capacidade, servirem nas Escolas, corpos e navios da Marinha.

Art. 7 – O Director da Escola será o Presidente da L.S.M. Os docentes serão os profissionaes contractados pelo Ministério da Marinha para dar instrucção subordinados à L.S.M. e um médico da Armada, designado pelo Ministério, para ensino de noções de anatomia.

Art. 8 – As funções de Director são gratuitas. Os professores contractados terão os vencimentos dos seus contractos.

Art. 9 – A Escola funcionará em local designado pelo Ministério da Marinha e sob a fiscalisação da autoridade por este designada.

Art. 10 – As aulas durarão de 1 de março a 31 de dezembro.

Art. 11 – O ensino será feito por meio de prelecções e trabalhos práticos, sendo estes em aula ou auxiliando os professores nos trabalhos de instrucção a atletas e competi-

dores destinados a tomar parte em jogos da L.S.M. ou externos.

Art. 12 – Os alumnos estarão isentos de qualquer outro serviço durante o curso.

Art. 13 – Os detalhes não comprehendidos neste regulamento serão estabelecidos pelo Director.

Disposições transitórias

1 a. No anno corrente a Escola funcionará logo que sejam designados os alumnos.

2 a. Os alumnos, no corrente anno, não excederão de 6.

Rio de Janeiro, 22 de Julho de 1925.

(Assignado) Alexandrino Faria de Alencar.³⁰

Como foi possível perceber na transcrição do Regulamento, o curso era composto por disciplinas como esgrima, natação, atletismo e boxe, sendo os técnicos estrangeiros contratados pela LSM, em 1922, os professores responsáveis por estas disciplinas. A Escola formou sua primeira turma de monitores em janeiro de 1928. Com a conclusão do curso, os novos monitores passavam a *Auxiliares-Especialistas em Educação Physica* (AE-E.Ph). Conforme determinado em Boletim do Ministério da Marinha nº 8, de 23 de fevereiro de 1928,

1. Os alumnos da Escola de Educação Physica, aprovados nos exames finais em 18 de janeiro de 1928, serão classificados de acordo com a referencia, como se segue:

a) os cabos marinheiros nacionaes serão incluídos na secção de AE-CM como Terceiro Sargentos AE-E.Ph.;

b) os cabos do R.F.N. serão transferidos para o Corpo de Marinheiros

³⁰ Ordem do Dia nº 59 do Estado-Maior da Armada, de 24 de julho de 1925. Arquivo da Marinha.

Nacionais e incluídos na referida secção, nas mesmas condições dos demais cabos constantes da alínea supra;

c) os marinheiros nacionais de 1ª classe continuarão nas mesmas companhias em que se acham, com a adicional "PE-E-Ph", sendo promovidos a cabo, em cuja classe farão um estágio de seis meses, afim de serem, então, incluídos na secção respectiva, na forma acima estabelecida.

2. Os especialistas de educação física gozarão das vantagens de curso profissional.

3. As funções dos monitores no exercício de especialidade, são equiparados a de ajudante de chefe de torre em navios tipo "Minas".

4. Os oficiais instructores e os sub-instructores, no efetivo desempenho de suas funções, terão direito as vantagens que, de acordo com o art. 50 do Regulamento da Escola de Auxiliares-Especialistas, competem aos instructores e sub-instructores daquela Escola.

5. Os sub-instructores no gozo de vantagem constante do item 4, perderão a gratificação de função prevista no item 3.1. - (a) Arnaldo Siqueira Pinto da Luz." ³¹

Após a criação da Escola de Educação Física e o processo de formação destes monitores e auxiliares, as atenções para as atividades físicas e esportivas se intensificaram. Já em 1926, antes mesmo da formação da primeira turma de AE-E.Ph, foi publicada uma determinação do Ministro da Marinha que tornou a Educação Física obrigatória. De acordo com o Noticiário da *Revista Marítima Brasileira* de dezembro de 1926, a determinação do ministro dizia que

será obrigatória nos navios da Esquadra e nos Corpos a prática dos

exercícios seguintes: diariamente, pela manhã, gymnastica de corpo livre; nos tempos permitidos pelas praxes já estabelecidas, remo, natação, water-polo, corrida a pé, box, tiro ao alvo e basket-ball. O comparecimento às provas de remo, vela, natação e tiro ao alvo será obrigatória para todos os navios e corpos.³²

A partir desta determinação, a prática esportiva passou a ser não somente uma atividade recreativa, como nos anos iniciais de atuação da *Liga de Sports da Marinha*, mas sim um compromisso dos militares tanto nos treinamentos diários como nas competições internas promovidas entre os navios e corpos da Marinha do Brasil.

CONCLUSÃO

A relação do esporte com a Marinha se desenvolveu acompanhando as tendências esportivas no Brasil. A aproximação de seus militares da prática de diferentes modalidades estimulou a criação de uma entidade que organizasse a participação dos integrantes da MB nas competições esportivas promovidas pelos clubes, principalmente do Rio de Janeiro, e efetivasse ações para promoção de tais atividades na Força.

A criação da *Liga de Sports da Marinha* marcou o início da formalização das práticas esportivas na MB, inaugurando uma fase intensa de organização de competições nas mais diversas modalidades já praticadas no País naquele momento. Esta fase perdurou por 25 anos até sua extinção para a criação, em 1940, do Departamento de Educação Física da Marinha, que passou a assumir as atribuições da Liga.

Não se pode deixar de destacar a significativa contribuição da LSM no processo de introdução e institucionalização da prática e da formação em Educação Física na Força, com a proposta e fundação da Escola de Educação Física da *Liga de Sports da Marinha* que formou profissionais durante décadas, desde sua primeira

³¹ Boletim do Ministério da Marinha nº 8 de 23 de fevereiro de 1928. Arquivo da Marinha.

³² Noticiário. *Revista Marítima Brasileira*. 5º bimestre de 1926, p. 585-586. Departamento de História da Marinha – DPHDM.

turma diplomada em 1928, para a atuação nos navios e corpos da Marinha na função de instrutores.

Este processo de aproximação da Marinha do Brasil com o esporte e suas ações neste campo ainda necessitam de maiores atenções para que se possa detalhar como este fenômeno se desenvolveu no interior da Força, assim como sua relação com a instituição e os entraves encontrados para a realização das atividades, sejam eles políticos, econômicos ou sociais. Este trabalho

compreende apenas observações e discussões iniciais sobre as atividades da Marinha do Brasil no campo esportivo, apresentando suas primeiras ações e os principais grupos de militares envolvidos no desenvolvimento e estímulo às práticas esportivas na instituição e é parte de um estudo mais aprofundado, ainda em desenvolvimento, que visa a debater as relações estabelecidas pelos militares com o esporte e a Educação Física no Brasil nos anos finais do século XIX e ao longo do século XX.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Sílvia Capanema P. de. A modernização do material e do pessoal da Marinha nas vésperas da revolta dos marujos de 1910: modelos e contradições. *Revista Estudos Históricos*, Vol. 23, nº 45, p. 147-169. Rio de Janeiro: Jan-Jun de 2010.

DACOSTA, Lamartine P. Quem fez acontecer: os militares. In: _____. *Atlas do Esporte do Brasil*. Rio de Janeiro: Shape, 2005, p. 870-871.

GARRIDO, Fernando Antônio. A Regata Escola Naval: do lazer à performance, um grande espetáculo. In: *Revista de Villegagnon – Revista Acadêmica da Escola Naval*. nº 2. Vol II, 2007.

GARRIDO, Fernando; LAGE, Ângela. O Esporte na Marinha do Brasil. In: DaCosta, L.P. *Atlas do Esporte do Brasil*. Rio de Janeiro: Shape, 2005.

LICHT, Henrique et al. Remo. In: DaCosta, L.P. *Atlas do Esporte do Brasil*. Rio de Janeiro: Shape, 2005 p. 213- 215.

MELO, Victor. *Cidadesportiva: Primórdios do Esporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

_____. Remo, modernidade e Pereira Passos: primórdios das políticas públicas de esporte no Brasil. *Esporte e Sociedade*, nº 3, jul-out, 2006.

_____. *Dicionário do Esporte no Brasil no final do século XIX e início do século XX*. Campinas: Autores Associados, 2007.

SOEIRO, Ricardo Souza Pinto. *A Contribuição da Escola de Educação Física do Exército para o Esporte Nacional 1933-2000*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Motricidade Humana – Universidade Castelo Branco, Rio de Janeiro, 2003.

REEBERG, Wilson. *História da Confederação Brasileira de Remo: das raízes à fundação*. Confederação Brasileira de Remo – julho de 2007. Disponível em: http://www.cbr-remo.com.br/files/a_cbr.asp?acbr_key=1. Acesso 5 maio 2010.



Comunicação

Conferência proferida no I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, realizado em Paraty (RJ), em 13 de maio de 2011.

As frustrações do pastor Jodocus – Uma malograda empresa mineira dos holandeses no sertão paraibano¹

Benjamin Nicolaas Teensma

Pesquisador holandês; Professor Emérito da Universidade de Leiden.

Os principais produtos do Brasil nos séculos XVI e XVII foram o açúcar e o pau-brasil, e dos países andinos foi a prata. A maior mina da América Latina achou-se em Potosí, no Alto Peru, atualmente na República da Bolívia. Esse produto foi transportado pelo Oceano Pacífico a Panamá, levado por mulas a Porto Bello, na costa do Mar das Antilhas, e seguidamente embarcado nos navios das anuais frotas de prata que o comboiaram à Espanha. A tomada dessa frota no ano de 1628 pelo Almirante holandês Pedro Hein proporcionou à Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais os capitais suficientes para armar em 1629 a armada que lhe foi conquistar em 1630 a mais rica zona açucareira brasileira: Pernambuco, que ficaria colônia holandesa até ao ano de 1654.

Uma vez que havia minas de prata na zona ocidental da América do Sul, tanto os portugueses como os holandeses saíram da hipótese de que as havia também na zona oriental, ou seja, no Brasil. Para provar tal hipótese até se desenvolveram atrevidas teorias científicas, como a que em 1634 foi formulada pelo elo cavaleiro português Luiz Álvares Barriga:²

Debe habere em esa tierra mucho oro y mucha plata porque, siendo el sol el padre que engendra los meta-

les em la tierra, cosa es evidente que la fuera afecta a producirlos que, cuanto fuere más oriental, los creará em más abundancia e más perfectos. Conforme esta razón, el Peru y la tierra de la Provincia del Brasil es todo continuo. El Peru produce mucho oro y mucha plata, la tierra del Brasil es mucho ás oriental, luego se sigue que debe también producir mucho oro y mucha plata.

Os holandeses no Brasil interessaram-se em primeiro lugar pelo açúcar, que obtiveram por roubo, corso, confiscação e comércio, e só parcialmente pela própria atividade agrícola. De resto, o produto fazia-se raro quando, em julho de 1645, estalou a rebelião dos moradores portugueses, que lhes cortou o acesso às principais zonas de produção no interior de Pernambuco. Foi então que intensificaram suas atividades na procura de minas de prata nos territórios que ainda ficaram sob controle da Companhia, concretamente na Paraíba, no Rio Grande do Norte, e no Ceará. As iniciativas holandesas de encontrar minas de prata nos territórios por eles dominados foram amplamente estudados por Alfredo de Carvalho no artigo “Minas de ouro e prata no Brasil; explorações holandesas no século XVII”.³

¹ Este artigo foi publicado também na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, nº 40, setembro de 2007.

² Luiz Álvares Barriga. Página 239 das “Advertencias y Propuesta”, in: *Anais da Biblioteca Nacional* 69, Rio de Janeiro 1950: 232-311.

³ *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano* 11, 1904: 769-782. Reimpresso in: Alfredo de Carvalho, *Aventuras e aventureiros no Brasil*, Rio de Janeiro, 1999, 46.

Nesse artigo, um dos mais bem documentados episódios é a exploração da suposta mina de prata realizada pelo predicante calvinista e pretense geólogo Jodocus van Stetten no ano de 1645, com a ligeira retificação de que Alfredo de Carvalho opinou que essa mina se achasse nas cabeceiras do Rio Cunhaú ou Curimataú, no Rio Grande do Norte, ao passo que o estudo mais cuidadoso dos originais da documentação existente revela que o sítio dela se achava sobre um afluente do Rio Paraíba.

Sobre esse predicante geólogo falta o estudo biográfico definitivo. Numa carta de dezembro de 1637, o austero pastor Vicente Joaquim Soler o contou entre os colegas “escandalosos”, qualificando-o de “bêbado, desmiolado e incapaz”.⁴

Recentes publicações como o livro de F. L. Schalkwijk de 1998 sobre a Igreja Reformada no Brasil Holandês⁵ já fornecem mais detalhes sobre suas atividades. Dele colhemos que Jodocus van Stetten, natural da cidade de Stwttin/Szczecin sobre o Rio Oder na Pomerânia – atualmente na Polônia –, chegou ao Brasil em 1632, que serviu a Companhia das Índias Ocidentais como predicante do exército em vários lugares como na Paraíba em 1635, nas fortalezas do Pontal do Cabo de Santo Agostinho em 1644 e Maurício sobre o Rio São Francisco em 1647.

Que em abril de 1645 enviuvou de sua esposa Margarida de quem teve cinco filhos, e que depois voltou a casar-se com uma mulher chamada Raquel. Que em 1645 recebeu da Companhia a ordem de se dirigir ao Sertão de Sararu/Sacaru/Sucuru a explorar uma suposta mina de prata, e que no fim do dito ano, depois da eclosão da revolução dos moradores portugueses do Brasil Holandês em junho de 1645, foi encarregado duma missão diplomática entre os Tapuias do Rio Grande para evitar que massacrassem os portugueses daquela capitania. Que essa missão não teve êxito, como se depreende do conhecido Massacre de Cunhaú ocorrido no dia 11 de novembro de 1645. Que no mês de agosto de 1647 foi preso pelos portugueses durante uma viagem marítima da For-

talesa Maurício sobre o Rio São Francisco ao Recife, mandado à Bahia, e mais tarde a Portugal em 1651.

Uma síntese biográfica diferentemente matizada, da autoria de José Honório Rodrigues, encontra-se na nota 167, páginas 99-100 de Joan Nieuhof, *Memorável viagem*⁶, onde se lê:

Jodocus a Stetten. Era não só predicante como explorador de minas. Veio para o Brasil nos primeiros tempos da invasão como reverendo calvinista. Servia na Igreja de Itamaracá... tendo sido, na sessão de 16 de dezembro de 1636, eleito escriba. Em 1637... foi exonerado do serviço religioso e convidado a se retirar dentro de cinco ou seis meses do país, tendo, em janeiro de 1638, deixado o cargo de Itamaracá. Em 1638, na sessão de 29 de outubro de 1638, comparecia à reunião e desculpava-se do seu procedimento, pleiteando sua readmissão. A 25 de março de 1639, resolvia a Igreja reformada readmiti-lo, sendo em 20 de abril de 1640 indicado para a Igreja do Cabo de Santo Agostinho. A última referência que encontramos é a reunião de 20 a 21 de novembro de 1640, a que compareceu. Por essa ocasião é que deve ter iniciado a sua atividade como explorador de minas. Alfredo de Carvalho afirma, baseado em documentos, que em 1645 apresentou Stetten em relatório dos resultados de suas pesquisas. Nesse relatório, pleiteava sua nomeação para superintendente geral de minas, como também – o que é curioso – obras de filósofos que escreveram sobre minas, desde Teofrates, Salomão e Avicbromis. Nieuhoff afirma que Stetten servia, também, nas expedições terrestres. É possível que conciliasse os dois serviços; daí o não falar em suas atividades de aventureiro.

Enquanto o ministro van Stetten desempenhava em 1645 no interior da Paraíba a

⁴ Vicente Joaquim Soler, *Dezessete cartas [escritas no Recife] 1636-1643*, Rio de Janeiro, 1999: 46.

⁵ Frans Leonard Schalkwijk, *The Reford Church in Dutch Brazil 1630-1654*, Zoetermee, 1998.

⁶ *Memorável viagem*. Ver nota nº 8.

sua missão de dirigir uma empresa mineira, dramáticos acontecimentos ocorreram alhures no Brasil Holandês. A revolução dos moradores portugueses da colônia rebentou a 13 de junho, em agosto os comandantes do forte neerlandês do Pontal do Cabo Branco de Santo Agostinho o “venderam” aos rebeldes, dentro de pouquíssimas semanas o território neerlandês ficou reduzido ao pequeno enclave do Recife e da Cidade Maurícia, à Ilha de Itamaracá, e às duas fortalezas costeiras da Paraíba e do Rio Grande. Porque por motivos de seguridade o governador Paulus van Lingen da Paraíba deixara sua residência na Cidade Frederícia no interior, trasladando-se, no mês de agosto, à Fortaleza Margarida no atual Cabedelo na embocadura do Rio. Essa medida não afetava a rotina das atividades do Ministro Jodocus na sua mina no sertão da Capitania, porque para seus aprovisionamentos e contatos com os superiores no Recife já antes de 13 de junho ele se servia da Fortaleza Keulen, no Rio Grande.

Numa série de batalhas os portugueses fizeram muitos prisioneiros de guerra do exército da Companhia, matando sistematicamente todos os soldados auxiliares índios dele. A respeito, diz Manuel Calado, na página 77 do segundo volume do seu *Valoroso Lucideno*:⁷

Porquanto sendo vassallos d'El-Rei e nascidos na terra de Pernambuco, e criados nos peitos da Santa Madre Igreja Romana, se haviam rebelado contra os portugueses e executado nunca vistas tiranias e crueldades com os moradores, assim homens como mulheres e crianças.

Como consequência dessa drástica medida dos portugueses, os índios partidários dos holandeses, tanto tapuias como tupis, começaram a vingar-se dos moradores nas zonas pouco controladas do norte da co-

lônia, concretamente na Paraíba e no Rio Grande. Os escritos dos historiadores da época, como Manuel Calado, Pierre Moreau e Joan Nieuhof registram nitidamente o crescente pânico dos moradores sertanejos das mencionadas zonas.⁸

O ponto culminante dessas represálias dos índios foi o assim chamado Massacre de Cunhaú, Acontecido a 11 de novembro de 1645:

[Moreau: 51]: Num domingo de manhã, atacaram de surpresa, no engenho de André Dias de Figueiredo, oitenta portugueses que ouviam a missa; mataram os padres, homens, mulheres, crianças e todos que encontraram ao saquear as casa.

[Nieuhof: 266-277]: Os brasilianos percorreram toda a planície, e encontrando um grupo de portugueses que festejavam a noite de São Martinho, no engenho de André Dias de Figueiredo, atacaram-nos tão furiosamente que, depois de uma fraca resistência, foram todos massacrados, inclusive um filho do tal Figueiredo e um padre, sem poupar ninguém, exceto uma linda moça.

Onde, entretanto, se situava a mina de prata de Jodocus van Stetten. Na página 120 do seu referido artigo, Alfredo de Carvalho supõe que ela se encontrava “à margem de um rio, provavelmente o Cunhaú”. Por várias razões duvido da veracidade dessa suposição. Para escrever o artigo, o autor se baseara nos famosos documentos históricos holandeses do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, copiados em 1885 e 1886 no Arquivo Nacional de Haia, na Holanda, por ordem de José Hygino Duarte Pereira. Mas os documentos dessa coleção copiada nem sempre são fidedignos, por que dedicam sua principal atenção ao con-

⁷ *Valoroso Lucideno*. Ver nota nº 8. Ver também vol. 2, p. 50-51.

⁸ Manuel Calado. *O valoroso Lucideno e Triunfo da Liberdade*. Prefácio de José Antônio Gonsalves Mello, 4ª. Ed. Recife, 1985. 2 vols. – Pierre Moreau. *História das Últimas Lutas no Brasil entre Holandeses e Portugueses*. Tradução e notas: Leda Boechat Rodrigues. Nota introdutória: José Honório Rodrigues. São Paulo, 1979. – Joan Nieuhof. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*. Traduzido do Inglês por Moacir N. Vasconcelos. Confronto com a edição holandesa de 1682, introdução, notas, crítica bibliográfica e bibliografia por José Honório Rodrigues. São Paulo, 1981.

teúdo verbal, ou seja, à mensagem concreta dos textos, sem devidamente mencionar detalhes importantes perceptíveis traduzidos. E as cópias e as traduções conhecidamente sempre são nos originais em Haia, por exemplo se se trata de documentos autógrafos, copiados e sensíveis a corruptelas feitas pelos amanuenses.

O meu artigo se baseia, portanto, nos originais dos cinco documentos sobre as atividades mineiras do pastor Jodocus van Stetten do ano de 1645, existentes no Arquivo Nacional Neerlandês em Haia. Trata-se de peças dirigidas ou aos Altos Conselheiros no Recife (ARC), ou aos Senhores XIX no Holanda [XIX]. Na última coluna do seguinte elenco mencionam-se os números da página e da série com que foram inventariadas em: Marianne L. Wiesebron (ed.), *Brazilië in de Nederlandse archieven 1624-1654. De West-Indische Compagnie: overgekomen brieven em papieren uit Brazilië em Curaçao*, Leiden 2005.

Carta aos ACR, Natal	7-04-1645	396.086
Carta aos XIX, Recife	24-06-1645	394.075
Carta aos XIX, Sucuru	?-06-1645	394.076
Carta aos ACR, Cabedelo	01-09-1645	413.210
Carta aos XIX, Recife	13-04-1646	433.035

A carta autógrafa do alemão van Stetten do Recife de 1^a de abril de 1646 foi escrita num holandês gravemente corrupto porque germanizado; na sua carta do Forte Margarida da Paraíba em 1^a de setembro de 1645, escrita em holandês correto, consta a observação que se trata de uma tradução; nas cartas respectivamente do Rio Grande do fim de abril de 1645, e do Recife do 24 e junho de 1645, não consta nenhuma observação codicológica, mas como foram escritas em holandês correto trata-se necessariamente de traduções feitas por alguns amanuenses. Na carta de 24 de junho de 1645, trazida por um amanuense, vem a notícia de que a mina de prata de que aqui se trata se encontrava no *Sertão de Sararu*. Mas este topônimo, porque registrado numa carta traduzida, é bem capaz de ser uma corruptela.

A esta carta traduzida do 24 de junho de 1645 foi adjunto um mapa com textos explicativos autógrafos, porque escritos em holandês germanizado. No página 120 do seu artigo, Alfredo de Carvalho qualificou este mapa como “um grosseiro *croquis* da situação da mina, à margem do um rio, provavelmente o Canhaú”. Ele foi desenhado numa folha de tamanho duplo, com a indicação nas maiúsculas, N, Z, O, W dos pontos cardeais Norte, Sul, Leste, Oeste. O rio desenhado no mapa corre de oeste para leste, e exatamente na dobra da folha é que foi acrescentado o nome em minúsculos caracteres. Esse nome é *Rio Sekuru*. Este importante detalhe foi ignorado pelo historiador Alfredo de Carvalho. Combinando as duas versões do nome do rio em questão: *Sararu* na tradução e *Sekuru* no mapa autógrafa, e, tratando-se de um rio que corre de oeste para leste, chego a identificá-lo como o afluente *Sucuru* do Rio Paraíba. Ao norte do rio figuram duas casinhas: *nossa casa* e a *casa dos mineiros*, e ao sul a *casa dos soldados* e a entrada da mina. Os textos explicativos nesse mapa ainda oferecem mais detalhes interessantes.

As cartas de Jodocus van Stetten de 1645 e 1646 oferecem dados interessantes sobre a situação política e militar nos sertões da Paraíba e do Rio Grande nos meses antes e depois da eclosão da revolução dos moradores em junho de 1645, uma vez que nesse período o autor com sua comitiva percorrerá várias vezes o trajeto de mais de 250 quilômetros entre Natal e a mina sobre o Rio Sucuru, e vice-versa. Na folha 5 da carta do fim de abril de 1645 escreveu que os moradores tinham ordenado que seus vaqueiros tangessem o gado aos portugueses no interior, de modo que todos os currais estavam vazios; também que os próceres deles ostentavam orgulhosamente suas armas. Na folha 2 da mesma carta informou que apanhara boatos de que as tropas de Camarão estavam marchando ao norte para atacar os holandeses no Rio Grande; e na folha 6 observou com preocupação que o caminho de Pernambuco ao Rio Grande atravessava o terreno da sua mina, razão por que necessitava de 200 soldados para repeli-las. Será sem dúvida por causa dessa preocupação que no

já mencionado mapa suplementar da carta de 24 de junho de 1645 foram desenhados ao oeste, norte e sul do acampamento mineiro os quartéis dos caciques tapuias Carcará, Comendaúra e Nhanduí. Eles deviam evitar que o sítio fosse atacado por tropas inimigas vindas da Bahia ou do Maranhão. van Stetten finalmente referiu na carta de primeiro de setembro de 1645 a presença de 1.500 soldados inimigos nas cercanias de Cunhaú.

Enquanto o sertão das regiões do norte era flagelado por tantos e tão tumultuosos perigos, a vida dentro do reduzido âmbito do acampamento mineiro sobre o Rio Sucuru tampouco se distinguia pela ordem e pela paz. As diversas cartas do ministro Jodocus reportam que nele viviam ele com seu menor Alexandre, dez soldados europeus comandados pelo tenente Jan de Wael e o subtenente Kuiper, um grupo de mosqueteiros tupi, treze escravos, e um “guardião” – possivelmente um cachorro ou um tapuia. O predicante era o diretor da empresa, o menino Alexandre assistia na cozinha, os soldados defendiam o acampamento e mantinha a ordem interna, os mineiros eram os exploradores e escavadores do solo nas galerias subterrâneas da mina, os tupis serviam de caçadores e aguardeiros, e os escravos cuidavam da cozinha e das demais tarefas domésticas.

Já em 1638 o predicante Jodocus localizara o sítio da mina no interior da Paraíba. A empresa de 1645 foi iniciada por ordem dos diretores da companhia na Holanda e dos altos conselheiros dela no Recife. A expedição saíra do Recife a 28 de fevereiro, e chegara à mina a 23 de março, depois e uma viagem penosa e perigosa pelo sertão. A 5 de abril a primeira veia metálfera foi descoberta, e logo uma barrica com minério mandado ao Recife. No meio desse mês o diretor com parte da sua gente esteve no Forte Keulen no Rio Grande para mandar reparar os utensílios gastos e embotados dos mineiros; a respectiva lista enumera cunhas, marretas, pás, facões, machados e picaretas. A 31 de maio a segunda veia foi descoberta. A 13 de junho rebentou a revolução dos moradores no Brasil holandês, e a 20 de junho a expedição estava de volta ao Recife.

Entretanto, a interrupção da empresa pode ter sido causada por duas razões, e

talvez pela combinação de ambas. Primeiro pela crescente hostilidade dos sertanejos das zonas nortenhas da colônia, e segundo pelas péssimas condições de vida do acampamento. O rio estava sem água, os vestidos não podiam ser lavados e se gastavam dentro de duas semanas. Para abastecer-se de água, o tenente Jan de Wael com metade dos soldados foi mandado procurá-la num rio qualquer, só voltando depois de três semanas com três carros com barris cheios. Durante sua ausência o resto dos militares tinha abusado da situação, e o subtenente Kuiper se rebelara contra o poder do diretor, exigindo-lhe doses ilícitas de aguardente. Também os caçadores e aguardeiros tupis tinham abusado da situação, vendendo suas colheitas aos demais por preços absurdos ou a troca dos raríssimos vestidos e sapatos.

Também entre os mineiros, na sua maioria alemães, ferveram os sentimentos de descontentamento, sem dúvida exacerbados pelo rigoroso regime calvinista de Jodocus van Stetten a que estavam submetidos. Porque ele os obrigava a cada passo e a cada achado de mais uma veia de minério a ferventes orações e salmódias com que ideologicamente não concordavam. E assim o diretor se vira obrigado a demitir o mestremineiro com seus demais recalcitrantes partidários, que resultaram ser adeptos de doutrinas alquimistas e rosa-crucianas. Porque entre os livros por eles consultados no acampamento – e por van Stetten erroneamente atribuídos a “filósofos que tratam de minerais” – figuraram autores com os nomes adulterados em *Salmonthis Megistrum*, *Theophrastus Bernhardum*, *Roosen Creuytser* e *Furneisser*. Nem Alfredo de Carvalho nem José Honório Rodrigues souberam interpretá-los. No entanto, com a ajuda de manuais especializados como Alexander Roob, *Das Hermetische Museum: Alchemie & Mystik*, Köln 1996, e Lyndy Abraham, *A dictionary of alchemical imagery*, Cambridge University Press, 1998, eles são perfeitamente identificáveis como Solomon Trismosinus, Theophrastus Bombastus (aliás Paracelsus), a forma alemã da palavra Rosacrúcios, e (Leonhardt) Thurneysser. Graças a estas corruptelas, feitas por um amanuense holandês numa carta escrita no Recife a 24 de junho de 1645, sabemos hoje

que já nessa época havia, no Brasil, na margem setentrional do Rio Sucuru na Paraíba, adeptos da alquimia e da Rosa-Cruz.

A iniciativa mineira da Companhia das Índias Ocidentais no interior da Paraíba ficou frustrada pela revolução dos moradores de 1645, pelo isolamento da mina, pela hostilidade da população regional e pela indocilidade da maior parte dos funcionários da empresa. Mas o próprio diretor Jodocus não se contou entre os contrariadores do projeto; antes, pelo contrário, considerava-se um dos mais peritos e dedicados servidores da companhia, tanto na teologia como na mineralogia. E assim é que na sua carta de 24 de junho de 1645, antes de dar-se conta do fracasso da empresa, não vacilou em pedir aos diretores supremos da companhia na Holanda que lhe concedessem a função de inspetor-geral das Minas do Brasil:

“Sem dúvida uma função pesa de muita perícia e ciência, mas Vossas Excelências bem notaram que faço tudo para não falhar no que quer que seja que à mina se refere. Assim não duvido que Vossas Excelências queiram preferir-me a outras pessoas, e também que queiram conceder-me – o benefício de 10% durante dez anos. Porque não me parece justo que seja de outra maneira, uma vez que fui eu o iniciador e o informador desta empresa”.

Depois da aventura mineira, a estadia do predicante Jodocus no Recife durou poucas semanas. Como bom conhecedor da situação política, sociológica e geográfica dos sertões da Paraíba e do Rio Grande, os altos conselheiros mandaram-no de novo ao norte, desta vez via Forte Margarida, fora do Rio Paraíba, aos arredores de Cunhaú sobre o Rio Curimataú, onde tumultuosos bandos de tapuias, capitaneados pelo alemão Jacob Rabe de Waldeck, ameaçaram massacrar todos os moradores portugueses. Como o governo holandês considerava seu dever proteger esses súditos contra a fúria dos índios, o ministro alemão Jodocus van Stetten da Pomerânia, acompanhado de uma tropa de militares do exército da companhia, devia tratar de miti-

gar o espírito de vingança dos tapuias, e de conduzir seu chefe ao Forte Margarida. Numa incerta data de agosto de 1645, os dois grupos se encontraram no sertão, num ambiente francamente hostil. Os soldados holandeses não compreenderam nada do agressivo comportamento dos indígenas, nem das frases alemãs trocadas entre os dois comandantes, mas deram-se perfeita conta da inflexibilidade dos mútuos pontos de vista. E captaram a alta frequência das palavras quase idênticas nos idiomas holandês e alemão *moorden* e *doden*, ou seja, massacrar e matar.

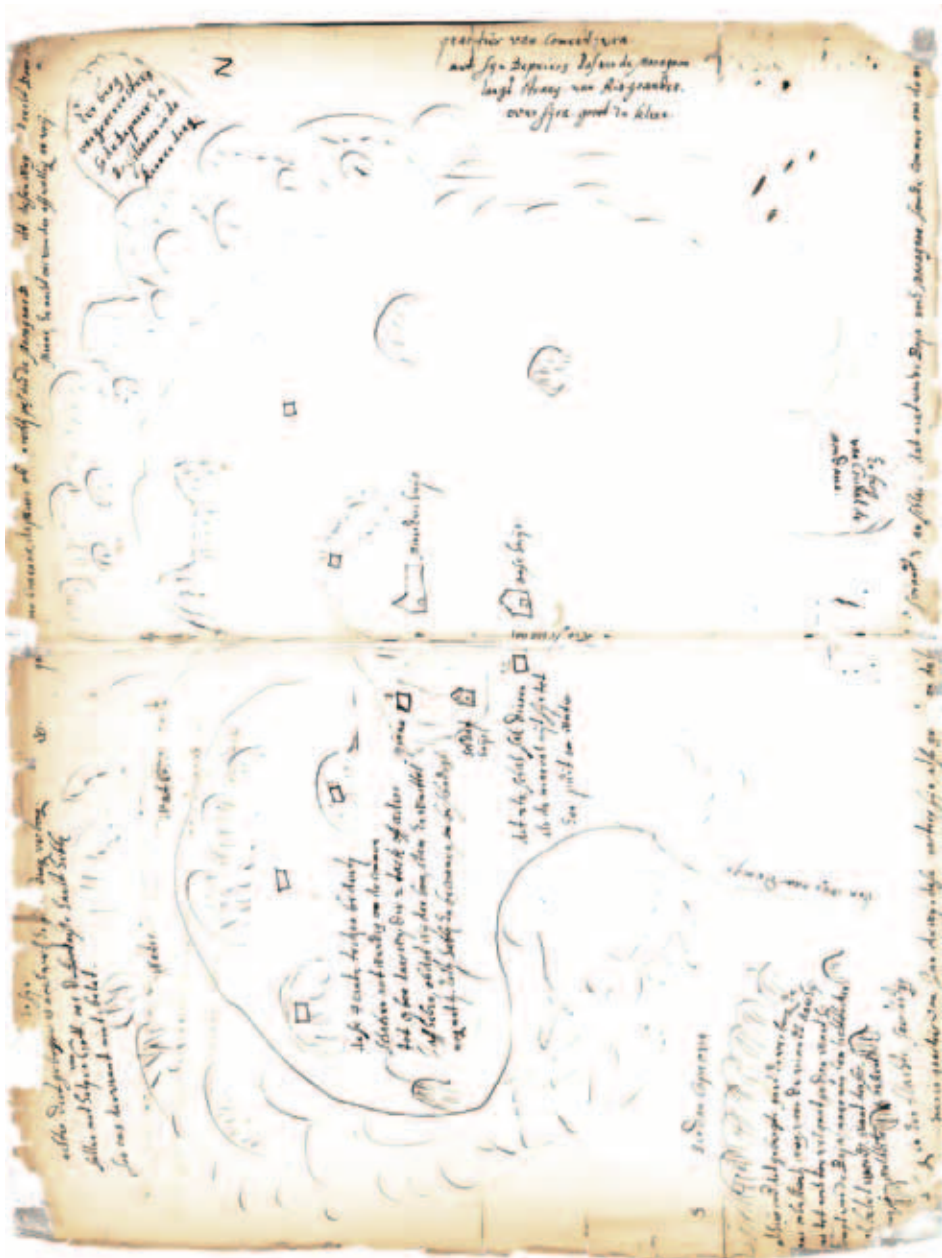
Finalmente os dois grupos se separaram. Sem nenhum resultado voltou van Stetten com seus soldados ao Forte Margarida, onde logo foi preso pelo governador Paulo de Linge, sob acusação de ter tiranizado desmedidamente o povo sertanejo com assassinios, roubos e pilhagens. Medida justificada, ou adota a base de falsas informações dos soldados holandeses que o tinham acompanhado? Não o sabemos, nem é possível verificar a verdade do caso. De todo modo, tratou-se de uma prisão de curta duração, porque na carta de 13 de abril de 1646 aos diretores da companhia de Holanda ele escreveu que em novembro de 1645 estivera de novo no sertão para buscar um caminho mais imediato entre a mina sobre o Rio Sucuru e o Forte Keulen no Rio Grande, e que achara um trajeto de três dias via o Sertão do Negro (?) e o *Branamari* (=Rio Trahyri/Trairi). Esse tempo parece razoável para um percurso de 250 quilômetros quando andava a cavalo. É digno de observar que o pastor nesta carta não fala do fatídico Massacre de Cunhaú, ocorrido no dia 11 de novembro de 1645. Mas não deixou de gabar com entusiasmo as excelentes qualidades agrícolas e climatológicas do interior do Rio Grande e da Paraíba, em termos altamente encomiásticos como:

“Da mina até o Rio Grande tenho tudo investigado com o maior cuidado, e nunca tenho visto várzeas mais bonitas como a do Rio Camaratuba, onde mil famílias poderiam viver e existir com grande prazer, porque é uma terra excessivamente apropriada para roças, com belíssimas lagoas cheias de pescado e ares extraordinariamen-

te bons. É impossível descrever a opulência da terra do Brasil, mas pouco conhecida porque nós nunca vamos além das praias.”

Aqui terminam as preocupações mineiras do predicante van Stetten. É provável que nunca tenha recebido qualquer resposta dos Senhores XIX à sua atrevida proposta

de ser nomeado inspetor geral das minas do Brasil. Em 1647 os altos conselheiros no Recife mandaram-no como pastor castrense ao Forte Maurício sobre o Rio São Francisco. Pouco depois foi preso pelos portugueses, mandado à Bahia, e de lá transportado a Portugal em 1651. E assim finda a história das frustrações brasileiras do ministro Jodocus. Nas trevas!



Fotocópia do Mapa da Mina de Prata (manuscrito), de Jodocus van Stetten. Rio Sucuru, Paraíba, 1645. Arquivo Nacional, Haia

Documento

DOCUMENTO: SITIO Y EMPRESA D LA CIVDAD DL SALVADOR EN LA BAYA DE TODOS SANTOS (Cópia)

Composição pautada principalmente nas cores verde, branco, azul, rosa, dourado e vermelho, representa a reconquista da Bahia por D. Fadrique de Toledo Osório, em 1625, quando os holandeses foram expulsos. Em 1º plano, à esquerda, medalhão com volutas. Ao centro, várias cenas como estradas com carros de bois e figuras humanas; acampamentos em vários pontos; à direita figuras humanas a cavalo e a pé enfileiradas em estrada. Há ainda vegetação e casarios protegidos por muros. No cais, 13 embarcações formadas em linha horizontal. No mar, várias embarcações com velas abertas e bandeiras hasteadas; próximas a elas, há pequenas embarcações. Ao fundo, montanhas. Na parte superior da tela, um listel suspenso por 2 anjos, o da direita com trombeta e o da esquerda com capacete e escudo, com a inscrição: "SITIO Y EMPRESA D LA CIVDAD DL SALVADOR EN LA BAYA DE TODOS SANTOS POR DON FADRIQUE D TOLEDO OSORIO CAP GR^l DE LA ARMADA R^l Y EXERCITO DL MAR OCEANO Y REYNO D PORTVGAL A XXX DABRIL A 1625 REYNANDO D^m PHELIPPO IV". A pintura é cópia do original de Juan de La Corte e está exposta no Museu Naval.

AUTOR DA CÓPIA: Andrés Ignacio Azaola Pelegri

ACERVO: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha

